

**Nas asas de Dédalo: um estudo  
sobre o meio circulante no Brasil entre  
os anos de 1840 a 1853**

---

**Hernán Enrique Lara Sáez**

**Série: Produção Acadêmica Premiada**



Série: Produção Acadêmica Premiada

Hernán Enrique Lara Sáez

Nas asas de Dédalo:  
um estudo sobre o meio circulante no  
Brasil entre os anos de 1840 a 1853



São Paulo, janeiro de 2011

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

REITOR: Prof. dr. José Grandino Rodas

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

DIRETOR: Profa. dra. Sandra Margarida Nitrini

VICE-DIRETOR: Prof. dr. Modesto Florenzano

SERVIÇO DE EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Helena Rodrigues MTb/SP 28840

Diagramação: José Antônio Barbosa

COMISSÃO DE PUBLICAÇÃO ON-LINE

Presidente: Profa. dra. Sandra Margarida Nitrini

#### MEMBROS

DA - Profa. dra. Rose Satiko Gitirana Hikiji

DCP - Prof. dr. Bernado Ricupero

DF - Prof. dr. Vladimir Safatle

DH - Profa. Mary Anne Junqueira (titular)

DH - Prof. Rafael de Bivar Marquese (suplente)

DL - Prof. dr. Marcos Lopes (titular)

DL - Profa. dra. Luciana Raccanello Storto (suplente)

DLCV - Prof. dr. Waldemar Ferreira Netto

DLM - Profa. dra. Roberta Barni

DLO - Prof. dr. Paulo Daniel Elias Farah

DS - Profa. dra. Márcia Lima

DTLLC - Prof. dr. Marcus Mazzari

SCS - Dorli Hiroko Yamaoka

STI - Augusto Cesar Freire Santiago

#### Catálogo na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L318

Lara Sáez, Heman Enrique

Nas asas de Dédalos : um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853 / Heman Enrique Lara Sáez. -- São Paulo : Humanitas, 2010.

264 p.

Originalmente apresentada como Dissertação do autor (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, sob o título “Nas asas de Dédalos : um estudo sobre o meio circulante no Brasil entre os anos de 1840 a 1853”, 2008.  
ISBN 978-85-7506-191-6.

1. Moeda (economia) - Brasil. 2. Moeda – história - Brasil. 3. Bancos - história - Brasil. 4. Câmara dos deputados 1840-1853 - Brasil. 5. Política econômica 1840 - 1853 - São Paulo. I. Título.

CDD 332.498141

# Sumário

Agradecimentos .....	7
1. Introdução .....	11
2. Um breve histórico da moeda no Brasil .....	17
3. Liberalismo Econômico .....	31
3.1. O padrão ouro .....	31
3.2. Os teóricos presentes nos discursos .....	42
3.3. A correspondência entre os debates no Brasil e os princípios ingleses .....	55
4. O arranjo institucional e a Câmara dos Deputados .....	63
4.1. O governo representativo1 .....	63
4.2. O arranjo institucional e o projeto liberal .....	70
5. Os debates sobre o meio circulante .....	75
5.1. O problema do meio circulante .....	75
5.2. Projeto de melhoria do meio circulante na Câmara dos Deputados.....	99
5.3. O sistema bancário .....	103
5.4. O medo do separatismo .....	110
5.5. Os agentes financeiros .....	116
5.6. O debate sobre o meio circulante e a questão partidária.....	120

<b>6. O caso paulista .....</b>	<b>137</b>
6.1. A economia provincial paulista nos séculos XVIII e XIX .....	137
6.2. As redes de crédito .....	158
6.3. O sistema bancário e os projetos .....	174
6.4. Representação paulista .....	189
<b>7. Conclusão .....</b>	<b>199</b>
<b>Bibliografia e Fontes .....</b>	<b>207</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>215</b>

# Agradecimentos

Durante toda minha formação encontrei pessoas e instituições que fizeram parte de minha vida. Algumas indiretamente, dando apoio em momentos difíceis e confusos, outras diretamente, na realização desta pesquisa. Como não há espaço para agradecer a todos deixo, desde já, meus mais profundos agradecimentos a todos os que de alguma forma me ajudaram a alcançar este sonho.

Agradeço à Universidade de São Paulo, aos seus professores e funcionários, que muitas vezes lutaram contra as adversidades para realizar suas funções. Nesta comunidade passei parte de minha vida e com felicidade percebo que ainda existem pessoas idealistas que lutam para manter um ensino público de alta qualidade.

Agradeço profundamente à CAPES pelo financiamento à minha pesquisa. Certamente, sem esse valioso auxílio dificilmente teria conseguido concluí-la.

Um agradecimento especial à minha orientadora Miriam Dolhnikoff, que me acompanhou em cada uma das fases pela qual a minha pesquisa passou. Pela paciência com que me ouviu, pelo cuidado com que leu o que escrevi e principalmente, pelas conversas que tivemos. A ela devo meu crescimento intelectual e pessoal.

Agradeço profundamente aos professores Wilma Peres Costa e Carlos Gabriel Guimarães por todas as considerações e correções que fizeram a este trabalho, sem dúvida enriqueceram muito o resultado final.

A todos os funcionários do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo. Pelo cuidadoso trabalho que realizam, o que facilita muito o trabalho dos pesquisadores e do público em geral. Em especial ao seu diretor Carlos Alberto Ungaretti Dias, pela paciência, atenção e as informações de vital importância para a conclusão deste trabalho.

A Vitor Marcos Gregório, amigo constante desde o começo da minha pós-graduação. Por todas as conversas que tivemos nos almoços que dividimos, pelos momentos de incentivo e apoio. Suas leituras e críticas a cada reelaboração deste trabalho foram de um valor inestimável. Um forte abraço.

Agradeço a Sandra Ivonne Lara Sáez, Sabrina Pierobou, Michele Theml Pinto, Caroline Theml Pinto, e Mariana Lopes, pela paciência e carinho com a qual leram e revisaram muitos dos manuscritos deste trabalho, sem suas colaborações e críticas este resultado não seria possível. A André dos Santos e Eduardo Dimas, com quem convivi desde o começo da minha graduação e que me ajudaram de diversas formas. E também a Tatiana Mello Bigoto, por me ajudar a manter a calma.

À minha família, agradeço todo o apoio e compreensão que o trabalho acadêmico requer e que agora começa a apresentar seus frutos.

Agradeço aos amigos do CEBRAP que me receberam de braços abertos.

Não posso deixar de citar alguns professores que marcaram minha trajetória na universidade. Aos professores Esmeralda Blanco B. de Moura, Júlio César Pimentel Pinto Filho e Marco Antônio Guerra, pelo incentivo e orientações, ainda na graduação, que fizeram com que eu cultivasse o interesse pela pesquisa acadêmica.

A José Antônio Barbosa que tão pacientemente diagramou, alterou e deu a melhor forma a este trabalho!



A meus avós  
Maria Del Rosário e Carlos.  
Meus pais, Hilda e René.  
Meus irmãos e minha irmã.  
A Helena Davanzo Lara Sáez e  
Henrique Felipe de Andrade  
Lara Sáez, que deram sentido a  
nossas vidas e aos próximos que  
venham nos acompanhar.  
A Cristina Mascarenhas de Balás  
que já me acompanha.



# 1. Introdução

Para entender melhor a reorganização que o sistema financeiro sofreu na década de 1850, no Brasil, bem como seu posterior desdobramento é útil acompanhar o desenrolar dos debates sobre o meio circulante entre os anos de 1840 e 1853. Apesar das questões voltadas para a melhoria do meio circulante estarem intimamente imbricadas houve uma certa preocupação em tratar primeiro do tema da provincialização do numerário e só, posteriormente, dar forma ao instrumento que substituiria as notas e combateria o “cancro” da falsificação, como denominou tal prática o deputado Francisco de Paula Santos. Este trabalho se propõe a acompanhar o desenvolvimento das discussões sobre a moeda através dos debates na Câmara dos Deputados e apresentar algumas das tensões surgidas através do confronto entre posições antagônicas que ficaram conhecidas em outros trabalhos como metalistas e pluralistas.<sup>1</sup> Como se verá adiante as divergências apontadas pelos diversos autores não se restringiram apenas aos bilhetes em circulação. No acompanhamento do tema na Câmara dos Deputados há quase o consenso de que o meio circulante, formado principalmente por notas do Tesouro, não respondia adequadamente às necessidades gerais do mercado e precisava passar por alguma transformação.

---

<sup>1</sup> Os pluralistas também ficaram conhecidos como papelistas, como consta do livro de Ana Maria Ribeiro de Andrade, *1864: conflito entre metalistas e pluralistas*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 197 p, 1987.

Foi possível constatar que dois temas dominaram os discursos referentes à moeda: a natureza do meio circulante e o sistema bancário. Deve-se notar que cada um dos grupos citados conferiu à moeda um papel diferente quanto à sua natureza, bem como quanto a restrições à sua circulação. Os metalistas, por exemplo, defendiam o predomínio de moeda metálica, acreditavam no valor intrínseco dos metais preciosos como meio-circulante, nos benefícios que traria sua utilização como moeda e atrelavam a questão da taxa de câmbio à conversibilidade da moeda por um valor fixo em metal. Os pluralistas, por sua vez, acreditavam no predomínio da circulação do papel-moeda, nas facilidades de transação com esse tipo de moeda e na maior facilidade de expansão do crédito. O foco de sua preocupação era a circulação interna e para que o papel-moeda emitido não pesasse sobre o câmbio era necessário que as emissões não ultrapassassem a quantia necessária ao movimento da produção interna. Divergiam também quanto à idéia de formação do instrumento, ou sistema, que executaria a emissão do meio circulante e que seria a referência para o fornecimento de crédito.<sup>2</sup>

Para avançar no estudo procurei me orientar pelos seguintes questionamentos: houve alguma relação entre os projetos defendidos por metalistas e pluralistas e projetos apresentados pela divisão tradicional da historiografia entre os chamados liberais e conservadores? Quem foram e quais os posicionamentos dos principais oradores nas sessões em que se discutiram essas questões? Qual era a maneira de inserção nos debates entre os deputados que defendiam ou atacavam os projetos sobre a melhoria do meio circulante? Qual o problema que os políticos detectavam no meio circulante para propor melhorias? Quais eram os interesses, ainda que no plano discursivo, dos deputados que advogavam em defesa de cada um dos projetos para melhoria do sistema financeiro?

---

<sup>2</sup> Para o embate entre metalistas e pluralistas consultar Ana Maria Ribeiro de Andrade, *1864: conflito entre metalistas e pluralistas*. Op. Cit.; Flávio A. M. Saes. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930*. São Paulo, IPE/USP, 1986.

Na busca de pistas que esclarecessem estas questões utilizei um conjunto de 62 discursos pronunciados em sessões na Câmara dos Deputados, e 2 pareceres apresentados pelas Comissões da Fazenda a essa casa em resposta ao envio do projeto para realizar possíveis sugestões ou modificações. O foco dos discursos foi o meio circulante, mas acompanhando a discussão foi possível encontrar ainda os seguintes temas: a provincialização do meio circulante, um empréstimo ao Banco Comercial do Rio de Janeiro e ao Banco do Brasil de Mauá e o interesse de alguns pela criação de um banco nacional.

Algumas considerações precisam ser levadas em conta sobre os discursos políticos emitidos na Câmara dos Deputados. A primeira delas é que o discurso representava uma construção argumentativa e como tal inscrevia nele uma versão pessoal de como o deputado percebia o objeto em discussão. Ao analisar estes documentos é preciso considerar que os recursos discursivos utilizados pelos deputados muitas vezes utilizavam modelos ideais de sociedade e economia. Outra consideração importante é que os discursos parlamentares são instrumentos de políticos interessados em um resultado imediato de alguma votação e como tal devem ser considerados. Neste trabalho houve o interesse de entender as posições adotadas e como elas se contrapunham, sem, no entanto, tomá-las como eventual retrato da realidade.

Todas estas considerações foram levantadas na medida em que a utilização dos discursos suscitou questionamentos e limites na apreensão dos temas. A análise aqui apresentada considerou o conjunto de discursos, as variações e continuidades que neles surgiram como decorrência de um tema que atravessou quase cinco legislaturas.<sup>3</sup> Os resultados dessa análise foram condensados em uma tabela na parte final da dissertação apresentando um quadro

---

<sup>3</sup> O período abordado é de 1840 (os dois últimos anos da 4ª legislatura) até 1853 (o primeiro ano da 9ª legislatura).

sintético no qual aparecem resumidos dados sobre os discursos: data da discussão, nome do deputado, objeto discutido, voto e o número da página em que começou o discurso.

O trabalho ficou dividido em sete partes contando com a introdução e a conclusão. Na segunda parte foi apresentado um breve histórico da moeda no Brasil, no qual apresentou-se um quadro geral das transformações que ela sofreu desde o momento da chegada da Corte Portuguesa, em 1808, até a crise do padrão ouro e seu abandono no período posterior a 1930, com destaque para os acontecimentos entre 1808 e 1860. Pelos limites deste trabalho a opção foi tratar de alguns pontos relevantes, especialmente no que diz respeito ao período da primeira metade do século XIX, para a compreensão dos tópicos que posteriormente foram abordados na dissertação e, em certa medida, apontar a situação dos estabelecimentos bancários dentro desse período. Esta última informação foi considerada na medida em que a pesquisa indicou uma convergência entre os dois temas, moeda e sistema bancário, que constou das discussões.

A terceira parte do trabalho buscou abordar a estrutura geral do liberalismo econômico e, para melhor atender às necessidades do restante da dissertação, ficou dividida essencialmente em três itens. O primeiro deles tratou do padrão ouro fazendo uma breve descrição do modelo de Hume, que segundo Eichengreen foi a base teórica na qual se fundamentou a defesa de sua implantação nas diversas economias até o século XX. O segundo item abordou alguns teóricos que trataram da questão da moeda e dos bancos e que foram citados nos debates. A escolha dos autores atendeu especialmente às referências que os debatedores fizeram nas declarações de seus votos justificando e ao mesmo tempo defendendo as suas posições. Neste segundo item busquei encontrar referências teóricas explícitas para a defesa das posições dos deputados nas votações. O terceiro item tratou da correspondência entre os debates no Brasil e os princípios ingleses.

A quarta parte tratou do arranjo institucional e a Câmara dos Deputados buscando demonstrar a importância dessa casa em um sistema representativo. Sua importância na definição das políticas públicas permitiu identificar um espaço de negociação entre as elites. Esta parte ficou subdividida em dois itens, o primeiro tratou sobre o governo representativo. Nele apresento a abordagem do Estado nacional como uma monarquia constitucional e representativa efetivamente. No segundo item abordei o arranjo institucional e o projeto liberal, a forma como a vitória desse projeto redefiniu a atuação da Câmara dos Deputados dando estabilidade para o regime ao permitir que diversos planos fossem vitoriosos pela capacidade de articulação dos deputados.

A quinta parte trouxe o resultado da pesquisa sobre o debate do meio circulante na Câmara dos Deputados. Ela ficou dividida em seis itens, nos quais apresentei os resultados da pesquisa. São eles: o problema do meio circulante, levantando a maneira como os deputados percebiam que havia um problema no sistema econômico brasileiro. Depois abordei o projeto de melhoria do meio circulante apresentado pelo ministro da fazenda Manoel Alves Branco e algumas posições que os deputados assumiram ao buscar uma solução para o problema. Depois o sistema bancário, tratando da questão de sua formação e a configuração que esse sistema assumiu em confronto com outros projetos que visavam a solução dos problemas no meio circulante. Em seguida, o medo do separatismo, no qual destaquei algumas falas que remetem à possibilidade do surgimento de descontentamentos que talvez cindissem o território ao fomentar uma separação beligerante. Logo em seguida tratei dos agentes financeiros identificados nos discursos políticos, a quem se dirigia a política econômica adotada pelo governo. E, por último, o debate sobre o meio circulante com relação à questão partidária, na qual exponho os resultados da análise dos discursos dos deputados com relação à sua vinculação partidária, especificamente no que diz respeito ao tema da moeda.

A sexta parte remete a algumas considerações sobre o caso paulista com relação à questão bancária e monetária. Levanto algumas dúvidas sobre a abordagem historiográfica nessa província e a situação em que ela se encontrava em meados do século XIX. A análise do caso paulista foi uma tentativa de compreender a discussão do tema em âmbito provincial, de modo a articular a discussão do centro com a realidade local. A escolha de qualquer província é necessariamente arbitrária, dado o alto grau de diferenciação regional no período. Escolheu-se São Paulo porque a província passava, nos anos estudados, por profundas transformações econômicas que tornavam a questão da moeda e do crédito um problema fundamental. No primeiro item fiz uma exposição da economia paulista retratando as abordagens historiográficas clássicas e contrapondo-as a produções mais recentes. No segundo, as linhas de crédito, busquei elucidar a situação do crédito e sua articulação com a idéia de um banco na província. Em seguida examinei os projetos bancários que foram apresentados na assembléia paulista, mas que por diversos motivos não foram efetivamente implantados. E por último, tratei de analisar a representação paulista numa articulação entre os representantes provinciais e os representantes gerais.

Na conclusão apresentei de maneira geral um balanço dos dados obtidos e fiz algumas considerações sobre os resultados das pesquisas nas fontes primárias, além de levantar algumas questões com relação à historiografia. Na parte, Anexo, busquei apresentar de maneira esquemática os resultados que obtive na pesquisa com a documentação primária e um quadro geral com as informações sobre os deputados, seus posicionamentos, suas citações no campo monetário e suas profissões. Apresentei também alguns gráficos sobre as votações do tema estudado. Além disso, achei relevante transcrever o projeto do ministro Manoel Alves Branco e alguns dos projetos apresentados e discutidos para permitir sua consulta durante a leitura desta dissertação.



## 2. Um breve histórico da moeda no Brasil

Até a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, o sistema monetário era formado pela circulação majoritariamente de ouro e prata, e em porções ínfimas de cobre como moeda de troco. A cunhagem era, até aquele momento monopólio de Portugal. Ainda não existia no Brasil o papel-moeda. Sobre isso Amaro Cavalcanti afirmou que conforme o cálculo, toda a moeda metálica circulante no Brasil em princípios de 1808, estaria próxima a 10.000:000\$000 contos de réis, cuja maior parte era formada por ouro. O autor afirmou que, por este ser um produto extraído do próprio país era mais abundante.

A prata, tanto no Brasil como em Portugal, aparecia em quantidades relativamente menores, ainda que tenha sido aumentada pela introdução dos pesos espanhóis. Segundo o autor, talvez ela não representasse mais do que um terço do total da moeda metálica em circulação. Quanto ao cobre em circulação não devia ultrapassar poucas centenas de contos.<sup>1</sup>

Existia ainda, segundo Suzigan e Pelaez afirmaram na *História Monetária do Brasil*, em circulação um bilhete de permuta que era o instrumento financeiro mais próximo de um papel-moeda.

---

<sup>1</sup> Amaro Cavalcanti. *O meio circulante nacional*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 1983. Vol.1. p. 32 e 33.

Este se referia a um valor depositado na Casa da Moeda que era aceito como pagamento em algumas transações. Logo após a chegada da Corte autorizou-se a emissão de um certificado de depósito de ouro em pó no Tesouro que também passou a ser aceito em pagamentos efetuados ao governo por representar o valor expresso no depósito.<sup>2</sup>

Em 12 de outubro de 1808 fundou-se o primeiro Banco do Brasil. O príncipe regente, d. João, alegava que o banco serviria para realizar os fundos necessários para a manutenção da monarquia e do bem comum. Constava deste alvará o seguinte:

(..)que os bilhetes dos direitos das Alfândegas tendo certos prazos nos seus pagamentos, ainda que sejam de um crédito estabelecido, não são próprios para o pagamento de soldos, ordenados, juros e pensões que constituem os alimentos do corpo político do estado, os quais devem ser pagos nos seus vencimentos em moeda corrente; e a que os obstáculos que a falta de giro dos signos representativos dos valores põem ao comércio, devem quanto antes ser removidos, animando e promovendo as transações mercantis dos negociantes desta e das mais praças dos meus domínios e senhorios com as estrangeiras; sou servido ordenar que nesta Capital se estabeleça um Banco público que na forma de seus estatutos que com este baixam, assinados por D. Fernando José de Portugal, do meu Conselho de Estado, Ministro assistente ao despacho do Gabinete, Presidente do Real Erário e Secretário do Estado e dos Negócios do Brasil(...).<sup>3</sup>

É preciso lembrar a situação na qual o príncipe regente se encontrava nessa época para entender a necessidade de rendas do governo. A Coroa precisava de grandes quantias para enviar a Portugal e financiar a defesa do território invadido em conseqüências

---

<sup>2</sup> Carlos Peláez e Wilson Suzigan. *História monetária do Brasil*. 2 ed. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 1981, e Bernardo de Souza Franco. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, c1984. (1ª ed. 1848).

<sup>3</sup> Citado em Amaro Cavalcanti. *O meio circulante nacional*. Op. Cit. p.59 e 60.

das guerras napoleônicas. Além disso, era preciso sustentar a expedição que o governo mandara a Caiena como forma de retaliação à invasão do território de Portugal, pelo tempo que fosse necessário. A abertura dos portos ao mesmo tempo em que inseria o território brasileiro nas linhas de comércio internacionais, sem a intermediação da metrópole, gerou um avultado custo em matéria da criação de um aparato para efetivá-la e principalmente fiscalizá-la e garantir a cobrança dos impostos.

Havia também as inúmeras obras ordenadas por d. João na instalação de sua Corte que oneravam ainda mais os cofres públicos. Desse modo, o estabelecimento projetado só entrou em funcionamento no ano seguinte ao do Alvará régio, vale dizer, em 1809. Entre as operações que ele realizaria constavam: 1º desconto de letras; 2º depósitos em conta corrente; 3º recebimentos e pagamentos por conta de particulares e estabelecimentos públicos; 4º emissão de letras ou bilhetes pagáveis ao portador à vista, ou a prazos com a única limitação da recomendação de necessária cautela para que jamais deixassem de ser pagas no ato da apresentação, e não fossem de valor menor que 30\$000 réis; 5º comissões e saques por conta do Tesouro e dos particulares; 6º depósitos a juros; 7º exclusivo da venda de gêneros de estaque real entre os quais os diamantes, pau-brasil, marfim e urzela; 8º comércio das espécies de ouro e prata. A emissão de notas visava ao suprimento do sistema monetário que já apresentava-se deficitário de metais.<sup>4</sup>

A criação do banco e sua consolidação foi acompanhada de grande interesse e esforço do governo, não sendo difícil encontrar alvarás e decretos da Coroa concedendo benefícios para que o banco mantivesse a sua atividade. Como, por exemplo, contava da carta que d. João enviou ao Conde de Palma, Governador e Capitão-Mor da Capitania de Minas Gerais, na qual empreendeu uma

---

<sup>4</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. pp. 15 e 16.

espécie de campanha para fomentar os depósitos no banco. Para ele esse “pequeno sacrifício” traria o benefício de haver maior “giro mercantil”. Segundo esta carta, ele garantia que entrariam no cofre do banco novas rendas orçadas em mais de cem contos de réis pelo período de dez anos, confiando a arrecadação e a administração destes impostos à junta do Banco do Brasil e revertendo o lucro do capital arrecadado nos primeiros cinco anos para os acionistas. Solicitava ainda que o Conde de Palma animasse os “*capitalistas, proprietários, negociantes e empregados públicos*” daquela capitania para concorrerem com seus depósitos ao cofre do banco.<sup>5</sup>

Amaro Cavalcanti assinalou uma melhoria das finanças do banco em 1813 com uma aparente expansão de seus serviços e seus ganhos. Em 24 de setembro de 1814, como exemplo dos esforços do governo em manter o Banco em funcionamento, decretou-se que as dívidas do Banco do Brasil passariam a ser dívidas do Tesouro Real. Como o Banco estava com suas atividades limitadas à praça carioca, e isso dificultava seu desenvolvimento, foi concedida a permissão da abertura de duas filiais, uma na Bahia, em 1818, e outra em São Paulo, em 1820. Com essa medida buscava-se expandir a área de ação do banco, seus créditos e benefícios a regiões fora da praça carioca, mas pertencentes à sua influência ou de grande força econômica que tinham por última finalidade fortalecer seu fundo de reserva.

No entanto, o cenário mudou entre os anos de 1819 e 1820, o que levou o estabelecimento a enfrentar uma crise que resultou na suspensão do pagamento de suas notas em 1821. Segundo Cavalcanti, documentos da época indicaram que houve aumento dos compromissos e transações de giro, além das crescentes necessidades do governo, de maneira que pressionado pelas circunstâncias o banco aumentou as emissões forçando uma queda no valor de suas notas.

---

<sup>5</sup> Ibidem. pp. 65 e 66.

Sobre este assunto Amaro citou o historiador J. Armitage segundo o qual, interessava ao banco fornecer e ao governo contrair sucessivos empréstimos em papel-moeda. Como não se aumentou o fundo, nem se verificou a responsabilidade do banco, este papel-moeda não representava realmente o seu valor de face. Os acionistas, no entanto, continuaram recebendo integralmente os juros sobre todo o seu montante de maneira que os seus ganhos foram vultuosos. Entretanto, estes lucros e o sistema de fraude adotado não podiam fazer face às imensas despesas dos diretores e dos outros empregados. Assim, a máquina funcionou durante muito tempo com os recursos que se consideravam inesgotáveis. Os funcionários abandonaram as suas operações comerciais e se voltaram para os hábitos da corte imitando os faustosos gastos. Finalmente, segundo Armitage, o tesoureiro do banco abandonou a sua família e fugiu para os Estados Unidos levando até os fundos de uma companhia de seguros que estavam sob seus cuidados.<sup>6</sup>

Ainda que exagerado este relato facilitou a compreensão da situação que levou o estabelecimento à falência. Apesar dos esforços oficiais os resultados das atividades do banco, anunciados em março de 1820, eram desanimadores. Houve a intenção do governo em reforçar a solidez do banco “para o bem comum dos vassallos” e para compor as somas necessárias ao pagamento das despesas públicas. Para isso, era preciso afastar toda e qualquer desconfiança sobre a capacidade do estabelecimento. Através de novos decretos e privilégios buscava-se induzir o público a utilizá-lo, em 23 de março de 1821 encontra-se o seguinte decreto:

Hei por bem declarar como dívidas nacionais os desembolsos do Banco do Brasil por semelhantes transações, e a elas responsáveis todas as rendas públicas deste Reino do Brasil, e os rendimentos que têm entrada nos diversos cofres públicos que têm feito transações com o Banco, ou a quem devem pertencer as

---

<sup>6</sup> Decreto de 23 de março de 1821. Citado em Amaro Cavalcanti. *O meio circulante nacional*. Op. Cit. p. 84.

despesas de obras por ele feitas. E para aumentar os capitais, que devem servir a acelerar o pagamento do que a minha Real Fazenda deve ao Banco do Brasil, sou servido ordenar que imediatamente a Diretoria Geral dos Diamantes faça entrar no cofre do Banco todos os brilhantes lapidados que se acham no meu Real Erário(...) praticando-se o mesmo com diamantes que para o futuro se forem lapidando, a fim de que a Junta do Banco possa proceder à sua venda no Brasil ou na Europa, onde for mais conveniente, levando o seu produto à conta de crédito da Real Fazenda.<sup>7</sup>

Este decreto era importante porque reforçaria o fundo de reserva do banco tornando-o uma instituição mais segura quanto a suas transações e mais sólido aos olhos dos possíveis clientes. Segundo Amaro Cavalcanti, da leitura do decreto nota-se que o banco fazia freqüentemente extraordinários adiantamentos ao Real Erário, bem como a outras estações públicas. Por este motivo o estabelecimento era desfalcado constantemente em altas quantias minando gradativamente a sua solidez. Para o autor, o Governo socorreu o banco decretando dividas nacionais os adiantamentos, empenhou o produto das rendas públicas, o montante da venda dos diamantes e brilhantes, depósito de prata, ouro e pedras preciosas, garantindo seu funcionamento com na intenção de mantê-lo como seu financiador por mais algum tempo e não por ser colocado tardiamente a par daquela situação.<sup>8</sup>

De certa forma isso explicou porque quase um mês depois, em 26 de abril de 1821, d. João VI retornou a Portugal levando consigo grande quantidade de metais depositados nos cofres do banco sem dar conta da imensa dívida que tinha contraído. Os cortesãos seguiram seu exemplo e reuniram a maior quantidade possível de notas para realizá-las em moeda metálica, deixando o banco quase sem metal algum para fazer frente às suas necessida-

---

<sup>7</sup> Citado em Amaro Cavalcanti. *O meio circulante nacional*. Op. Cit. pp. 84 e 85.

<sup>8</sup> Ibidem. Op. Cit. p. 85.

des de funcionamento. O resultado inevitável foi a adoção de uma tabela de realização para aqueles que exigissem, a partir desse momento, a troca de seus bilhetes por metais atendendo a seguinte regra: uma nota de 100\$ receberia 75\$ em notas de pequeno valor, 15\$ em prata, e 10\$ em cobre. Estava claro que este expediente equivalia à suspensão de pagamento dos seus bilhetes e gerou no público uma sensação de insegurança frente a uma situação calamitosa como esta.<sup>9</sup>

Bernardo de Souza Franco forneceu, em seu opúsculo, outra abordagem segundo a qual o estado de insolvência era resultado de uma situação anterior à volta de d. João VI para Portugal.<sup>10</sup> Era o que constava do balanço publicado pelo conselheiro José Antônio Lisboa em março daquele ano que afirmou ser a insolvência resultado da falta de meios para acorrer ao troco de suas notas.<sup>11</sup> Houve uma grande preocupação nos debates sobre o meio circulante com relação à proporção do fundo de reserva necessário para a realização das notas em circulação. A busca pela imposição de um limite de emissão às notas bancárias tentava manter uma proporção segura e ao mesmo tempo atender às necessidades de circulação monetária do mercado. Ainda em 1821, d. Pedro buscou contornar a falta do meio circulante e mandou cunhar moedas de cobre. Se-

---

<sup>9</sup> Amaro Cavalcanti. *O meio circulante nacional*. p. 86.

<sup>10</sup> Bernardo de Souza Franco nasceu na província do Pará em 28/06/1805 foi bacharel em direito por Olinda. Foi nomeado presidente da província do Pará em 1839. Em 1844 foi presidente da província das Alagoas. Desde 1842 entrou no partido progressista no qual se tornou um dos seus principais chefes. Participou das sessões de 1844, 1848 e 1850, desse partido e depois do partido conciliador. Foi ministro em 1848 da pasta dos Negócios Estrangeiros e depois da Fazenda. Em 1855 é eleito Senador pela província do Pará e continuou a militar pela conciliação no Senado. Faleceu em 08/05/1875 na Guanabara. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Coleção Brasil 500 anos. Brasília.1999.Vol. I, p. 115.

<sup>11</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. pp. 18 e 19.

gundo Cavalcanti, apesar de condenável esta prática buscava colocar em giro um agente menos depreciado que o papel do banco e através dele conseguir resgatar parte dessas notas diminuindo assim a quantidade de emissão bancária.<sup>12</sup>

Peláez e Suzigan deram conta de que o público preferiu, por algum tempo, as moedas de cobre aos bilhetes do banco por medo de que este fosse à falência.<sup>13</sup> Com esta medida as únicas moedas em circulação consideradas moedas legais passaram a ser as moedas de cobre e os bilhetes do banco. Apesar da luta para restringir as emissões valorizando desta forma seus bilhetes, como constava de uma portaria do governo de outubro de 1822, o banco pediu e foi concedida uma autorização para aumentar a emissão de suas notas motivada pelo grande número de pedidos junto à instituição. É importante destacar que Cavalcanti afirmou, baseado nas conclusões de Cândido José de Araújo Viana, Marquês de Sapucaí, ministro da fazenda em 1833, que a depreciação do papel-moeda só acentuou-se depois de 1825.<sup>14</sup>

Mesmo com toda a ajuda recebida a situação do banco já dava sinais de alarme e em 1826, Nicolau de Campos Vergueiro apresentou à Câmara dos Deputados uma proposta que previa o

---

<sup>12</sup> Amaro Cavalcanti. *O meio circulante nacional*. Op. Cit. p. 87

<sup>13</sup> Carlos Peláez e Wilson Suzigan. *História monetária do Brasil*. Op. Cit.

<sup>14</sup> Cândido José de Araújo Viana. Marquês de Sapucaí. Nasceu em Sabará, província de Minas Gerais, em 15/09/1793 e faleceu no Rio de Janeiro em 23/01/1875. Foi bacharel em direito pela universidade de Coimbra exerceu o cargo de magistrado. Foi presidente da província das Alagoas em 1828 e do Maranhão entre 1829 e 1832. Representou sua província na Constituinte de 1823 e nas quatro legislaturas subseqüentes até entrar para o Senado representando a mesma província por escolha da regência em 1839. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. II, pp. 30 a 32; e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar no Brasil. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília. 1973. p. 439.



estudo das atividades do banco e de sua situação por uma comissão.<sup>15</sup> No relatório apresentado pela comissão em 17 de agosto de 1827 procurava-se demonstrar as perdas que o Tesouro tivera com a má administração do Banco e apontavam-se aqueles a quem a comissão creditava os abusos.

A comissão não pôde deixar de lastimar a perda da Fazenda Nacional, ocasionada pelo desleixo dos ministros da Fazenda, que têm servido desde o ano de 1818, no que respeita às transações do Tesouro com o Banco, com o qual seria hoje menor o empenho do mesmo Tesouro, se tiveram cumprido a lei, segundo lhes incumbia.<sup>16</sup>

Um dos grandes problemas identificados pelos vários relatórios apresentados foi a “cunhagem arbitrária de moedas de cobre. Já em 1827, a maior parte das moedas de cobre na Bahia eram falsas”.<sup>17</sup> É importante ressaltar que o medo da circulação de dinheiro falso também esteve entre as principais preocupações dos políticos no encaminhamento da questão do meio circulante, pois esta era uma das causas da sua depreciação e, com tal deveria ser combatida. No tocante às moedas falsas na Bahia, d. Pedro promulgou um decreto imperial nesse mesmo ano autorizando a troca das moedas de cobre naquela província por notas emitidas pelo Tesouro. A partir de então, com relação ao papel-moeda, houve a

---

<sup>15</sup> Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Nasceu em 20/12/1778, na Freguesia de São Vicente Ferrer, no lugar de Valporto, em Portugal, e faleceu na província de São Paulo em 17/09/1859. Formou-se bacharel em direito na Universidade de Coimbra. Exerceu a função de advogado em São Paulo logo após a sua formatura. Foi deputado das Cortes em Lisboa por São Paulo, entre 1822 e 1823, e depois de 1826 a 1828. Senador por Minas Gerais de 1828 a 1859. Foi também ministro do Império, da Fazenda e da Justiça. Pertencia ao partido liberal. S. A. Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Coleção Brasil 500 anos. Brasília.1999. p. 377.

<sup>16</sup> Citado em Amaro Cavalcanti. *O meio circulante nacional*. Op. Cit. p. 94.

<sup>17</sup> Carlos Peláez e Wilson Suzigan. *História monetária do Brasil*. Op. Cit. p. 50.

circulação de bilhetes do Banco do Brasil, notas do Tesouro, além das moedas metálicas.

Segundo o opúsculo Bernardo de Souza Franco em abril de 1829 “tinham os mesmos bilhetes baixado a 40 por cento contra o cobre, 110 por cento contra a prata e 190 por cento contra o ouro, e o câmbio para Londres a 23 pence por 1\$ rs”.<sup>18</sup> Neste cenário o ministro da Fazenda, Miguel Calmon du Pin e Almeida, enviou à assembléia uma proposta em que uma comissão cuidaria da situação e estudaria a liquidação do banco.<sup>19</sup> As comissões da Fazenda e Banco examinaram a proposta do governo e recomendaram a aprovação do decreto de extinção do banco em forma de lei.

Em setembro de 1829, o Banco do Brasil foi liquidado e suas notas passaram a ser substituídas pelas notas do Tesouro, mas até que todas as notas do antigo Banco do Brasil fossem resgatadas elas continuaram a ter caráter de moeda legal. Um fato inusitado é notar que neste cenário de crise apresentando como resultante a quebra do banco fundado pelo governo, a década de 1830 foi marcada pelo surgimento dos primeiros bancos privados do país. Como exemplo estão o Banco do Ceará e o Banco Comercial no Rio de Janeiro. Assistiu-se entre 1845 e 1851 um surto na fundação de instituições bancárias privadas como o Banco Comercial da

---

<sup>18</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. p. 20.

<sup>19</sup> Miguel Calmon du Pin e Almeida. Marquês de Abrantes. Nasceu em 1796 em Santo Amaro, Bahia. Doutor em direito pela Universidade de Coimbra. Eleito deputado toma assento em 1827, quando é chamado para o ministério da Fazenda onde fica até 1829. Nesse ano é transferido para o ministério dos Negócios Estrangeiros até 1830. É eleito novamente como deputado em 1831, ausenta-se em viagem pela Europa retornando depois da abdicação de d. Pedro I tomando assento como deputado nas sessões de 1832 e 1833. Em 1837 tomou assento na Câmara dos Deputados como suplente, logo depois assumindo a pasta da Fazenda onde ficou até 1839. Eleito Senador pela província do Ceará, voltando à pasta da Fazenda entre 1841 e 1843, depois nomeado Conselheiro de Estado ordinário. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Op. Cit. pp. 99 a 106.

Bahia, Banco do Maranhão, o Banco do Pará, Banco Comercial de Pernambuco e o Banco do Brasil, de propriedade de Irineu Evangelista de Souza.<sup>20</sup>

É importante ressaltar que em 1847 o governo foi autorizado pelo Legislativo a cunhar moeda de ouro e prata. Segundo Peláez e Suzigan esta determinação seguiu um critério metalista pelo qual a maior quantidade de metal precioso equivaleria a um maior valor da moeda e melhores níveis de bem-estar, o que resultou no uso mais generalizado da moeda metálica em pagamentos, especialmente, ao governo.<sup>21</sup> O desenvolvimento da matéria no ano de 1853 foi de vital importância na discussão do meio circulante. Nesse ano votou-se a fundação do segundo Banco do Brasil, fruto da fusão do Banco do Brasil de Mauá e do Banco Comercial do Rio de Janeiro, constando nesta segunda fundação a possibilidade da criação de duas filiais, uma no Rio Grande do Sul e outra na província de São Paulo. Segundo os autores, a reforma consistiu no estabelecimento de um super-banco semelhante ao Banco da Inglaterra que receberia o monopólio de emissão, implementaria as práticas bancárias ortodoxas e tentaria absorver os demais bancos.<sup>22</sup> Assim, a natureza da reforma e a lei bancária de Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraí, de 1853, previu o encaminhamento para a monopolização do sistema bancário brasileiro.<sup>23</sup>

---

<sup>20</sup> Irineu Evangelista de Souza. Visconde e depois Barão de Mauá. Nasceu na província do Rio Grande do Sul em 28/12/1813 e faleceu no Rio de Janeiro em 21/10/1889. Como profissão constava a de capitalista. Eleito deputado na 9ª (suplente), 10ª, 11ª, 12ª e 15ª legislaturas, todas pela província do Rio Grande do Sul. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 406.

<sup>21</sup> Carlos Peláez e Wilson Suzigan. *História monetária do Brasil*. Op. Cit.

<sup>22</sup> Carlos Peláez e Wilson Suzigan. *História monetária do Brasil*. Op. Cit. pp.78 a 80.

<sup>23</sup> Joaquim José Rodrigues Torres. Visconde de Itaboraí. Nasceu em 13/12/1802 no Porto de Caxias, na província do Rio de Janeiro. Estudou matemática em Coimbra e quando voltou lecionou na Academia Militar. Em 1831 assume a pasta da Marinha. Representou o Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados

Desta forma, em 10 de abril de 1854 entraram em circulação as primeiras notas deste novo Banco do Brasil. Logo depois foi aprovada a regulamentação das filiais nas províncias de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará. A expansão da rede bancária nesse momento seguiu, portanto, a expansão do Banco do Brasil através de suas caixas filiais. A situação se alterou com a entrada de Bernardo de Souza Franco no Ministério da Fazenda em 1857. Este ministro mostrou-se favorável à pluralidade de emissão, Peláez e Suzigan descreveram “parte do plano de Souza Franco consistia na criação de um sistema bancário no qual as instituições de crédito das províncias seriam independentes tanto do Governo local como da Corte, argumentando ele que, com essa liberdade, as necessidades locais poderiam ser melhor supridas. Uma instituição centralizada sob o controle governamental impediria o desenvolvimento ideal de uma rede bancária nacional”.<sup>24</sup>

Neste mesmo ano o Brasil foi afetado por uma forte “contração econômica”, como foi apontado por estes autores. O resultado sobre a questão monetária foi uma forte crítica à pluralidade de emissão, entendida como sendo a causa da crise e identificando Bernardo de Souza Franco como seu artífice. Esta onda contrária à pluralidade emissionista teve como resposta a subida ao ministério de Francisco de Sales Torres Homem, em 1858, considerado um metalista radical.<sup>25</sup>

---

em 1833. Era um dos líderes do partido conservador. Em 1837 Feijó o nomeia novamente para a pasta da Marinha. Em 1840 foi chamado a ocupar a pasta do Império e interinamente a da Marinha. Em 1844 foi eleito Senador pelo Rio de Janeiro. Em 1849 assume como Ministro dos Negócios da Fazenda até 1853, quando cai esse ministério. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Op. Cit. Vol. I, p. 73.

<sup>24</sup> Carlos Peláez e Wilson Suzigan. *História monetária do Brasil*. Op. Cit. p. 82.

<sup>25</sup> Francisco de Sales Torres Homem. Visconde de Inhomirim. Nasceu no Rio de Janeiro em 29/01/1812 e faleceu em Paris a 03/06/1876. Doutor em Direito e Medicina e jornalista. Foi deputado na 6ª legislatura por Minas Gerais, na 7ª, 10ª, 11ª pelo Rio de Janeiro e Senador pela província do Rio Grande do Norte a partir de 1870. Foi ministro da fazenda no 14º e 24º gabinetes e também Conselheiro de Estado. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. pp. 214 e 215.

Ele argumentava que a indústria e a atividade econômica não se desenvolveram por causa da situação do papel-moeda. O aumento do estoque de papel-moeda pressionava o aumento de preços, a desvalorização cambial e queda da renda real e dos salários. A solução da maior parte dos problemas de política econômica seria a manutenção de um estoque de moeda composto quase exclusivamente de moeda metálica. Como a autorização de bancos de emissão conflitava com a lei bancária de 1853, acabava privando o Governo do controle no estoque de moeda e impossibilitava-o de administrar as variáveis da economia. Na sua crença somente um estoque de moeda predominantemente metálica poderia fornecer condições para que se efetuassem transações com estabilidade e pudesse haver continuidade no crescimento.<sup>26</sup>

Essa política impediu, na prática, novas emissões enquanto os bancos não tivessem a capacidade de efetuar a troca de suas notas por moeda metálica, para alguns significou um entrave ao desenvolvimento do sistema bancário e da própria economia brasileira.<sup>27</sup> De maneira geral a legislação a partir de 1860, até o período próximo à proclamação da república, seguiu uma linha restritiva com relação aos bancos. A política econômica do terceiro ciclo do café, no fim da década de 1890, foi novamente marcada por uma expansão econômica e teve uma nova orientação com os pressupostos emissionistas. Isto acabou por resultar não só no processo do Encilhamento como também em uma onda de investimentos na economia. As inúmeras transformações na economia brasileira, em especial o crescimento urbano, também fornecem novos elementos para as questões da moeda e do crédito no final desse século. A discussão sobre a pluralidade emissionista continuou no início do século XX e começou a se definir em 1923, com a renova-

---

<sup>26</sup> Carlos Peláez e Wilson Suzigan. *História monetária do Brasil*. Op. Cit. p. 93.

<sup>27</sup> Veja-se, por exemplo, o trabalho de Wilson Suzigan. *Indústria brasileira. Origens e desenvolvimento*. São Paulo. Hucitec e ed. Unicamp. 2000. Especialmente o capítulo II.

ção do monopólio de emissão, em concessão feita pelo Tesouro por dez anos ao Banco do Brasil.<sup>28</sup>

Toda a abordagem sobre a moeda e sua natureza sofreu uma grande transformação na década de 1930, como destacaram os autores que escrevem posteriormente a essa data. “Há, no entanto, um segundo aspecto fundamental que separa os autores posteriores a 1930 daqueles observados anteriormente: a falência do padrão ouro no plano internacional, como base dos sistemas monetários conversíveis dos principais países capitalistas. Evidentemente, as propostas de restaurar (ou instaurar) a moeda conversível no Brasil após 1930 perdem força diante da própria situação internacional”.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> Wilson Suzigan. *Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo. Hucitec/Unicamp.2000.

<sup>29</sup> Flávio A. M. Saes. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930*. Op. Cit.

## 3. Liberalismo Econômico

### 3.1. O padrão ouro

Em sua *História do sistema monetário internacional*, Eichengreen lembrou, que o sistema monetário internacional poucas vezes definiu com clareza as regras para a administração de diversas economias nacionais através de acordos pactuados entre os diversos países. A idéia principal em seu estudo para explicar a expansão do sistema de padrão ouro foi o que ele chamou de “externalidades em rede” que consistiu na adoção de determinado arranjo monetário por parte de alguns países como resultado da sua adoção por outros países com quem esses primeiros mantinham relações comerciais. Assim, o crescimento da malha de países que compunham a rede acabou por influenciar cada vez mais países a adotá-lo gerando uma contínua expansão. A compreensão desse fenômeno implica na compreensão de que as decisões nacionais sempre foram influenciadas pelos rumos seguidos por outros países, de forma que a conjuntura internacional constantemente foi um dado importante para definir-se as alternativas e as opções que os governos deveriam seguir.<sup>1</sup>

Voltando sua atenção para as origens do padrão ouro Eichengreen notou que sua formulação se deu nos países euro-

---

<sup>1</sup> Barry Eichengreen. *A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo. Ed. 34. 2000; Quentin Skinner. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

peus, especialmente, na Inglaterra. “Seu desenvolvimento foi um dos grandes acidentes monetários dos tempos modernos. Ele deveu muito à adoção ‘de fato’, embora acidental, pela Grã-Bretanha, de um padrão ouro em 1717, quando sir Isaac Newton, como responsável pela casa da moeda, fixou para a prata um preço em ouro excessivamente baixo, fazendo com que, inadvertidamente, desaparecessem de circulação todas as moedas de prata, à exceção daquelas muito gastas e danificadas”.<sup>2</sup> Não fosse somente este incidente o Banco da Inglaterra também teve uma grande importância no desenrolar dessa adoção. Como lembrou Pierre Vilar, o Banco da Inglaterra, em 1726, não era um banco estatal e tinha liberdade em suas decisões. Pela importância de seus bilhetes, que na realidade eram títulos de crédito, estes foram considerados pelos comerciantes como moeda corrente. Para ter-se uma idéia precisa da importância que os bilhetes do banco tinham adquirido é preciso destacar uma lei de 1773 quando se determinou que a falsificação da cédula do banco fosse punida com a pena de morte. Esta era uma pena equivalente à pena pelo crime de falsificação de moeda igualando, portanto, pelo menos no que diz respeito ao crime, a falsificação dos bilhetes do banco à falsificação da moeda corrente. Apesar da separação formal entre o banco e o governo o que se pôde notar era um estreitamento dos laços entre os dois.<sup>3</sup>

Vilar apontou outro fato que limitou ainda mais o uso da moeda de prata. O autor contou que em 1773, Lorde Liverpool tratou da refundição das moedas de ouro para garantir-lhes o valor nominal fazendo-as coincidir com seu valor intrínseco. Dessa forma, a prata foi relegada a papel secundário como moeda de complemento amplamente fiduciária e sem controle de peso. Assim,

---

<sup>2</sup> Barry Eichengreen. *A globalização do capital*. Op. Cit. p. 29.

<sup>3</sup> Pierre Vilar. *Ouro e moeda na história. 1450-1920*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. Cap. XXXII. Moeda, banco e crédito entre 1726 e 1790-1797. 1980. p. 349 e seguintes.



em 10 de maio de 1774, uma lei previu que pagamentos acima da 50 libras podiam exigir a sua execucao apenas com ouro. Consta da mesma lei que o desgaste admitido nas moedas de prata era limitado a uma fracao infima do seu valor dificultando ainda mais a sua adocao. Segundo esse autor, para os paises ricos e de comercio extenso o ouro converteu-se na medida monetaria universal. Anunciou-se por meio destes caminhos a doutrina inglesa que dominaria o seculo XIX. Por tal principio a moeda de ouro passava a ser a medida universal no meio comercial havendo o desenvolvimento simultaneo da moeda bancaria e do credito.<sup>4</sup>

Tratou-se de um momento em que a Europa continental ainda nao industrializada recebeu a influencia da Inglaterra que gozava do status de regiao mais industrializada do mundo. A situacao economica e o aumento do comercio tambem foram importantes para a compreensao da situacao da politica europeia durante o comeco do seculo XIX. E preciso considerar que no comeco desse seculo alguns exercitos europeus ainda se encontravam em luta para derrotar definitivamente o exercito napoleonico. Depois de findas as guerras napoleonicas havia ainda o problema de uma situacao politica completamente desarticulada com relacao a boa parte dos territorios Europeus. A partir de entao foi preciso restabelecer a ordem atraves da conducao das antigas monarquias novamente ao trono e estabelecer acordos politicos para empreender um novo equilibrio para a regiao. O quadro politico europeu caminhava para uma restauracao dos padroes anteriores a expansao francesa, em uma tentativa de eliminar, na medida do possivel, a experiencia revolucionaria que teve a Franca como seu epicentro, mas se espalhou por boa parte do continente europeu. No que diz respeito as economias, estas tambem buscaram retornar a ordem anterior aos disturbios, nem sempre com grande sucesso.

---

<sup>4</sup> Ibidem. Op. Cit. p. 352 e 353.

É preciso ter em mente que a expansão, tanto dos preceitos revolucionários, quanto dos exércitos napoleônicos foram responsáveis pela disseminação, por quase todo o continente europeu, de novas crenças. O resultado prático foi uma profunda transformação nos anseios das populações européias, em especial das burguesias nacionais. A partir desse momento os princípios das monarquias nacionais que estavam atrelados a um tipo de governo de tendências absolutistas ficaram comprometidos. A adoção dos preceitos liberais pela ação de teóricos e das burguesias nacionais conseguiu mudar o quadro da política européia. Os efeitos das transformações econômicas somados ao novo ambiente político trouxeram, a reboque, a transformação do sistema social.<sup>5</sup>

Sobre este momento histórico Eichengreen explicou, que das decisões autônomas dos governos nacionais nasceu um sistema internacional de taxas de câmbio fixas. “Tanto o surgimento como a operação desse sistema muito deveram a condições históricas específicas. O sistema pressupunha um clima intelectual no qual os governos atribuíam prioridade à estabilidade da moeda e das taxas de câmbio. Isso pressupunha um ambiente político no qual esses governos estariam protegidos contra as pressões visando orientar suas políticas para outros fins. Isso também pressupunha mercados abertos e flexíveis que articulassem os fluxos de capital e de mercadorias de maneiras que isolassem as economias de abalos na oferta e na demanda por mercadorias e financiamentos”.<sup>6</sup> Tais condições históricas davam margem de manobra aos governos para defenderem medidas que repercutiam nos níveis de emprego e renda nesse período. Essa margem de manobra é explicável, em boa parte, porque a incorporação das grandes massas trabalhadoras se deu especialmente no século XX, portanto, trata-se de um momento

---

<sup>5</sup> Eric J. Hobsbawm. *A era das revoluções. 1789-1848*. 13ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.

<sup>6</sup> Barry Eichengreen. *A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional*. Op. Cit. p. 30.

em que estes atores ainda não estavam incorporados ao sistema político através do direito ao voto tendo dificuldades de colocar em pauta as suas reivindicações.

Tomando-se este quadro é preciso considerar alguns dados importantes para a formação e utilização de modelos ou posições comuns aos países europeus na área comercial. Em primeiro lugar a situação da Europa continental era relativamente parecida na medida em que estava desorganizada depois da derrota dos exércitos napoleônicos. Além disso, é preciso considerar que a Inglaterra ficou protegida dos exércitos napoleônicos pela sua posição geográfica e conseguiu manter a sua dinâmica econômica. A própria guerra favoreceu-a pela expansão de seus produtos e de seu modelo para o resto do continente, não de maneira idêntica, mas como uma referência constante nas questões econômicas. E por último, no período posterior à década de 1860 a manutenção dessas práticas esteve associada a uma situação histórica em que os trabalhadores ainda não estavam bem organizados. Com o tempo elas passaram a esboçar um avanço contínuo nas reivindicações por direitos políticos e acabaram por formar um grupo de pressão impossível de ser desconsiderado, no século XX. O momento histórico de cooperação mútua assegurava, momentaneamente, a manutenção dos quadros políticos que, por sua vez encontravam-se em luta para deter as pressões por novos arranjos políticos.

No campo econômico houve uma expansão produtiva monumental que marcou a busca de novos mercados. O estabelecimento destas novas áreas consumidoras foi fundamental para manter o ritmo do desenvolvimento econômico e o aumento das exportações, especialmente para a maior potência comercial da época, a Inglaterra. Seu mercado interno não chegava a despertar algum interesse especial, uma vez que uma parte de sua população ainda era formada por camponeses e pequenos artesãos. O que chamava a atenção eram as possibilidades de expansão mundial de comércio e investimentos que animavam as economias capitalistas. “O comércio mundial entre 1800 e 1840 não tinha chegado a

duplicar. Entre 1850 e 1870, aquelas que sofriam direta resistência do país comprador, como o caso do ópio da Índia britânica exportado para a China, que dobrou em quantidade e triplicou em preço (...) Por volta de 1875, um bilhão de libras esterlinas tinham sido investidas no exterior pela Inglaterra – três quartas partes deste montante desde 1850 – enquanto o investimento externo francês duplicava entre 1850 e 1880”.<sup>7</sup>

Estas informações sobre o contexto do padrão ouro facilitam o encaminhamento para a compreensão do funcionamento do sistema. Logo, torna-se necessário abordar o modelo criado por David Hume sobre o fluxo das moedas metálicas. Apesar de ter sido formulado no século XVIII a funcionalidade desse modelo ajudou a mantê-lo útil durante um longo tempo.<sup>8</sup> No trabalho intitulado *Observações sobre a economia de David Hume*, Fernando Tadeu Ribeiro do Val estudou as posições do autor sobre a economia e sua intenção de se opor à teoria mercantilista. “O enunciado fundamental da existência de uma correlação positiva entre a moeda e preços, que é a essência da teoria quantitativista, não tem origem no século XVII, mas remonta ao século XVI, mais precisamente a 1568. Havia uma controvérsia entre Jean Bodin e M. de Mallestroit, em que o centro da disputa consistia na seguinte proposição: a alta de preços não se explica apenas pela quebra do padrão metálico de uma dada unidade monetária, mas fundamentalmente pela maior quantidade disponível de metais preciosos dentro da Europa. Como em quase todos os Ensaio Econômicos dentro dos quais sempre há uma referência específica a uma controvérsia, a teoria monetária de Hume estava incumbida de servir de

---

<sup>7</sup> Eric Hobsbawm. *A era do capital*. Op. Cit. p. 54.

<sup>8</sup> Segundo Eichengreen apesar dos contemporâneos notarem um esfacelamento na aplicação da teoria que não contemplava o desenvolvimento das instituições financeiras nem os vultuosos empréstimos ao exterior foi somente depois da Primeira Guerra Mundial que o modelo foi ajustado. Barry Eichengreen. *A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional*. Op. Cit. p.52.

base para a sua crença no equilíbrio automático da balança comercial e, com isto, dirigida a demolir as duas pilastras centrais do conjunto de crenças mercantilistas”.<sup>9</sup> Portanto, a obra desse autor tinha o claro propósito de se opor à teoria em voga e através de sua crítica desconstruí-la. O esforço dele estava direcionado na defesa de novas idéias econômicas que se consolidaram com o tempo, o liberalismo.

A teoria de Hume serviu para reiterar a teoria quantitativista e foi de enorme importância para o embate com os pressupostos mercantilistas. Segundo o estudioso, em um determinado sistema econômico a variação da quantidade de moeda não apresentava nenhuma consequência sobre os preços das mercadorias porque estes eram sempre proporcionais à quantidade de dinheiro presente nesse sistema. “De forma resumida, em Hume, moeda é uma mercadoria que atua como meio de troca, por convenção, mantendo estreita relação funcional e proporcional com os preços”.<sup>10</sup> Segundo Val, a terminologia empregada fazia parte do discurso econômico da época e também pode ser encontrado, por exemplo, nos trabalhos de John Locke. A busca das causas que provocavam os fenômenos econômicos estava impregnada da metodologia das ciências naturais, em especial da física newtoniana. Portanto, pode-se identificar, por parte de Hume, a utilização de um vocabulário emprestado das ciências naturais, particularmente da física, para indicar uma relação funcional entre a moeda e os preços.

Para formular seu modelo Hume partiu da premissa de que a circulação monetária no mundo era realizada por moedas de ouro. Assim, toda vez que uma mercadoria era exportada o negociante recebia seu pagamento em ouro. Isso alterava a relação ouro/

---

<sup>9</sup> Fernando Tadeu Ribeiro do Val. *Observações sobre a economia de David Hume*. Dissertação apresentada para a defesa de tese de doutoramento junto ao departamento da FFLCH da USP. 1993. p. 167.

<sup>10</sup> *Ibidem*. pp. 170 e 171.

mercadoria em seu país. Desta forma, um país com déficit comercial apresentaria um excesso de mercadorias com relação à quantidade de ouro que possuía. Essa desproporção interna gerava uma desvalorização das mercadorias e o aumento do valor do ouro.

A queda do preço das mercadorias não era vista como um elemento absolutamente negativo porque essa queda de preços desencadearia uma espécie de mecanismo de compensação, que tenderia a reequilibrar os valores nesse mercado. Assim, o barateamento das mercadorias despertaria a atenção dos consumidores estrangeiros que passariam a ter interesse em comprar o produto do país que tinha apresentado o déficit. Este reequilíbrio era fruto da anterior queda dos preços sendo uma parte importante da dinâmica maior e garantindo um ganho ao final do processo como um todo. No caso de superávit o efeito era similar, quando um país exportava muito receberia grandes quantidades de ouro em sua economia, isso alterava a relação ouro/mercadoria nessa economia o que desvalorizava o ouro internamente e forçava seus possuidores a buscarem outros mercados em que pudessem comprar essas mercadorias por preços menores. Esses lugares seriam os países deficitários.

O comércio internacional foi tomado como sendo uma vantagem aos diversos países que se engajassem às linhas internacionais. Por esta leitura, abertamente anti-mercantilista, o fluxo externo de moeda afetava o nível de preços das economia causando, com o passar do tempo, uma mudança na direção do fluxo de comércio. Esta mudança de direção operava pela redução nas vantagens comparativas. Através desse mecanismo ficava garantido que nenhuma economia cresceria desordenadamente em detrimento das outras. A proposta de cunho liberal baseava-se no pressuposto de que a abertura comercial, com plena mobilidade de recursos, favorecia a justa distribuição das riquezas mesmo se tratando de um sistema competitivo, por outro lado, os ganhos desencadeari-

am um dispositivo natural de ajuste do sistema que impossibilitava a permanência indefinida.<sup>11</sup>

Foi patente o valor que as leis naturais tiveram nos modelos explicativos e a maneira como elas agiriam na economia. Semelhante argumentação era típica do momento histórico no qual se buscava acentuar a importância da descoberta das leis que explicasse algum fenômeno. Tratava-se da exaltação que a ciência sofria no pensamento teórico que a economia política incorporou. “Com recurso à analogia da mecânica dos fluídos, Hume afirma no ensaio *Sobre o ciúme do comércio*, que se não houver barreiras ou qualquer tipo de restrição ou impedimento no comércio, como no caso dos vasos comunicantes, em que se coloca um determinado fluído, a tendência é que, por gravidade, o líquido se infiltre até percorrer e preencher todos os espaços vazios nos recipientes, equalizando o nível em todos os compartimentos. A natureza tem precedência sobre o artifício. Qualquer que seja a esfera, leis artificiais não podem suplantar o natural”.<sup>12</sup> A teoria huminiana acentuava a importância de leis naturais que agiam como harmonizadores redistribuindo aos fatores que apresentassem momentaneamente um desequilíbrio.

A obsessão mercantilista pela imposição de barreiras à circulação dos fatores tornava-se inútil porque o ajustamento se processava a revelia dessas forças. Da mesma forma Hume não via com bons olhos o acúmulo de metais, exceto durante um certo intervalo de tempo, e também se mostrou cético com relação aos benefícios advindo dos bancos e dos títulos de crédito. Seu conselho era para que não se usasse a moeda fiduciária uma vez que tal papel não tinha nenhum valor no exterior. Isso era relevante caso o Esta-

---

<sup>11</sup> Fernando T. R. do Val. *Observações sobre a economia de David Hume*. Op. Cit. pp. 172 e 174.

<sup>12</sup> Fernando T. R. do Val. *Observações sobre a economia de David Hume*. Op. Cit. pp. 175 e 176.

do sofresse qualquer tipo de desordem. A preocupação do autor com relação ao tema é extensiva à concessão de crédito bancário, segundo ele, era um dinheiro criado artificialmente que facilmente estaria além daquela proporção natural em relação à produção e que causaria inflação e elevação dos salários, comprometendo potencialmente a economia.

Neste cenário pode-se imaginar o desenvolvimento econômico explicado como fruto de um aumento produtivo que gerava uma desproporção entre as mercadorias e o ouro e acabava por baratear o preço das mercadorias que por sua vez atraía mais ouro, etc. Assim, o modelo básico explicava não só o reequilíbrio das economias de maneira dinâmica como também o desenvolvimento econômico. Note-se que o modelo tratava de uma tendência natural das economias ao equilíbrio dos diversos mercados uma vez que elas se inserissem no sistema comercial internacional e adotassem os pressupostos do padrão ouro permitindo que o metal entrasse e saísse com ampla facilidade.

A importância do modelo era que ele fundamentava teoricamente as transações de mercadorias assegurando um equilíbrio final resultante de pequenos desequilíbrios advindos das trocas comerciais. A proposta de fundo é a de que a economia era por natureza estável e que, se não houvesse entraves ela sempre atingiria este ponto ótimo. Neste sentido, as interferências à livre circulação de mercadorias e de ouro só tendiam a desequilibrar as economias nacionais e causar deformidades que acabavam por prejudicá-las. Ficou claro que o modelo incorporou os pressupostos liberais do século XIX, dotando-os de uma lógica racional acentuada por um determinado momento histórico. Quando, com o passar do tempo, o modelo foi forçado pelos avanços históricos e começou a apresentar discrepâncias cada vez maiores entre a teoria e a realidade forçosamente teve de ser repensado. Mesmo assim, ao considerar-se sua vigência, ele se mostrou bastante longo.

A simplicidade do modelo, que em parte foi responsável pelo seu sucesso, também impôs os limites à sua funcionalidade. É pre-



ciso atentar que ao final do século XIX a realidade era muito diferente do quadro que o autor utilizou no momento de sua formulação. “Para conservar a precisão do modelo de Hume seria necessário ampliá-lo de modo a incorporar dois aspectos presentes no mundo do final do século XIX. Um deles eram os fluxos de capital internacional. Os movimentos líquidos de capital devidos aos empréstimos do exterior eram maiores – com frequência, substancialmente maiores – do que a balança comercial de ‘commodities’. Hume nada dissera sobre os determinantes desses fluxos – sobre fatores como o nível de taxas de juro e sobre as atividades dos bancos comerciais e centrais. O outro aspecto era a ausência de remessas internacionais de ouro na escala prevista pelo modelo. Com exceção do ouro proveniente de mineradoras na África do Sul e outros países que chegavam ao mercado de ouro londrino, esses fluxos eram muito pequenos em relação aos déficits e superávits comerciais dos países”.<sup>13</sup>

A periodização do padrão ouro reforça os cuidados com relação à vigência desses pressupostos. Apesar de citar leis do final do século XVIII os marcos geralmente aceitos do modelo clássico do padrão ouro são: 1870 a 1914.<sup>14</sup> O período anterior teria sido de maturação e desenvolvimento do sistema com relação a uma malha mínima de países que o adotaram e diz respeito às condições históricas que permitiram sua adoção e manutenção. Não se tratou apenas da adoção do modelo teórico, mas de uma prática que teve respaldo através desse modelo garantindo teoricamente um retorno econômico ao país que aceitasse este arranjo.

O momento final do século XIX foi marcado por uma certa maturidade do capitalismo industrial percebida, especialmente pelo

---

<sup>13</sup> Barry Eichengreen. *A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional*. Op. Cit. pp. 51 e 52.

<sup>14</sup> W.M. Scammel. *The working of the gold standard*. In Barry Eichengreen. *The Gold Standard in the theory and history*. New York; London. Methuen, 1985. p. 103.

aumento da preocupação com relação ao comércio exterior e ao investimento no exterior. Essa preocupação não aparecia inscrita nos períodos anteriores que foi caracterizada pela acumulação de capitais determinada pelo aumento da produção. A exportação dos capitais e bens de capital demonstrou o surgimento de um novo estágio no desenvolvimento capitalista. Suas marcas se fizeram presentes na construção das malhas ferroviárias e no fôlego dado aos sistemas de comunicação, em diferentes partes do mundo, atraindo a atenção das velhas potências industrializadas para as oportunidades que surgiam na região das velhas áreas coloniais.<sup>15</sup> Como Dobb atestou, houve problemas na área econômica na segunda metade do século XIX que serão contornados sem grandes abalos do sistema capitalista. De maneira geral na década de 1870 a maioria das crises estava superada e o sistema estava pronto para entrar em uma nova fase de crescimento, especialmente, o país que até aquele momento era a principal referência para toda a economia mundial.

### 3.2. Os teóricos presentes nos discursos

Diferentes projetos de melhoria do meio circulante foram expostos na Câmara dos Deputados e preocuparam-se principalmente com o instrumento capaz de promovê-la. As discussões tratavam do maior ou menor grau de centralização, oposição ou aceitação à intervenção governamental, maior ou menor autonomia financeira das províncias, etc. É importante frisar que, a questão da interferência do Estado através da regulamentação não foi vista como contraditória aos preceitos do liberalismo econômico por aqueles que mantiveram tendências liberais no campo econômico, no Brasil. Seguiram o exemplo do tipo de regulamentação dos pa-

---

<sup>15</sup> Maurice Dobb. *A evolução do capitalismo*. São Paulo. Abril Cultural. 1983. Coleção Os Economistas. p. 222.

íses comercialmente mais desenvolvidos que já haviam passado por diversas situações com as quais, segundo os políticos, o Brasil poderia aprender. Nos dizeres de Bernardo de Souza Franco, político considerado de posições liberais:

Considerada a interferência dos governos nos bancos no ponto de vista social e financeiro e sem interesse de partido é uma necessidade da sociedade, e de grande vantagem pelos abusos que pode coibir. Nos governos representativos é até sem perigo, porque como violentar os interesses dos acionistas e diretores dos bancos? Então há muito mais a reear dos desvios a que o engodo de ganhos excessivos arraste os bancos e suas direções. E privar o governo da influência precisa sobre os bancos seria mais um exemplo da inqualificável anomalia de um Estado em que estão sujeitos à ação governativa todos os atos públicos, excetuar instituições de tão grande importância, e de cujos abusos resultam sérios embaraços a administração pública.<sup>16</sup>

A comunhão de preceitos liberais dos políticos brasileiros com as idéias expressas nos países tomados como modelos a serem seguidos e as referências a alguns teóricos me levaram a entrar em contato com algumas idéias dos teóricos liberais europeus. Assim, para tratar do liberalismo, no plano econômico, serão utilizados os textos de três autores que ao discorrer sobre a moeda e o sistema bancário serviram para que os políticos brasileiros baseassem suas idéias. A escolha destes autores se deu em virtude da citação explícita de seus nomes nos discursos na Câmara dos Deputados e de que suas teorias fundamentaram argumentos a favor ou contra o predomínio da moeda metálica, do limite da emissão de moeda e a formação do sistema bancário. Tratam-se de Adam Smith, sobre o modelo inglês, Jean-Baptiste Say, sobre o modelo francês e David Ricardo, também sobre o modelo inglês. Este último autor, em

---

<sup>16</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. p. 85.

especial, foi utilizado por Joaquim José Rodrigues Torres para fundamentar a defesa da restrição às emissões.<sup>17</sup>

Segundo Adam Smith uma vez estabelecida a divisão do trabalho a produção individual não conseguiria satisfazer a todas as necessidades humanas, isso só seria possível através das trocas. A grande quantidade de trocas e sua constância fez nascer a necessidade do estabelecimento de uma mercadoria que poucas pessoas se recusariam a receber em troca do fornecimento do produto que elas produziam. Foi desse modo que em todas as nações civilizadas o dinheiro se transformou no instrumento universal de comércio, através do qual são compradas e vendidas mercadorias de todos os tipos.<sup>18</sup> Apesar de cada localidade poder optar pela escolha de determinada mercadoria como dinheiro, a escolha das grandes nações comerciais pelos metais acabou definindo esta preferência como universal.

Essa opção foi justificada pelo autor porque os metais apresentavam a vantagem de poderem ser conservados sem perder intrinsecamente seu valor, não era o caso de muitas outras mercadorias, eles eram formados de substâncias duradoura e, finalmente, eles podiam ser divididos sem que a natureza dos pedaços sofresse alteração nenhuma. Havia também a possibilidade de fusão, uma característica que nenhuma outra mercadoria de igual durabilidade possuía, o que tornava os metais adequados ao inte-

---

<sup>17</sup> Adam Smith. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo. Abril Cultural. 1983. Coleção Os Economistas, vol. 1; Jean-Baptiste Say. *Tratado de Economia Política*. São Paulo. Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas; David Ricardo. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo. Abril Cultural. 1988. Coleção Os Economistas. A citação do autor David Ricardo pelo ministro da fazenda Joaquim José Rodrigues Torres, Visconde de Itaboraí, ocorreu no dia 8/03/1850, página 97.

<sup>18</sup> Adam Smith. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Op. Cit. p. 61.

resse em estabelecer um instrumento prático para a realização do comércio.<sup>19</sup>

Logo depois deste estágio houve a cunhagem de tipos primitivos de moedas sob inúmeras formas. A moedagem dos metais trouxe consigo um grande problema, o da moeda ser facilmente fraudada, isso porque os testes que garantiriam sua pureza e seu peso eram difíceis de serem realizados em todas as trocas. A despeito deste fator os metais foram largamente utilizados em diversas regiões do mundo como moeda, com o cuidado de coibir sempre a prática da falsificação. Parte dessa preocupação levou os governos a buscarem aperfeiçoar suas moedas com cada vez mais elementos que lhe conferiam segurança como, por exemplo, a adoção de moedas cunhadas nas duas faces e de formato circular. Esta configuração passou a ser utilizada para facilitar o uso de metais garantindo “por meio da gravação oficial, a quantidade e a qualidade uniforme das diversas mercadorias quando trazidas ao mercado”.<sup>20</sup> Esta foi a forma geralmente assumida como padrão pelos países que adotaram o sistema monetário metálico.

Para Smith, o capital de uma sociedade se dividia em três partes. A primeira delas seria para consumo imediato, a segunda foi classificada como capital fixo, que consistia em proporcionar renda ou lucro sem mudar de proprietário, ou seja, sem circular. A terceira parte era o capital circulante. Compõem a terceira parte produtos acabados, materiais diversos que apóiam todas as produções como mobília, tecidos, construção, estoques de provisões e, finalmente, dinheiro, “por meio do qual se faz a circulação das outras três, e a distribuição aos respectivos consumidores”.<sup>21</sup> Neste

---

<sup>19</sup> Adam Smith. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Op. Cit.. p. 58.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 59.

<sup>21</sup> Adam Smith. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Op. Cit.. p. 248.

caso uma consideração tomava cada vez mais importância, a extração e depois a moedagem acabavam elevando os custos da manutenção de um meio circulante metálico. Neste sentido, a evolução do dinheiro de sua forma metálica para a forma de papel-moeda, como se verá, foi encarada como um avanço econômico. Para ele, o dinheiro metálico que circulava em qualquer país podia com muita propriedade ser comparado a uma grande rodovia, a qual permitia a circulação e o transporte dos diversos produtos aos centros de distribuição e comércio sem, no entanto, produzir nenhuma parte desses produtos.

As operações bancárias criteriosamente realizadas serviriam como um aperfeiçoamento dessa malha rodoviária fornecendo “uma espécie de rodovia suspensa no ar – se me for permitida metáfora tão extremada -, possibilita ao país, digamos assim, converter grande parte de suas rodovias em boas pastagens e em campos de cereais, aumentando consideravelmente desta forma a produção anual de sua terra e de seu trabalho”.<sup>22</sup> Estava claro que o sistema bancário permitiu o aperfeiçoamento do sistema sem, contudo, confundilo com a potencial geração de riqueza. Importava perceber que tanto a indústria, quanto o comércio poderiam se beneficiar das operações bancárias sem se deixar iludir por esta mediação uma vez que estavam “por assim dizer suspensas nas asas de Dédalo do papel-moeda, viajam sobre o solo firme do ouro e da prata”.<sup>23</sup>

Reconhecia, assim, que o avanço do sistema monetário estava vinculado à utilização do papel-moeda nas transações comerciais sem confundir, no entanto, a expressão dinheiro com a riqueza. O autor entendeu que a substituição de metais preciosos por papel-moeda representava um avanço na economia permitindo a substituição de um mecanismo extremamente dispendioso por outro que fazia às vezes de metal com o benefício de apresentar um baixo

---

<sup>22</sup> Ibidem. p. 277.

<sup>23</sup> Ibidem. p. 277.

custo comparativo. A circulação do dinheiro passou a ser feita através de uma “nova roda” que demandava custos menores para a sua produção e manutenção.<sup>24</sup>

A formação de um sistema bancário permitiu explorar a utilização do papel-moeda como meio circulante na medida em que os bancos ficariam encarregados de emitir seus bilhetes: “os bancos, quando os clientes os procuram para tomar empréstimos, geralmente adiantam-lhes o dinheiro em suas próprias notas promissórias. Com estas, por sua vez, os comerciantes pagam aos manufatores pelas mercadorias, os manufatores aos arrendatários pelos materiais e mantimentos, os arrendatários aos proprietários de terra pelo arrendamento; os donos de terra, por sua vez, pagam com elas aos comerciantes pelas comodidades e artigos de luxo, e os comerciantes as devolvem aos bancos para equilibrar suas contas de caixa ou para repor-lhes o que eventualmente tomaram de empréstimo; assim, quase todos os negócios financeiros do país são transacionados por esses títulos bancários”.<sup>25</sup> Cumpre notar que a importância do sistema bancário estava na particularidade de fornecer um meio substitutivo para as transações comerciais que permitisse utilizar uma maior parcela do capital que antes disso ficava ocioso à espera de ser usado em alguma eventualidade. O dinheiro em ouro e em prata que circulava em qualquer país, e pelo qual os demais produtos circulavam, representava na verdade capital ocioso. O emprego de notas ao invés de metais preciosos permitiu uma espécie de realocação de recursos canalizando o ouro e a prata para eventuais investimentos no exterior sendo substituídas, no país, pela circulação de bilhetes.<sup>26</sup>

É importante salientar, no entanto, que essa substituição de numerário deveria respeitar certas regras econômicas. O sistema

---

<sup>24</sup> Adam Smith. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Op. Cit. p. 256.

<sup>25</sup> Ibidem. p. 261.

<sup>26</sup> Ibidem. p. 277.

bancário smithsoniano estava fortemente vinculado à conversibilidade que acabava por conferir-lhe a confiabilidade esperada pelo autor: “o papel-moeda que consiste em notas bancárias, emitidas por pessoas de crédito indiscutível, e pagáveis incondicionalmente quando cobradas, e na realidade sempre pagas quando apresentadas, tem sob todos os aspectos, valor igual ao do dinheiro em ouro e prata. Tudo o que se compra ou se vende com tal papel-moeda deve necessariamente ser comprado ou vendido tão barato como se fosse com ouro e prata”.<sup>27</sup> Para que ele não se desvalorizasse era preciso que o montante de papel-moeda jamais ultrapassasse o valor dos metais preciosos que deveriam suprir as necessidades da praça comercial caso não houvesse a utilização do papel-moeda.<sup>28</sup>

As emissões de papel-moeda estariam restritas a um nível determinado pela circulação de bens dessa sociedade. Emitir papel-moeda além desse limite aumentaria muito as despesas e, pelo excesso de emissão, as notas acabariam retornando ao banco cada vez mais rápido. Este teria que manter em seus cofres uma quantidade maior de metal precioso parado, sem receber juros, além de gastar mais reabastecendo seus cofres para cobrir os descontos de seus títulos, com uma frequência cada vez maior o que seria contraproducente. Nas palavras de Smith, “se cada sociedade bancária tivesse sempre compreendido e atendido a seu próprio interesse específico, nunca poderia ter ocorrido um excesso de papel-moeda em circulação. Todavia, nem sempre todos os bancos compreenderam ou atenderam seu próprio interesse, ocorrendo com frequência uma saturação de papel-moeda em circulação”.<sup>29</sup>

A posição de Jean-Baptiste Say foi similar a de Adam Smith em muitos pontos, com a diferença de que para o primeiro era o

---

<sup>27</sup> Adam Smith. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. p. 280.

<sup>28</sup> Ibidem. p. 262.

<sup>29</sup> Ibidem. p. 263.



governo que acabava por conferir valor à moeda. Este autor declarou que se dava o nome de papel-moeda a uma “moeda de papel”, este bilhete não estipulava seu reembolso ou só estipulava um reembolso fictício que não se efetivava. Ficou claro que o sistema ao qual Say se refere era um sistema fiduciário, no qual, os bilhetes em circulação não previam o direito a sua realização em metais. O valor dos bilhetes se dava na medida em que o governo autorizava a pagar nessa moeda os compromissos contraídos em espécie. Ao autorizar os devedores a quitarem seus débitos com tal papel e, principalmente, o governo recebê-lo das mãos dos contribuintes na quitação de seus encargos com o governo conferia valor aos bilhetes e lhe atribuía um uso baseado em sua autoridade. Sob esse sistema pode-se considerar uma moeda de papel como o último patamar de desenvolvimento das moedas.

Pela facilidade de fabricação o número das unidades monetárias tornava-se maior. Lembrou o autor que, ao lançar em circulação um papel não reembolsável, juntamente com as espécies que já se encontravam em circulação, o numerário forçosamente crescia. Por uma lei enunciada por ele no capítulo XXIII de seu livro “o valor de cada peça diminuía na mesma proporção até o ponto em que as peças de moeda metálica caem a uma taxa inferior à da mesma quantidade de metal em lingotes; disso resulta a fusão ou a exportação das moedas metálicas”.<sup>30</sup> Em termos gerais Say expressou, através de uma razão inversa, a relação entre o numerário e o valor da moeda. Indicou, ainda, que no caso o valor das moedas de ouro ficarem abaixo da cotação do ouro elas seriam fundidas e revendidas ao governo para nova cunhagem, como se fosse ouro recém descoberto, ou seriam enviadas ao exterior para venda como barras de ouro. De qualquer forma, o país em questão teria que fazer uso da moeda papel para fazer frente às trocas comerciais.

---

<sup>30</sup> Jean-Baptiste Say. *Tratado de Economia Política*. Op. Cit., p. 235.

Segundo o autor, nas sociedades avançadas a aceitação do papel-moeda na falta de outra moeda qualquer era plenamente normal.

Para ele o valor da moeda foi determinado, em última instância, pela função de pagamento legitimada tanto pelo governo, como pela sociedade que manteve a aceitação desse instrumento como pagamento nas trocas. Não era a confiança no reembolso de um papel-moeda que fazia com que ele fosse aceito em pagamentos uma vez que não existia nenhum lugar em que esses papéis pudessem ser reembolsados por metais. Por esta característica tornava-se meio circulante e não um mero representante de uma moeda metálica. As pessoas que tinham compras a fazer podiam fazê-las sem ter que se desdobrar atrás das moedas metálicas pela confiança que o mercado prestava a este instrumento de compra. Outra vantagem é que as pessoas tendiam a entesourar menos os papéis do que as moedas e isso terminava por aquecer a economia pelas constantes compras para satisfazer as necessidades das famílias ou em novos investimentos.

Segundo este autor, no princípio da utilização dos papéis-moeda a grande circulação que eles traziam favorecia o desenvolvimento da indústria. Assim, dizia que, “os inícios do sistema de Law, sob a regência foram brilhantes e pode-se dizer o mesmo acerca dos primeiros tempos dos papéis na Revolução Francesa. A agricultura, as manufaturas e o comércio da Grã-Bretanha tiveram grande impulso nos anos posteriores à suspensão dos pagamentos em espécie do Banco da Inglaterra”.<sup>31</sup> O defeito que a moeda de papel apresentava não estava na matéria de que era feita já que o que determinava seu valor não eram suas qualidades intrínsecas como era com o dinheiro metálico, mas sim a confiança geral em sua aceitação que facilitava a circulação. As alterações bruscas no valor de tais papéis não eram motivadas por qualquer problema com relação ao seu valor intrínseco e sim ao abuso em sua emissão, uma

---

<sup>31</sup> Jean-Baptiste Say. *Tratado de Economia Política*. Op. Cit.. p. 236.

vez que pelo seu baixíssimo custo era possível inundar o mercado com este instrumento de tal forma que eles perderiam completamente o valor. Além disso, “Um nefasto cortejo, porém, sempre acompanhará qualquer espécie de papel-moeda. Refiro-me ao perigo das falsificações, aos quais, independentemente da inquietação que sempre deixam no espírito dos possuidores de bilhetes, custaram a vida na Inglaterra, durante um espaço de 25 anos, a muitos condenados e a deportação a várias pessoas”.<sup>32</sup>

Desta forma, Say entendeu que, a adoção do papel-moeda como meio circulante era um desenvolvimento natural do avanço econômico e traria um grande benefício para o país ao liberar recursos que pudessem ser mobilizados em outros investimentos. Como se viu o autor destacou os benefícios da utilização dessa moeda papel sem esquecer, no entanto, do tema que preocupou os políticos brasileiros. Muitos deles concordaram com as colocações deste autor: a implantação de um meio circulante na forma de bilhetes favoreceria ainda mais a prática da falsificação.

David Ricardo discorreu sobre o assunto no capítulo intitulado *Sobre a moeda e os bancos*, nele afirmou que, já se tinha escrito tanto sobre a moeda que entre os indivíduos que tratavam dessa questão, ninguém ignorava seus verdadeiros princípios. Partindo deste ponto Ricardo se limitou a uma exposição sucinta sobre as leis gerais que regiam a quantidade e o valor das moedas.<sup>33</sup> A questão com a qual Ricardo ocupou sua atenção foi a razão entre a moeda e seu valor. Não procurou reconstruir a história da moeda ou o estabelecimento dos metais como meio circulante, sua teoria lidou com a realidade inglesa e ele vai debater principalmente com a teoria smithsoniana. É importante destacar sua noção do valor de uma mercadoria por ser um dos eixos principais de sua teoria. O valor seria definido pela quantidade de trabalho necessário para

---

<sup>32</sup> Ibidem. p. 240.

<sup>33</sup> David Ricardo. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Op. Cit. p. 190.

a produção da mercadoria e sua colocação no mercado. Assim, “o ouro é cerca de quinze vezes mais caro do que a prata, não porque exista uma grande demanda por ele ou porque a oferta da prata seja quinze vezes maior do que a do ouro, mas somente porque é necessário uma quantidade de trabalho quinze vezes maior para produzir uma dada quantidade daquele metal”.<sup>34</sup>

Ainda neste capítulo o autor realizou duas afirmações importantes sobre o meio circulante que interessam a esta pesquisa. A primeira é que o dinheiro em circulação jamais poderia ser tão abundante que se tornasse excessivo, porque ao aumentar a sua quantidade ele diminuía de valor na mesma proporção, funcionando da mesma forma sua valorização.<sup>35</sup> A segunda observação é que de acordo com esses princípios se concluía que não era necessário que o papel-moeda fosse realizável em espécie para garantir o seu valor. Para isso bastava que sua quantidade fosse regulada de acordo com o valor do metal adotado como padrão monetário.<sup>36</sup>

Estas duas idéias nortearam os argumentos de Ricardo com relação ao meio circulante. Ele destacou que havia limites para a emissão de moeda e que a quantidade dessa moeda em circulação também afetaria o seu valor. Mais à frente Ricardo indicou qual era a sua opinião sobre o papel-moeda. Essa moeda encontrava-se no seu estado mais perfeito quando era formada completamente pelo papel-moeda, mas cujo valor deveria ser equivalente ao ouro que ela representava. Segundo ele, a utilização de papel-moeda em lugar de ouro substituiu um meio mais caro por outro mais barato permitindo ao governo empregar essa porção que estava sendo utilizada como meio circulante em investimentos que aumentariam a sua riqueza.<sup>37</sup> Note-se que a referência do valor continua a ser o ouro

---

<sup>34</sup> Ibidem. p. 190.

<sup>35</sup> Ibidem. p. 190.

<sup>36</sup> Ibidem. p. 191.

<sup>37</sup> David Ricardo. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Op. Cit. p. 194.

que, como Smith também tinha idealizado, poderia ser substituído pelo papel-moeda representando uma grande economia ao país.

Sobre os bancos David Ricardo afirmou. “Depois do estabelecimento dos bancos, o Estado deixou de ter o poder exclusivo de cunhar ou emitir moeda. O numerário tanto pode aumentar com papel-moeda como com moeda metálica. Assim, se o Estado quisesse desvalorizar a sua moeda e limitar a sua quantidade, não poderia sustentar o valor porque os bancos teriam o mesmo poder que o Estado de aumentar a quantidade de dinheiro em circulação”.<sup>38</sup> Nesta passagem fica assinalada não somente a perda do monopólio de emissão, mas um certo grau de comprometimento das políticas econômicas determinadas pelo Estado, uma vez que a contenção das emissões deveria ser realizada pelo sistema bancário e pelo Estado conjuntamente. Em parte esta passagem indicou os limites do Estado na sua interferência na economia, uma vez quebrado o monopólio da emissão. Mais à frente, no entanto, ele considerou que a experiência demonstrava que sempre que um órgão teve poder ilimitado de emitir este tipo de moeda ele abusou desse poder fosse ele um Estado ou um banco. Este era o motivo pelo qual tornava-se necessário a existência de um freio que controlasse as emissões do papel-moeda. “Nada parece mais adequado para esse propósito do que obrigar os emissores de papel-moeda a converter suas notas em ouro cunhado ou em lingotes”.<sup>39</sup> Mesmo com o avanço no meio circulante a referência principal ainda era a conversão do papel-moeda em ouro, o que pressupunha um estoque mínimo de metal precioso para efetivar a conversão das notas. Este limite ficaria imposto pelo funcionamento do mercado e deveria ser estipulado, em última instância pelos particulares. Esta idéia reforça a importância que os agentes privados tinham no modelo ricardiano.

---

<sup>38</sup> Ibidem. p. 191.

<sup>39</sup> Ibidem. p. 192.

Mais à frente o autor explicou sua opção pela emissão não permanecer restrita às mãos do governo. Segundo ele, se houvesse a total confiança da sociedade de que não haveria nenhum abuso nas quantidades emitidas o público seria beneficiado se tal poder permanecesse nas mãos do Governo ao invés de ser disponibilizado a uma sociedade bancária. “O perigo, no entanto, é que se abusaria mais desse poder se estivesse nas mãos do Governo do que nas mãos de uma sociedade bancária. Uma companhia, como se sabe, está mais sob controle das leis, e embora possa estar interessada em ampliar as emissões para além dos limites aconselhados pela prudência, será refreada e moderada pelo poder que os indivíduos teriam de converter papel-moeda em lingotes ou dinheiro metálico. Há quem argumente que, se o Governo tivesse privilégio de emitir dinheiro, deixaria em pouco tempo de respeitar esses limites, sacrificando a segurança futura aos interesses presentes”.<sup>40</sup> Neste sentido, o modelo ricardiano pressupunha que as emissões estivessem nas mãos de “*companhia de comerciantes ou banqueiros*”, ou seja, de particulares. Tal raciocínio comungava plenamente da crença liberal nas leis do mercado e da malha de interesses privados que manteriam a economia sob controle não apenas do Estado, mas favoreceria uma constante vigilância oriunda da defesa dos interesses particulares. Era isso que facilitava a fiscalização e impedia a desvalorização da moeda pelo excesso de emissão.

Estas linhas gerais dão uma idéia de que Ricardo entendia o valor da moeda metálica pela quantidade de trabalho que ela precisava para ser produzida e que esta moeda poderia ser substituída por outros tipos de meio circulante. O meio mais desenvolvido para a circulação seria o papel-moeda sem, no entanto desprezar a conversão deste pelo metal, que em última instância seria uma maneira de impedir a tendência aos excessos de emissão. A emissão deveria ficar nas mãos da iniciativa privada que seria mais respon-

---

<sup>40</sup> David Ricardo. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Op. Cit. p. 195.

sável do que o governo, bem como mais facilmente vigiada. Claro está que o autor produziu estas idéias com relação à realidade inglesa que já contava com uma grande rede bancária e, principalmente, com o Banco da Inglaterra e suas inúmeras atribuições.

Apesar das diferenças materializadas na experiência real seu modelo serviu de inspiração, por exemplo, para Joaquim José Rodrigues Torres, não necessariamente para implantá-lo da maneira como foi enunciado pelo autor, mas sim, como um modelo norteador na definição dos rumos que o sistema monetário brasileiro deveria tomar na melhoria do seu meio circulante.

De fato, é importante ressaltar a influência que estes autores tiveram na fala dos deputados uma vez que isto indicava como os deputados seguiram com atenção as teorias formuladas na Europa pela ciência da Economia Política. Estas teorias e modelos serviam principalmente de referência nos momentos em que os políticos brasileiros enfrentavam algum problema com a moeda ou os bancos sem, no entanto, adotá-los mecanicamente desprezando a percepção da realidade nacional e as peculiaridades de seus problemas. Este é um dos fatores pelo qual é difícil encontrar uma completa correspondência entre as correntes européias e as brasileiras.

### **3.3. A correspondência entre os debates no Brasil e os princípios ingleses**

A discussão sobre o meio circulante ocorrida no Brasil encontrou correspondência em alguns pontos com um debate similar entre duas correntes econômicas inglesas. Pode-se notar a defesa de crenças que diziam respeito a como a economia funcionava, por quais princípios ela se regularia e uma releitura dos conceitos europeus de acordo com a especificidade nacional.

No caso brasileiro cada uma das correntes conferiu à moeda um papel diferente quanto à sua natureza. Os chamados metalistas, por exemplo, defendiam o predomínio de moeda metálica, acredi-

tavam no valor intrínseco dos metais preciosos como meio-circulante e nos benefícios que traria sua utilização como moeda e atrelavam a questão da taxa de câmbio à conversibilidade da moeda por um valor fixo em metal. Os chamados pluralistas, por sua vez, acreditavam no predomínio do papel-moeda, nas facilidades de transação com esse tipo de moeda e na maior facilidade de expansão do crédito. O foco de sua preocupação era a circulação interna e para que o papel-moeda emitido não pesasse sobre o câmbio era necessário que as emissões não ultrapassassem a quantia necessária ao movimento da produção interna. Divergiam também quanto à idéia da formação do instrumento, ou um sistema, que executaria a melhoria do meio circulante e que seria uma grande instância de fornecimento de crédito.

Ao focar as discussões sobre a economia na Inglaterra encontram-se os embates entre as correntes dos Princípios Monetários (Currency Principle) e a dos Princípios Bancários (Banking Principle). A escola do Princípio Monetário tinha seus fundamentos nas análises de Ricardo. Segundo o trabalho de Flávio Saes, o autor inglês argumentou que o valor da moeda variava de acordo com o fluxo de metal que a economia receberia ou cederia aos mercados externos e que uma das conseqüências deste fenômeno era uma variação dos preços. “Em outros termos, formulava Ricardo o princípio do quantitativismo monetário: aumento da quantidade de moeda reflete-se em aumento dos preços: redução da quantidade de moeda em diminuição dos preços. Em seguida Ricardo admite que o papel-moeda é regido pelas mesmas leis da moeda metálica. Estabelecem-se, assim, as bases para a conclusão da Escola Monetária: aumento da quantidade de papel-moeda conduz ao aumento dos preços”.<sup>41</sup>

---

<sup>41</sup> Flávio A. M. Saes. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930*. Op. Cit. p. 27.



Para a escola do Princípio Bancário era de fundamental importância diferenciar as formas de dinheiro que estavam em circulação, ou seja, diferenciar o meio circulante dos bilhetes de banco. Enquanto o primeiro era formado por instrumentos, ainda que papel-moeda, que tinham como característica principal o fato de serem de curso forçado, os bilhetes eram formados por notas emitidas pelo banco como resultado de uma operação de crédito. Desta maneira os bilhetes eram postos em circulação apenas quando havia existido uma transação ou os preços haviam aumentado e não pelo efeito inverso, ou seja, a emissão destes bilhetes de crédito forçarem o aumento de preços. A defesa na Escola Bancária se dava através do argumento que estes bilhetes de banco não teriam seu curso forçado e por isso jamais seriam emitidos sem haver essa necessidade pelo mercado.<sup>42</sup>

A escola monetária também ficou conhecida como a escola de contrapartida metálica, por entender que ao papel-moeda em circulação deveria necessariamente existir uma reserva em metais que lhe garantiriam o valor. Ela considerava apenas o papel-moeda e as moedas como dinheiro. Esta escola entrou em divergência com a escola bancária, especialmente, sobre o papel que cada uma delas conferia ao Banco da Inglaterra e sobre a quantidade de papel-moeda que este poderia emitir para suprir as necessidades da economia. Enquanto a escola de contrapartidas metálicas advogava que a emissão deveria corresponder a uma fração da quantidade de metal em poder dos bancos. Isso levou o Banco da Inglaterra a manter uma relação constante entre suas atividades com a total liquidez de seus bilhetes. A escola bancária criticava essa prática argumentando que a conversão de papel-moeda em ouro já era uma medida suficiente para impedir o excesso de emissão. O problema, na argumentação da escola bancária, segundo sua opositora,

---

<sup>42</sup> Flávio A. M. Saes. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930*. Op. Cit. p. 27.

estava na demora que existia na checagem que o mercado naturalmente praticava quando os portadores dos bilhetes recorriam aos bancos para realizar seus bilhetes em metais. Tal checagem não operava a tempo de impedir que as emissões se ativessem à relação que deveriam manter com a quantidade real de ouro que ela representava, nem do ajuste que deveria sofrer pela variação no balanço de pagamentos.<sup>43</sup>

Através do conhecimento destas argumentações e da leitura dos discursos pôde-se notar o alto grau de correspondência entre as argumentações dos políticos brasileiros e dos adeptos dos princípios monetário e bancário inglês. Neste sentido, não causa estranheza Bernardo de Souza Franco ter afirmado em seu opúsculo que a teoria dos bancos de emissão, depósito e descontos, como eram a maioria dos bancos na Inglaterra, França e Estados Unidos, advogava pela manutenção de determinada quantia em fundos metálicos e emitir uma quantidade maior do que esse fundo de realização. A proporção entre a emissão, segundo explicado pelo deputado, variava entre o dobro ou o triplo da reserva, sem que isso inviabilizasse o funcionamento do banco uma vez que era pequena a possibilidade de todas as notas serem apresentadas de uma só vez para realização.<sup>44</sup>

Replicando à fala do ministro Joaquim José Rodrigues Torres, no que entendeu ser uma crítica realizada à operação dos bancos ele deixou claro qual era o sistema de circulação que imaginou para o Brasil. O importante, neste caso, era permitir a entrada dos metais para formar o fundo de reserva metálico dos bancos permitindo a possibilidade deste banco emitir bilhetes sobre o montante depositado. Esta opinião diferia da idéia do ministro na medida

---

<sup>43</sup> Paulo Sandroni. *Dicionário de Economia do século XXI*. Rio de Janeiro, Record, 2005. pp 304 e 305.

<sup>44</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. pp. 59 e 60.

em que segundo Bernardo de Souza Franco, o que o ministro queria era uma circulação metálica inclusive para pequenas quantias como tinha depreendido das alegações do ministro em seus pronunciamentos na Câmara dos Deputados.

S. Ex. disse – a Inglaterra não expeliu os metais; tem-nos (sic) talvez em muita quantidade. – Houve nisso um pequeno engano. Os metais na Inglaterra para uso do comércio são em quantidades muito pequena, menos de um décimo da moeda papel; a França, pelo contrário, cujas transações são mais limitadas, usa da moeda metálica além do duplo e quase o triplo que a Inglaterra. Quanto aos Estados-Unidos, S. Ex. não quis lembrar das questões que tem ali havido ultimamente. (...)E como medida política, estabeleceu por lei que se não recebesse nas estações públicas senão moeda metálica, e criou para esse fim quatro novas tesourarias, e deu outras providências. Esta medida de partido essa de chamar à circulação a moeda metálica, que antes corria principalmente como mercadoria, ou servia para reserva dos bancos, mas que na circulação tinha muito pouco uso. É isto exatamente o que eu desejo entre nós, e é o que se faz na Inglaterra e nos outros países; mas o Sr. Ministro quer a moeda metálica para uso diário da vida, para as transações de todos os dias!<sup>45</sup>

O deputado buscava tratar da idéia de formação de um sistema bancário emissor com a capacidade de ajustar as suas emissões às necessidades do mercado. Essas necessidades giravam em torno do aumento da comercialização e do aumento dos preços o que, segundo ele, demandariam maior quantidade de dinheiro. Por estas alegações há uma grande possibilidade de alinhá-lo com a escola do princípio bancário, que admitia a formação de um sistema bancário emissor de bilhetes de crédito e seu funcionamento impediria qualquer restrição à atividade comercial pela falta de numerário. Ao mesmo tempo seu estabelecimento não forçaria o

---

<sup>45</sup> Anais da Câmara dos Deputados (de agora em diante, citados como ACD), sessão de 8 de março de 1850. p. 105.

meio circulante uma vez que esta “moeda de crédito” não equivaleria ao meio circulante oficial do país não podendo ser responsabilizada, portanto, pela pressão inflacionária.

Joaquim José Rodrigues Torres, o ministro da fazenda, rebateu as alegações de Bernardo de Souza Franco utilizando-se de argumentos que podem aproximá-lo da escola de contrapartidas metálicas.

O que faz aumentar ou diminuir a soma do numerário de um país não são as leis; são as suas circunstâncias comerciais, são o aumento ou diminuição da riqueza, da produção desse país, é a confiança que inspiram suas instituições e suas leis. Quando em um país há, por quaisquer circunstâncias, aumento de transações comerciais, e é indispensável maior soma de numerário para satisfazer a elas, a ordem natural das coisas traz este aumento de numerário; não são as leis, não é a vontade do legislador. Se a massa do meio circulante se tornar insuficiente para suprimir as necessidades das transações, a consequência infalível, necessária, é que a moeda sobe de valor, ou por outra, os produtos do país diminuem de preço; e esta diminuição provoca a importação da moeda de outros países, a fim de comprá-los mais barato do que se fossem trocados por produtos dos mesmos países.<sup>46</sup>

O esclarecimento do ministro em resposta ao deputado deixava claro que o modelo por ele utilizado para entender a dinâmica econômica pela qual o Brasil passava se aproximava da aplicação do modelo de David Hume, conforme exposto anteriormente. Afirmava ainda que, aliado à medida de abandono da circulação majoritariamente formada pela moeda-papel seu plano era adotar todas as medidas que promovessem a entrada de moeda metálica, quando a situação comercial do país exigisse o aumento do meio circulante. A possibilidade apresentada pelo deputado da formação de um sistema bancário emissor autônomo causava espanto ao ministro.

---

<sup>46</sup> ACD, sessão de 8 de março de 1850. p. 97.

Em um de seus discursos deixou claro que não acreditava que a instalação do sistema proposto por Bernardo de Souza Franco pudesse ser efetiva sem que a quantidade de notas que ele colocaria em circulação influenciasse no valor do meio circulante, o que levaria seus portadores a uma correria aos bancos para realizá-las em metais. Esta situação levava-o a indagar que benefício poderiam ter “os capitalistas” em organizarem um banco com um fundo de 5 ou 6 mil contos que pudesse emitir 15 ou 20mil em notas realizáveis. E questionou se alguém realmente acreditava que o mercado poderia suportar um aumento de circulação de 15 mil contos naquelas condições. O ministro não aceitava tais planos uma vez que eles não explicavam como o funcionamento do sistema poderia não agir contra o valor do meio circulante.<sup>47</sup>

Explicou, ainda, que a falta de metais preciosos jamais poderia gerar uma crise comercial duradoura. As crises à qual o deputado constantemente fazia referências em seus discursos eram todas artificiais e iniciadas pelo sistema bancário uma vez que, segundo ele, na “ordem natural” jamais poderia haver uma crise por falta de moeda em uma economia. Isto porque no momento em que houvesse falta de meio circulante em algum país afluiria moeda “espontaneamente” de mercados em que ela estivesse abaixo de seu valor.<sup>48</sup> Afirmou ainda que, na Inglaterra a quantidade de papel-moeda em circulação era menor do que a de espécies metálicas em circulação e desafiava o deputado a provar em que parte do mundo ele se espelhava para legitimar a ampla utilização do papel-moeda. Por estas e outras afirmações o ministro facilmente seria enquadrado na escola de princípio monetário que entendia que qualquer aumento no numerário forçaria a queda do valor da moeda e vice-versa. Ele entendia que a economia brasileira seguia as regras universais do mundo comercial, sendo assim, era impossível que uma

---

<sup>47</sup> ACD, sessão de 8 de março de 1850. pp. 99 e 100.

<sup>48</sup> ACD, sessão de 08 de março de 1850. pp. 99 e 100.

crise fosse deflagrada por falta de meio circulante uma vez que, quando se dava este fato o mecanismo de ajuste reequilibrava os mercados.

O debate sobre a moeda permitiu apreender algumas das dinâmicas da realidade e as possíveis vinculações entre algumas atividades que estariam predominantemente ligadas ao mercado interno ou ao mercado externo. Essa vinculação estaria diretamente relacionada com as condições materiais da atividade dos agentes e os interesses econômicos daí provenientes. Não se tratava apenas de garantir simpatia às propostas que os favoreceriam, mas sim da formação de uma determinada leitura da realidade econômica de acordo com sua inserção na economia. Segundo Flávio Saes: “é possível, portanto, concluir que o pensamento monetário europeu chegava, sem dúvida, ao Brasil; mantinha suas características básicas, mas já era processado de modo a refletir os problemas particulares da economia brasileira. Se aos ingleses é fundamental estabelecer relações entre moeda e preços, aos brasileiros preocupa mais a questão cambial. Importa notar, que a Souza Franco o problema cambial é secundário diante das necessidades da circulação. Ou seja, a questão cambial é fundamental para alguns observadores da economia brasileira, para outros nem tanto”.<sup>49</sup>

Assim, para além das filiações teóricas é preciso também analisar se e como os protagonistas do debate no Brasil estavam vinculados a determinados interesses econômicos concretos. A defesa da liberdade de emissão provincial atenderia, desta forma, alguns interesses não necessariamente porque o deputado estivesse representando uma determinada classe econômica conscientemente, mas porque em sua crença a economia só poderia desenvolver-se se o governo permitisse que o mercado e seus agentes ajustassem as emissões às suas necessidades.

---

<sup>49</sup> Flávio Saes. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista 1850-1930*. Op. Cit. p.

## 4. O arranjo institucional e a Câmara dos Deputados

### 4.1. O governo representativo<sup>1</sup>

A historiografia tem se esforçado em apresentar o governo do século XIX, no Brasil, como altamente centralizado em sua figura chave, o Imperador.<sup>2</sup> Nesses trabalhos ficou claro que a peça fundamental para o funcionamento de todo o aparato institucional era a vontade soberana do Imperador à qual se submetiam todas as outras instituições. O Senado e o Conselho de Estado pelo caráter conservador apenas reforçariam a idéia de centralização do poder de decisão nas mãos do monarca. As eleições periódicas acabaram sendo consideradas como um elemento de dissimulação da realidade pelas tão conhecidas fraudes eleitorais. O Poder Moderador, pelo qual o Imperador poderia fazer prevalecer a sua vontade sobre

---

<sup>1</sup> Ver Miriam Dolhnikoff, Francisleide Maia, Hernán Enrique L. Sáez, Pedro Sales, Vitor Marcos Gregório - “A revisão da historiografia política: representação política no Império”, in: Adrian Lavallo (org) - O Horizonte Da Política: Questões emergentes e agendas de pesquisa, São Paulo, Cosac & Naify. (No prelo).

<sup>2</sup> Raymundo Faoro. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 8ª ed. Editora Globo. Vol. 1; Sérgio Buarque de Holanda. O Brasil monárquico. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1967 (História Geral da Civilização Brasileira, vol.7)

os demais poderes revelava o encobrimento de um regime autoritário sob o manto de um regime representativo. Neste sentido, haveria no Brasil, em contraste com os modelos europeus e norte-americano, um falseamento do regime representativo.

No entanto, para compreender melhor o arranjo institucional brasileiro do século XIX é preciso utilizar uma abordagem histórica e compará-la ao modelo de representação política em vigor naquela época. É preciso dar atenção tanto aos traços comuns quanto às peculiaridades de cada um dos países onde ele foi adotado. Para isso, é fundamental utilizar-se de alguns estudos sobre os governos representativos do século XIX, especialmente, os que se desdobram sobre a Inglaterra, a França e os Estados Unidos. Enquadram-se nestas linhas os estudos de Bernard Manin, Hanna Pitkin e Giovanni Sartori.<sup>3</sup>

Para estes autores, são traços característicos de regimes representativos a autonomia dos representantes com relação aos seus eleitores, a realização periódica de eleições, a liberdade de opinião pública e a existência de debates que precedem e influem nas medidas adotadas pelo governo. Claro que estes são apenas os pontos principais, o funcionamento dependeria em última instância das situações particulares em cada uma das regiões que adotasse este tipo de governo. Este confronto entre os diferentes sistemas mostrou-se importante para impedir a confusão entre as práticas no Brasil do século XIX com práticas políticas e configurações institucionais que foram posteriores a este período. No caso brasileiro, puderam ser encontrados todos estes elementos fundamentais que caracterizaram os regimes representativos.

---

<sup>3</sup> Hanna Pitkin – *The concept of representation*. Los Angeles, University of California Press, 1967. Giovanni Sartori - *A teoria da representação no Estado representativo moderno*. BH, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1962 e Bernard Manin - *Los principios del gobierno representativo*. Madrid, Alianza Editorial, 1998.



Havia autonomia de decisões dos eleitos com relação aos seus eleitores na medida em que não se tratava de um mandato do tipo imperativo, no qual o representante eleito era apenas um portador da vontade de seus eleitores. O problema, neste caso era que o mandato imperativo tornava inviável o debate e a articulação política com relação à governança da nação. No enfrentamento deste problema houve o deslocamento da consideração estrita com relação aos eleitores que votaram no político, para uma preocupação maior, o interesse nacional. Desta forma, a seleção de representantes tida como “correta” garantiria nas assembleias a presença de homens com as virtudes necessárias para identificar o “bem comum” e trabalhar em sua defesa.

Na visão dos liberais norte-americanos, o interesse público surgiria da necessidade dos representantes negociarem entre si. O debate sobre os diversos temas da política os obrigaria a abandonar as posições unilaterais e contemplarem outros pontos de vista transformando, dessa maneira, a sua visão.<sup>4</sup> Para os publicistas e políticos europeus e norte-americanos do final do século XVIII e começo do XIX, o governo representativo tinha por objetivo dar conta da promoção do bem comum através da negociação política. Esta permitia criar mecanismos institucionais de resolução dos conflitos entre os diversos setores da sociedade. Tanto os liberais ingleses, como o conservador Burke, por exemplo, advogaram que o direito ao voto fosse restrito àqueles com suficiente capacidade intelectual para reconhecer os interesses públicos. Como apontou Bernard Manin, o governo representativo era composto de uma elite que acreditava ser capaz de agir de acordo com o interesse nacional.

Durante todo o século XIX o governo de tipo representativo manteve um caráter de governo de elite, no qual as eleições serviriam como um mecanismo que permitia a possibilidade de rotação

---

<sup>4</sup> Cf. Hanna Pitkin. *The concept of representation*. Op.Cit.

das elites garantindo seu apoio ao sistema. Sobre o voto censitário torna-se necessário esclarecer que ele tinha essa característica já no berço do sistema representativo como, por exemplo, nos sistemas inglês e francês, mas nesses dois casos o fato não inviabilizou o enquadramento deles na categoria de regimes representativos. Em nenhuma medida isso poderia ser comparado com os parâmetros atuais de representação, afinal, estes sofreram uma expansão contínua do direito ao voto modificando o regime como um todo, especialmente no século XX. É justamente esta transformação que, segundo Barry Eichengreen, os governos sofrem modificando de maneira premente as preocupações com as políticas econômicas adotadas.<sup>5</sup>

O nexos que fundamentou a classificação destes regimes como sendo representativos foi a relação de representação existente entre o político e o seu eleitor. Tal vínculo não era o mandato do tipo imperativo, visto que o representante não tinha por função ser simples delegado da vontade de seu eleitor. O representante precisava exercer o papel de governo e implementar as políticas nacionais. A legitimidade da definição deste regime como representativo se dava porque as eleições periódicas garantiriam a seleção de indivíduos mais sábios e capazes de identificar as expectativas de seus eleitores e conjugar estas necessidades com os interesses nacionais. Foi o exemplo que deu Joaquim José Rodrigues Torres quando tratou da aprovação de medidas para o melhoramento do meio circulante e afirmou:

Como se tratava de questão política, como entendíamos que o melhoramento do meio circulante era uma necessidade pública em que todos os partidos eram igualmente interessados, os homens políticos do meu lado não se opuseram à medida.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Barry Eichengreen. *A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo. Ed. 34. 2000.

<sup>6</sup> ACD, sessão de 08/03/1850, p. 97.

Para outros, a própria periodicidade das eleições garantiria o nexo entre representante e representados. Isso porque os representantes tinham que estar atentos às necessidades de seus eleitores e conjugar a estas as opções pela adoção de medidas que atendessem à necessidade pública. A eleição era, por excelência, o momento no qual os políticos se submetiam à vontade dos eleitores e poderiam ser reeleitos no caso de conseguirem convencê-los dos acertos nas opções realizadas durante seus mandatos. A dificuldade para os representantes estava no cuidado que deveriam ter ao escolher entre as distintas vontades expressas dentro do universo de eleitores que deveriam ser levadas em consideração, universo este que estava longe de compor um grupo homogêneo. Por este motivo, os liberais compreenderam, segundo Pitkin, que a realização de eleições periódicas servia efetivamente para sensibilizar os políticos com relação aos anseios daqueles que votavam. É importante destacar que não era somente com as eleições que eles se preocupavam. As manifestações de opinião pública eram também uma forma de garantir a relação entre representante e representado e estas também eram exploradas pelo campo político.<sup>7</sup>

Como se pôde notar, a preocupação em atender aos anseios políticos e conjugar estes aos interesses públicos era algo inerente ao sistema representativo. No entanto, como apontou Manin, na forma pela qual os representantes eram escolhidos no século XIX, não havia um comprometimento com um programa partidário ou com propostas políticas, uma vez que os partidos não tinham a mesma configuração que os partidos de hoje e os políticos dependiam muito mais de sua rede de relações para serem eleitos do que de campanhas objetivando a conquista de votos.<sup>8</sup> Na última parte

---

<sup>7</sup> Hanna Pitkin - *The concept of representation*. Op. cit.; Giovanni Sartori - *A teoria da representação no Estado representativo moderno*. Op. Cit. e Bernard Manin - *Los principios del gobierno representativo*. Op.Cit.

<sup>8</sup> Bernard Manin - *Los principios del gobierno representativo*. Op.cit., p. 248.

da dissertação trato da existência das redes de crédito que podem dar uma idéia da intrincada malha de interdependência naquela sociedade e da eventual importância que elas poderiam assumir para consolidar o poder político.

Ainda segundo Manin, na Inglaterra, França e Estados Unidos, considerados como sendo o berço do regime representativo, as eleições garantiriam sempre a seleção de uma elite. Este mecanismo acabaria conferindo um caráter aristocrático ou oligárquico ao sistema representativo, o que facilitou a sua adoção nestes países. Foi justamente a garantia de que a escolha de uma aristocracia era intrínseca ao processo eleitoral que levou seus fundadores a escolherem esta forma ao invés de outras como, por exemplo, o sorteio utilizado nas democracias das cidades italianas. Enquanto o sorteio tornava possível a qualquer um ser escolhido para ocupar os cargos públicos, dependendo apenas da sorte, as eleições limitavam a escolha àqueles que tivessem determinadas qualidades que o levariam a vencer seus adversários. Isso permitiu que mesmo ao considerar uma sociedade em que todos têm o direito de serem elegíveis, um número muito menor de pessoas teriam condições efetivas de se candidatar e serem eleitos.

No que diz respeito aos debates parlamentares esta abordagem permitiu analisá-los de novo ângulo. Como parte da historiografia brasileira entendeu que o governo da época do império tinha sua estrutura principal voltada para o Poder Executivo, do qual o Imperador era o chefe, a Câmara dos Deputados foi colocada em segundo plano. Seguindo este tipo de abordagem ela foi tomada como um palco de encenação política em que os deputados apenas fingiam debater as questões que, em última instância, seriam decididas pelo Imperador. A possibilidade de dissolução da Câmara dos Deputados pelo Poder Moderador aliada à fraude eleitoral, que seria controlada por seus prepostos, os presidentes de província, levou a uma minimização da Câmara como espaço de formulação de políticas públicas.

Caso fosse verdade que a dissolução da Câmara dos Deputados impunha algum limite para prevalecer a vontade dos representantes da nação, este limite deve ser nuançado. Em primeiro lugar porque a dissolução implicava em convocação de novas eleições, de modo que as matérias de competência da Câmara eram decididas pelos seus membros e não pelo Imperador. É bem verdade que a dissolução podia ser seguida por eleições fraudulentas que garantiam maioria partidária para o ministério nomeado pelo imperador. Mas maioria partidária não significava necessariamente apoio da maioria para todas as medidas do ministério, já que, como dito acima, o comportamento dos representantes no século XIX não era medido pela sua filiação partidária. Sobre a fraude eleitoral é preciso lembrar que ela não existia apenas no Brasil, sendo prática difundida inclusive nos países que participaram da formação deste tipo de governo. Com relação à Inglaterra, por exemplo, é preciso considerar o caso dos chamados “burgos podres” nos quais a prática da fraude era comum. O que se pode notar é que ao adotar a eleição como peça chave de um sistema de representação política também se estava abrindo margem para as práticas de manipulação eleitoral como a violência, a corrupção, a fraude e a compra de votos. Todos estes elementos influenciavam os resultados, mas para determinar até que ponto comprometiam o sistema eleitoral seria preciso quantificá-los de maneira exaustiva.<sup>9</sup>

Duas questões precisam ser levadas em conta ao tratar da fraude no voto. Em primeiro lugar a dimensão dessa prática, o que torna seu esclarecimento muito difícil quando se nota a pobreza das fontes sobre o assunto. A maioria dos trabalhos tomou como referência o livro de Belisário Soares de Souza, *O sistema eleitoral no império*, e o fizeram como um retrato fiel da realidade. Sem considerar que este autor estava comprometido com a defesa de uma

---

<sup>9</sup> Guilherme Wanderley dos Santos. “A anomalia democrática: adolescência e romantismo na história política”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. 1998, vol. 13, no. 36.

nova legislação eleitoral que eliminasse a figura dos votantes por considerá-los inaptos para a participação política, justamente por serem indivíduos passíveis do tipo de coação ou favorecimento exposto acima. A questão que se trata não é a inexistência da fraude eleitoral, mas sim que ela talvez não tenha comprometido o sistema eleitoral a tal ponto de desqualificá-lo. Através desta abordagem faria mais sentido entender que as eleições periódicas foram um fato importante para a manutenção e estabilidade do regime brasileiro.

Outra questão diz respeito aos esforços por parte dos políticos no combate à fraude eleitoral. A legislação produzida com vistas a coibir a prática da fraude demonstrou uma tentativa legítima de combatê-la. Segundo Lamounier, havia “interesse em eleger interlocutores válidos, e não indivíduos desprovidos de liderança, ou meras criações ministeriais”.<sup>10</sup> Para estes indivíduos a monarquia constitucional representativa favorecia a formação de um espaço de negociação no qual se pudesse encontrar um consenso entre as diversas elites para conseguir elaborar as políticas governamentais.

## 4.2. O arranjo institucional e o projeto liberal

O arranjo institucional no Brasil passou por uma reformulação na vitória liberal da primeira metade do século XIX e marcou a vigência de um arranjo político que se perpetuará por todo o período do Império.<sup>11</sup> A característica fundamental do arranjo institucional ocorreu pela inserção das elites provinciais nas decisões das políticas implementadas pelo governo. Foi o desenho

---

<sup>10</sup> Bolívar Lamounier. *Da Independência à Lula: Dois Séculos de Política Brasileira*. São Paulo, Augurium Editora, 2005, p. 70.

<sup>11</sup> Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo. Globo. 2005.

e o funcionamento desse arranjo que me permitiu compreender melhor a permanência de algumas políticas para além das trocas ministeriais como aconteceu no caso, por exemplo, da sustentação de um plano de melhoria do meio circulante que vai desde o ministro Manoel do Alves Branco até Joaquim José Rodrigues Torres.

Basicamente, o modelo que a autora Miriam Dolhnikoff forneceu indicou a relevância que o Poder Legislativo ganhou a partir da década de 1830. Este destaque mostrou-se importante pela participação das elites na busca de um consenso e na definição das políticas públicas que deveriam ser implementadas. Segundo esta autora, a divisão constitucional de competências entre os governos provinciais e o governo central, a capacidade dos governos provinciais tomarem decisões autônomas sobre temas relativos à tributação, força policial, obras públicas, empregos e o fato de que houve constante negociação entre as províncias e o centro, foram características presentes em um regime que estava impregnado de características federativas. A preocupação em lidar com a articulação entre o governo nacional e ao mesmo tempo lidar com os governos provinciais autônomos levando em conta suas demandas nascidas das suas necessidades com relação à estrutura institucional é um forte exemplo da existência das tendências federalistas.

A configuração adotada permitiu a vigência de um arranjo institucional que conferiu um grau significativo de autonomia aos governos provinciais e simultaneamente favoreceu a participação das elites provinciais no interior do governo central, em uma dinâmica de negociação e conflito que foi uma das condições para a manutenção da unidade de todo o território herdado do período colonial. Desta maneira, o “jogo político” regionalizou-se através do arranjo que se por um lado impunha constante negociação entre o centro e as províncias pela ação de suas elites, por outro lado fazia com que estas elites tivessem interesse na manutenção do Estado e de seu regime político. Elas tiveram um papel decisivo na construção do Estado e na determinação de sua dinâmica, influenciando decisivamente em sua condução. Este fato determinou que as

decisões políticas sempre tiveram que se adequar de alguma forma às demandas e à capacidade de pressão e resistência dessas elites.

Note-se que o espaço de negociação entre os diversos interesses foi a Câmara dos Deputados. Neste espaço apenas aqueles que conseguiam articular alianças e garantir a maioria podiam impor seus projetos através das medidas institucionalmente definidas. É importante ressaltar que tais alianças eram conjunturais e determinavam diferentes vencedores e perdedores a cada passo do processo político. Segundo a autora, foi essa capacidade de articulação da aliança em torno de interesses específicos que se mostrou decisiva no momento das deliberações sobre as reformas sociais que teriam impactos diversos em cada província, justamente por isso sua aprovação foi quase sempre muito difícil.

A construção deste âmbito de negociação no qual as elites se confrontavam pelos seus diversos planos nos debates permitiu que destes confrontos resultassem as políticas posteriormente implementadas especialmente em questões de interesse nacional, como foi o caso da moeda. A vitória era legítima porque a articulação em torno do projeto fora consagrada pela maioria no lugar em que as diversas regiões estavam representadas, a Câmara dos Deputados. O projeto poderia ser abandonado ou mudado na medida em que essa articulação perdesse fôlego e fosse superada pelo apoio da maioria dos deputados a outros projetos. Este fato pode explicar as futuras mudanças na política econômica especialmente levando-se em conta os resultados obtidos no campo econômico que motivava novas discussões e eventualmente fortalecia outras idéias.

A capacidade de articulação entre os defensores de uma idéia ou concepção, como ocorreu no caso do projeto de provincialização, garantiu que ela fosse vitoriosa nas diversas votações e discussões sobre os temas do meio circulante e do sistema bancário e se impusesse de forma a prevalecer sobre as demais idéias ou tendências. As diversas possibilidades de articulação pressupõem a existência de outros projetos que geravam divergências entre os deputados conferindo autenticidade às discussões sobre os diversos temas debati-



dos na Câmara dos Deputados. O significado prático deste argumento foi o desenrolar dos temas contemplados no projeto de Manoel Alves Branco, em 1845, que tratou da localização da moeda e também da possibilidade da criação de uma instância que desse conta da estabilidade necessária ao dinheiro, para que a economia pudesse crescer. Estes projetos só foram plenamente materializados sob a orientação de Joaquim José Rodrigues Torres, na década de 1850.



## 5. Os debates sobre o meio circulante

### 5.1. O problema do meio circulante

Os debates sobre o meio circulante, durante o período de 1840 a 1853 fizeram, constantemente, referência à incapacidade do meio circulante se ajustar às necessidades do mercado. Não foi difícil encontrar passagens que aludiam à crise monetária que assolava o império e que podia ser identificada pela forte desvalorização da moeda. Esta percepção levou os deputados a uma série de discussões sobre as medidas que deveriam ser adotadas para sanar estes problemas e dar estabilidade ao meio circulante.

É oportuno, no entanto, ressaltar que mesmo antes de 1840 já existiam esforços para a substituição das notas em circulação. Parte desse empenho estava ligado à falência do primeiro Banco do Brasil fundado por d. João com a vinda da corte e liquidado em 1830. Com esta falência as notas do banco sofreram uma crise de confiança e passaram a ser substituídas pelas notas do Tesouro Nacional.<sup>1</sup> Logo após a liquidação do banco já se notavam tentativas da fundação de um novo banco que assumisse as atribuições do antigo e desse equilíbrio ao meio circulante.<sup>2</sup> Foi permeado por

---

<sup>1</sup> Carlos Manuel Peláez e Wilson Suzigan. *História Monetária do Brasil*. Op. Cit.

<sup>2</sup> Consta das discussões as leis de 8 de outubro de 1833 que buscava criar um novo banco do Brasil, e a lei n.º 53, de 6 de outubro de 1835 que tratou da substituição do dinheiro circulante.

esta idéia que a discussão entrou na década de 1840. A tônica dos debates era em que medida o meio circulante formado pelas notas do antigo Banco do Brasil e do Tesouro Nacional podiam atender às necessidades e interesses do mercado. Para alguns as notas do tesouro não eram apropriadas para serem usadas indefinidamente como meio circulante o que tornava necessária a substituição para, finalmente, realizar-se a melhoria da moeda em circulação.

Para alguns políticos a melhor solução seria que alguma instituição privada, com fundos para as possíveis realizações dos bilhetes em metais, substituísse as notas que estavam em circulação por seus bilhetes. Isso daria à moeda, por fim, a tão cobiçada estabilidade e credibilidade garantindo a sua conversão quando os portadores das notas assim o desejassem. Destaco aqui que tanto as preocupações com a substituição do meio circulante como com a fundação de um novo Banco do Brasil estiveram presentes ainda durante a década de 1830, mesmo quando foram abordadas sob a expressão mais comum de “melhoria do meio circulante”. Assim, foi possível encontrar autores que trataram do tema em período anterior a 1840 fazendo referência aos mesmos tópicos como foi o caso de Amaro Cavalcanti.

O projeto de melhoramento do meio circulante ficou em terceira discussão na Câmara dos Deputados, sem que, até ser encerrada a sessão de 1832, se tivesse tomado deliberação alguma relativamente à sua matéria.<sup>3</sup>

A busca pela melhoria da moeda não obteve êxito na década de 1830 e avançou para a década seguinte. Nessa década um dos dados mais interessantes foi o projeto do então ministro da fazenda Manoel do Alves Branco, que constou das sessões de 1845.<sup>4</sup>

---

<sup>3</sup> Amaro Cavalcanti. O meio circulante nacional (1808 – 1835). Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1983. (original de 1893).

<sup>4</sup> Manoel do Alves Branco. Visconde de Caravelas. Nasceu a 7/06/1797 na Bahia e faleceu em 13/07/1855. Formou-se em Direito e Ciências Naturais na Uni-

Nele o ministro tentava materializar os anseios dos debates políticos ocorridos até aquele momento encaminhando a solução para a criação de um banco nacional que realizasse a substituição das notas do tesouro por seus bilhetes. Este novo meio de circulação teria como característica o fato de ter sua circulação restrita a alguns mercados provinciais e por isso muitas vezes os deputados se referiam a ele como sendo de “provincialização” ou “localização” do meio circulante. Para apreciar melhor a questão tornou-se necessário abordar, pelo menos em linhas gerais, os projetos discutidos na Câmara dos Deputados. Apesar de muitas conjecturas demonstrarem planos divergentes quanto aos caminhos e ações para se obter o equilíbrio, no conjunto, entendiam que a moeda já não conseguia corresponder às necessidades dos agentes e, por isso, precisava de transformações.

O projeto do governo, de 1845, foi apresentado pelo ministro da Fazenda, Manoel Alves Branco, e propôs a provincialização das notas, substituição do papel-moeda e a criação de um banco como instrumento para realizar a troca do numerário. Esta proposta foi enviada para análise da comissão de orçamento. O parecer dessa comissão foi apresentado em julho de 1845 frisando que, era preciso atender tanto aos interesses do tesouro quanto os interesses dos capitalistas “*mais do que os outros interessados na solvabilidade do tesouro público, e na fixação do valor do meio circulante, e estabilidade das fortunas*”.<sup>5</sup> A comissão ressaltou que apesar das notas precisarem ser trocadas era impossível a substi-

---

versidade de Coimbra. Na magistratura chegou ao cargo de juiz de fora da vila de Santo Amaro. Alistou-se nas fileiras do Partido Liberal. Foi ministro da Justiça e Estrangeiros. Foi escolhido Senador em 1837 pela Bahia, e depois foi chamado para a pasta da Fazenda do Império. Em 1840 assumiu o cargo de Ministro da Fazenda, volta a esse ministério em 1844 onde ficou até maio de 1846. É chamado pela última vez aos Conselhos da Coroa como ministro da Fazenda e do Império em 22 de maio de 1847. S. A. Sisson. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Op. Cit. Vol I, p. 177.

<sup>5</sup> ACD, sessão de 29 de julho de 1845, p. 334.

tuição dessas notas pelo valor total do bilhete porque se tratavam de notas cujo valor estava depreciado em aproximadamente 60%. Destacou também que o tesouro não tinha a obrigação restrita de resgatar as notas por um valor fixo e superior ao do mercado, pois os bilhetes haviam sido emitidos em épocas diferentes e com valores desiguais. Por tudo isso, era preciso abandonar qualquer pretensão de resgate par a par das notas e adotar um resgate que equivaleria a 62% do valor estampado na nota.

Para efetuar a melhoria o parecer cita as seguintes condições: a provincialização prévia das notas, a promessa em contrato de que o governo não emitiria mais papel de curso forçado e a realização em metal das notas substitutivas do banco asseguradas pelo seu fundo de reserva. Apesar da comissão entender que a proposta sofreria alterações em seus artigos nos debates da Câmara dos Deputados ela destacava que, julgava necessária a declaração em lei dos círculos que dividiriam o império para a circulação restrita de suas notas e que as notas de 1\$ e 5\$ fossem as primeiras a serem substituídas por notas do banco. O parecer foi claro com relação à provincialização e ainda recomendou que se convertesse em projeto de lei a proposta do governo.

Consagrando o princípio do resgate pelo preço atual do mercado, ou como dizem os financeiros modernos, consagrando em lei o fato, adota a comissão a provincialização prévia das notas circulantes como meio auxiliar de lhes dificultar falsificação, até que novas garantias lhe dêem a respeito os interesses de todo o público, acionistas do banco, ou bancos.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Parecer da primeira comissão do orçamento sobre a proposta do governo para o melhoramento do meio circulante. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 29 de julho de 1845, p. 334. Os deputados que compuseram essa Comissão foram:

Saturnino de Souza e Oliveira. 1º filho do coronel de engenhos Aureliano de Souza e Oliveira. Nasceu em Petrópolis, a 29/11/1803 e faleceu a 18/04/1848. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra. Quando voltou ao Brasil exerceu a advocacia. Foi inspetor de alfândega da corte, primeiro juiz de paz e

Nesse mesmo dia encontra-se o projeto do deputado Saturnino de Souza Oliveira, que participou da formulação do parecer apresentado acima e buscava aperfeiçoar as falhas que constavam do projeto apresentado pelo ministro da fazenda. Nele o deputado especificava que as notas de 5\$ a 100\$ ficariam restritas a cinco círculos. O primeiro círculo era formado pelo município neutro e as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso, o segundo círculo formado pelas províncias do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, o terceiro círculo por Bahia e Sergipe, o quarto por Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, o quinto círculo pelas províncias do Maranhão, Piauí e Pará. As novas notas receberiam um carimbo no qual deveria constar o número do círculo, as províncias componentes do círculo à qual a nota pertenceria e a assinatura de duas pessoas residentes nos respectivos círculos, além da rubrica do inspetor da tesouraria da província.

---

comandante do batalhão da freguesia do Sacramento, além de presidente da província do Rio Grande do Sul. Deputado pelo Rio de Janeiro na 3ª, 5ª e 6ª legislaturas. Fez parte do gabinete organizado em 22/05/1847 pelo senador Manoel Alves Branco, depois visconde de Caravelas, ocupando a pasta dos estrangeiros e interinamente a da fazenda em 1847 e a da justiça em 1848. Não chegou a tomar posse como Senador porque faleceu antes. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. VII, p. 197.

Joaquim Antão Fernandes Leão. Nasceu em Minas Gerais a 17/01/1809 e faleceu na Guanabara a 11/04/1887. Foi bacharel em Direito pela academia de São Paulo. Deputado na 6ª, 7ª e 14ª legislaturas por Minas Gerais e suplente na 8ª também por Minas Gerais. Em 1870 assume o cargo de Senador pela sua província natal. Presidiu as províncias do Rio Grande do Sul e a da Bahia. Ocupou a pasta da Marinha no gabinete Paula e Souza, de 31/05/1848, e a da Agricultura no gabinete de 16/07/1868. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. IV, p. 83 e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 228.

José Joaquim Fernandes Torres. Nasceu em Minas Gerais a 17/04/1797 e faleceu em 24/12/1869. Cursou direito na Universidade de Coimbra e como profissão destacam-se magistrado e professor. Foi deputado na 3ª, 4ª e 6ª legislaturas por Minas Gerais. Presidente de província de São Paulo de 1857 a 1860. Eleito Senador por Minas Gerais em 1848. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 424. Informações biografias do Senado site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

A “carimbagem” só seria realizada na Corte e para aumentar a segurança as notas seriam emitidas em três vias guardadas cada uma respectivamente na caixa de amortização, na tesouraria da província capital que comandava o círculo e na tesouraria da província em que fora emitida. A base de cálculo para a substituição seria a arrecadação geral e provincial conseguida em cada círculo ou província. Essa base de cálculo revelou a preocupação de alguns deputados ao ser aplicada às regiões nordestinas por causa das calamidades que algumas dessas regiões eventualmente passavam, as “grandes secas”, e desarticulavam todo o comércio provincial. O problema principal era que isso resultaria em uma menor distribuição da massa monetária para essas regiões caso esse tipo de cálculo fosse mantido.

O deputado Saturnino de Souza e Oliveira tratou ainda da possibilidade de utilizar-se o Banco Comercial do Rio de Janeiro na substituição dos bilhetes. Neste caso, o governo deveria permitir o aumento do fundo capital e participar da compra de parte dessas novas ações asseguradas com apólices da dívida pública. A comissão de exame do banco passaria de anual a semestral, com a presença de dois comissários do tesouro com direito a voto tanto nas deliberações dessa comissão quanto nas assembléias gerais do banco. A direção do banco seria aumentada para 10 membros divididos em 5 juntas, com uma delas ocupando-se exclusivamente dos assuntos relativos à substituição das notas circulantes e à emissão de seus bilhetes.

Um dos pontos que mais chamou a atenção no projeto do deputado foi a maneira explícita do benefício pelo qual os bilhetes do banco seriam recebidos nas estações públicas como moeda corrente. Na prática isso conferia aos bilhetes do banco o mesmo status de papel-moeda. Além deste privilégio o banco poderia abrir caixas filiais nas diversas províncias dos círculos estabelecidos em lei, inclusive com a possibilidade de emissão de notas nesses círculos. Na impossibilidade de celebrar-se este contrato com qualquer banco já estabelecido o governo deveria esforçar-se para criar um para a



substituição da moeda. Nos índices da Câmara não constou nenhum debate sobre o parecer da comissão do orçamento, ou do projeto do deputado Saturnino. O próximo fato relacionado ao “melhoramento do meio circulante” ocorreu em 1846, quando um novo projeto é enviado à Câmara dos Deputados, nele constava:

A assembléia geral legislativa decreta:

Art. 1º - Do 1º de Janeiro de 1847 em diante, ou antes se for possível, serão recebidas nas estações públicas as moedas de ouro de vinte e dois quilates na razão de quatro mil réis por oitava, e as de prata na razão que o governo determinar. Esta disposição terá lugar nos pagamentos entre particulares.

Art. 2º - O governo é autorizado a retirar da circulação a soma de papel-moeda que for necessária para elevá-lo ao valor do artigo antecedente, e nele conservá-lo; e para este fim poderá fazer as operações de crédito que forem indispensáveis.

Art. 3º - Serão observadas as convenções sobre pagamentos.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.<sup>7</sup>

As críticas a este projeto foram formuladas em dois sentidos. Em primeiro lugar a medida era entendida como uma defesa da moeda metálica em detrimento da utilização do papel-moeda o que contrariava os interesses daqueles que entendiam que, o amplo uso da moeda metálica era desnecessário e representava um entrave à economia. Uma das vozes que se levantou em defesa do papel-moeda foi a do deputado Manoel José de Souza França.<sup>8</sup> Ele

---

<sup>7</sup> Este projeto do Senado data de 28 de Julho de 1846, e é apresentado à Câmara dos Deputados em 31 de Agosto de 1846.

<sup>8</sup> Manoel José de Souza França. Nasceu em Santa Catarina e faleceu no Rio de Janeiro a 8/02/1856. Formado em direito e advogado no Rio de Janeiro foi deputado pelo Rio de Janeiro à constituinte brasileira, à primeira legislatura e em outras. Foi ministro da justiça de 19/03/1831 a 04/04/1831 e depois no primeiro gabinete depois da abdicação de 7/4/1831. Presidiu a província do Rio de Janeiro de 22/08/1840 a 1/12/1841. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. VI, p. 144.

afirmou que o uso de tal moeda era tão importante que se as nações que empreendiam o comércio em larga escala conhecessem desde “sua infância” a moeda de papel teriam preferido esta ao uso dos metais, uma vez que estes traziam inúmeros incômodo às transações comerciais.<sup>9</sup>

A outra crítica foi formulada pelo deputado Saturnino de Souza e Oliveira.

Ainda mais, senhores, pelo projeto a relação entre o ouro e a prata pode ser alterada a arbítrio do governo. É um dos defeitos que acho no art. 1º. Senhores, a fixação da relação entre o ouro e a prata é objeto de muita importância para o país (apoiados); em parte nenhuma esta fixação tem sido deixada ao arbítrio do governo. (...)O projeto deixa faculdade ao governo para alterar esta relação. Eu tenho muita dificuldade em conceder esta faculdade a qualquer ministro, e eu direi que mesmo é infração da constituição deixar isto ao arbítrio do governo, porque isto importa a fixação do padrão monetário do país, que só pode ser feita por ato legislativo.<sup>10</sup>

Esta passagem deixou clara a disputa entre o Legislativo e o Executivo em torno da definição monetária e uma consciência da atribuição do Poder Legislativo em definir as questões do sistema financeiro como estava estabelecido constitucionalmente. Segundo as afirmações posteriores do deputado Zacarias de Góis e Vasconcelos, o projeto transformou-se em lei em 11 de setembro de 1846.<sup>11</sup> A

---

<sup>9</sup> ACD, sessão de 31 de Agosto de 1846. p. 715.

<sup>10</sup> Idem. p. 718.

<sup>11</sup> Zacarias de Góis e Vasconcelos. Nasceu na Bahia, a 05/11/1815 e faleceu no Rio de Janeiro a 28/12/1877. Doutor em direito pela academia de Olinda. Presidiu as províncias de Sergipe, Piauí e Paraná. Representou a província do Paraná na 11ª legislatura, Sergipe na 8ª e a da Bahia na 9ª e na 12ª. Foi Senador pela Bahia e ocupou as pastas da Marinha, do Império, da Justiça e da Fazenda sendo o organizador dos de 24/5/1862 (o ministério dos 3 dias), 15/01/1864 e 03/08/1866. Foi conservador e em 1862 passou a militar pelo partido liberal. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Op. Cit. Vol. VII, p. 407. Esta informação encontra-se nos ACD, sessão de 7 de Março de 1850. p. 91.

importância desta lei era fixar um determinado valor para a moeda e dar ao governo o poder para mantê-lo através das medidas que fossem necessárias. O estabelecimento do padrão legal em 27 d. (libras esterlinas) correspondente a 4\$000 por oitava de ouro, foi mantido durante todo o império apesar de ter apresentado algumas variações.<sup>12</sup> Em 1850, o deputado Zacarias de Góis e Vasconcelos discursou referindo-se a esta lei como tão genérica que por ela, tinha-se comentando no Senado, que o governo estava previamente autorizado a estabelecer bancos ou quaisquer outras que julgasse necessárias para manter-lhe o valor.

É importante notar que por esta abordagem o Legislativo concedera uma licença ao Executivo para decidir assuntos relativos à moeda, no entanto, essa autorização não deve ser considerada como a anulação da divisão de poderes. E não se pode considerar dessa forma, justamente porque esse poder de ação teve que ser previamente autorizado pelo Poder Legislativo. Em 1850 foi apresentado pelo Senado o seguinte projeto:

Art. 1º O governo é autorizado para substituir algumas ou todas as classes de valores do papel, que atualmente serve de meio circulante, por notas de giro limitado, as quais terão curso forçado somente dentro dos distritos que forem marcados pelo mesmo governo. As notas de um não serão recebidas nas estações públicas de outro distrito.

Art. 2º Os prazos para efetuar-se a substituição de que trata o artigo antecedente serão determinadas pelo governo, o qual é também autorizado para por em execução as disposições da lei de outubro de 1835, e quaisquer outras providências que parecerem convenientes para realizar a referida substituição.

---

<sup>12</sup> José Pires do Rio. *A moeda Brasileira e seu perene caráter fiduciário*. Ed José Olympio. S/d.

Art. 3º Em nenhum caso, e sob nenhum pretexto, poderá ser aumentada a soma de papel circulante no império, ainda mesmo temporariamente.

Art. 4º Ficam revogadas as leis e disposições em contrário. <sup>13</sup>

A importância deste projeto foi dar materialidade ao parecer de 1845, permitindo ao governo a substituição do papel-moeda em circulação por notas de giro limitado, além de determinar a fixação do numerário do papel-moeda em circulação. Como se nota, a questão do excesso de papel-moeda em circulação era uma preocupação constante e os planos do governo, pelo menos aparentemente, voltaram seus esforços para a manutenção da massa monetária em circulação.

No desenvolvimento dos debates ganhou força a controvérsia sobre a quantidade de meio circulante necessário para a economia brasileira naquele momento. Para esclarecê-la torna-se útil retomar as posições de dois dos maiores debatedores do ano de 1850.<sup>14</sup> Para Bernardo de Souza Franco, o problema do meio circulante não era a abundância de notas, ou de meio circulante, mas sim a sua falta. As conseqüências da adoção da provincialização poderiam “congelar” ainda mais o numerário em circulação por tenderem a dificultar a expansão dos meios de pagamento. O deputado atacou o projeto ressaltando justamente as necessidades dos mercados.

Senhores, esta necessidade não pode ser satisfeita senão por meio de bancos, que tenham o direito de emitir papel, estender ou

---

<sup>13</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 80.

<sup>14</sup> Dos 15 discursos referentes à melhoria do meio circulante no ano de 1850, destacarei os dois maiores debatedores em quantidade de discursos: Bernardo de Souza Franco (4 discursos) e Joaquim José Rodrigues Torres (3 discursos), então ministro da Fazenda. Estes não só foram os “maiores” debatedores quanto ao número de intervenções realizadas como também os que formularam propostas para a melhoria do meio circulante e detalharam os planos para realizá-la, ao redor dos quais os demais deputados se posicionavam. Ver tabela na parte Anexo com o gráfico com o número de discursos.

contrair a circulação segundo as necessidades do mercado. Dirá o Sr. Ministro que quando o meio circulante – papel – for insuficiente para as necessidades do mercado, será esta falta suprida pela moeda metálica. Mas eu perguntarei a S. Ex. se a moeda metálica supre convenientemente a moeda-papel, ou se a moeda metálica não é de tal sorte incômoda e pesada, que vem a ser gravosa à circulação. Concordarei em que para suprir ocasionalmente as necessidades de um mercado se possa tolerar até certo ponto a entrada na circulação das moedas de ouro e prata; digo – tolerar, porque a circulação metálica é sempre incômoda e dispendiosa, mas perguntarei a S. Ex. se entende que as moedas de prata e ouro sejam convenientes até para a passagem de fundos de uns para outros círculos monetários?<sup>15</sup>

Para ele o plano do ministro traria o inconveniente de contrair o meio circulante ao retirar da circulação o papel e substituí-lo por moeda metálica. Alertava que para combater uma possível crise a atitude do governo acabava por criar uma crise ocasionada pela brusca contração do meio circulante, o que atingiria a indústria e implicaria no aumento de preços.<sup>16</sup> Em seu argumento sobre a quantidade do numerário Bernardo de Souza Franco enunciou que, o ministro da fazenda ao buscar sustentar o valor das notas do Tesouro “*punha embaraços*” aos estabelecimentos de crédito para impedir que seus bilhetes pesassem na circulação das notas do Tesouro. O deputado entendia que tal defesa só ocorria porque o ministro estava dominado por idéias falsas e ignorava a realidade da necessidade do mercado. Segundo ele auxiliado pelos bancos já estabelecidos era possível lançar nos mercados do império um “*papel bancário*” bem acreditado que suprisse convenientemente as necessidades.<sup>17</sup>

Já para Joaquim José Rodrigues Torres, ministro da fazenda, o problema relativo ao meio circulante era a superabundância de

---

<sup>15</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 85.

<sup>16</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 85.

<sup>17</sup> ACD, sessão de 25 de abril de 1850. p. 479.

papel-moeda, o que necessariamente levaria a uma depreciação do valor da moeda fixado em lei. Como foi exposto já havia um projeto de lei que impediria futuras emissões com o objetivo de manter o numerário.<sup>18</sup> Claro está que esta determinação se chocava com a idéia da formação de um sistema bancário autônomo de caráter emissionista e foi nesses termos que ele questionava o deputado.

(...) reconheceu que não se podia fazer semelhante operação sem aumentar a massa do meio circulante; mas continuou a sustentar as vantagens da medida, porque, dizia ele, não há inconveniente em aumentar a soma do meio circulante, visto como o temos não é suficiente ainda para a necessidade das transações. Sobre que base se fundou o honrado membro para emitir semelhante proposição? Quem nos diz que o meio circulante que temos não é suficiente para a necessidade das transações? É a subida do câmbio no momento atual?<sup>19</sup> (grifo meu)

O ministro questionou não só os números apresentados pelo deputado como também a sua argumentação, uma vez que esta se baseava numa comparação entre os números apresentados como o numerário que o Brasil possuía naquele momento com relação à quantidade de papel-moeda em circulação nos Estados Unidos da América em um determinado momento de sua história. Além de desqualificar esta comparação com o país estrangeiro por não admitir que tal raciocínio fosse legítimo o ministro ainda aplica ao fato o raciocínio do modelo quantitavista afirmando que, se houvesse falta de meio circulante o efeito imediato seria a entrada de moeda metálica na economia permitindo a superação de qualquer crise econômica.<sup>20</sup>

O consenso sobre a incapacidade do meio circulante atender às necessidades do sistema financeiro se desfazia na maneira

---

<sup>18</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 80.

<sup>19</sup> ACD, sessão de 8 de março de 1850. p. 97.

<sup>20</sup> ACD, sessão de 26 de abril de 1850. p. 496.

como cada um dos grupos o entendia. Esta divergência diametralmente oposta resultava em encaminhamentos diferentes para sanar a incapacidade monetária. Assim, no decorrer dos debates as posições acabaram se polarizando entre os que atacavam a provincialização e os que a defendiam. Há inúmeras referências à estrutura econômica imaginada como um elemento dinâmico de enorme fluidez cujas diversas áreas estariam em constante transformação devido à entrada e saída de moeda. Foi possível encontrar falas de deputados de ambas vertentes referindo-se à dinâmica econômica como uma “balança” ou “recipientes interligados”, que, segundo uma regra natural do mercado, tenderia a equilibrar-se através da circulação de produtos pelo movimento do comércio. Sobre essa imagem é possível citar o discurso de João Capistrano Bandeira Mello, contrário ao projeto vindo do Senado.<sup>21</sup>

Por conseqüência que à proporção que nós limitarmos o circulo do giro do papel, ele há de depreciar-se; acontecendo que haja superabundância em qualquer dos distritos, tem de perder um valor correspondente a esta superabundância, não podendo dar-se essa balança que tende a equilibra-lo (...).<sup>22</sup>

O que despertou temor em alguns deputados era que, caso esse movimento fosse congelado em determinado momento para substituir a massa monetária presente nele por um numerário fixo corria-se o risco de que, desconhecendo o ponto de equilíbrio perfeito, os mercados estivessem momentaneamente com excesso ou

---

<sup>21</sup> João Capistrano Bandeira Mello. Nasceu no Ceará a 23/10/1811 e faleceu no Rio de Janeiro a 30/05/1881. Bacharel em direito pela faculdade de Olinda onde também foi professor. Foi deputado pela sua província natal na 4<sup>a</sup>, 8<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup>, 14<sup>a</sup> e 15<sup>a</sup> legislaturas. Presidiu as províncias de Alagoas, da Paraíba e de Minas Gerais. Jubilou do magistério em 1861. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. III, p. 382; além de Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 278.

<sup>22</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 81.

falta de meio circulante fossem permanentemente prejudicados. Quando se pensa na fluidez que a liberdade de movimento apresentava esta situação era transitória, mas como o projeto pretendia fixar o numerário era possível que tornasse a dificuldade passageira em permanente desestabilizando as economias dos circuitos mercantis. Mesmo que houvesse alguma classe de notas de circulação geral que pudesse migrar entre os diferentes círculos para equilibrar os mercados, como estava previsto, haveria também especulação sobre essa classe de notas, o que encareceria a sua obtenção para a compra produtos, por exemplo, este era o argumento de alguns deputados que se colocavam contra a medida.

A escolha de deputados para exemplificar a questão sobre a oposição entre os grupos que defendiam e atacavam o projeto na Câmara dos Deputados foi realizada baseando-se na participação dos deputados no debate do ano de 1850. As argumentações foram tecidas no primeiro dia de debate do projeto vindo do Senado, a 7 de março. A importância desta tomada inicial de posições das lideranças é que os argumentos principais serão, em geral, desenvolvidos pelos demais deputados. Não se tratou de mera repetição nas falas, mas de criar um núcleo central de argumentação em torno do qual cada um dos grupos se posicionava. Pelas limitações deste trabalho seria inviável colocar uma descrição detalhada da fala de todos os deputados que discursaram sobre este assunto nos debates, mesmo que só no ano de 1850, mas podem tecer-se breves considerações sobre suas posições com relação ao projeto enviado pelo Senado e os temas que desenvolveram em suas exposições.

João Capistrano Bandeira Mello era contrário ao projeto de provincialização do meio circulante porque, segundo o deputado, ele não dificultava a falsificação, além de criar um desequilíbrio monetário tanto pela falta como pelo excesso de moeda em cada um dos círculos. Destacava que não deveria haver separação monetária quando existia uma unidade governativa.

Bernardo de Souza Franco era contrário ao projeto afirmando, principalmente, que a moeda provincializada com numerário



fixo iria comprometer a elasticidade dos mercados. Afirmou que, no Brasil o governo impedia a criação das instituições de crédito particulares, os bancos, únicos estabelecimentos que teriam capacidade de adaptar a sua emissão às necessidades dos mercados.

Venâncio Henriques de Rezende era contrário ao projeto porque este não impedia a falsificação, além disso, o meio circulante não seria melhorado sem a criação de um imposto para que se formasse um fundo voltado só para arrecadar quantias destinadas ao troco dos bilhetes. Destacou que, a provincialização acabaria favorecendo a debilidade do Estado.<sup>23</sup>

José Antônio de Magalhães Castro era contrário ao projeto, pois afirmava que a provincialização não impediria a falsificação, além de prejudicar o comércio interno e o de cabotagem.<sup>24</sup>

Zacarias de Góis e Vasconcelos, por sua vez, era a favor do projeto e destacava que o governo se comprometera em não realizar novas emissões, o que impediria a desvalorização da moeda. Alegava que a provincialização dificultaria sim a falsificação da moeda por restringir os ganhos advindos dessa prática.

Joaquim Vilella de Castro Tavares era a favor do projeto porque, segundo ele, a lei não impediria a falsificação, mas inibiria a sua prática. O fato já era positivo para a situação em que se encontrava o

---

<sup>23</sup> Venâncio Henriques de Rezende. Nasceu em Pernambuco em 1784 e faleceu na mesma cidade em 9/02/1866. Foi padre. Participou das revoltas de 1817 e de 1824 sendo preso e depois anistiado. Foi deputado constituinte e na 2ª, 3ª e 4ª legislaturas por Pernambuco, na 5ª legislatura foi suplente primeiro por Pernambuco e depois por Minas gerais uma vez que foi dissolvida, e finalmente na 8ª legislatura também pela sua província natal. Foi liberal, mas depois modificou a sua posição passando a ser monarquista e um exaltado membro do partido conservador. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. VII, p. 343; e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 356.

<sup>24</sup> José Antônio Magalhães Castro. Nasceu na Bahia em 8/6/1814 e faleceu em Minas Gerais a 18/12/1896. Foi magistrado. Representou a Bahia na 5ª, 8ª e 9ª legislaturas. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. IV, p. 298.

meio circulante. Destacou que o governo teria melhores condições, depois de realizar estudos, do que a Câmara dos Deputados para afirmar qual seria o numerário necessário para cada círculo.<sup>25</sup>

Francisco de Paula Santos era a favor do projeto porque ele combateria a falsificação, impediria o excesso de emissões afirmando ainda que se houvesse pluralidade de emissão o Brasil já estaria sofrendo de uma abundância de meio circulante.<sup>26</sup>

Consultando os discursos na Câmara foi possível notar que no ataque à medida de provincialização destacaram-se dois deputados: João Capistrano Bandeira Mello e Bernardo de Souza Franco. João Capistrano Bandeira Mello argumentava que, a restrição da circulação monetária traria inúmeros malefícios para a economia do país porque o mercado se equilibrava transferindo dinheiro das áreas abundantes para as áreas deficitárias, onde valeriam mais. Afirmava ainda que o pior era que o intento de dificultar a falsificação não seria conseguido através dessa medida.

Dir-se-á que havendo diferentes círculos, os especuladores não terão tanto estímulo para emitir cédulas falsas, porque seus lucros se limitarão a um círculo. Mas, observo, Sr. Presidente, que quando se dá um meio tão fácil de obter grandes somas, não é preciso que haja excesso de estímulo; quando com uma resma de papel se pode obter centenas de contos de réis, há sempre estímulo mais que suficiente para fabricar papel falso. Reconheço que quando o papel circula em uma órbita maior haverá estí-

---

<sup>25</sup> Joaquim Vilella de Castro Tavares. Nasceu no Recife a 2/02/1816 e faleceu também no Recife em 11/03/1858. Professor da faculdade de direito de Olinda. Foi deputado por Pernambuco de 1850 a 1852, além de presidir a província do Ceará. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Op. Cit. Vol. IV, p. 253; Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. Parlamentares do Império. Op. Cit. p. 418.

<sup>26</sup> Francisco de Paula Santos. Nascido em Minas Gerais em data desconhecida faleceu na Guanabara em 21/04/1881. Comerciante. Foi deputado em todas as legislaturas da 8<sup>a</sup> à 13<sup>a</sup> por Minas Gerais. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. Parlamentares do Império. Op. Cit. p. 373.

mulo maior, mas o estímulo que resta, sendo o papel localizado, é suficiente, mais que suficiente para a falsificação dele (...).<sup>27</sup>

Bernardo de Souza Franco, por sua vez, opunha-se à medida por outras razões e apontava uma série de deficiências no projeto. Segundo ele, o projeto não indicava as notas que seriam localizadas, não trazia o nome das províncias e os círculos em que essas notas deveriam girar, não indicava a quantidade e a “qualidade” das notas que seriam restritas e, finalmente, não declarava se as notas de 1\$ ou 2\$ seriam provincializadas ou retiradas da circulação. O deputado criticou o governo por querer uma autorização prévia para enfrentar quaisquer futuras situações sem consultar a Câmara, o que tiraria o sentido de existir do Poder Legislativo. Em sua exposição ele assinalou que, em momento algum uma Câmara havia concedido a qualquer ministro que fosse o direito de “localizar” o papel moeda pelos inconvenientes que essa medida traria à economia.<sup>28</sup> Além disso, destacou que restava ainda ao governo a questão de acomodar o meio circulante à elasticidade dos mercados e de considerar a fluidez do mercado financeiro, o que implicava em considerar as diferentes necessidades de cada uma das diversas regiões. Esta era uma de suas preocupações fundamentais.

Na defesa do projeto destacaram-se Joaquim José Rodrigues Torres, ministro da fazenda, e o deputado Zacarias de Góis e Vasconcelos. O ministro afirmou que a provincialização realmente não impediria a falsificação da moeda, mas dificultaria essa prática porque ao diminuir o raio de giro seriam mais prontamente descobertos, o que provocaria sérios revezes aos falsificadores.<sup>29</sup> E defendeu que a restrição ao giro das notas fosse ainda maior do que o proposto pelo deputado Saturnino de Souza e Oliveira, pois círculos

---

<sup>27</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 82.

<sup>28</sup> Idem. p. 84.

<sup>29</sup> ACD, sessão de 8 de março de 1850. p. 93.

tão grandes inviabilizariam os pontos positivos da provincialização. Explicou aos deputados que pelos seus planos.

Declarei também que, por ora ao menos, entendia que as notas de 200 e 500\$ deveriam ficar como moeda geral. Se em uma província se der, por qualquer ocorrência, escassez de meio circulante, acontecerá o que acontece a cada momento no mundo comercial, isto é, que a moeda, procurando sempre restabelecer o equilíbrio que uma vez deixa de existir correrá para a província onde houver deficiência dela. Este equilíbrio há de ser restabelecido não pelo papel local, porque já não terá senão curso limitado, mas pelos bilhetes de 200\$ e 500\$, pelo ouro que já existe e pelo que ainda há de entrar na circulação se se fizer gradualmente o resgate do papel, e mesmo pela prata que há de substituir os bilhetes de 1\$ e 2\$. Assim, os bilhetes de 200 e 500\$, as moedas de ouro e prata, irão suprir a deficiência que houver em qualquer província.<sup>30</sup>

Não escondeu, todavia, que se a provincialização mostrasse bons resultados poderiam ser localizadas, no futuro, até mesmo as notas de circulação geral. Advogou a favor da utilização de moeda metálica, mesmo que fosse para uso de uma parcela da massa monetária, numa postura associada com a posição metalista. Sobre o numerário afirmou que as preocupações de Bernardo de Souza Franco eram infundadas uma vez que, como o próprio deputado reconhecia, o mercado se auto-regulava em casos de escassez de moeda, portanto, jamais poderia gerar uma crise financeira. Segundo ele, nos exemplos que os deputados encontraram usaram do modelo norte-americano e as crises só foram deflagradas pelo excesso de emissão.

Zacarias de Góis e Vasconcelos por sua vez destacou dois pontos benéficos. O plano proibia futuras emissões, o que impedia a superabundância do meio circulante e conseqüentemente sua desvalorização. Além de dificultar as falsificações porque diminuí-

---

<sup>30</sup> ACD, sessão de 8 de março de 1850. p. 95.

am as chances dos falsificadores colocarem as cédulas em circulação em círculos menores o que dotaria a moeda de maior credibilidade. O deputado alegou, em resposta a Bandeira Mello que, a depreciação da moeda não se dava pela restrição que porventura sofresse a circulação dessas notas.<sup>31</sup>

Portanto, era de vital importância que constasse do decreto o compromisso do governo de não emitir mais papel de curso forçado. Ele rebateu as considerações de João Capistrano Bandeira Mello quanto às intrigas que pudessem surgir com a provincialização ao afirmar que o governo, em assunto de suma importância como este, não beneficiaria um círculo em detrimento de outros. Rebateu Bernardo de Souza Franco advertindo que, no caso do Brasil ter praticado a pluralidade de emissão o país se encontraria, naquele momento, mergulhado em uma crise econômica pela superabundância do meio circulante. Fez ainda uma ressalva à Câmara dos Deputados de que essa era uma medida de transição. Segundo ele, no futuro, quando o meio circulante estivesse livre de oscilações, seria possível unificar a moeda.

Como resultado das discussões e do confronto entre os que apoiavam a medida e os que a combatiam o primeiro artigo do projeto foi apresentado à Câmara dos Deputados em 7 de março de 1850 e foi aprovado em 9 de março, juntamente com os artigos 2º e 3º. O projeto foi adotado em 27 de abril de 1850 e enviado à comissão de redação. Depois foi publicado na Coleção das leis do império do Brasil como lei nº 552 de 31 de maio de 1850.

É necessário considerar que este fato, por si só não determinava a vitória de um dos projetos sobre os demais. Restava ainda definir o grau de controle que o governo teria sobre a moeda, especialmente se haveria ou não o monopólio de emissão. Por este motivo os debates se voltaram para a configuração que o sistema bancário assumiria a partir de então, o que poderia mudar os rumos da política econômica a ser implantada.

---

<sup>31</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 88.

A formação e configuração do instrumento encarregado de executar a substituição do meio circulante e promover a sua melhoria diferiu especialmente com relação à autonomia de emissão regional. Em 1845, Manoel Alves Branco, apresentou quatro propostas à Câmara dos Deputados. A primeira delas tratava da provincialização da moeda, a substituição das notas e a criação de um banco que respondesse aos anseios de refundação do Banco do Brasil, expresso em leis desde 1835. A segunda proposta tratava da reforma do tribunal do tesouro público com a descrição dos cargos e das obrigações dessa instância. A terceira da criação do tribunal de contas, na capital do império, seus cargos e suas obrigações. A quarta das cartas de jogar, cuja exclusividade de fabricação ou importação seriam concedidas pelo governo em troca de uma taxa por baralho. O décimo segundo artigo da proposta sobre a criação do banco nacional enunciava.

Feita a nomeação do presidente e principais empregados, considerar-se-á constituída a companhia banco do Brasil, e como tal habilitada a possuir e administrar capitais, rendimentos e quaisquer aquisições que pelo tempo adiante venha a ter o mesmo banco com todos os poderes que em direito são concedidos a tais companhias, e até mesmo a fazer regulamentos para o seu regime interno, contanto que não sejam opostos à lei do estado.<sup>32</sup>

Como visto, o deputado Saturnino de Souza e Oliveira propôs emendas ao projeto do ministro e levantou a possibilidade de que o Governo não tivesse que criar uma instituição financeira para efetuar a substituição. Pelo artigo segundo de sua proposta o deputado especificou que o governo ficava autorizado a contratar com o Banco Comercial do Rio de Janeiro o resgate e a substituição do papel-moeda em circulação.

Algumas passagens do projeto do deputado Saturnino de Souza e Oliveira, que visavam a complementação do projeto apre-

---

<sup>32</sup> ACD, sessão de 12 de julho de 1845. p. 146.

sentado pelo ministro chamaram a atenção pela maneira como contemplou alguns interesses estabelecidos na praça carioca. Em primeiro lugar o projeto do deputado deixou explícita a possibilidade de se utilizar um dos bancos estabelecido, o Banco Comercial do Rio de Janeiro. Em segundo lugar conferiu aos bilhetes do banco o privilégio de terem seu curso forçado nas estações públicas, item que não estava explicitamente colocado no projeto do ministro. Curiosamente pôde-se encontrar menção no relatório do ministro Manoel do Alves Branco a uma proposta apresentada pelo Banco Comercial “para se encarregar da substituição ou troco da moeda-papel atual por moeda metálica” um ano antes do ministro apresentar o seu projeto à Câmara dos Deputados. Apesar de haver algumas divergências entre os projetos do ministro da fazenda, do deputado e do banco foi possível notar similaridades em diversos pontos.

A proposta do banco trouxe consigo uma diferença interessante com relação aos outros dois. Ela fez observações e comentários em diversos artigos tratando de justificar ao ministro Manoel do Alves Branco os motivos pelos quais ele deveria aceitar o plano de substituição do meio circulante proposto pelo banco. Para a instituição bancária a explicação que justificaria a provincialização era que a regra geral para o sistema monetário era que o meio circulante de um país fosse uniforme e de curso geral, mas isso dizia respeito à moeda metálica. Segundo o Banco Comercial, quando se tratava de papel-moeda a prudência ditava que a regra fosse outra, seu giro tinha que ser tão localizado quanto o permitissem as relações internas. A justificativa era que a “moeda-papel” oferecia uma enorme facilidade aos falsificadores e o modo mais eficiente para coibir a prática era a imposição de grandes castigos associados ao aumento na dificuldade de introduzir a moeda falsa no mercado. A restrição do giro promovia a pronta identificação dos bilhetes falsos por estarem mais familiarizados com as assinaturas que nelas consta-

riam e pelas características de segurança que trariam inscritas nas notas”.<sup>33</sup>

Sobre a proposta apresentada pelo Banco Comercial ao ministro seria duvidosa a conclusão de que ela foi fracassada uma vez que o ministro apresentou à Câmara dos Deputados um plano de natureza diferente no ano seguinte. Isso porque os seus interesses acabam sendo contemplados, pelo menos em parte, pelo plano do deputado Saturnino de Souza e Oliveira. Além disso, não se pode esquecer o fato de que esta instituição foi um dos bancos que participou da fusão que formou o banco nacional em 1853. A aprovação do projeto de provincialização constou do dia 27 de abril de 1850.<sup>34</sup> Apesar desta vitória foi possível encontrar, na continuação da pesquisa, uma fala de João Capistrano Bandeira Mello na qual parabenizava o ministro Joaquim José Rodrigues Torres por não tê-la executado.

Sr. Presidente o nobre ministro até uma certa época julgou que o principal expediente de melhorar o meio circulante do país era a provincialização das notas. Tive ocasião de opor-me a essa medida, e de alguma sorte vanglorio-me de ver hoje que afinal o nobre ministro concordou comigo, e não pôs em execução a providência que com todas as forças reclamou do corpo legislativo como essencial ao melhoramento do meio circulante. Abandonou pois o nobre ministro esse recurso, que julgou até então muito valioso, e agora apresenta o outro, que vem a ser a intervenção do banco. Apreciemos este novo recurso.<sup>35</sup>

Desta maneira, a última informação que se tem foi a de que o projeto, apesar de aprovado, até 1853 não fora posto em execução. Este dado implicou em questionamentos sobre a força que o

---

<sup>33</sup> O projeto apresentado pelo Banco Comercial do Rio de Janeiro para substituição da moeda-papel que consta do relatório do ministro da fazenda Manoel Alves Branco no ano de 1844, p. 4.

<sup>34</sup> ACD, sessão de 27 de abril de 1850. p. 512.

<sup>35</sup> Anais da Câmara dos Deputados em sessão de 18 de junho de 1853. p. 250.



Poder Executivo teria na efetiva definição e execução das políticas econômicas. Para responder a esta dúvida e ter uma idéia da exata extensão desse poder seria preciso identificar uma quantidade considerável de leis sobre a política econômica e verificar a sua efetiva aplicação, o que não foi objeto de minha pesquisa. Para tanto se apresentaria de antemão uma dificuldade de verificação para saber se as medidas não ficaram sem implementação. Em alguns casos a adoção efetiva de uma medida apareceu inscrita no próprio debate em período posterior à sua aprovação e publicação como uma espécie de discurso da vitória. Este fato provavelmente facilitaria a verificação da aplicação das leis por estudos temáticos que se estendessem até momentos posteriores à aprovação das medidas pelo legislativo elucidando cada vez mais a relação entre os poderes executivo e legislativo.

Neste caso duas considerações devem ser levantadas sem a pretensão de esgotar o tema nem sanar definitivamente eventuais dúvidas. A primeira é qual o sentido de divisão de poderes que permite a aplicação das medidas econômicas aprovadas pelo legislativo. A segunda é quais expressões constam da redação do texto da lei, afinal estas expressões podem ser indicativas da relação entre os dois poderes e devem fornecer pistas que facilitem a sua compreensão de tal relação. No tocante à primeira consideração foi possível perceber de modo geral que o Poder Legislativo apelava à percepção do Poder Executivo de modo a que o último realizasse os ajustes necessários à implantação das medidas. Ao abordar a questão de tal forma é possível entender o fato do deputado João Capistrano Bandeira Mello elogiar a atitude do ministro em não implementar a provincialização a despeito desta medida ter sido aprovada pelo legislativo. Tal atitude só faria sentido caso se considere uma cooperação mútua com margem de manobra entre os diversos poderes para a implementação das leis aprovadas pelo Poder Legislativo. Com relação à segunda consideração o texto aprovado foi o seguinte.

Art. 1º. O Governo é autorizado para substituir algumas ou todas as classes de valores de papel que atualmente serve de meio circulante, por notas de giro limitado, as quais terão curso forçado somente dentro dos distritos, que forem marcados pelo mesmo Governo. As notas de um não serão recebidas nas Estações Públicas de outro distrito. (grifo meu)

Art. 2º Os prazos para efetuar-se a substituição de que trata o artigo antecedente serão determinados pelo governo, o qual também é autorizado para pôr em execução as disposições da lei de 6 de outubro de 1835, e quaisquer outras providências que parecerem convenientes para realizar a referida substituição.<sup>36</sup> (grifo meu)

Na redação os termos utilizados foram “*autorizado*” ou “*que parecerem convenientes*” e são indicativos não de uma submissão do Poder Legislativo ao Poder Executivo, mas uma cooperação do poder Legislativo com relação ao poder Executivo e vice-versa. Este último seria o único entre os poderes capaz de perceber a necessidade e implementar tal medida permitindo a manutenção do valor do meio circulante.

O assunto do sistema bancário foi tratado na continuidade dos debates e ganhou cada vez mais força a idéia da criação de um banco nacional organizado pelo governo. A definição desta discussão aconteceu em 25 de julho de 1853, com a aprovação da fusão entre as duas maiores casas bancárias do Rio de Janeiro, o Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil, de propriedade do Barão de Mauá.<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Coleção das leis do império. Lei número 552 de 31 de maio de 1850.

<sup>37</sup> É preciso lembrar que apesar de organizado pelo governo este banco manteria o caráter privado, por isso a sua concretização se deu pela fusão de dois bancos. ACD, especialmente a sessão de 22/06/1853 e a aprovação dia 25/06/1853. p. 294.

## 5.2. Projeto de melhoria do meio circulante na Câmara dos Deputados

Pelas discussões na Câmara dos Deputados foi possível notar a configuração de duas vertentes para a melhoria do meio circulante. Será útil, portanto, a descrição delas de maneira sistemática, sem, no entanto, reduzi-los a apenas esta breve exposição.

O projeto proposto por Manoel Alves Branco em 1845 estabelecia no artigo 5º da proposta o estabelecimento de um banco de “*circulação e depósito*”.<sup>38</sup> Tratava ainda no artigo 12º que uma vez feita a nomeação do presidente e dos principais empregados seria considerada formada a companhia “*banco do Brasil*” habilitada a possuir e administrar capitais e rendimentos. Previu ainda a possibilidade desta companhia reformar seu regime interno de funcionamento, desde que este não conflitasse com a lei do Estado.<sup>39</sup> No entanto, um artigo tratou da possibilidade de emissão de notas, em especial no artigo 19º, parágrafos 15 e 16, esclareciam.

O banco não pagará com notas de outro banco, nem com cousas que não sejam de cunhos legais, barras, bilhetes do tesouro, papel-moeda ou notas próprias.(grifo meu)

As notas que tiverem de circular como moeda serão preparadas no banco central, assinadas como fica dito, e pagáveis na casa do banco da corte, ou em alguma de suas agências de desconto e depósito, quando entregues em liquidação, ou pagamento de dívida por balanço.<sup>40</sup> (grifo meu)

Pode-se formar uma idéia geral sobre a companhia que o autor do projeto pretendia criar. Haveria a existência de um banco central responsável pela confecção das notas. A possibilidade de desconto em “alguma de suas agências” faz supor a existência de

---

<sup>38</sup> ACD, sessão de 12 de julho de 1845. p. 146.

<sup>39</sup> Idem. pp. 146 e 147.

<sup>40</sup> ACD, sessão de 12 de julho de 1845. pp. 148.

uma rede com caixas filiais em diversas províncias. No artigo 13º § 3 especificava que “*emitindo logo em seus empréstimos e descontos 2,500 contos em bilhetes realizáveis à vista em metade ouro ou prata*” haveria a emissão de bilhetes conversíveis em moeda metálica. Vale mencionar que em seu estudo Bernardo de Souza Franco tratou dos bancos que já estavam estabelecidos em alguns círculos e emitiam bilhetes, esta lembrança é importante para não confundir a manutenção das intenções do projeto com a vitória de uma vertente sobre a outra.

Os bilhetes pagáveis ao portador à vista, que emite o Banco da Bahia, são a meu pensar verdadeira moeda, não obstante seu curso voluntário. Sobre o que se disputa ainda é se os bilhetes a prazo são ou não moeda, e se também o são as letras (penso que são) pelo uso que delas se faz nos pagamentos; mas ninguém duvida que sejam verdadeiras moeda, e portanto moeda papel ou moeda de papel, os bilhetes ao portador à vista, que circulam como moeda e têm os usos de moeda.<sup>41</sup>

Do projeto proposto pelo ministro não deixava exposta claramente a especificação de que os bilhetes do banco nacional tivessem curso forçado automaticamente à aprovação da lei. O deputado Saturnino de Souza e Oliveira, que apresentou um projeto aprimorando os pontos falhos do projeto de Manoel Alves Branco se esforçou para deixar claro a questão do curso que os bilhetes teriam. Em seu projeto o deputado apresentou no § 14 do 2º artigo a medida que o aproximava mais de um banco de emissão com a definição de que “*os bilhetes do banco serão recebidos nas estações públicas como moeda corrente*”.<sup>42</sup>

Algumas idéias conservaram-se independentes dos ocupantes da pasta da Fazenda, de tal modo que o projeto apresentado

---

<sup>41</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. p. 73.

<sup>42</sup> ACD, sessão de 29 de julho de 1845. p. 336.

por Manoel do Alves Branco ofereceu um suporte para medidas que foram posteriormente apresentadas pelo ministro Joaquim José Rodrigues Torres, a ponto deste ser capaz de aproximá-lo cada vez mais dos pressupostos “metalistas”. É possível notar este alinhamento, por exemplo, no discurso emitido em 8 de Março de 1850, pelo próprio Joaquim José Rodrigues Torres, no qual faz uma retrospectiva da idéia de provincialização e demonstrou a permanência da idéia de um instrumento bancário que auxiliasse na melhoria do meio circulante.

Bernardo de Souza Franco tendeu a apresentar nos debates uma posição contrária à provincialização do meio circulante, sua posição ficou melhor definida em seu opúsculo *Os bancos do Brasil. Sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Como se pôde notar a provincialização não era de todo contrário ao seu modelo, o que ficou patente no fato do deputado votar a favor dela em 12/02/1845, e passou a combater o projeto pela configuração do sistema bancário que ele propunha. No seu estudo, o liberal Bernardo de Souza Franco, indagava se seria benéfico a instituição de um “*banco central*” na Corte com uma rede de filiais espalhadas por todo o território nacional em detrimento da implantação de vários estabelecimentos provinciais que seriam independentes entre si.<sup>43</sup> Tal questionamento dialogava com as intenções do projeto apresentado pelo liberal Manoel Alves Branco em 1845 e que receberia resistência por parte daqueles que não entendiam ser a estrutura do projeto a melhor para as diversas regiões do país. Para o deputado, a idéia de um banco que se tornasse o eixo da melhoria não servia para as demais áreas e explicava.

A terceira questão me não parece de duvidosa resolução, e não obstante que estadistas nossos se decidam pela conveniência de um banco central, penso que as razões tiradas das vantagens da

---

<sup>43</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os bancos do Brasil. Sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. pp. 82 e 83.

centralização em matéria em que a uniformidade é necessidade indispensável, cedem ao insuperável obstáculo das grandes distâncias, aumentadas terrivelmente pelas dificuldades e demoras das comunicações. Com estes embaraços a centralização, elemento ordinário de força, se torna motivo de fraqueza e resultaria da distância do centro diretor nada menos que a incerteza, irresolução e demora da marcha dos bancos filiais.<sup>44</sup>

No que se referia à melhor organização possível Bernardo de Souza Franco afirmou que, o melhor tipo de organização para o sistema bancário era de bancos provinciais estabelecidos em círculos de duas ou mais províncias tomando-se por base a ligação entre os seus mercados. As agências filiais deveriam ter a capacidade de tornarem-se bancos provinciais de acordo com a capacidade dos mercados regionais expandirem suas economias. O objetivo da construção dessa malha bancária era a possibilidade destes bancos regularizarem o numerário com relação às necessidades do mercado.<sup>45</sup>

Portanto, Bernardo de Souza Franco lidou com a idéia da formação de um sistema bancário privado e autônomo que se desenvolveria livremente nas localidades onde os capitais dormentes conseguissem se organizar. Por isso advogou na defesa de que o governo permitisse a instalação de novos bancos emissores. Segundo o deputado todo o esforço para a provincialização, além dos gastos que o governo teria poderiam ser substituído pela liberdade de instalação de novos estabelecimentos bancários sem nenhum prejuízo para a idéia original. Além disso, os agentes particulares conseguiriam dar uma elasticidade ao numerário que o governo com seu projeto jamais conseguiria. Até mesmo o parecer de 1845 se esforçava para apresentar sempre que se referia a um estabelecimento bancário a possibilidade da existência de vários bancos, ao consultar a autoria dos pareceres encontra-se Bernardo de Souza Franco.

---

<sup>44</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os bancos do Brasil. Sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. p. 83.

<sup>45</sup> Ibidem. p. 84.

Quanto à natureza do meio circulante é preciso perceber, como diversos autores que estudaram o embate assinalaram, que é extremamente difícil encontrar uma posição que defenda a adoção apenas do papel moeda ou apenas do metal como meio circulante, o mais comum é encontrar referências à defesa do predomínio de uma forma sobre a outra sem, no entanto, extinguir as outras da economia. Neste sentido a posição de Bernardo de Souza Franco foi a de que se o montante necessário para se estabelecer a provincialização era de 65.000:000\$, com o desenvolvimento do sistema bancário autônomo e emissor seria preciso permanecer apenas 5.000:000\$ de moedas metálicas em giro e o restante ocupado pelo papel-moeda sem que houvesse desvalorização do meio circulante.<sup>46</sup>

### 5.3. O sistema bancário

Flávio Sáes indicou a influência desses argumentos no debate sobre os bancos no caso da cidade de São Paulo. A defesa de propostas divergentes com relação ao sistema financeiro ficou conhecida na historiografia como o embate entre metalistas e pluralistas que foram marcadas por posições antagônicas no que diz respeito à maioria dos pontos. Ambas as posições admitiam que a moeda deveria ser lastreada, porém a abordagem pluralista foi identificada com a defesa da pluralidade de bancos emissores localizados nos centros de circulação monetária regionais, portanto, de emissão descentralizada. O principal argumento era que essa descentralização facilitaria a disseminação do crédito sem os entraves das distâncias e possivelmente uma melhor distribuição do meio circulante pela nação. Sobre o lastro admitiam que ele poderia ser realizado através de títulos públicos ou outros ativos e a quantidade emitida não precisava se ater necessariamente às reservas do banco.

---

<sup>46</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os bancos do Brasil. Sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. p. 92.

A oposição ficou conhecida como metalista e advogava pelo controle da emissão e por uma emissão centralizada. Segundo este ponto de vista, caso houvesse liberdade de emissão o país correria o risco de enfrentar uma crise econômica pelo excesso de papel-moeda uma vez que a decisão da emissão estaria vinculada a análises individuais da saturação do mercado por bilhetes. Defendia também a conversibilidade dos bilhetes em ouro, razão pela qual defendiam uma emissão que estivesse adequada à reserva metálica. Para eles a credibilidade do banco dependeria de sua capacidade de converter os bilhetes quando fossem apresentados. Foi possível notar que a questão dos bancos perpassou a questão da melhoria do meio circulante sendo impossível separá-los completamente. É preciso entendê-los, antes de tudo, como elementos constitutivos de cada um dos projetos formulados.

O projeto proposto por Manoel do Alves Branco previa a formação de um banco nacional articulado pelo governo como o instrumento de substituição das notas em circulação.<sup>47</sup> Nesse mesmo dia, como se tem ciência, foi apresentado junto ao parecer da comissão do orçamento o projeto do deputado Saturnino de Souza Oliveira, que em essência se propunha a ratificar e melhorar o projeto do ministro e nele especificou a possibilidade de utilizar-se o Banco Comercial para realizar a substituição do papel-moeda.

Art.2º. O governo é autorizado a contratar com o banco comercial o resgate e substituição do papel-moeda em circulação, de baixo das seguintes bases:

1º. O capital da banco será elevado a 16,000:000\$ em 32,000 ações de 500\$ cada uma.

2º. O governo subscreverá por 4,000:000\$ que garantirá com apólices da dívida pública interna, ou externa, contadas por dois terços do valor nominal que representarem.

---

<sup>47</sup> ACD, sessão de 12/07/1845. Projeto apresentado à Câmara dos Deputados pelo ministro da fazenda Manoel Alves Branco.



3º. As ações restantes serão subscritas por quem as quiser tomar, dando-se preferência aos acionistas atuais, até o triplo das que já possuírem, e as entradas se farão em moeda corrente, ou metade em moeda corrente e metade em apólices da dívida interna ou externa, contadas por dois terços do valor que representarem.<sup>48</sup>

Em troca a esta concessão o banco deveria admitir algumas alterações em seu estatuto e funcionamento, entre elas que a direção do banco seria aumentada para 10 membros divididos em 5 juntas, uma delas se ocupando exclusivamente dos assuntos relativos à substituição das notas circulantes e à emissão de seus bilhetes. Como se sabe o projeto do deputado previu que as emissões de bilhetes deste banco tivessem curso forçado e, além disso, poderia “*estabelecer tantas caixas filiais nas províncias*” quanto necessárias aos círculos provinciais inclusive com a possibilidade de emissão e previa também que os bilhetes do banco “*não serão sujeitos a selo, nem a algum outro imposto*”.<sup>49</sup> É relevante salientar a importância do primeiro dos privilégios com relação aos bilhetes que, na prática, transformavam-nos em moeda corrente.

Adam Smith disse em uma passagem de seu livro que o papel-moeda que consiste em notas bancárias emitidas por pessoas de crédito indiscutível e pagas incondicionalmente quando cobradas sem nunca haverem ficado sem o reembolso teriam em todos os sentidos valor equivalente ao dinheiro metálico.<sup>50</sup> A similaridade entre os instrumentos tendeu a ser tratada como uma igualdade confundindo os conceitos originais. Segundo Pierre Vilar, o autor escocês cometeu o erro de discorrer sobre a ‘cédula de banco’ como

---

<sup>48</sup> ACD, sessão de 29 de julho de 1845. p. 334. O projeto apresentado pelo deputado Saturnino de Souza Oliveira aparece em seguida.

<sup>49</sup> Projeto do deputado Saturnino de Souza Oliveira consta do mesmo dia. ACD, sessão de 29 de julho de 1845. p. 334 e seguintes.

<sup>50</sup> Adam Smith. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Op. Cit. p. 280.

se fosse ‘papel moeda’. De fato o ele que descreveu não era um ‘papel moeda’ emitido pelo Estado e irrealizável em metais, mas um instrumento de crédito que não aumenta a quantidade da moeda em circulação. Aumentava sim a velocidade de circulação dos meios de pagamento o que certamente causava algum impacto na economia.<sup>51</sup> Assim, é preciso esclarecer que o projeto tratava de bilhetes de banco, ou seja, moeda de crédito, e que o projeto do deputado Saturnino de Souza e Oliveira equiparava explícita e automaticamente, através da concessão de um privilégio, as notas do estabelecimento à moeda oficial.

É preciso considerar as vantagens que esse benefício traria ao grupo ou instituição que se dispusesse a realizar a troca das notas em circulação e passasse a emitir papel-moeda. Apenas na impossibilidade de celebrar-se esse contrato com qualquer banco em funcionamento e já estabelecido na capital do império, o governo deveria criar um banco que desse conta da substituição. O que modificava a natureza original do banco proposto pelo projeto de Manoel Alves Branco privilegiando um grupo que já estava constituído na praça carioca. Ao verificar os relatórios do ministério da fazenda em 1844 foi possível encontrar, como referi, um projeto do Banco Comercial do Rio de Janeiro que coincidentemente se propunha a substituir o “*papel-moeda atual por moeda metálica*”. A imensa correspondência entre os projetos apresentados permite supor uma atenção especial às propostas apresentadas pelo grupo carioca. Destaco alguns itens que dão idéia da similaridade entre os projetos em um ponto que não tinha sido definido pelo projeto ministerial.

§2º. O império será dividido em quatro círculos, formados cada um das províncias (sic) que entre si tiverem mais transações e meios de comunicação.

§3º. Cada círculo terá para seu giro o seu papel fiduciário especial.

§4º. O primeiro círculo se formará das províncias seguintes:

Rio de Janeiro e município neutro. Minas, S. Paulo, Santa Catarina,

Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo.

<sup>51</sup> Pierre Vilar. *Ouro e moeda na história*. 1450-1920. Op. Cit. p. 349.

O segundo círculo se formará das províncias da Bahia e Sergipe.

O terceiro círculo se formará das províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

O quarto círculo se formará das províncias do Maranhão, Piauí e Pará (...).<sup>52</sup>

Na questão da configuração do instrumento para efetuar a substituição houve divergências entre os articuladores de cada um dos grupos. Sobre essa questão o deputado Bernardo de Souza Franco entendeu que, não bastaria a simples provincialização ou a realização das notas do banco em metal, como estava exposto no parecer da comissão em 1845, seria necessário também a permissão da criação de uma rede bancária emissora, a única com capacidade para adaptar a emissão de notas à elasticidade que o mercado demandava. Em discurso de 7 de março de 1850 questionou o ministro como ele procuraria satisfazer a necessidade de meio circulante que, eventualmente, se fazia sentir na praça carioca e em outras. Para o deputado a resposta estava clara, a única maneira de ter uma emissão flutuante era permitir a instalação de bancos que tivessem essa faculdade.<sup>53</sup>

Para ele a moeda metálica que entrasse no país devido às transações com o mercado externo deveria servir apenas para formar o fundo de reserva dos bancos, não para a circulação. É importante notar que a emissão defendida pelo deputado diferia da emissão com a correspondência total do fundo metálico para cobrir o valor das emissões. O deputado sustentava que a emissão poderia exceder a reserva metálica do banco permitindo uma emissão de até três vezes a quantidade do seu fundo de reserva, como expôs em argumento favorável ao aumento de meio circulante em

---

<sup>52</sup> O relatório ministerial pode ser encontrado no site constando também a proposta do Banco Comercial <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/fazend.html> no subitem S1-1.

<sup>53</sup> ACD, sessão de 7 de Março de 1850. p. 85.

25 de abril de 1850.<sup>54</sup> Para corroborar seu argumento de que a economia brasileira estava preparada para a instalação de bancos pelo setor privado o deputado citou a existência de bancos particulares em funcionamento, o que demonstrava cabalmente não só a existência de capitais a serem empregados na formação dos bancos como também a viabilidade da instalação e funcionamento de uma rede bancária emissionista privada.

Minha opinião sobre este objeto [fundo de reserva não-metálico] exige a prévia declaração da convicção em que continuo, que as dificuldades do melhoramento do meio circulante provém antes do conflito de interesses e opiniões individuais, e de partido, que da decisão em si mesma, ou embaraços da posição atual do Império. Provém da rejeição de planos, aliás aproveitáveis só porque partiram de adversário político, do interesse oposto de credores e devedores, que desejam uns a subida, outros a baixa do câmbio e do valor da moeda, e não poucos a facilidade de espírito com que se menospreza a opinião dos profissionais para atender somente a própria. Acontece a respeito das finanças, como da medicina, talvez pela influência que têm ambos os dois principais atributos do homem, a vida e a prosperidade, que ainda os menos imbuídos em seus mais triviais princípios se julgam habilitados para decidir suas questões.<sup>55</sup>

Pelas posições assumidas pode-se esboçar o seguinte perfil para Bernardo de Souza Franco: foi favorável ao aumento da massa monetária, à emissão descentralizada, ao uso preferencial de notas para as transações ao invés de moeda metálica e à constituição de uma rede bancária emissionista privada que, segundo ele, se encarregaria de fornecer ao mercado um meio circulante elástico.

É interessante notar que o conservador Joaquim José Rodrigues Torres, também defendeu a provincialização. Para ele a ação de localizar a moeda inibiria a possibilidade de falsificação do

---

<sup>54</sup> ACD, sessão de 25 de Abril de 1850. p. 481.

<sup>55</sup> ACD, sessão de 25 de Abril de 1850. p. 90.

dinheiro, era o primeiro passo em direção da melhoria do meio circulante e para dar continuidade a essa melhoria seria preciso utilizar algum instrumento que executasse a substituição das notas. Com o avanço da discussão o debate tomou o rumo da criação de um banco nacional, projeto que constava em lei desde a década de 1830, mas que nunca tinha se realizado. Este último ponto foi defendido pelo ministro com o argumento de que os bancos já estabelecidos eram mal organizados e que a criação do novo banco permitiria redefinir os estatutos de maneira a que atendessem o intuito planejado.

Joaquim José Rodrigues Torres assumiu uma posição que o aproximava das posturas metalistas defendendo a utilização da moeda metálica como moeda corrente nas transações cotidianas, como fica claro no discurso em 1850:

Na província portanto, antes mesmo de fazer-se a substituição das notas dessa classe, todo o mundo terá o cuidado de verificar se as que lhe dão são ou não verdadeiras, tanto mais quanto tem meio de fazê-lo eficazmente recorrendo à tesouraria, onde achará os respectivos talões. E pode hoje fazer-se a mesma coisa? Suponhamos que aparecem no Ceará notas de 20\$; pode a tesouraria comunicá-lo imediatamente a todos os pontos do império, avisar a todos aqueles que podem receber notas desse valor, afim de examinarem se as que lhe dão são verdadeiras ou falsas? E portanto fora de dúvida que a localização das notas não só estorva a falsificação, mas principalmente a emissão, e torna, não direi infinitamente, mas muitíssimo mais fácil a substituição do que pelo sistema seguido até agora.<sup>56</sup>

Para ele era difícil imaginar um sistema bancário como o defendido pelo deputado Bernardo de Souza Franco, ou seja, que emitisse uma quantidade superior de notas em relação às suas reservas metálicas. E expôs à câmara sua posição sobre o assunto em discurso de 25 de abril de 1850. O ministro da fazenda defendeu a

---

<sup>56</sup> ACD, sessão de 8 de março de 1850. p.94.

posição do projeto de criação de um banco nacional para efetuar a substituição do meio circulante, a provincialização das novas notas como maneira de se combater a falsificação e a possibilidade da instalação de caixas filiais nas províncias para facilitar o resgate das notas, de maneira geral estes eram os principais preceitos que constaram do projeto de Manoel Alves Branco.

#### 5.4. O medo do separatismo

É preciso notar que as críticas ao projeto de localização não se restringiram somente ao campo econômico. O que também preocupou alguns deputados foram as possíveis implicações políticas que este projeto traria ao Império. Vários deles se preocuparam com o fato de que a provincialização desarticulasse as diversas áreas do império criando círculos relativamente independentes economicamente, o que reforçaria a sua autonomia e os dotaria da capacidade de separação, interferindo no arranjo territorial fruto da formação política obtida depois da independência. Possivelmente, as revoltas do período regencial ainda estavam vivas na mente dos políticos, o que deve ter influenciado alguns deputados a levantar esta questão.

Nos discursos foi possível encontrar referências que apontaram o medo de que a provincialização instrumentalizasse os interesses locais e forçasse os limites que ligavam as diversas regiões. Desta forma, já nos primeiros dias do debate sobre a provincialização do meio circulante em 1850 o deputado João Capistrano Bandeira de Mello entendeu que, a criação de instâncias nas quais houvesse notas de circulação limitada estabeleceria diferenças no valor dessas “moedas” de um círculo para outro e enfatizava.

Ora, esta desigualdade no valor monetário não será muito prejudicial? De certo que sim; essa desigualdade deve embarçar as transações, deve dar ocasião à fraude, deve talvez mesmo com relação ao mercado estrangeiro criar confusão e desordens que deverão se evitar. Quem sabe mesmo se no pagamento de nossa

dívida externa esta desigualdade de valor nos círculos monetários não terá uma influência muito funesta? Entendo pois que a igualdade do valor no sistema monetário é essencial; onde existe uma unidade governativa não se deve admitir moeda com diferentes valores, como deve necessariamente acontecer em consequência do que deixo expedido. Em um estado deve haver uma só moeda com um só valor: a moeda está no mesmo caso que os pesos e medidas; seria muito conveniente que houvesse só um peso e uma medida para todo o mundo comercial. (Apoiados.) Seria mui conveniente que a moeda também se uniformizasse em todo o mundo comercial; e se isto é uma vantagem em uma extensão maior, como poderá deixar de ser em relação a um país que constitui uma unidade governativa, um país que se rege pelas mesmas leis, e não sofre divisões.<sup>57</sup>

Portanto, segundo o deputado havia uma correspondência entre a unidade governativa e a unidade econômica que reforçaria os laços entre as diferentes regiões do país. A questão era econômica, mas também política. De tal forma que a sua adoção poderia colocar em risco a unidade territorial. Mais à frente afirmou que a moeda localizada oferecia inúmeras oportunidades para intrigas quando, motivado por algum problema em uma das regiões, o Estado interviesse no auxílio de um círculo preterindo os demais. Também pode se destacar a referência que o deputado fez em seu discurso à adoção de uma só moeda no mundo comercial. Este, no limite, era o pressuposto do padrão ouro, que igualaria a moeda brasileira a um padrão que ganhou força fora do Brasil.

Em resposta a João Capistrano Bandeira de Mello, o deputado Zacarias de Góis e Vasconcelos argumentou dando uma idéia sobre o arranjo entre as diversas instâncias do governo no Brasil.

Se a unidade governativa pudesse embaraçar a provincialização das notas, não vê o nobre deputado que seria também um argumento contra a nossa atual organização política, que sem preju-

---

<sup>57</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 81.

ízo da centralização que estabelece, permite que nas províncias haja um governo provincial e leis peculiares. A unidade governativa não é logo tão rigorosa como pareceu inculcar o orador a quem me refiro.<sup>58</sup>

É preciso lembrar que o deputado Zacarias de Góis e Vasconcelos a esta altura ainda era considerado pela historiografia da época como sendo conservador.<sup>59</sup> E justamente por essa configuração institucional seria possível provincializar o giro das notas sem que isso favorecesse uma fragmentação do território, uma vez que essa divisão de responsabilidades já existia. Argumentando sobre essa medida afirmou que era apenas para resolver o problema imediato pelo qual passava o meio circulante, dar-lhe a estabilidade necessária, no futuro o governo apresentaria para discussão os planos para uniformizar novamente a moeda de tal forma que não era preciso ter preocupações quanto a isso.<sup>60</sup> Afirmou ainda, que o projeto provincialização do meio circulante já havia previsto a existência de uma classe de notas que circulasse em todo o império, equilibrando as possíveis diferenças que surgissem, impossibilitando dessa forma a estagnação da economia tanto em momentos de superabundância de meio circulante, como da falta dele. Sobre isso explicou:

Ponderou o nobre deputado pela província do Ceará que a provincialização da moeda como que poderia trazer certos desgostos, certos ciúmes entre os diversos círculos monetários com pretexto de serem uns mais bem aquinhoados que outros. Eu porém julgo infundado esse receio porque não posso persuadir-

---

<sup>58</sup> ACD, sessão de 07/03/1850. p. 89.

<sup>59</sup> Sobre este assunto é possível encontrar referências sobre suas posições políticas em diversas fontes entre as quais: Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. *Op. Cit.*, ou Zacarias de Góis e Vasconcelos. *Organização e introdução de Cecília Helena de Salles Oliveira*. São Paulo. Ed. 34. 2002. Coleção formadores do Brasil. p.18 e seguintes.

<sup>60</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 88.



me que o governo em matéria de tamanha gravidade se deslize dos seus deveres, deixando de proporcionar a cada círculo aquela quantidade de moeda de que realmente necessita.<sup>61</sup>

Vale notar que, apesar dos discursos dos deputados contrários à proposta de provincialização do meio circulante apontarem possibilidades de separação, o trecho seguinte foi uma das poucas respostas, e a mais enfática, dada pelos defensores da idéia de localização do meio circulante. O então ministro da Fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres, argumentou em defesa do projeto de provincialização também respondendo às colocações do deputado João Capistrano Bandeira de Mello. Explicou que se por qualquer eventualidade houvesse escassez de meio circulante em uma província aconteceria o que acontecia a todo momento no meio comercial, o afluxo de moeda para essa região a fim de aproveitar-se da valorização específica por falta de numerário, que certamente se daria ali.<sup>62</sup>

Em consonância com o exposto por João Capistrano Bandeira de Mello, o deputado Venâncio Henrique de Rezende, por sua vez, abordou a questão do meio circulante através da problemática política que surgiria a partir da separação das províncias e expôs suas preocupações nos seguintes termos. Para ele a moeda representava a riqueza do país e como estava se discutindo a “separação” das províncias era preciso considerar que esta divisão do “nervo dos estados” implicaria na debilidade do Estado com relação à unidade do território.<sup>63</sup> Mais à frente associou a aprovação dessa medida à configuração de uma federação:

Torno a dizer, encaro esta medida como uma das mais perigosas para o país. Se forem localizadas todas as moedas, como a lei autoriza o governo, faltarão no país o meio circulante geral, toda a moeda fica provincializada, então (sirvo-me desta expressão) de

---

<sup>61</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 89.

<sup>62</sup> ACD, sessão de 8 de março de 1850. p. 95.

<sup>63</sup> ACD, sessão de 9 de março de 1850. p. 111.

direito fica a federação estabelecida; esta dependência que reciprocamente tem umas províncias das outras, e do governo central, fica como que debilitada por esta medida, visto que não há um meio circulante que faz com que os interesses se generalizem. É mais uma razão porque julgo a medida um pouco perigosa.<sup>64</sup>

Note-se que a dependência econômica era entendida como a argamassa que consolidava uma unidade política. Quando se extraísse o fator de comunhão econômica, a moeda comum, estaria sendo posta em perigo a unidade política. Preocupação similar foi apresentada pelo deputado José Antônio de Magalhães Castro, tratando das dificuldades que a adoção do projeto traria para o comércio interno e o de cabotagem que davam à nação brasileira a identidade de uma “grande família”. Segundo ele, todos os argumentos que demonstrassem os benefícios da uniformidade da moeda poderiam ser empregados para provar os malefícios que a medida discutida impingiriam à nação. Neste mesmo dia o deputado Bernardo de Souza Franco se pronunciou da seguinte forma:

Devo fazer aqui uma observação, e é que quando os vapores estreitam as relações das províncias do império, quando se procura uni-las cada vez mais entre si, e ao centro do império, venha este plano de localização da moeda dificultar suas transações, perturbando, por assim dizer, sua linguagem comercial, (...) vem esta perturbação da língua mercantil, a moeda dificultar as relações entre província e província. Não ireis ao estrangeiro, porque vos não consentimos; não podereis vir também cá aos nossos portos, como se diz aos distritos sacrificados, porque não teremos mais de comum, nem a própria moeda!<sup>65</sup>

Do que se depreende dos debates na câmara os defensores da provincialização se voltaram mais para a defesa do argumento de que a localização do meio circulante era uma necessidade eco-

---

<sup>64</sup> Idem. p. 114.

<sup>65</sup> ACD, sessão de 25 de abril de 1850. p. 479. p. 496.

nômica na busca pelo equilíbrio monetário. Argumentaram que não se tratava de criar círculos completamente independentes e sim de restringir os giros de algumas classes de notas mantendo a circulação geral de outras garantindo assim o essencial, o valor da moeda. Em contrapartida os críticos à provincialização afirmaram que esta emissão acabaria por conduzir a uma fragmentação da unidade territorial.

Estas posições não correspondem às divisões partidárias tais como elas têm sido usualmente retratadas pela historiografia. Como mostraram o liberal Bernardo de Souza Franco ou o conservador Joaquim José Rodrigues Torres. Este último defendeu a provincialização enquanto liberais como Souza Franco tenderam a combatê-la. O que permite questionar a visão clássica de conservadores como defensores da centralização e liberais defensores da descentralização. Ambos os grupos estavam comprometidos com a unidade territorial e ambos admitiam algum grau de descentralização, de modo que suas posições não podem ser reduzidas à defesa de posições antagônicas, uma vez que ambos entendiam ser necessária a existência de um governo central forte o bastante para impor a unidade territorial e compreendiam que este governo devia conviver com certo grau de autonomia provincial, suas posições variavam, mantendo-se estas duas balizas, conforme o tema em questão.<sup>66</sup> No caso do meio circulante, os atores se dividiam conforme suas posições perante um debate que não era apenas brasileiro, agiam conforme suas crenças nos instrumentos que consideravam mais adequados para preservar a unidade nacional e ao mesmo tempo promover o crescimento econômico.

---

<sup>66</sup> Miriam Dolhnikoff. *O pacto imperial. Origens do federalismo no Brasil*. São Paulo. Globo. 2005.

## 5.5. Os agentes financeiros

É uma tarefa difícil identificar em nome de que interesses os deputados mobilizavam-se na defesa de uma ou outra proposta. De um lado, autores que analisam o funcionamento do regime representativo no século XIX têm demonstrado a impossibilidade do mandato imperativo.<sup>67</sup> O que significou afirmar a impossibilidade de analisar a atuação dos representantes como simples agentes da defesa dos interesses deste ou daquele grupo social. De outro lado, não se pode cair no extremo oposto de ignorar a existência de interesses com força de pressão sobre o legislativo ou mesmo interesses dos próprios deputados enquanto pertencentes a determinados grupos sociais. Assim, o desafio está em identificar até que ponto os debates parlamentares estavam articulados na defesa de interesses concretos e até que ponto adquiriam autonomia.

No caso da reforma monetária e bancária foi possível perceber que os deputados estavam convencidos de que qualquer medida que fosse benéfica para o sistema financeiro beneficiaria determinados agentes econômicos, e por sua vez estes benefícios irradiar-se-iam para toda a sociedade. Como o acesso aos serviços bancários era restrito os deputados tratavam da circulação monetária tendo em vista aqueles que teriam mais dinheiro. É desta forma que “os capitalistas” aparecem nos discursos associados a valores positivos. Eram eles que investiriam os capitais permitindo “*desenvolver a riqueza pública, e na execução prática da obrigação de que se encarregam de fornecer aos mercados o meio circulante necessário*” através dos bancos criados por eles.<sup>68</sup> Admitindo que existiam algumas figuras-chave, agentes inseridos na sociedade que pela relevância “naturalmente” obtida seriam promotores do bem comum.

---

<sup>67</sup> Bernard Manin. *Principios del gobierno representativo*. Op. Cit.; Giovanni Sartori. *A teoria da representação no estado representativo moderno*. Op.Cit.

<sup>68</sup> Bernardo de Souza Franco. *Os Bancos do Brasil: sua história, defeitos da organização atual e reforma do sistema bancário*. Op. Cit. p. 55.

É, por exemplo, em nome do bem comum que Bernardo de Souza Franco se exprimiu contra a simples provincialização, em sessão na Câmara dos Deputados, em 8 de março de 1850:

Está explicado tudo isto pelo honrado ministro e pelo honrado deputado por Sergipe; ele não tem a pretensão, segundo dizem, de fazer aquilo que é melhor; quer fazer aquilo que pensa se compadece com o estado do país. O país porém exige que o nobre ministro faça o melhor, e não aquilo que pensa que se compadece com seu estado, o que aliás é o contrário ao que pensaram depois de muita reflexão os antecessores de S. Ex. O país exige que o nobre ministro não recue do passo dado, não recue daquilo que seus antecessores já reconheceram que era melhor, que era indispensável.<sup>69</sup> (grifo meu)

Os deputados referiram-se aos “capitalistas” como os agentes mais importantes do sistema financeiro. Ao atenderem seus interesses acabavam por dinamizar a economia. Foi comum encontrar a idéia de que eles colocariam em uso os “capitais dormentes”, o que era de fundamental importância para a economia. A relevância que tais agentes tinham fora conquistada pela sua importância econômica e tal fato permitiu que tivessem um papel importante ao se formular políticas públicas que se irradiariam para os demais níveis da sociedade. Desta forma, ao contemplar os interesses destes agentes os políticos estavam cuidando do desenvolvimento da estrutura econômica geral.

Foi possível desnudar, através dos discursos, o agente considerado objeto principal a ser beneficiado pelas políticas públicas, bem como os outros que compunham o quadro da economia imperial. O comerciante, o capitalista, o fazendeiro, o “povo miúdo”, nas palavras de um deputado. Relembre-se que foi possível encontrar, no parecer da comissão do orçamento de 1845, este tipo de raciocínio quando se afirmava que qualquer operação de resgate

---

<sup>69</sup> ACD, sessão de 8 de março de 1850. p. 101.

que não considerasse a desvalorização sofrida pelas notas em circulação seria prejudicial ao Estado e, por conseguinte, a todos, mas especialmente aos capitalistas, que estavam mais do que os outros interessados na estabilidade da economia.<sup>70</sup>

Tratando dos demais, em 1850, João Capistrano Bandeira Mello, referiu-se à inutilidade da medida das novas notas trazerem inscritas as assinaturas de duas pessoas do próprio distrito como forma de coibir a falsificação, segundo ele só saberiam reconhecer os signos de segurança aqueles que lidavam com grandes quantias, o povo miúdo não entendia de assinaturas e o povo de algumas regiões poderia desconhecê-las por completo.<sup>71</sup>

É preciso perceber que a questão do meio circulante afetava a todos os que lidavam com o dinheiro, mas os deputados acreditavam que a aplicabilidade das medidas para a sua melhoria não poderiam basear-se no povo. Afirmou, ainda, que para piorar a situação, quando as assinaturas eram bem falsificadas seria impossível até mesmo para ele identificar se eram verdadeiras ou não. É ainda deste ponto de vista que tratou da questão o deputado Joaquim Vilella de Castro Tavares, em 1850. Em resposta a outro deputado que atacou o projeto de substituição de notas e os valores que estavam previstas para elas:

Porque elas giram só entre pessoas de certa ordem, são empregadas em grande (sic) pagamentos ou em troco, e as pessoas que as recebem conhecem perfeitamente essas notas, se têm meios de verificar se são verdadeiras ou falsas; se o nobre deputado levar uma nota de 200\$ ou 500\$ a um negociante, verá que ele conhece todas as minuciosidades da estampa. Ora, isto não acontece com as notas de pequeno valor, porque essas giram por todas as mãos. E isto é tanto verdade, que a falsificação dá-se principalmente nas cédulas de 1\$ e 2\$ sem que tenham sido impressas por estampa, cédulas até feitas com lápis; levam-nas de noite

---

<sup>70</sup> ACD, sessão de 29 de julho de 1845. p. 333.

<sup>71</sup> ACD, sessão de 07 de março de 1850. p. 82.

a uma quitandeira, a uma pessoa que não tem conhecimento de notas, e elas aceitam com a maior facilidade possível; o que não acontece com as notas de grande valor.<sup>72</sup>

Na discussão sobre o decreto de 1850, como já foi visto, o ministro fez uma rápida explicação do sistema econômico e de sua dinâmica, atentando para os limites da ação do corpo político. Eram as circunstâncias comerciais que permitiam o aumento da riqueza e da produção do país e não outras situações. Tratou também sobre a formação dos bancos destacando a importância de certos agentes, como resposta a Bernardo de Souza Franco, defensor da pluralidade de emissão por bancos particulares, o ministro Joaquim José Rodrigues Torres afirmou:

Basta que o corpo legislativo diga – crie-se um banco – para que ele se crie efetivamente? Não, senhores; para que se organizem bancos é preciso que haja capitais disponíveis que se apliquem a esse gênero de comércio; é necessário que hajam indivíduos que queiram concorrer com esses capitais; é necessário haver desejo da parte dos capitalistas, e é só quando há esse desejo, quando os particulares mostram que têm meios para montar semelhantes estabelecimentos de crédito, que um governo razoável deve consentir na criação deles e dar-lhes os privilégios necessários e indispensáveis, sem os quais não se podem organizar (...).<sup>73</sup>

Há uma clara percepção nos políticos da época de que, no campo econômico, existiam figuras relevantes para a formulação das políticas econômicas que seriam determinadas por eles. Os ca-

---

<sup>72</sup> ACD, sessão de 09 de março de 1850. p. 117. Joaquim Villela de Castro Tavares. Nasceu na cidade do Recife a 02/02/1816. Professor da faculdade de direito de Olinda, onde também estudou. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e foi deputado geral de 1850 a 1852, além de presidir a província do Ceará. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. IV. p. 253.

<sup>73</sup> ACD, sessão de 08 de março de 1850. p. 99.

pitalistas e comerciantes concorriam para o aumento da riqueza e para o crescimento da economia, legitimando assim a sua primazia com relação à massa do corpo social sem, no entanto, desvincularem-se dele. Em certa medida isto explicou o interesse genuíno no “bem comum” e nos esforços por alcançá-lo. Ao mesmo tempo permitiu que cada um dos agentes políticos vislumbrasse os benefícios recebidos pelos capitalistas através da fixação do valor do meio em circulação.<sup>74</sup>

## 5.6. O debate sobre o meio circulante e a questão partidária

*Nada tão parecido com um saquarema como um luzia no poder.*<sup>75</sup>

Esta frase é geralmente utilizada para afirmar a completa similaridade entre os dois grupos políticos no império. No caso de tomá-la, simplificadamente, apenas reforçando a indiferenciação dos grupos políticos surgem questões difíceis de serem respondidas. Em primeiro lugar, qual a razão de existirem nomenclaturas diferentes no cenário político imperial? Em segundo, admitindo que existam razões que fundamentem a separação, por que afirmar tão aguda semelhança entre os dois partidos?

O primeiro problema a ser enfrentado quando se trata da questão partidária no império diz respeito ao conteúdo programático. Uma das maneiras de definir o grau de similaridade entre os partidos seria analisar seus conteúdos. O problema neste caso, como José Murilo de Carvalho chamou a atenção, é que o primeiro programa partidário foi elaborado apenas em 1864 pelo Partido Progressista. Portanto, não se pode verificar o grau de si-

---

<sup>74</sup> ACD, sessão de 29 de julho de 1845. p. 333.

<sup>75</sup> Extraído de O tempo Saquarema. Op. Cit. p.115.



milaridade expresso nesta fase entre os partidos, Liberal e Conservador, através dos programas político-partidários porque eles ainda não existiam materialmente elaborados.<sup>76</sup>

Outra possibilidade para esta verificação é a análise dos discursos, nos quais deveriam figurar as posições partidárias que permitiriam o enquadramento dos seus emissores nos partidos políticos. Seguindo este caminho seria possível vislumbrar os interesses partidários e as semelhanças entre as propostas. No entanto, o deputado João Duarte Lisboa Serra, contrariando o ditado, deu a entender que ambas as posições não fossem tão similares a ponto de se confundirem.<sup>77</sup>

As minhas idéias de moderação sempre me levaram para este lado, para conservador; mas julgo que se pode conciliar o desejo de progresso lento, compatível com as forças do país, e o sentimento da conservação da ordem. É isto o que entendo que convém ao país, e se com este progresso moderado se é conservador, declaro-me completamente conservador.<sup>78</sup>

Pelo exposto é possível supor que os dois grupos tinham crenças diferentes, bem como exigiam atitudes diferentes dos seus res-

---

<sup>76</sup> José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. p. 205.

<sup>77</sup> João Duarte Lisboa Serra. Nasceu no Maranhão em 31/5/1818 e faleceu na Guanabara em 16/04/1855. Bacharel em matemática, ciências físicas e naturais em Coimbra. Foi inspetor de tesouraria provincial do Rio de Janeiro. Presidiu a província da Bahia e representou a província do Maranhão na Câmara dos Deputados na sessão de 1848 (em substituição ao Doutor Joaquim Franco de Sá) e na legislatura de 1853 a 1856 (mas faleceu em 1855). Nesta legislatura era deputado pela província do Maranhão. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol III, p. 414.

<sup>78</sup> ACD, sessão de 13 de junho de 1853. p. 171.

Viriato Bandeira Duarte. Há poucas informações sobre ele. Representou as províncias de Mato Grosso (9ª legislatura) e Maranhão (10ª à 12ª legislaturas). Era magistrado. Informações extraídas do livro *Octaciano Nogueira e João Sereino Firmo. Parlamentares do Império*. Op. Cit. p.168.

pectivos membros. Numa primeira aproximação existia a percepção de dois grupos distintos, cada um deles com centros de idéias diferentes, o que legitimou a separação entre eles e ao mesmo tempo impôs que atitudes e posições estabelecidas em discurso estivessem minimamente de acordo com o posicionamento partidário do deputado. Essa prática permitiria identificá-los e classificá-los em um dos partidos existentes. Avançando no seu discurso o deputado afirmou que ser moderado arrefeceu seu conservadorismo, mas não a ponto de confundir suas idéias.

No discurso de João Duarte Lisboa Serra sua posição foi claramente exposta bem como a aceitação de seu alinhamento com uma das forças políticas da época. Portanto, tomada isoladamente a passagem acima confirmaria um confronto entre a clássica divisão de forças liberais e conservadoras, além de reafirmar a autodeclaração de seus membros nos discursos na Câmara dos Deputados. Tal fato foi extremamente importante e novo na dinâmica dos debates com relação ao meio circulante. O momento da declaração partidária nos debates sobre a moeda foi um momento marcante e veementemente exposto pelo deputado.

Membro novo de uma câmara nova, não tendo feito parte da legislatura passada, e só acidentalmente aparecido na política em 1848, quando dominavam idéias contrárias às que se acham hoje no poder, eu me julgo obrigado a bem definir a minha posição, não somente em relação à administração atual, como à nova oposição que começa a manifestar-se no parlamento. E além de ser isso para mim um dever nas circunstâncias em que me acho e acabo de expor, entendo que é também de suma conveniência que quando um gabinete que há anos rege os destinos do país, se apresenta em face de uma câmara nova, cada um dos seus membros manifeste de maneira mais franca e explícita o seu pensamento a respeito da administração.<sup>79</sup> (grifo meu)

---

<sup>79</sup> ACD, sessão de 13 de junho de 1853. p. 169.

É preciso ressaltar, no entanto, que este é o momento final da documentação levantada. Durante a maior parte do tempo antes desta data constatou-se a prática inversa. Ou seja, o menor sinal de identificação da filiação partidária era visto como um elemento negativo pelos demais deputados que repudiavam a implantação do que eles consideraram um partidarismo inadmissível em alguns temas das discussões políticas.

Retrocedendo até o ano de 1846 foi possível encontrar outro procedimento. O deputado Saturnino de Souza e Oliveira, por exemplo, atacou impetuosamente a posição assumida pelo deputado Manoel de Assis Mascarenhas que afirmou, não fazia sentido discutir novamente um projeto vindo do Senado porque naquela casa ele já fora cansativamente discutido e as modificações possíveis já haviam sido realizadas.<sup>80</sup> Saturnino de Souza e Oliveira entendia que essa alegação ofendia à câmara temporária impingindo-lhe a pecha de não ter capacidade de analisar os projetos tão bem quanto o Senado, deixando subentendido que o deputado fazia isso para garantir a vitória de seus aliados naquela casa. Ele não sabia se existiam deputados que eram capazes de se portarem com espírito de partido nesta questão, no entanto, garantiu que não entrava nela com tal espírito porque essas medidas tinham em vista o interesse comum.

Para ele o que importava era a descoberta de elementos que favorecessem a melhoria do meio circulante e em matérias dessa natureza seguia apenas a própria consciência. Esta havia se forma-

---

<sup>80</sup> Manoel de Assis Mascarenhas. Nasceu em Goiás em 28/08/1806 e faleceu na Guanabara em 30/01/1867. Estudou direito na Universidade de Coimbra. Depois se tornou magistrado ocupando vários cargos como o de Desembargador da Relação da corte. Representou a província do Rio Grande do Norte na 5ª legislatura, Goiás na 6ª legislatura e o Rio de Janeiro na 8ª legislatura. Foi escolhido Senador em 12/06/1859 pela província do Rio Grande do Norte. Fez oposição ao 14º gabinete de José Maria da Silva Paranhos, e ao 15º gabinete de João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. Nesta legislatura representava a província de Goiás. S. A. Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Op. Cit. Vol II, p. 411.

do durante o cuidadoso exame que fizera da matéria porque para ele não havia “sabedoria prévia” em tais assuntos. Como exemplo de sua maturidade política citou a discussão sobre a reforma da constituição pela qual os juízes de direito passariam a ser funcionários provinciais. Nesta importante questão não se deixou seduzir nem por influências de partido, nem por esforços de amigos e votara guiado apenas pela sua consciência, como agora, com relação à questão monetária.<sup>81</sup> Como réplica o deputado Manoel de Assis Mascarenhas defendeu-se das acusações.

Peço perdão a V. Ex. vou dar uma explicação somente. Eu disse que não era opositorista; dei ao governo todos os meios que pedi, e também darei este; disse igualmente que opositoristas são aqueles que nas trevas empregam todos os meios para a queda do ministério atual... Eu na tribuna apresento-me com coragem, fiz, é verdade, oposição forte à proposta do Sr. Ministro da justiça e não ao ministério (...) Deus conserve o ministério com exceção de um só de seus membros, não por meu interesse particular, porque não tenho dependências dele mas pelo bem do país.<sup>82</sup> (grifo meu)

A imagem construída pelo deputado exemplificou a maneira como se imaginava que os “*oposicionistas*” agiriam: pessoas que se escondiam nas trevas e que se dedicavam a combater projetos em defesa dos interesses próprios, por isso mesmo, mesquinhos. Colocavam seus interesses acima dos interesses da nação e, dessa forma, impediam que o governo tomasse as medidas necessárias para efetivar melhorias. Por agirem assim eram tomados como covardes que passavam o tempo tramando a queda de seus oponentes através de táticas ardilosas e desprezíveis. Note-se que o deputado empregou o termo opositorista não como a prática política legítima de opor-se a um projeto, mas como uma prática em que se adotaria o “espírito de partido”, não necessariamente se referindo a um partido político,

---

<sup>81</sup> ACD, sessão de 31 de agosto de 1846. p. 711.

<sup>82</sup> ACD, sessão de 31 de agosto de 1846. p. 712.

mas sim a uma postura coordenada em que vários políticos adotariam uma determinada posição sobre uma medida demonstrando, no fundo, uma completa incapacidade de discernimento. Neste momento, início da documentação, foi comum encontrar um ataque generalizado ao que os deputados costumavam chamar de “espírito de partido” que, segundo eles, só atrapalharia o andamento dos trabalhos e não traria bem nenhum ao país.

No desenrolar da votação pelo adiamento do projeto o deputado Urbano Sabino Pessoa de Mello respondeu às insinuações de opositor realizadas por Manoel de Assis Mascarenhas nos seguintes termos.<sup>83</sup>

São estas, Sr. Presidente, as razões pelas quais voto pelo adiamento, e não é certamente pelas que pareceu dar o nobre deputado por Goiás, porque se eu entendi bem, o nobre deputado, (...) veio com a história de oposição e clubes; eu não pude compreender a explicação do nobre deputado, não sei se tem aplicação ao meu nobre amigo, a mim ou aos meus amigos (...) fique o nobre deputado certo que quando nós entendermos que devemos fazer oposição ao governo, não iremos escolher esta matéria.<sup>84</sup> (grifo meu)

O interessante é notar que ao defender-se, o deputado se inseriu no debate utilizando a primeira pessoa do singular e, a certa altura, houve uma variação do pronome “eu” para “nós” o que o colocava na situação de porta-voz de um grupo na Câmara dos Deputados, ou de setores mais amplos da sociedade. No decorrer

---

<sup>83</sup> Urbano Sabino Pessoa de Mello. Nasceu em Pernambuco em 1811 e faleceu na Guanabara em 07/12/1870. Formou-se bacharel em direito em Olinda, foi magistrado e depois ingressou na política. Envolveu-se na revolta de 1848. Considerado por um membro proeminente do partido liberal. Foi professor, jornalista, advogado e magistrado e deputado na 4ª (suplente), 5ª, 6ª, 7ª e 12ª legislaturas toas por Pernambuco. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Op. Cit. Vol. VII, p. 332 e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 282.

<sup>84</sup> ACD, sessão de 31 de agosto de 1846. p. 714.

argumentou que sabia em quais assuntos poderia tomar posições que refletissem discordância com relação ao governo e aqueles em que deveria abandonar essa prática e assumir a neutralidade política para lidar com questões de interesse público, como era o caso do meio circulante. A justificativa só faz sentido se admitirmos que era um valor negativo expressar-se como parte de um grupo e que o deputado apesar de fazê-lo tinha consciência dos limites em que tal atitude era admissível.

Em 1850 o deputado Zacarias de Góis e Vasconcelos discursou a favor de um novo projeto enviado pelo Senado que autorizava o governo a promover a substituição de notas do meio circulante por notas de giro limitado.

Se é ditadura, a câmara está disposta a aceitá-la com os rivais da política atual, que no senado, por sua aquiescência, aceitaram-na, procedendo assim, na minha humilde opinião, de um modo mui louvável, porque cumpre afastar a idéia de partidos de tão importante e grave matéria qual o sistema monetário. Desprezemos, senhores, mesquinhas idéias, parcialidades políticas, e confiando no patriotismo do governo, esperemos que ele no desenvolvimento e aplicação da idéia que se contém no artigo que se discute, proceda com a circunspeção e madureza que o caso pede, imitando o exemplo da Inglaterra, onde para certas idéias que interessam vivamente à prosperidade pública, não há diferença de partidos, convertendo-se em fatos oportunamente, qualquer que seja a opinião política, que esteja no poder. Na reforma do nosso sistema monetário entendo, Sr. Presidente, que a Câmara compete dizer: provincializem-se as notas, e ao governo toca por seus regulamentos determinar as clausulas e os modos mais adequados à realização desse pensamento.<sup>85</sup> (grifo meu)

Este pronunciamento trouxe uma série de informações que esclarecem a questão partidária no império. Primeiro reafirmou que era um valor negativo trazer para alguns temas as posições

---

<sup>85</sup> ACD, sessão de 7 de março de 1850. p. 90.

partidárias. Tomou como modelo a Inglaterra onde questões vinculadas à “*prosperidade pública*” seriam apartidárias. Note-se que ao tratar do partidarismo inglês o deputado estava se referindo aos partidos políticos o que é extremamente importante, uma vez que nessa época o termo “partido” também era utilizado referindo-se à posição ou crenças de alguém, assim, “tomar partido” poderia significar concordar com algo ou assumir a mesma posição, não necessariamente em termos políticos. O contexto neste caso foi claro, tratava-se de peculiaridades políticas. Sendo assim, retornando ao discurso, estas “parcialidades políticas” estariam contrapostas à prosperidade pública e, portanto, ao patriotismo que os dirigentes deveriam ter em tais matérias. Pelas falas dos deputados foi possível notar que essa neutralidade política seria fruto da maturidade e circunspeção dos deputados.

No dia seguinte encontra-se o pronunciamento do então ministro da fazenda, Joaquim José Rodrigues Torres, sobre a proposta enviada pelo Senado sobre a substituição das notas em circulação pelas de giro limitado. Sua resposta foi dirigida ao deputado Bernardo de Souza Franco.

(...) essa lei [11 de setembro de 1846], que merece mais do que a que agora discutimos o epíteto de ditadura, foi sem embargo sustentada, confiada pelos homens políticos do lado a que pertence, a ministros de diferente opinião política. Como não se tratava de questão política, como entendíamos que o melhoramento do meio circulante era uma necessidade pública em que todos os partidos eram igualmente interessados, os homens políticos do meu lado não se opuseram à medida, não entenderam que era uma ditadura, que não devesse ser confiada a mãos de adversários.<sup>86</sup> (grifo meu)

O próprio ministro da fazenda buscou refutar a posição partidária nas questões que entendia de interesse público. E a questão,

---

<sup>86</sup> ACD, sessão de 8 de março de 1850. p. 97.

neste caso, era tão importante que até mesmo os “homens políticos” do seu lado apoiaram a proposta. É interessante notar que a questão do apartidarismo em certos temas não eliminava efetivamente a possibilidade de divisão política. Pelo contrário ela ressaltava a maturidade com que alguns políticos eram capazes de lidar com essas questões tão importantes para o país. Desse modo, era legítimo suscitar um apartidarismo nos discursos que envolviam questões de interesse público. Este combate às declarações das posições nos discursos terminou por apagar, no plano discursivo, menções explícitas aos partidos políticos. Dito de outra forma, os partidos políticos tinham sentido de existir, em algumas questões talvez tivessem propostas diferentes, mas a declaração explícita dessas posições foi duramente combatida pelos deputados nas questões ditas de interesse público.

Foi comum encontrar, no desenrolar dos debates, a inserção dos deputados realizada na primeira pessoa do singular. A utilização de outros pronomes que não o da primeira pessoa do plural, no decorrer do discurso, via de regra foi usada para designar o conjunto dos parlamentares ou os brasileiros, por exemplo, nós que votamos por esta medida. Apenas excepcionalmente referiram-se a grupos de apoio. O pronome EU apareceu quase na totalidade dos discursos pronunciados na Câmara dos Deputados entre os anos de 1845 e 1853.<sup>87</sup> Este fato indicou uma predominância da expressão individual sobre as manifestações que indicassem o pertencimento a um determinado grupo político.

De maneira alguma se quer afirmar a não existência dos partidos ou a diluição de seus laços na prática política do império. A intenção é entender como o alinhamento, mesmo que não explícito, poderia ser percebido nos debates. Caso se considere apenas a autodeclaração como evidência de pertencimento a um grupo esta

---

<sup>87</sup> Ver tabelas apresentadas na parte Anexos ao fim do trabalho.



pesquisa só conseguiu encontrar uma única referência dentro do período abordado. Isso aconteceu apenas na fala do deputado João Duarte Lisboa Serra. Mesmo esta referência, como foi visto, só foi declarada pela insistência do deputado Viriato Bandeira Duarte em classificá-lo em uma das correntes políticas.

No que diz respeito à documentação foi possível encontrar nos anos de 1845 e, princípios de 1846, o registro das discussões com a descrição do escrivão citando o discurso do deputado. Dos 62 discursos estudados 8, cerca de 13% do total, apresentaram essa característica. De maneira geral pode-se notar uma regularidade na maneira como se registram os debates logo ainda em 1846. A partir de então a exposição do discurso passou a ser registrada sempre como sendo o registro literal do que os deputados disseram. É importante frisar, no entanto, que mesmo entre esses registros em que o escrivão citava o deputado foi possível encontrar referências à primeira pessoa no discurso dos deputados. O que se trata de evidenciar é a ausência quase completa da inserção dos deputados nos debates como participantes de algum grupo político ou de alguma classe específica. Nem mesmo nestes registros, em que o deputado figurou como uma pessoa citada pelo escrivão, apareceram expressões que denotassem a inserção nos discursos como se o deputado pertencesse declaradamente a algum dos grupos. Depois de 1846 notou-se o desaparecimento do escrivão no discurso dos deputados. Seu aparecimento só se dá nos momentos de incompreensão das falas dos deputados, impossibilidade de registro e registro das manifestações da audiência aos discursos. A partir da nova maneira de registro dos discursos a utilização do pronome EU como o enunciador é a regra em 54 deles, ou seja, em aproximadamente 87%. Houve apenas um registro de declaração partidária nestes debates, caso do deputado João Duarte Lisboa Serra, e apenas uma declaração que pode ser tomada como de representação de classe, caso do deputado Francisco

de Paula Batista em 15 de junho de 1853, no debate sobre o empréstimo aos bancos.<sup>88</sup>

À primeira vista pode parecer contraditório que a despeito do fato da quase ausência da autodeclaração partidária tenha sido possível levantar, através da pesquisa nos discursos, sinais da existência de grupos na fala dos deputados. O caminho adotado foi o seguinte. Abandonou-se a autodeclaração de posicionamento como único parâmetro para apreender o jogo político-partidário. Foi aceito que as relações pessoais de proximidade nos discursos fossem fontes de possíveis informações sobre a maneira de alinhamento dos atores políticos. Neste caso, a neutralidade discursiva começou a dar lugar a sinais de uma prática política correspondente com a existência dos partidos no império. Neste sentido é importante acompanhar o pronunciamento do deputado Venâncio Henrique de Rezende.

Mas eu nunca quis dar o meu voto para isso, nem ao ministério, amigos e correligionários (...) Sr. presidente, não é de agora que eu conheço os Srs. Ministros atuais, conheço-os de muitos anos, sou seu amigo, tenho neles toda a confiança, e até meus princípios políticos me arrastão para eles; mas não posso ter a mesma confiança na estabilidade das nossas coisas; qualquer que seja a confiança que tenho no atual ministério, não tenho segurança de que amanhã não venha outro a executar esta lei. Não diremos (e eu sou desta opinião) que nesta matéria não há partidos, que se deve olhar só para as necessidades do estado; mas nós sabemos que todos os homens não têm a mesma compreensão,

---

<sup>88</sup> Francisco de Paula Batista. Nasceu em Pernambuco a 4/2/1811 local onde também faleceu em 25/05/1881. Bacharel em direito pela faculdade de Olinda em 1833, onde se tornou professor. Foi deputado na assembleia provincial em nove legislaturas e deputado na assembleia geral em duas legislaturas: de 1850 e de 1856. Lutou pela nacionalização do comércio a retalho (o que considerava um direito nacional). Informações extraídas de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. III, p. 66. Nesta legislatura ele representava a província de Pernambuco.

nem mesmo igual flexibilidade de caráter para não se deixar levar por quaisquer dúvidas e objeções.<sup>89</sup> (grifo meu)

Note-se que o deputado Venâncio Henriques de Rezende afirmou primeiro os laços de amizade para depois expor seu direcionamento político e constatou que ambos o aproximavam dos ocupantes do ministério. O medo expresso em sua fala é a de que no futuro houvesse uma mudança de ministérios e os novos ocupantes poderiam não seguir o exemplo de sobriedade de Joaquim José Rodrigues Torres. Esta preocupação revelou que apesar da questão monetária ser considerada tão importante a ponto de suscitar um apartidarismo político esse procedimento poderia não ser unânime entre os políticos. Esta passagem revelou assim o revés do apartidarismo político. Ao denunciar que existiam homens que se deixavam influenciar por críticas e sugestões de amigos ou cor-religionários. A denúncia indicava a possibilidade de que o discurso poderia encobrir uma prática política em uso na época, a não declaração explícita da posição.

Este discurso revelou também o elemento que formava a teia de contatos característica dos tempos imperiais, a amizade. Muitas vezes o termo “amigos” apareceu em tom de denúncia velada na formação dos grupos. Para ilustrar a questão seria necessário retomar a fala do deputado Saturnino de Souza e Oliveira quando se negou a aprovar por aclamação o projeto vindo do Senado. Ele afirmou que, não cedera a ninguém que tentou influenciá-lo e empregou o termo “*esforços de amigos*”, sem nenhuma censura por parte de outros deputados da Câmara dos Deputados, o que dificilmente aconteceria no caso dele utilizar os termos partidários.

Assim, eventualmente, mesmo sem tornar-se porta-voz de um grupo que criou uma identidade através do estabelecimento de pontos em comum sobre determinadas questões, os deputados

---

<sup>89</sup> ACD, sessão de 9 de março de 1850. p. 112.

acabavam por revelar em seus discursos a existências deles. Por vezes, entendeu-se que estas amizades podiam não se referir a amigos de longa data, mas talvez a políticos que estariam ao lado do deputado ou do ministro nas votações.

O assombro pelas denúncias levantadas nos discursos eram prontamente respondidas de maneira a negar o fato. Como foi o caso do discurso do deputado Urbano Sabino Pessoa de Mello, que desmereceu as acusações realizadas pelo deputado pela província de Goiás, Manoel de Assis Mascarenhas, ridicularizando a prática de “*oposição e clubes*” e negando que tivessem aplicações ao deputado das Alagoas, Miguel do Sacramento Lopes Gama, a si ou a seus amigos.<sup>90</sup>

Segundo o deputado Bernardo de Souza Franco, existiriam “amigos” que cercariam e se relacionariam com o ministro da fazenda Joaquim José Rodrigues Torres e que, possivelmente, tentariam influenciar seu voto. Esta prática política foi entendida por alguns como uma influencia nefasta sobre os deputados e por outros como a proximidade de idéias natural na comunhão do interesse público do país. Não se trata de buscar partidarizar as discussões políticas da época, mas da necessidade de entender por que meios elas foram expressas.

Em 1853 discutiu-se o empréstimo aos bancos, Comercial do Rio de Janeiro e Banco do Brasil, de Mauá. O deputado Francisco Antônio Ribeiro apoiou a medida porque entendia que neste caso o apoio à medida enviada pelo governo era uma questão de interesse público.<sup>91</sup>

---

<sup>90</sup> Miguel do Sacramento Lopes Gama. Nasceu em Pernambuco a 29/09/1791 e faleceu também em Pernambuco a 09/12/1852. Foi Padre. Deputado na 4ª legislatura (suplente) por Pernambuco e na 6ª legislatura por Alagoas. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 202.

<sup>91</sup> Francisco Antônio Ribeiro. Bacharel em Direito. Foi deputado pela Bahia na 5, 6, 8 e 9ª legislaturas e presidente da província de Pernambuco. Informações extraídas do livro *Deputados Brasileiros 1826 a 1976*. Câmara dos Deputados. Brasília. Abril de 1976, e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 357.

Bem que ainda não ouvi a nobre oposição acerca deste objeto, penso que não errarei se disser que sua negativa deve basear-se principalmente na falta de confiança tão francamente enunciada nesta casa, mormente pelos nobres deputados pela província de Pernambuco. Eu vi um dos nobres deputados por aquela província, apoiado por quase todos os seus colegas, intimar uma demissão ao ministério, exigir que o ministério se retirasse, que abandonasse as pastas (...) Sim, senhor, tratar desses fatos para convencer a casa de que os nobres deputados não têm razão, e que pelo contrário deveriam prestar o seu apoio ao governo nesta e em outras medidas semelhantes, que têm pro fim os interesses do país e não interesses individuais.<sup>92</sup> (grifo meu)

Nota-se que os termos utilizados pelo deputado, nesta passagem, não apelaram para o convencimento da razão, mas sim à confiança no governo. O que está de acordo com o raciocínio que desenvolvi é a declaração de que existia uma rede de apoio mútuo que era denominada por termos como “amigo” ou “colega” e que era a maneira como os deputados se referiam aos seus grupos. Em que medida esses grupos eram permeados por ideologias políticas seria difícil saber uma vez que a declaração desses posicionamentos ficou oculta nos discursos por ser um código de conduta combatido na Câmara dos Deputados.

É possível encontrar uma atitude diferente no pronunciamento de José Inácio Silveira da Motta neste mesmo dia.<sup>93</sup> O deputado afirmou:

---

<sup>92</sup> ACD, sessão de 1 de junho de 1853. p. 160.

<sup>93</sup> José Inácio Silveira da Motta. Nasceu em Goiás a 15/02/1807 e faleceu na Guanabara em 16/10/1893. Foi professor de direito. Colocou-se contra a revolução de 1842. Foi deputado pela província de São Paulo em 1849 e depois em 1853. Nesse ano foi eleito Senador pela sua província natal. Opôs-se a medidas do Ministério Souza Franco e apresentou projetos sobre os escravos, segundo os quais Sisson afirmam ser “de um liberalismo prático”. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Coleção Brasil 500 anos. Brasília. 1999. Vol. II, 295 e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. Parlamentares do Império. Op. Cit. 299.

Dando este voto de confiança ao ministério, já digo claramente qual é a minha posição nesta câmara, não de meia oposição, nem de meio ministerialismo; acho que são as posições mais falsas (apoiados), mais pérfidas que se podem ocupar no parlamento essas de meio amigo e meio inimigo (apoiados), mesmo porque no complexo imenso de uma política nós temos motivos muito suficientes para nos declararmos ou inimigos ou amigos.<sup>94</sup>

Esta não foi uma autodeclaração partidária explícita na medida em que o deputado deixou de afirmar a qual dos partidos pertencia a despeito de poder ser enquadrado indiretamente, através do posicionamento do ministério então no poder. Foi diferente do caso do deputado João Duarte Lisboa Serra que em seus discursos tratava dos partidos como formações que apresentavam cisões internas e apontava o caminho que, em sua opinião, eles deveriam seguir para que os debates fossem úteis ao país. Revelou que não se deixava fanatizar pelas posições radicais dos partidos ou por suas lutas como único meio de salvação uma vez que seu temperamento era essencialmente “moderado” e não abria mão da possibilidade de examinar as questões e proceder de acordo com a sua consciência sem que por isso rejeitasse a idéia de partidos. O deputado propunha que os antigos ódios e desavenças fossem superados, especialmente pelos indivíduos mais preparados.

Segundo ele, muitas das posições partidárias tornaram-se similares a ponto de não constituírem mais duas bandeiras por isso propunha a “conciliação” dos partidos de maneira que essa aproximação fosse benéfica para o país. Para fundamentar a sua explicação recorreu à linguagem figurativa da associação entre dois corpos, apelando à ciência física como base de sua argumentação. Em sua opinião a junção não se daria entre elementos que se repeliriam, mas sim pela fusão racional de princípios tão próximos que já não teriam sentido estarem em posições diferentes.<sup>95</sup>

---

<sup>94</sup> ACD, sessão de 11 de junho de 1853. p. 162.

<sup>95</sup> ACD, sessão de 13 de junho de 1853. p. 169.

Foi curioso notar que ao final do período abordado, e dentro dessa conciliação expressa nas palavras do deputado João Duarte Lisboa Serra, pela qual os partidos se aproximaram cada vez mais, começou a dar-se uma mudança significativa no plano discursivo. Alguns deputados passaram a orientar seus discursos pela declaração e reafirmação das posições políticas.<sup>96</sup> O próprio deputado João Duarte Lisboa Serra, membro da comissão da fazenda que analisou a proposta para substituição e provincialização das notas, considerou que a moderação era a essência de sua posição sem, no entanto, transformar cabalmente as suas idéias conservadoras. A aproximação tratava da conciliação de idéias e princípios quando estes estivessem ligados a questões de interesse público, questões estas definidas pelos próprios políticos. Mas não se tratou de uma extinção dos partidos ou de uma prática apartidária, o que justificava o fato de nesse mesmo dia o deputado ter se classificado como conservador.

Considerando os resultados alcançados notou-se que a utilização de alguns termos correlatos aos termos partidários assumiram por diversas vezes a função de designar grupos que se formavam em torno de posições a serem defendidas. No plano discursivo constatou-se a utilização desses termos fez parte da prática política e dos debates em torno da questão do meio circulante como forma de aludir a esses apoios ou de denunciá-los, em determinadas ocasiões.

Afora isto, é preciso ter em mente que o reforço contínuo da mensagem de apartidarismo só faz sentido em um cenário em que essas práticas partidárias existiram e eventualmente vazavam para os discursos políticos e, ao serem expressas eram rapidamente repreendidas por outros deputados. Com estes resultados em mente pode-se desfazer qualquer tipo de simplificação no entendimento do ditado imperial do início do texto e supor que esta rede de

---

<sup>96</sup> Sobre essa periodização consultar Emília Viotti da Costa. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo. Fundação editora da UNESP, 1999. Especialmente o capítulo 3, Liberalismo: Teoria e Prática.

apoio não era apolítica. É importante ressaltar que o reforço às posições individuais nos discursos e o cuidado em demarcar essas posições permite entender melhor as variações nas votações de projetos que tenderiam a se aproximar de algum dos partidos políticos em dado momento. Neste sentido, as colorações partidárias sempre receberiam matizes pessoais o que alteraria o resultado das ações nas votações. Com o surgimento dos programas partidários definidos e materialmente elaborados esta prática deve ter sofrido mudanças, mas ainda deve ter guardado como elemento importante o valor pessoal no entendimento das questões.



## 6. O caso paulista

### 6.1. A economia provincial paulista nos séculos XVIII e XIX

As transformações ocorridas na economia paulista entre os séculos XVIII e XIX, especialmente no período posterior à década de 1850, despertaram a atenção de inúmeros estudiosos que buscavam entender a crescente dinamização que a economia dessa região conheceu.<sup>1</sup> O que chamou a atenção é o salto dado pela economia regional que sai de uma situação de acentuado pauperismo para con-

---

<sup>1</sup> Entre outros podemos citar os trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda. In Holanda, Sérgio Buarque de. (org.). O Brasil monárquico. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1967 (História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II, v.2), Maria Tereza S. Petrone. A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio, 1765-1851. Difusão Européia do Livro. 1968, Flávio Azevedo Marques de Saes. A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira. Um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo, 1850-1930. São Paulo. Mimeo.1979, Zélia Maria Cardoso de Mello. Metamorfoses da Riqueza. São Paulo, 1845-1895. São Paulo. Editora Hucitec.2ª ed. 1990, Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo. Edusp. 2005. Com respeito à industrialização e imigração os trabalhos de Wilson Cano. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Rio de Janeiro. Difusão Européia do Livro. 1977, Sérgio Silva. Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo. Alfa-Ômega. 1976, João Manuel Cardoso de Mello. O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 5ª edição. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1982. Celso Furtado. Formação econômica do Brasil.18ª edição. São Paulo. Ed. Nacional.1982.

solidar-se, no século XX, como a “locomotiva” do país. Torna-se importante entender como se articularam as atividades da mineração, do abastecimento de gêneros alimentícios e de transporte nesse meio tempo, além, da produção açucareira comercial voltada para a exportação. Um indicador do desenvolvimento econômico da região, como se verá, foi a mão-de-obra utilizada na produção açucareira que preconizou a produção cafeeira no século XIX. Para definir-se o quadro é preciso considerar que a posição geográfica paulista favoreceu sobremaneira a articulação das diversas atividades pelo entroncamento de rotas que a província guardava.

Para ter uma idéia da magnitude dessa transformação é preciso voltar a atenção para o final do século XVII. Nessa época a pobreza fazia parte do cotidiano da cidade e só com o passar do tempo vai superar essa condição. Apenas quando ultrapassou esse momento histórico que a riqueza começou a se manifestar de forma acentuada. Segunda Zélia foi, apenas em meados do século que se pôde notar um aumento substancial nos níveis de riqueza dos espólios e a partir desse momento os imóveis começaram a ganhar força no montante total e o dinheiro amoedado começou a aparecer freqüentemente, bem como o ouro em pó ou em barra.<sup>2</sup>

Desta forma, é preciso ter clara a condição econômica da qual partiu a província nos períodos anteriores ao século XVIII. Zélia Cardoso de Mello indicou que nos inventários pesquisados por ela a sociedade que surgia não era marcada pela riqueza, mas sim pela acentuada pobreza, até o começo da atividade mineradora. Na gênese da ocupação, a produção predominante foi a de gêneros de subsistência, existia uma economia pouco monetizada com a presença de escambo. Apenas nos últimos anos do século XVII é que se pode notar um aumento de circulação monetária. Outra característica que chamou a atenção da autora foi o baixo valor dos

---

<sup>2</sup> Zélia Maria Cardoso de Mello. *Metamorfoses da Riqueza*. Op. Cit. p. 42 e seguintes.

imóveis até a metade do século XVII, este índice sofrerá forte transformação com a passagem do tempo. Toda essa conjuntura acentuava a importância dos emprestadores nessa economia incipiente.<sup>3</sup>

Sobre a evolução da sociedade e da economia escravista em São Paulo, Francisco Luna e Herbert Klein acompanharam o avanço econômico, entre outros, pela transformação da mão-de-obra empregada na província. Apesar da região centro-sul ter recebido impulso em suas economias, São Paulo manteve-se na retaguarda dessa marcha por um longo tempo depois de 1700, numa situação contrastante com as províncias circunvizinhas. Sem alternativas econômicas para inserir-se nas linhas mercantis internacionais voltou sua economia para os produtos de subsistência e para a pecuária.

Sua mão-de-obra foi predominantemente indígena até meados do século XVIII. Os índios serviram como escravos ou foram mantidos residindo em povoações controladas pelos colonos brancos onde prestavam serviços à comunidade paulista. A oposição da igreja e do governo à escravidão indígena somada à dinamização econômica favoreceu a lenta substituição desta mão-de-obra pela africana que era mais cara.<sup>4</sup>

O gatilho desencadeador do salto na evolução econômica paulista foi a mineração. As possibilidades de abastecimento mostraram-se boas oportunidades para a acumulação afastando cada vez mais a província do quadro de empobrecimento que dominava a região. Acentue-se aqui a importância do fato de São Paulo ser uma região de entroncamento de caminhos, o que potencializava as chances de exploração das atividades produtivas com relação às minas e permitiu a diversificação dessas atividades de abastecimento. A consolidação dessa vocação é anterior à mineração, como deixou claro Zélia Cardoso. As bandeiras haviam se encarregado da circu-

---

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Op. Cit. p. 28.

lação desses colonos nas mais variadas direções, chegando inclusive a regiões hispânicas como Peru e Paraguai.

A abertura de caminhos que ligavam diversas áreas alavancou o crescimento comercial entre elas. O trabalho de Alice Canabrava evidenciou a magnitude dessa atividade com linhas de comércio que ligavam o vice-reino do Peru a algumas regiões brasileiras como Santos, São Vicente, Rio de Janeiro e Salvador, fornecendo como mercadorias trigo, milho, feijão e carnes salgadas, entre outras. No entanto, alertava essa autora, com relação à área vicentina ligada à área do Prata o comércio era restrito ao poder aquisitivo da província, vale dizer, diminuto.<sup>5</sup>

A autora ainda ressaltou que as dificuldades no comércio Atlântico, causado pela guerra contra a Holanda, e as facilidades surgidas pela união das coroas na Península Ibérica, acabaram por conferir importância aos caminhos terrestres que deu novo impulso ao comércio entre os núcleos coloniais. O aumento da produção açucareira no Nordeste também foi um fator dinamizador nessa região gerando demanda para a mão-de-obra nos engenhos. A guerra com a Holanda favorecia o crescimento da atividade de apresamento de indígenas que serviriam para atender à demanda nordestina por mão-de-obra. Segundo Alfredo Ellis Júnior a atividade de apresamento foi uma das principais atividades da região paulista e tratava-se do apresamento de indígenas concentrados nas reduções jesuíticas espanholas para oferecê-los ao Nordeste cuja economia açucareira demandava o emprego de nova mão-de-obra. Ainda com essas atividades a economia paulista não alcançou grandes avanços. O efeito do rápido crescimento populacional das áreas mineradoras criou a possibilidade dos paulistas efetuarem o abastecimento de gêneros para essa região ajudados pelas restrições a produções de alguns gêneros na região mineira.<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> Zélia Maria Cardoso de Mello. *Metamorfoses da Riqueza*. Op. Cit. p. 41.

<sup>6</sup> Myram Ellis. Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil Colonial. In. Ellis Júnior, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do luar. O ciclo do açúcar*. Academia Paulista de Letras. 1979. Vol. 11. p. 187.

Diferentemente de algumas atividades esta exigiu alta especialização e também favoreceu o surgimento de um pujante mercado consumidor tanto de alimentos como de serviços. As principais áreas fornecedoras para as Minas Gerais foram Bahia e São Paulo, o Rio de Janeiro não se engajou diretamente nesse comércio, num primeiro momento, devido principalmente às péssimas condições que ligavam as duas regiões, especialmente, quando se tratava das ligações terrestres. Dessa forma a lavoura paulista recebeu o forte incentivo à sua produção o que acabou por gerar novos excedentes com vistas a serem comercializados para os centros de mineração. Produtos de manutenção como farinha e trigo compunham a pauta de produtos enviados por São Paulo, mas também houve incentivo para a criação de animais visando ao fornecimento de carnes e couros para a região, além dos animais para o transporte. Os limites de abastecimento da área mineradora devem levar em conta dois movimentos o de forte expansão da demanda com relação às Minas Gerais e especialmente a baixa produtividade paulista que não conseguia fazer frente ao mercado consumidor que se abria, comumente o resultado eram as crises de abastecimento gerando fome e aumento de preços dos principais produtos de abastecimento dessa região.<sup>7</sup>

Foi a esse efeito que Celso Furtado chamou de mecanismo irradiador da empresa mineradora. “A natureza mesma da empresa mineira não permitia uma ligação à terra do tipo da que prevalecia nas regiões açucareiras. O capital fixo era reduzido, pois a vida de uma lavra era sempre algo incerto. A empresa estava organizada de forma a poder deslocar-se em tempo relativamente curto. Por outro lado, a elevada lucratividade do negócio induzia a concentrar na própria mineração todos os recursos disponíveis. A combinação desses dois fatores – incerteza e correspondente especialização – marcam a organização de toda a economia mineira. Sendo a

---

<sup>7</sup> Zélia Maria Cardoso de Mello. *Metamorfoses da Riqueza*. Op. Cit. p. 43.

lucratividade maior na etapa inicial da mineração, em cada região, a excessiva concentração de recursos nos trabalhos mineratórios conduzia sempre a grandes dificuldades de abastecimento. A fome acompanhava sempre a riqueza nas regiões do ouro. A elevação dos preços dos alimentos e dos animais de transporte nas regiões vizinhas constituiu o mecanismo de irradiação dos benefícios econômicos da mineração”.<sup>8</sup>

Irradiaram-se os benefícios não somente para a área agrícola paulista, como também para as atividades pecuárias e afins. Alfredo Ellis destacou a importância do ciclo do muar. Esse tipo de transporte animal gerou a integração de diversas áreas ao sul que confluíram para a região de São Paulo, depois seguiam para as Minas Gerais, depois com ligações para as regiões centrais de Goiás e Mato Grosso. Para o autor este ciclo nasceu com a atividade mineradora e sua força se extinguirá aproximadamente em 1870 com o advento das ferrovias. Até esse momento a figura-chave no que diz respeito ao deslocamento de cargas foi do muar de tal forma que seu ciclo se insere nos ciclos econômicos como um dos maiores. O muar foi destaque por representar uma atividade estruturante de outras atividades e especialmente de articulação de regiões econômicas até então não conectadas. O gado prestava-se às diversas necessidades de utilização do seu couro para a produção de vestuários e artefatos, de sua proteína para consumo alimentar e de sua força motriz, de tal modo que as potencialidades econômicas para essa atividade abriam um excelente horizonte para as áreas onde era praticada. O advento da mineração resolvia assim um dos principais problemas da atividade pecuária que, aliás, sempre operou comprimindo sua expansão, o problema com relação ao nível de seu mercado consumidor. Seu ciclo é imenso e só perdeu em duração para o ciclo do açúcar no Nordeste. E não poderia ser diferente uma vez que esta atividade econômica se embrenhou pelas demais

---

<sup>8</sup> Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. Op. Cit. p. 76.

nos diversos ciclos econômicos como o ouro e a expansão cafeeira desde o Rio de Janeiro até o Oeste Paulista, só havendo retração de grande vulto quando consideramos a inovação tecnológica dos transportes já nos fins do século XIX. O cenário de estagnação muda por completo no florescimento da extração mineradora, porque além de dar novo fôlego às atividades para manutenção foi também um forte centro de atração para as populações tanto de Portugal como do Brasil, com especial destaque para a população masculina paulista.<sup>9</sup>

Foram estas atividades, que como Maria Sylvia Franco assinalou, na maioria das vezes não podiam ser exercidas pelos escravos e que não interessavam aos homens abastados que acabaram por dar oportunidades ao trabalhador livre de se integrar ao sistema com boas possibilidades de ganhos. Essa autora destacou que parte das atividades essenciais era as que estavam ligadas ao transporte para o escoamento dos produtos saídos da fazenda. A irregularidade apresentada pelos caminhos forçava a utilização das tropas como meio de deslocamento o próprio Saint-Hilaire já se referira a isso observando que, em certos pontos os caminhos tinham uma dimensão que só permitiam a passagem de uma mula de carga por vez.

A autora lembra que quinze anos depois o viajante Kidder relatou que os meios de transporte de passageiros eram desconhecidos aqui. Anos mais tarde outro viajante, Zaluar atestou que a qualidade do caminho era sofrível pela quantidade de problemas encontrados pelo caminho como, por exemplo, de pontes caídas. Foi somente nos finais do século XIX é que o casal Agassiz forneceu a impressão de que os transportes estavam sendo modernizados com o desaparecimento das tropas de mulas e o surgimento de ferrovias.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Ellis Júnior, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do mar. O ciclo do açúcar*. Op. Cit. p. 81.

<sup>10</sup> Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo. Fundação editora da Unesp. 1997. pp. 65 e 66.

O mular transportou produtos de exportação, bem como os produtos de subsistência. Era comum deparar-se com tropas de burros cortando os caminhos durante todo o século XIX percorrendo novamente as diversas direções que as bandeiras indicaram. É na produção dos viajantes que forma-se uma imagem vívida desse trânsito tendo que enfrentar a precariedade nos caminhos, ranchos mal construídos, em suma, uma infra-estrutura precária para o valor com o qual essas tropas lidavam, como Ellis Jr. destacou, era a utilização de uma organização criada para a subsistência num momento em que a produção já estava em um nível muito maior, o da agricultura comercial de enormes quantidades. É em meio a estas condições adversas que ganha força a figura que dominou este momento histórico, o tropeiro. Sua atividade foi fundamental para realizar o trânsito de animais e produtos por imensas áreas em condições absolutamente precárias.<sup>11</sup>

Celso Furtado relatou a articulação nascida da conjugação dessas atividades da seguinte maneira. A pecuária que resistiu um longo tempo graças à utilização do couro, com vistas à exportação, passou por fortes transformações com a instalação da mineração que demandava outras necessidades além dessas peles animais. O gado da região sul sempre permanecera com preços baixos em comparação com a região nordestina, uma vez que esta última o valorizava pela utilização na produção açucareira, agora a região mineradora forçava uma valorização pelo crescente consumo tanto de animais para o transporte como para a manutenção da atividade. O crescimento do mercado consumidor mudou de tal forma o quadro que tendeu a deslocar o gado nordestino para essa região o que pressionou os preços daquelas regiões e levou a reivindicação de interdição no sentido de garantir a manutenção dos preços do produto.

---

<sup>11</sup> Maria Sylvania de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. Op. Cit. 65 e 66.



Segundo o autor “Se se considera em conjunto a procura de gado para corte e de muares para transporte, a economia mineira constituiu, no século XVIII, um mercado de proporções superiores ao que havia proporcionado a economia açucareira em sua etapa de máxima prosperidade. Destarte os benefícios que dela se irradiam para toda a região criatória do sul são substancialmente maiores do que os que recebeu o sertão nordestino. A região rio-grandense, onde a criação de mulas se desenvolveu em grande escala, foi, dessa forma, integrada no conjunto da economia brasileira. Cada ano subiam do Rio Grande do Sul dezenas de milhares de mulas, as quais constituíam a principal fonte de renda da região. Esses animais se concentravam na região de São Paulo onde, em grandes feiras, eram distribuídos aos compradores que provinham de diferentes regiões. Deste modo, a economia mineira, através de seus efeitos indiretos, permitiu que se articulassem as diferentes regiões do sul do país”.<sup>12</sup>

Ao contrário do que acontecera no Nordeste, na região Sul a atividade pecuária preexistiu à mineração. Em diversas partes núcleos autônomos criavam gado. Furtado afirmou que estas regiões manteriam sua produção de subsistência se a produção mineradora não tivesse atraído suas atenções. Ao mesmo tempo em que deu motivo para articulação elevou a sua rentabilidade criando um esplendido mercado consumidor que motivou os produtores a ampliar a utilização das terras e dos rebanhos.

Não foram somente as áreas de origem e destino das mercadorias que ganharam novo impulso. As áreas que se articularam nas proximidades dos caminhos com serviços prestados aos tropeiros também experimentaram um crescimento importante. A descrição de Friederich Von Weech deu conta do seguinte sobre a utilização dos animais.

---

<sup>12</sup> Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. Op. Cit. p. 77.

O transporte de todos os produtos do país se faz por água, ou por terra, através de animal de carga. (...) A segunda maneira é dispendiosa, já que o agricultor ou o fabricante precisam despachar os produtos da terra e as manufaturas a uma distância freqüentemente superior a 100 milhas, carregados em mulas. Há pessoas que possuem tropas de 100 a 150 desses animais tão úteis, juntamente com os guardas e condutores necessários, os quais ou são alugados por certo tempo, ou recebem uma soma fixada por arroba. A exigência do locador depende da estação do ano, das estradas boas ou más, dos componentes da mercadoria e do preço da ração (milho), principal alimento dos animais de carga durante a viagem. Agricultores ricos possuem, eles próprios, tantas mulas quantas necessitam. Quem não as possui nem consegue alugá-las, procura vender seus produtos no próprio local e, não havendo demanda especial, com freqüência precisa entregá-los por qualquer preço.<sup>13</sup>

Maria Sylvia Franco explicou que o movimento das tropas permitiu que os homens livres se engajassem na atividade de abastecimento e descanso. Não faltam descrições sobre a existência destes tipos de estabelecimento nos relatos dos viajantes. E era possível encontrar esses lugares de pouso disseminados pelos caminhos, os ranchos, eram o ponto de encontro dos tropeiros para descanso e alimentação deles e de suas tropas. Os condutores com suas caravanas de mulas tornaram-se parte da paisagem em boa parte desse circuito comercial dando alento a estas atividades. Estabelecimentos dessa natureza podiam ser encontrados desde os centros mais pujantes até o interior formando assim uma extensa rede de serviço de apoio ao movimento dos produtos.

---

<sup>13</sup> Friederich Von Weech. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. São Paulo. Martins Fontes. 1992. p. 56. Apesar do título este livro era um manual para os imigrantes alemães que quisessem migrar para o Brasil e tratava das condutas que o autor viu e do conhecimento que adquiriu em sua viagem ao Brasil entre o ano de 1823 a 1828. O livro foi escrito na viagem de volta à Europa a bordo do navio Alcides, em 1828.

Segundo a autora havia vários tipos de instalações pelos caminhos dos circuitos comerciais. O rancho, formado pelo barracão, uma cabana improvisada cuja estrutura era armada de forma a proporcionar um teto para o abrigo das tropas e de seus condutores. O que variava entre elas era a solidez das construções, o tamanho e limpeza, mas mantendo a sua função simples de abrigo das condições climáticas e descanso, como se pode notar elas estavam articuladas às vendas. As vendas eram os estabelecimentos que forneciam os gêneros de manutenção para as caravanas. Os gêneros comuns, feijão, farinha e carne-seca, formavam o cardápio oferecidos ao viajante e, para o abastecimento dos animais era fornecido o milho. Aqui também existia uma profusão de estruturas variando desde os locais mais precários como uma cozinha suja com mantimentos mal acondicionados, as paredes vazadas e mal feitas, geralmente, neste caso eram construções de pau-a-pique que pouco protegiam das intempéries do tempo, até o tipo melhor acabado de instalação que apresentava paredes firmes e contínuas, vidraças, mantimentos bem organizados, mobiliário e telhas no teto. As vendas de maior porte tinham maior diversificação de produtos para os condutores. É preciso esclarecer que elas não se situavam apenas nas proximidades de vilas ou cidades, pelo contrário, estavam espalhadas pelos caminhos aproveitando o grande movimento de tropas.<sup>14</sup>

A articulação entre as unidades de produção - fazenda, de pousio, rancho, e de comercialização de gêneros, a venda - estiveram totalmente integradas. As mais variadas combinações se fizeram presentes. Em alguns casos os fazendeiros construía ranchos por pura generosidade, em outros era para facilitar o acesso a suas terras, em outros casos, ainda, as vendas não eram construídas com vistas ao abastecimento das tropas, mas sim para o abastecimento

---

<sup>14</sup> Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. Op. Cit. pp 73 e seguintes.

dos habitantes do entorno. O destaque nessa associação de múltiplos resultados ficou com a figura que dava articulação a estes diversos núcleos, o fazendeiro. Ele, por vezes, explorava-os, ou alugava as dependências para a instalação de negociantes. E em alguns casos simplesmente cedia as terras para quem quisesse instalar uma venda ou um rancho. Saint-Hilaire descreveu da seguinte forma esse cenário.

Os ranchos multiplicaram-se e são mais ou menos tão grandes quanto os da estrada do Rio de Janeiro a Vila Rica. Aquele a que chamam Rancho Grande não podia ter nome mais adequado porque incontestavelmente é o maior dos que vi desde que estou no Brasil. É coberto de telhas, bem conservado, alto acima do solo e cercado de balaustrada. O dono é um homem imensamente rico possuidor do mais importante cafezal da redondeza. Por um rancho sofrível que se encontra há, no mínimo dez no mais deplorável estado. Os proprietários os alugam, com a venda contígua por preços muito altos e poucos se lhes dá que neles chova por todos os cantos. Tenho quase tanto medo da chuva quando estou num rancho, do que quando fora. É verdadeiramente inconcebível que o governo não tome alguma providência a tal respeito e tão pouco do que tanto interessa ao comércio, a ponto de nem proporcionar aos que transportam mercadorias pelas mais freqüentadas estradas, lugares onde as possam abrigar à noite, sem temer que a chuva as avarie.<sup>15</sup>

Não era comum casos em que houvesse uma unidade de produção e comércio plenamente articulada entre fazenda, ranchote e venda. Geralmente, apareciam apenas em propriedades pequenas e sua produção era formada por gêneros de subsistência. Assim, o circuito produtivo ganhava o atrativo de um espaço de descanso aos tropeiros, no qual, poderiam realizar-se os negócios para seu abastecimento. Apesar da configuração não ser comumente

---

<sup>15</sup> Augusto de Saint-Hilaire. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. 2ª tiragem da edição comemorativa do IV centenário da Fundação de São Paulo. Livraria Martins Editora S.A. p. 130.

articulada, não se pode desprezar os tipos surgidos através do estabelecimento de venda e da propriedade territorial com risco de perder-se a compreensão na evolução do processo produtivo. A junção entre os dois elementos demonstrou a gradativa fusão entre a produção de subsistência, caracterizado pela pequena produção que oferecia eventualmente a oportunidade para a venda de alguns gêneros excedentes de produção para o mercado em formação, e a necessidade de um mercado consumidor que demandava um abastecimento mais regular e diversificado. Esta situação encaminhava a superação da produção de subsistência para a oportunidade de maiores ganhos a quem produzisse excedentes cada vez maiores com vistas à comercialização. Ganha destaque cada vez maior o complexo fazenda-rancho-venda com interesse espacial na figura que os interligava pela condição de proprietário pela relativa autonomia que ganha com relação ao de simples vendeiro. A relevância deste papel social que se impõe pela necessidade em uma economia em franca expansão transforma cada vez mais as relações sociais desenhando um novo horizonte aos agentes envolvidos nestas atividades.<sup>16</sup>

Com esta dinâmica da articulação do sistema com relação às diversas áreas produtoras, se colocou de imediato um problema de continuidade ao complexo. Qualquer abalo na produção aurífera repercutiria em todo o sistema, pois as áreas estavam dependentes de suas flutuações e capacidade produtiva. A vitalidade das articulações esteve, portanto, associada à pujança do centro irradiador minerador. O fim do século XVIII trouxe o esgotamento das jazidas e impôs esse problema às regiões articuladas ao sistema.

O declínio da produção mineradora na época posterior a 1750 a administração real foi forçada a reformular seus planos. A atividade agrícola novamente passou a figurar com destaque no rol

---

<sup>16</sup> Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens livres na ordem escravocrata*. Op. Cit. pp. 73 a 75.

das atividades desenvolvidas no país e justamente por esse interesse renovado nas produções fundiárias os territórios fronteiriços, no Prata, voltaram a ser cobiçados pela coroa devido à mudança de planos. A capitania de São Paulo, que no começo do ciclo minerador perdera a autonomia administrativa e ficou subordinada administrativamente ao Rio de Janeiro, tornou-se novamente autônoma e formou um governo próprio. Nesta nova fase a administração paulista, encabeçada por Morgado de Mateus, tratou de desenvolver o comércio, a agricultura e lutou para aumentar a população que havia sido esvaziada pelo sonho do enriquecimento através da atividade mineradora.

Além destas, outra preocupação passou a fazer parte do cotidiano paulista, a preocupação com a defesa da região prevendo possíveis perturbações pelas novas condutas da coroa com relação aos territórios espanhóis. Tanto ele quanto seus sucessores voltaram a atenção para o atraso da agricultura paulista, tornando-se imperioso a adoção de medidas que visavam a modernização da produção e para melhorá-la, simultaneamente colocava-se a questão da infraestrutura para facilitar o escoamento das produções e a conexão com os mercados externos. Segundo Luna e Klein, seria difícil avaliar o impacto dessas medidas, especialmente se levarmos em conta que as práticas agrícolas no início do século XIX pouco haviam mudado, no entanto, com relação aos produtos tradicionais, houve um forte crescimento de sua produção. Isso foi importante para o setor exportador açucareiro que se estabeleceu no Oeste Paulista e na região do litoral Norte, que pode ter sido impulsionado, segundo os autores, por investimentos governamentais em estradas e portos. A preocupação do governo no final do século XVIII se voltou para a infraestrutura dos transportes efetuando a limpeza dos caminhos e cuidando da manutenção para deixá-los transitáveis, além de outras melhorias como a construção de áreas de pasto e para descanso dos animais, também houve a construção de uma estrada pavimentada ligando Santos a São Paulo, medida que atendia aos antigos anseios dos tropeiros. Ainda com estas melhorias os caminhos mostraram-se

em estado precário especialmente nos períodos de chuvas que inundavam muitas das passagens a tal ponto que só eram transitáveis com o auxílio de barcos o que encarecia sobremaneira os produtos enviados para o porto de Santos. Uma das tentativas de incentivar a utilização desse porto, contornando assim os problemas que as vias de comunicação apresentavam, foi a canalização de todo o comércio da província para Santos. A medida se mostrou desastrosa para todos os outros portos que perdiam uma fatia importante de seu comércio inter-regional e também internacional, especialmente os portos da região Norte da capitania e os levou a reivindicar mudanças na legislação, até que em 1808 a coroa concedeu a liberdade de comércio a todos os portos.

No livro do alemão Weech, que buscava servir de guia para os alemães que quisessem se estabelecer no Brasil e empreender novas atividades encontra-se a seguinte passagem que dá uma idéia da diversidade da produção pecuária.

A pecuária é explorada em grande escala nas províncias de São Paulo e Minas Gerais, constituindo um ramo da agricultura muito lucrativo, pois os pastos sempre verdes e o clima ameno dispensam o esforço do agricultor em providenciar ração e estábulo. (...) A pecuária nos certões (sic) e nos campos é de outro tipo. Nessas regiões, o gado corre de um lado para o outro, em grandes rebanhos selvagens, e multiplicam-se incrivelmente. Muitos vaqueiros passam o dia todo montados a cavalo, vestidos inteiramente de couro de veado(...) A criação do gado muar é desenvolvida em São Paulo com conhecimento e muito sucesso. A utilidade desse excelente e belo animal em países de clima quente é conhecida. São incomparavelmente mais caros do que os cavalos, até agora empregados no transporte.<sup>17</sup>

Esta foi a saída econômica encontrada no conjunto das atividades das regiões articuladas que permitiu a sustentação do siste-

---

<sup>17</sup> Friederich Von Weech. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. Op. Cit. pp. 163 e 164.

ma, pelo menos do eixo São Paulo-Rio Grande do Sul. Ao invés de tornar desnecessária a produção muar, o açúcar permitiu a manutenção do sistema que só vai entrar em declínio com a utilização crescente dos transportes pelas estradas de ferro já na segunda metade do século XIX. Com o fim do ouro, o açúcar paulista precisou transportar, não só sua produção, mas ainda o que ela importava de outros lugares. O muar continuou seu papel de veículo condutor das cargas. Pode-se afirmar sem grande problema que foi nas costas das mulas que a economia paulista se desenvolveu por quase um século, desde meados do XVIII. Interligou as diversas regiões desde o mato-grosso até o Sul do país e, como já se sabe, esta atividade se entranhou nas atividades econômicas auríferas, canavieira e cafeeira de tal modo que seu ciclo se confunde com todos estes.<sup>18</sup>

A produção açucareira em níveis domésticos já era praticada na província desde o século XVI, mas somente no final do século XVIII sua produção alcançou altos níveis. A crise no fornecimento do açúcar com a revolta de São Domingos, em 1791, permitiu a expansão dessa cultura no Rio de Janeiro. O crescimento da demanda pressionava por níveis cada vez maiores de produção o que despertou o interesse paulista. Como afirmaram Luna e Klein, a instalação da economia açucareira voltada para a exportação forçou uma radical reestruturação das unidades produtoras com a intensificação do trabalho escravo e maior comercialização dos produtos locais. Um fato interessante é que mesmo depois da implantação dessa grande produção as pequenas produções familiares ainda mantiveram seu espaço como um dos elementos básicos dessa economia, mesmo levando-se em conta as áreas para onde a empresa açucareira se expandiu. O quadro se modificou ao longo do tempo com as pequenas propriedades perdendo terreno para as fazendas que empregavam o trabalho escravo.

---

<sup>18</sup> Ellis Júnior, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do muar. O ciclo do açúcar*. Op. Cit. p. 83.



Como efeitos da ampliação da produção açucareira na grande lavoura escravista têm-se um crescimento na quantidade produzida, a expansão do mercado local, uma expansão na urbanização e um aumento na atração de trabalhadores livres. O aumento da produção ocorreu em parte pelo avanço dos produtores sobre áreas virgens e também pressionou por melhorias na infra-estrutura dos transportes. Essa economia de feição cada vez mais comercial afetou de maneira crescente as unidades familiares. Esta dinamização econômica terminou por influenciar toda a economia paulista atraindo cada vez mais unidades para a produção açucareira, ou mesmo para o aumento dos gêneros alimentícios com vistas ao crescente mercado consumidor, especialmente pelo contingente escravo em constante ampliação. As novas oportunidades abriram caminho para a produção de gêneros voltados para a exportação, como foi o caso do café no começo do século XIX. .

É absolutamente indissociável o processo de florescimento da atividade cafeeira com a gradual melhoria da produção açucareira que em seu início contava com unidades mal aparelhadas e com baixo número de escravos. O ímpeto transformador se deu pelo aumento das exportações, o que motivou os produtores a investir e melhorarem suas aparelhagens. Como fatores importantes dessa melhoria encontram-se o avanço para novas áreas e a utilização cada vez maior de mão-de-obra escrava encaminhando para a instalação de grandes unidades produtivas. Os investimentos repercutiram em dois elementos essenciais da economia açucareira, em primeiro lugar aumentava a capacidade produtiva, o que era extremamente importante em um momento de expansão de seu consumo. Em segundo lugar porque as melhorias refletiam em um produto de melhor qualidade o que favorecia sua expansão. Conjugados estes fatores mostraram-se essenciais para a consolidação da produção e o crescimento da economia paulista.

A importância crescente do açúcar na economia paulista pode ser vista nos pormenorizados censos de produção realizados para a maioria das vilas em fins do século XVIII. Na década de 1790,

o açúcar representava dois terços do valor de todas as mercadorias vendidas fora da área das vilas da região. As demais vendas para fora da vila compunham-se, sobretudo de animais, aguardente, gêneros alimentícios e toucinho. O açúcar, a essa altura, já se consolidara no Oeste Paulista compondo 70% do total das exportações. A produção de aguardente também se concentrava regionalmente no Litoral Norte, mas, além disso, tinha uma presença expressiva na região da capital, em Atibaia.<sup>19</sup>

O desenvolvimento da produção na região paulista deu novo fôlego à articulação sudeste-sul e como se viu, ao invés de dispensar a utilização da produção sulista do luar, ampliou o seu consumo. Note-se que um dos papéis fundamentais na trajetória do açúcar foi a de acentuar a melhoria na infra-estrutura, especialmente a dos transportes. O esforço que permeou todo o fim do século XVIII buscando animar o comércio portuário santista só se mostrou eficaz no século XIX, até esse momento grande parte do comércio se dava com a região carioca, mesmo que só fosse como ponto de descarga dos produtos paulistas com destino ao mercado externo. O ponto de inflexão se deu no momento em que o Oeste paulista atingiu uma prodigiosa produção, neste caso, o ponto mais indicado para o escoamento era o porto santista, especialmente, pela contínua promoção de melhorias na rede de caminhos que se refletiu na queda dos custos favorecendo o trânsito dos plantéis de mulas. Neste cenário propício que a produção cafeeira vai ser implantado anos depois.<sup>20</sup>

No Brasil a produção do café data de meados do século XVIII. Ao final desse século ela se estabeleceu no Rio de Janeiro e foi no começo do século XIX que sua produção, nessa região, alcançou uma escala tal que permitiu uma pequena exportação para Portugal. Paulatinamente, a lavoura cafeeira expande-se do Rio de Ja-

---

<sup>19</sup> Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Op. Cit. p 58.

<sup>20</sup> Ibidem. p. 41 a 43.

neiro para Minas Gerais e para São Paulo, na primeira região para o norte e na segunda para a região sudeste, pelo Vale do Paraíba, área que ficava próxima à maior zona produtora carioca. O caminho realizado nesse avanço da lavoura cafeeira incluiu as regiões litorâneas de São Sebastião e Ubatuba, depois atravessou a Serra do Mar para o interior da província. E foi nas décadas de 1820 e 1830 que o café seguiu em direção ao Oeste Paulista, local que se tornou a maior área produtora de Brasil na segunda metade do século XIX.

Para entender este avanço é preciso esclarecer o fator econômico que promoveu essa tendência à invasão de novas áreas. Em primeiro lugar, como Francisco Vidal e Herbert Klein afirmam, o cultivo do café se disseminou para novas áreas porque a compra e plantio dos pés de cafés requeriam baixos investimentos se comparados à atividade predominante nesse momento, a do açúcar, que requeria vultuosos investimentos para iniciar sua produção. Em segundo, a fronteira aberta era sempre um apelo à incorporação de novas áreas nas produções agrícolas. Esse avanço sobre novas terras gerava a constituição de três tipos de zonas produtivas: antiga, já desgastada e de baixa produtividade, a intermediária, onde a produção era grande e estava plenamente instalada, e as novas, onde o cultivo estava iniciando a sua penetração e ainda não estava plenamente instalada.<sup>21</sup>

Foi na primeira metade do século XIX que o café consolidou sua produção e efetivou seu consumo nos mercados exteriores. A produção cafeeira deu um salto entre as décadas de 1820 e 1850 de aproximadamente seis vezes. Efetivamente este aumento produtivo refletiu-se em uma baixa internacional de preços da ordem de 40%, amenizada pelo mecanismo de desvalorização da taxa de câmbio praticada nesse momento. Há que se considerar também os fatores de êxito deste aumento produtivo. Em primeiro lugar, contava-se com uma abundante oferta de terras na região do

---

<sup>21</sup> João Manuel Cardoso de Mello. *O capitalismo tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira*. Op. Cit.

Vale do Paraíba, estas localizavam-se próximas a portos de embarque, o que significava baixos custos de transportes que permitiam a produção. Em segundo lugar a manutenção do tráfico de escravos, que permitiu a oferta de mão-de-obra escrava mesmo sofrendo um aumento no custo deste item da ordem de cinco vezes.<sup>22</sup>

Uma vez instalada a produção cafeeira, a economia paulista entrou em um acentuado ritmo de crescimento e de diversificação econômica. A produção açucareira não desapareceu, como explicaram Luna e Klein. Ressaltam que apesar da relativa perda de importância da produção açucareira em consequência à expansão cafeeira, ela não deixou de crescer, apenas diminuiu seu ritmo. Esta informação pode ser verificada levando-se em conta o segundo censo de Muller, de 1836, no qual constava que São Paulo produzira 8.300 toneladas de açúcar. Em 1854 esta produção já correspondia a 12.700 toneladas. Segundo os dados apresentados pelos autores o número de escravos por engenho tendeu a diminuir com o passar do tempo, mas a produção aumentou revelando, portanto, que a quantidade produzida por escravo passou por uma forte expansão. A produção por escravo quase duplicou na amostra das 12 localidades, entre os anos de 1829 e 1854, passando de 500 quilos anuais para 800 quilos. A região Oeste da província também passou por este avanço em sua produção, é essencial frisar que essa região teve um crescente papel na economia açucareira respondendo em meados do século por nada menos do que 90% da produção paulista, concentrando 85% dos escravos na produção de açúcar e 78% dos engenhos concentrando, dessa forma, os fatores de produção que mais tarde seriam de enorme valia para a instalação da produção cafeeira.<sup>23</sup>

Em linhas gerais estas foram as etapas pelas quais as diversas atividades se desenvolveram na economia paulista. A prática do

---

<sup>22</sup> Ibidem. p. 69 e 70.

<sup>23</sup> Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Op. Cit. p. 76.

fabrico do açúcar no século XVI permitiu aos paulistas adquirir uma experiência que depois foi se mostrar importante na integração desta região às linhas de comércio internacionais do açúcar. De vital importância para a província paulista foi a sua localização geográfica que permitiu a exploração do trânsito de mercadorias.

Ao tempo do Governo Mateus (1765/75), simultaneamente à agricultura de subsistência que se praticava, o comércio do gado mular e as monções constituíram as principais atividades dos paulistas. Mostrou-nos Morgado de Mateus a importância da primeira atividade: ‘o negócio mais limpo que tem esta Capitania de São Paulo é o dos animais que se vão buscar à Fronteira do Viamão; neste tráfico lucram os que têm dinheiro, e o emprestam, ganham os que vão comprar, utilizam-se os fazendeiros, que povoam a fronteira e nas passagens dos Registros de S. Majestade consideráveis direitos’. Diversos autores mostraram o papel do comércio e criação de gado como fonte dos recursos que mais tarde se investiram nas lavouras de açucareira e cafeeira.<sup>24</sup>

São Paulo tornou-se o grande centro articulador das rotas para o abastecimento das Minas Gerais e depois de Goiás e Mato Grosso, o que também lhe permitiu desenvolver atividades ligadas ao abastecimento, especialmente da região mineira permitindo um crescimento gradual de sua economia. Porém, com a decadência da atividade mineradora e a busca por outras possibilidades a província paulista que ensaiara durante todo o período a produção açucareira viu nos eventos internacionais a possibilidade do fornecimento dessa mercadoria para o consumo externo, buscou implementar melhorias na infra-estrutura de transportes para o escoamento das suas produções. O crescimento da produção açucareira deu novo fôlego ao sistema pelo menos quanto ao consumo de animais para o transporte e ainda manteve a articulação das diversas regiões por um longo tempo. A cafeicultura, no século XIX, não chegou a mudar radicalmente esse quadro, a não ser da

---

<sup>24</sup> Zélia Maria Cardoso de Mello. *Metamorfoses da Riqueza*. Op. Cit. pp. 46 e 47.

segunda metade desse século, especialmente com os avanços nos transportes concretizadas na construção da malha ferroviária.

Uma informação relevante para este período é o gráfico apresentado por Zélia Cardoso de Mello sobre a transformação que os bens e os escravos sofreram no período. Este dado é elucidativo para entender-se o enriquecimento de dada parcela da sociedade na medida em que detinha o tipo de bem que estava se valorizando, a saber, os bens de raiz.

## 6.2. As redes de crédito

Ao estudar a formação do sistema bancário paulista foi possível encontrar inúmeras referências a uma atividade típica dessa economia, o empréstimo pessoal. Essa constatação gerou indagações que nortearam esta parte da dissertação. Qual foi a importância dessas redes de crédito e qual a sua relação com a fundação de bancos na província de São Paulo? O primeiro passo para esclarecer as dúvidas foi a elaboração de um perfil daquela sociedade apoiado nos trabalhos de Francisco Vidal Luna e Herbert Klein, bem como de Maria Luiza Ferreira de Oliveira. A partir deste perfil, foi possível identificar dois casos relevantes de figura que se notabilizaram na província por sua liderança, fortuna e suas relações com as práticas creditícias: Rafael Tobias de Aguiar e Antônio da Silva Prado.<sup>25</sup>

Desta maneira tornou-se importante para a pesquisa entender a existência e o funcionamento destas redes e identificar possíveis conflitos de interesses entre o funcionamento do sistema de redes de crédito e o sistema bancário e tratar das peculiaridades de

---

<sup>25</sup> Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Op. Cit.; Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Tese apresentada ao programa de pós-graduação de História Social da Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor. São Paulo, junho de 2003.

cada uma delas na São Paulo daquele momento. Isso permitiu uma melhor compreensão dos limites do meio circulante, da importância do crédito e as transformações que encaminharam para a superação de um sistema pelo outro.

A relevância do crédito privado e pessoal foi destacada por Zélia Cardoso de Mello que identificou os agentes fornecedores de empréstimos como figuras de destaque na economia da província. Segundo esta autora, os inventários seiscentistas eram claros na manifestação da pobreza colonial e na lentidão com que a moeda substituiu o escambo “(...) numa sociedade onde os imóveis pouco valiam e os emprestadores particulares possuíam função importante”.<sup>26</sup> Quando se lida com os níveis de riqueza no período final do século XVIII há uma concentração desses índices na capital da província, além disso, esta riqueza está associada aos “homens de negócio e mercadores”.<sup>27</sup> O que a autora ressaltou em seu estudo formam alguns dos elementos mais importantes neste momento de crescimento da economia paulista como, por exemplo, a proeminência dos fornecedores de crédito e a gradativa monetização das trocas comerciais, eventos extremamente importantes no que diz respeito à área monetária.

Francisco Luna e Herbert Klein identificaram os setores não-agrícolas na província paulista através de estudos realizados em censos até então desconhecidos. Algumas de suas conclusões corroboram a importância das atividades não ligadas ao trabalho agrícola. Os autores afirmaram que parte da população da província paulista não trabalhava em atividades ligadas diretamente à terra e isso era válido não somente nos centros mais desenvolvidos como também na áreas de aspecto mais rural. Essa população se inseriu em atividades ligadas ao setor de serviços, ao comércio, artesanato, governo, igreja, etc. A maioria dessas famílias cujas atividades não

---

<sup>26</sup> Zélia Maria Cardoso de Mello. *Metamorfoses da Riqueza*. Op. Cit. p. 61.

<sup>27</sup> Ibidem.

estavam ligadas à produção agrícola concentrava-se nas regiões mais urbanizadas de tal forma que podem ser referidos como núcleos de concentração as áreas de São Paulo, capital, e as vilas portuárias de Santos e Paranaguá onde, nesses casos, eram maioria. Mas estavam disseminadas por toda a província até nos recônditos mais rurais, como Jundiá e Areias, cujas produções eram predominantemente agrícolas e voltada para o mercado externo, mesmo aí elas aparecem.

Baseado nas informações oferecidas pelos censos foi possível criar tipologias considerando as ocupações declaradas como, por exemplo, juiz, lavrador de cana e comerciante. Os resultados apontam para uma escassez de casos em que surgiam essas combinações o que significa dizer que em 92% dos casos de família de atividade não-agrícola eles não se dedicavam a outras atividades e até mesmo não era comum a multiplicidade de atividade, correspondendo nesse caso a 76%. É importante lembrar a advertência que os próprios autores fazem sobre o resultado de sua metodologia, porque o estudo deu ênfase nas atividades ligadas à terra quando surgiam casos de indivíduos com mais de uma ocupação declarada, o que provavelmente produziu resultados que subestimam o grupo não-agrícola.<sup>28</sup> Apesar da possibilidade de sobreposição de atividades, a metodologia empregada pelos autores apontou para a existência de um grupo que não estava efetivamente vinculado à terra. Esta informação permite alguns questionamentos sobre quais interesses este grupo poderia apresentar, quais suas estratégias e possibilidades de pressão frente às políticas adotadas.

Segundo os autores: “Também havia diferenças entre as localidades. A cidade de São Paulo, com uma periferia agrícola pobre e um grande centro urbano, sede do Governo da província, da Igreja e das autoridades militares, abrigava predominantemente não-agricultores. Os portos de Santos e Paranaguá também apresenta-

---

<sup>28</sup> Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Op. Cit. pp. 223 e 224.



vam metade ou mais dos domicílios chefiados por pessoas de dedicadas a ocupações não-agrícolas, e as cidades de Sorocaba e Curitiba, no Caminho do sul, também abrigavam uma significativa população não-agrícola. Mas até mesmo Areias, com a menor percentagem dessas pessoas, ainda possuía um número surpreendente de artesãos.

Cabe ressaltar que, embora nossa análise mostre que o grupo dos não-agricultores era em geral mais pobre e continha menor parcela de brancos que o setor agrícola, é óbvio que esse grupo não compunha uma classe social e econômica homogênea. Ele incluía comerciantes atacadistas e negociantes internacionais que estavam entre as pessoas mais ricas da província, além de altos funcionários do Governo e outros profissionais liberais. Mesmo nas categorias mais pobres, como os trabalhadores em transportes, havia donos de tropas de mulas bem ricos, mas também os ‘camaradas de tropas’, que não possuíam animais. Não obstante, a maioria dos domicílios não-agrícolas era mais pobre que os domicílios agrícolas e esse segmento mais pobre representava a imensa maioria dos indivíduos desse grupo em nossa análise”.<sup>29</sup>

Assim, ao considerar o grupo ligado a atividades não-agrícolas é preciso atentar à enorme variedade desse grupo e se por um lado trata-se com um número de profissionais liberais com maior instrução que têm origem urbana, também se trata de um enorme contingente de trabalhadores sem especialização que tinha origem nas áreas rurais, especialmente os agricultores pobres que foram premidos pela dinâmica da expansão da agricultura de larga escala e voltada para o mercado exterior. A dinâmica do êxodo rural neste momento estava ligada à expansão das culturas de açúcar e café em áreas como Jundiaí, por exemplo, que induziam a quebra dos domicílios sem escravos produtores de gêneros alimentícios e acaba-

---

<sup>29</sup> Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Op. Cit. p. 225.

vam engrossando a camada mais pobre e sem especialização das áreas urbanas. Isso fica claro na comparação entre os censos de 1777 e 1798, estudados pelos autores, quando inúmeras famílias que foram arroladas como sendo de agricultores de subsistência no primeiro foram, posteriormente classificadas nas atividades de “fição, tecelagem ou trabalhos em couros”.<sup>30</sup> Geralmente a mudança de atividade significava uma piora na qualidade de vida dessas famílias.

Desta forma, tanto a posse de terras quanto de escravos foi um fato importante na divisão por classes na província. Nas palavras dos autores: “(...)A posse de terras era uma variável importante que tendeu a dividir a população conforme seu acesso à riqueza e aos recursos”.<sup>31</sup> Pelo exposto pode-se afirmar que, no geral, o grupo dos não-agricultores apresentava mais sinais de pobreza do que o grupo dos agricultores e dos fazendeiros.<sup>32</sup>

Ao situar o espaço de ação desse grupo não agrícola os autores permitiram associá-lo, com maior ênfase, ao espaço urbano, especialmente à região de São Paulo, Santos e Paranaguá. Apesar de no conjunto ser classificado como pobre, o grupo era extremamente heterogêneo e também continha nele indivíduos que estavam entre os mais ricos da província. Com o êxodo do campo algumas famílias encontraram nos centros urbanos uma possibilidade de inserção que para elas havia se mostrado impossível na área rural. A urbe nesse momento apareceu como um centro de possibilidades em franco contraste com o campo no qual a concentração de terras nas mãos de grandes produtores serviu para sufocar as pequenas produções. O grupo não-agrícola era formado, em seu topo, por uma elite de funcionários públicos, médicos, advogados, professores, padres, oficiais militares e também de uma

---

<sup>30</sup> Ibidem. p.225.

<sup>31</sup> Ibidem. p. 226.

<sup>32</sup> Ibidem. pp. 225 e 226.

grande classe mercantil, que eram ricos mesmo pelos padrões dos mais ricos lavradores e fazendeiros e juntamente com estes formavam o cume da pirâmide socioeconômica. Como os autores deixam claro, era muito provável que estes profissionais não-agrícolas também possuísem terras, mas certamente a agricultura não era a sua profissão principal.<sup>33</sup>

Para se ter uma idéia do topo da hierarquia podemos identificar algumas das atividades que estes indivíduos exerciam e perceber a sua relevância na sociedade provincial. Segundo Luna e Klein os mais ricos profissionais que não tinham a agricultura por profissão estavam entre os 2.307 domicílios que ficaram registrados como dedicados unicamente ao comércio. Nesta classificação estavam os mais ricos importadores de artigos de luxo, os negociantes locais com seus pequenos estabelecimentos onde vendiam produtos nacionais, bem como os mascates. A proporção levantada pelos autores deu conta de que 33% dos comerciantes eram proprietários de lojas e 51% receberam a classificação de negociantes em geral, o que despertou interesse foi o fato de que os indivíduos assim classificados estavam pulverizados por toda a província não havendo a concentração dessa atividade apenas nos pontos centrais, como se poderia pensar à primeira vista. A falta de estudos sobre os comerciantes na província, durante o período, tornou ainda mais atrativo o trabalho de Lucila Herrmann, *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*, como destacam os autores. Nessa localidade, em 1840, havia 1.032 famílias de agricultores e 108 de comerciantes, enquanto a média das famílias de agricultores possuíam 311 mil-réis, a dos comerciantes era de 670 mil-réis, além disso, metade do número de comerciantes ganhava 130 mil-réis em comparação com a média das famílias dedicadas à agricultura era de 66 mil-réis. As informações indicaram que os comerciantes tendiam a ser mais

---

<sup>33</sup> Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Op. Cit. p. 228.

ricos que os agricultores, apesar dos indivíduos mais ricos serem agricultores nesse grupo havia enorme concentração de renda nas mãos de alguns agricultores enquanto, no grupo dos comerciantes a riqueza estava melhor distribuída.<sup>34</sup>

O que se pôde notar é que existiam dois tipos básicos delineados no mesmo grupo, em primeiro lugar e no topo estavam os profissionais liberais especializados, pessoas que tinha conseguido destaque em suas atividades e sua inserção social esteve matizada pelas relações com os grandes fazendeiros e produtores. De outro lado, indivíduos sem especialização que mantinham uma condição econômica empobrecida, alguns destes já vinham fragilizados da expulsão das áreas rurais resultantes do êxodo pelo qual passaram. Aparentemente, e isto será explorado mais à frente, era a parcela mais alta do grupo, a mais abastada, que estava em condições de ter enorme relevância econômica e social para exercer pressão na medida em que tendo a urbe como cenário lhes permitiria constituir as linhas de crédito para o financiamento dos demais agentes econômicos.

Não é irrelevante, no entanto, que se tratava de uma sociedade eminentemente agrícola e era dela que se depreendia o centro dinâmico da economia paulista até adiantado momento do século XIX. A minoria se dedicava a atividades não-agrícolas, contando entre seus integrantes com alguns profissionais liberais, comerciantes com negócio internacionais ou mesmo tropeiros com imensas tropas de mulas e escravos, concentrando em suas mãos algumas das maiores fortunas da província. Esse grupo aumentou com o passar do tempo devido à ampliação das lavouras e à concentração de riqueza dando origem a uma sociedade mais complexa e mais urbanizada. Parte da elite não-agrícola provavelmente tinha laços familiares e financeiros com a elite dos proprietários de terras

---

<sup>34</sup> Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Op. Cit. pp. 230 e 231.

e formava, juntamente com os agricultores mais ricos, a classe dominante da sociedade provincial.<sup>35</sup>

Até este ponto o quadro indicou para a concentração da atividade de empréstimo nas camadas mais altas e ricas da sociedade paulista, como seria de se esperar. Resta agora aprofundar o olhar nos diferentes grupos que existiam no contexto da província de São Paulo no século XIX para dessa realidade conseguir reconstruir a teia de interesses e práticas do viver na urbe paulista. Para caracterizar as redes de apoio mútuo entre as diferentes camadas da sociedade paulista utilizarei o estudo da pesquisadora Maria Luiza Ferreira de Oliveira, *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Justifica-se a utilização do trabalho desta autora porque seu estudo aborda o momento imediatamente posterior ao do meu estudo. Pode-se supor que em meados do século XIX as redes de crédito estavam estruturando-se ou consolidando-se como uma prática social que só sofrerá uma forte transformação com o crescimento vertiginoso paulista no começo do século XX. Em sua análise, Maria Luiza Oliveira trabalhou com um grande número de inventários e classificou em cinco categorias este conjunto de inventários por ela analisado permitindo, através deles, identificar os perfis dos grupos e suas relações com o crédito.<sup>36</sup>

Assim, descreveu a autora as seguintes categorias.

O primeiro grupo, “*os mais pobres e suas diversidades*”, reuniu famílias que tiveram como principal característica a instabilidade. Era o pequeno funcionalismo público que ganhando pouco acabava se voltando para outras atividades a fim de complementar seus baixos salários. Além destes haviam os pequenos negociantes, prestadores de serviço, os ‘artistas’ que trabalhavam nas oficinas da

---

<sup>35</sup> Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. Op. Cit. p. 239.

<sup>36</sup> Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Op. Cit.

Inglesa, os ferreiros e serralheiros. Famílias em geral endividadas muitas delas com um histórico de grande empobrecimento.

Logo acima estavam os *apenas remediados* que formavam o segundo grupo. Havia pouca diferença do grupo anterior. Estas famílias apresentavam poucos bens de raiz, muitas dívidas e uma grande mobilidade social. Constavam dele os pequenos comerciantes, além dos artesãos, carroceiros, cocheiros, um fabricante de velas. Além de outros com patentes militares, alferes, capitães, duas viúvas de major. O dado mais significativo neste grupo foi sem dúvida a grande mobilidade social, neste ponto diferenciam-se do grupo anterior marcadamente.

Acima deste na escala social vinham os *setores médios paulistanos*, terceiro grupo, formados por negociantes, funcionários públicos, guarda-livros e os as famílias que viviam de rendas. Neste grupo a marca característica que os distingue dos grupos anteriores é a maior estabilidade apresentada por estas famílias.

Próximos ao topo da pirâmide social encontravam-se aqueles que viviam *de rendas, da profissão e dos serviços qualificados*, formando o quarto grupo. Eram advogados e médicos que exerciam sua profissão de cunho liberal, mas que concomitantemente investiam em casinhas de aluguel, por exemplo. Além destes temos ainda como atividades dos membros constantes neste grupo os donos de lojas, a maioria dos artesãos qualificados: como relojoeiros, fabricante de sapatos, armeiro e dois padeiros. Como marca característica deste grupo temos a renda proveniente, sobretudo de imóveis.

O quinto grupo era o mais rico nesta sociedade *os comerciantes com sociedade, gente com rendas e com domínio das relações sociais*. A característica deste grupo foi o bem de raiz que ganha cada vez mais espaço quando mais se aproxima do século XX. É interessante notar que o levantamento dos inventários indicou uma certa homogeneidade na escolha pelo local e forma de moradia. Nos anos de 1874-1882, a escolha recaiu em sobrados, casas térreas e chácaras, em moradia na região de Santa Ifigênia ou Consolação, fora da Sé. São caracterizados também pela adoção de novos estilos arquitetônicos

em suas moradias que passam a apresentar jardins e portões de ferro, enquanto o grupo anterior tendia a escolher os sobrados nas ruas centrais com arquitetura mais modesta.<sup>37</sup>

Desta forma ficaram as faixas de riqueza divididas da seguinte forma no período de 1874-1882.

Grupo	Valores	Inventários	%	Fortuna total	%
1	Até 2:499\$000	32	21,9 %	40:149\$004	1,1 %
2	De 2:500\$000 até 10:400\$000	49	33,5 %	298:724\$204	8,2 %
3	De 10:401\$000 até 40:000\$000	34	23,3 %	716:712\$108	19,7 %
4	De 40:001\$000 até 90:000\$000	21	14,3 %	1.159:299\$844	32,8 %
5	De 90:001\$000 até 220:000\$000	10	6,8 %	1.405:299\$844	38,8 %
Total		146	100,0%	3.620:365\$477	100,0%

Fonte original dos dados como consta da tese: 146 inventários orfanológicos, 1º e 2º cartórios/ ATJSP.\*

É preciso levar em conta que o estudo da autora se deu através da utilização de um conceito mais amplo de crédito, considerando como relação de crédito não apenas o empréstimo de dinheiro, mas toda transação de compra e venda que era efetuada sem o pagamento imediato. Neste sentido abastecer a casa em um armazém pode ter sido uma operação de crédito, assim como contratar o enterro de uma funerária no momento inesperado da morte, para pagar quando as finanças familiares fossem organizadas para a partilha, notou-se a utilização de crédito nos momentos de emergências como doenças e enterros. “Crédito está sendo pensado em seu sentido mais puro, etimológico – no qual se inserem as idéias de relações pessoais, autoridade, reputação e confiança. Para ter direito a adiar o pagamento do pão ou do aluguel, era preciso

<sup>37</sup> Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Op. Cit. p. 71.

\* Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Op. Cit. Tabela 01, p. 72.

existir uma relação de crédito entre as duas partes, e são essas relações que pretendemos investigar. Para essa troca ocorrer estavam em jogo a reputação, as influências, a qualidade da relação (familiar, amizade, negócio) e a informação”.<sup>38</sup>

Emprestar dinheiro ou disponibilizar primeiro o produto para receber depois, prestar algum serviço para ser pago em outra ocasião, mostraram-se práticas cotidianas na sociedade paulista. Ter um débito em aberto era condição comum a 76,3% dos inventariados nesse momento. Pedir emprestado também era comum de modo que no total dos 262 inventários, 80% da amostra, deixaram alguma dívida ativa ou passiva. E resgatando o sentido mais amplo em que a autora entendeu o crédito permite que se considere as relações sociais implícitas por detrás de cada dívida. O dado fundamental a esta altura é que a prática do empréstimo não se restringiu, pelos dados que a autora levantou, às camadas mais abastadas da sociedade. Pelo contrário esta prática estava, aparentemente, disseminada e era considerada normal. Esta constatação levou a autora a questionar-se se haveria alguma especialização do mercado de crédito, ou seja, havia algum “prestamista” ou alguma instituição, ou instituições emprestadoras que serviriam de referência às pessoas que precisavam contrair dívidas?

Houve registro de 2.483 operações de crédito, uma média de 9,47 dívidas por inventário classificadas tanto como passivas quanto como ativas. Esse número não traduziu o total das transações efetuadas pelos inventariados e suas famílias, pois algumas vezes a anotação da dívida era feita de maneira incompleta, como, por exemplo, a declaração sobre dívidas referentes às despesas sem discriminação pormenorizada. Em alguns inventários de comerciantes a autora encontrou expressões como ‘diversas contas de livro’ e um valor total, e situações equivalentes, o que gerou a percepção

---

<sup>38</sup> Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Op. Cit. p. 110.



de que o montante total provavelmente deve estar sub-avaliado. A falta de registro fazia parte deste sistema de crédito. Aqui surgiu uma das diferenças nas práticas das redes e do sistema de crédito bancário, enquanto o sistema bancário estava marcado pela organização do registro, uma precisão nas quantias e uma maior clareza quanto à natureza do empréstimo com relação aos juros, o sistema de redes não se regia pela mesma lógica. Estas foram algumas das razões que provavelmente aproximaram grande parte da sociedade do sistema de redes de crédito por deprender-se dela a efetiva possibilidade de ser também uma rede de apoio social com interesses econômicos.<sup>39</sup>

Desta forma nota-se a estruturação de uma ampla rede de relações de crédito que abrangia não somente um setor da sociedade, nem apenas os consumidores finais, como também os negociantes. Estes também compravam suas mercadorias no mercado de varejo com esse tipo de prática como se pode notar pelos inventários de famílias donas de lojas. Segundo a autora um caso típico no qual aparecem tais relações é o caso do português Antonio Villela Vieira, dono de uma loja de fazendas que dependia do crédito de seus fornecedores para conseguir tocar seu negócio, conseguindo apoio inclusive no Rio de Janeiro, o que é sugestivo da amplitude dessas redes. As informações levantadas relatam que o caixeiro de sua loja, Montenegro, reivindicou os salários de dois anos de trabalho que Antonio lhe devia.

Automaticamente uma dúvida se põe logo. Como esse caixeiro conseguiu se manter por tanto tempo sem receber os salários que lhe eram devidos? Segundo o levantamento da autora, o patrão havia garantido a comida de seu funcionário também através do uso do crédito como pôde ser verificado pela conta apresentado no seu inventário. Mas o caso torna-se curiosamente complexo quando se

---

<sup>39</sup> Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Op. Cit. p. 112.

acrescenta a informação que mesmo sem pagar os salários atrasados de seu funcionário o comerciante disponibilizava dinheiro para empréstimo. A cadeia toma sua verdadeira dimensão quando se constatou que empréstimos, vendas e prestações de serviço seguiam uma lógica nem sempre pautada pela utilização do meio circulante, mas sim de uma intrincada rede de relações de interdependência e apoio. Ainda assim o comerciante não conseguiu manter-se apenas com a rede de fornecedores e teve que procurar um empréstimo avultado de 15 contos de réis numa casa bancária, Banco Gavião. O registro da dívida se fez acompanhada de juros altos para a média da época, mas o que mais chamou a atenção foi que mesmo endividado o comerciante não deixou de emprestar dinheiro na praça. E entre seus empréstimos contava um de difícil cobrança, o que indicava um empréstimo de alto risco.

Antonio Vieira estava entre os 8,3% que conseguiram acesso a empréstimos bancário, e entre os 12,4% que chegaram a ter uma conta corrente ou poupança em casa bancária. Entre os 2.484 credores e devedores, 54 eram bancos. Em apenas 2,1% dos casos os inventariados/as foram atendidos por bancos como a Caixa Filial do Banco do Brasil, Banco Mauá, ou por casas bancárias como a do Dr. Theodoro Reichert, banco local, privado, ou pela casa Bernardo Gavião & Cia. Para termos uma porcentagem mais precisa, se excluirmos as tipologias de dívidas relacionadas a despesas em casas comerciais, médicos, serviços, enterros, aluguel, nas quais não seria mesmo o banco o credor, mesmo que esse pudesse ser o motivo primeiro da dívida (há um viúvo que recorreu à Caixa Filial atrás de empréstimo para pagar o tratamento e o enterro da mulher) ficamos com 674 transações, referentes às tipologias empréstimos e dinheiro. Entre estas, somente 8% foram finalizadas por bancos. Para os outras 92% das transações, feitas para a obtenção de liquidez, utilizaram-se outros canais, fosse mediante uma hipoteca, um vale, uma letra ou um título.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Op. Cit. pp. 113 a 115.

A rede de apoio facilitava a sobrevivência na sociedade paulista do século XIX, mas tinha também as suas limitações. No caso do comerciante Antonio Vieira a situação se complicou de tal maneira que ele foi à falência. Fez acordo com a maioria dos seus credores e conseguiu um abatimento substancial nas dívidas a não ser com o banco. Esta teve de ser paga de maneira integral sem as margens de negociação que o sistema de redes permitia, assim é preciso ter em mente que o sistema bancário tinha seu espaço e era uma opção dentro do mercado de fornecimento de crédito nessa época, mas fica patente a diferença entre os dois sistemas. As dívidas, no sistema de redes dava maior possibilidade de negociação, o que representou uma boa saída em uma sociedade de baixíssima liquidez. O que se pôde notar claramente até agora é que não havia um monopólio da prática de empréstimo.<sup>41</sup>

O fato da economia da província ter, neste momento, como uma característica marcante, uma baixa quantidade de meio circulante permitiu compreender uma das razões pela qual o uso do crédito era tão disseminado por todas as camadas sociais. Não é difícil encontrar menções sobre as queixas por falta de meio circulante neste período e tais queixas também apareceram referidas nos discursos dos deputados e foi um elemento que a política econômica da época teve que considerar.<sup>42</sup> É preciso levar em conta o crescimento pelo qual a economia brasileira passava, especialmente a economia paulista. Em uma passagem elucidativa Wilson Suzigan explicou que a partir de 1850 o “progresso econômico acelerou-se” fruto do aumento de preços do café e do aumento nas exportações do algodão.<sup>43</sup> Neste sentido o endividamento representou a ferramenta que os agentes utilizaram para se adequar ao

---

<sup>41</sup> Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Op. Cit. p. 116.

<sup>42</sup> Foi o caso do Manoel José de Souza França na sessão de 31/08/1846, p.715.

<sup>43</sup> Wilson Suzigan. *Indústria brasileira. Origens e desenvolvimento*. Op. Cit. p.82.

aquecimento das atividades econômicas. Com o desenvolvimento da urbe paulista, o empréstimo como parte de um comportamento coletivo intrínseco a esta sociedade tendeu a desaparecer no alvorecer do século XX. Já nos anos finais do século XIX havia uma dificuldade maior em se conseguir acesso ao crédito.

No período estudado por Maria Luiza Oliveira a presença de bancos era pequena, nesse caso foi preciso um esforço na identificação dos agentes capazes de fornecer empréstimos em níveis de atender minimamente um mercado parcamente bancarizado como era São Paulo nessa época. O esforço foi de identificação do prestador das famílias inventariadas, bem como quais os agentes capazes de atender aos requisitos que esses prestadores estabeleceram para o montante emprestado.

Analisando nos inventários as categorias de endividamento do tipo 'empréstimo' e 'dinheiro', que aglutinaram 345 transações de dívidas passivas, vê-se que raramente o nome do credor se repete mais do que duas vezes, em inventários diferentes. Vê-se, por exemplo, que o Major Luiz Pacheco de Toledo passou um vale de um conto de reis para o joalheiro Capitão Lopes, e três contos com hipoteca para o carroceiro Marcelino Alves da Cruz. (...) Essas eram provavelmente pessoas que emprestavam com maior frequência, podendo dispor inclusive de quantias altas. Mas, os dados na maior parte dos inventários consultados mostram uma dispersão do crédito, em mãos de gente conhecida como padres, negociantes, advogados, funcionários públicos, médicos, artesãos, donas, doutores, capitães e coronéis, entre tantos outros dos quais não sabemos a ocupação. Sabemos com certeza que os comerciantes concentravam pouco mais de 10% dessas transações.<sup>44</sup>

Desta forma, o estudo da autora forneceu a possibilidade de entender em que sentido a dificuldade na implantação rápida de um sistema bancário estava associada às redes ou linhas de crédito

---

<sup>44</sup> Maria Luiza Ferreira de Oliveira. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Op. Cit. p. 133.

peçoais bem estruturadas e baseadas nas especificidades da cidade de São Paulo em meados do século XIX. Uma região que ensaiava uma expansão econômica, com fortes traços urbanos, mas que ainda guardava peculiaridades como proximidade e contato entre os habitantes, proximidade esta que favorecia o acompanhamento do cotidiano do devedor, a identificação à sua residência e sua localização pelo seu credor. Não fosse somente isso a própria estrutura monetária restritiva, ou em descompasso com o crescimento econômico, favoreceu a formação das redes de apoio, além disso, estava sujeito ao fato do empréstimo ser uma prática social que conferia credibilidade e relevância ao emprestador para o restante da sociedade.

A fragmentação dessa estrutura social com o crescimento de São Paulo, especialmente na expansão da economia cafeeira, desestruturou as redes de apoio e intensificou as transformações na estrutura de fornecimento de crédito. A chegada dos imigrantes, a consolidação do trabalho assalariado entre outras mudanças eventuais na política de emissão monetária, tudo favoreceu o florescimento de um sistema bancário e a decadência das redes de apoio na urbe paulista.

As redes de crédito pessoal antecederam e coexistiram com o embrião do sistema bancário paulista. Essa modalidade de empréstimo foi realizada tanto entre indivíduos quanto entre um estabelecimento comercial, comumente a venda, e uma pessoa. É preciso ressaltar que a evolução do crédito não representou a substituição do crédito pessoal pelo crédito bancário. Ocorreu sim a diminuição de uma prática social do empréstimo simultaneamente ao fortalecimento de outra motivada, especialmente, pelas transformações sociais e econômicas que São Paulo viveu na metade do século XIX. Foi somente na década de 1870 que o crédito bancário começou a se afirmar como prática usual que se consolidará no final do império e início do período republicano.

### 6.3. O sistema bancário e os projetos

Segundo Flávio Saes, o primeiro indício da existência de bancos em São Paulo pode ser encontrado nos anos vinte do século XIX. Foi a Caixa de Descontos do Banco do Brasil. O autor lembra do trabalho de Maria Tereza S. Petrone sobre a correspondência de Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape. Através dela pôde se tomar conhecimento dos planos dele para obter um empréstimo junto à Caixa com o intuito de monopolizar o comércio da região dos Campos Gerais e da feira de Sorocaba. A Caixa mantinha em seu poder moeda metálica para empréstimos, caso não houvesse interesse dos particulares paulistas em contrair empréstimos o numerário deveria ser remetido de volta ao Rio de Janeiro. A existência dessa Caixa na São Paulo da década de 1820 é significativa do interesse, ou suposição, da gestão do banco em acreditar que a província paulista tinha certo grau de desenvolvimento econômico que demandasse a instalação de uma filial bancária. Talvez esse intuito só não tenha sido concretizado pela falência do Banco do Brasil em 1829.

Os registros apontam novos indícios de estabelecimentos bancários apenas na década de 1850. Curiosamente esta província não foi atingida pela onda de formação dos bancos, especialmente na década de 1840, como foi o caso da instalação de bancos nas províncias da Bahia, Maranhão, Pará e Pernambuco. Em São Paulo só em 1856 instalou-se a Caixa Filial do Banco do Brasil, cuja matriz foi o resultado da fusão entre o Banco Comercial do Rio de Janeiro e o Banco do Brasil, de Mauá, em 1853. O funcionamento desse estabelecimento implicou na formação de um quadro de gerenciamento composto de alguns dos nomes mais conhecidos da província. Na sua presidência encontrava-se o Barão de Iguape. Na diretoria contavam nomes como Francisco Antônio de Souza Queiroz, ou Joaquim dos Santos Silva, o Barão do Tiête e ainda, Jaime da Silva Telles, Thomaz Luiz Álvares, Francisco Garcia Ferreira, Joaquim Thimóteo de Araújo, Major Francisco José de

Azevedo, Martinho da Silva Prado, Joaquim Thimóteo e Francisco Azevedo. O autor informa ainda que a maior parte dos diretores estavam classificados como proprietários e capitalistas.

Uma informação de extrema relevância é a que diz respeito à autonomia que as diretorias tinham com relação à matriz carioca do Banco do Brasil. Para prestar essa informação Flávio Saes recorreu às palavras de Cláudio Pacheco, segundo quem:

Estas Caixas não eram propriamente agências; era algo que se aproximava de uma federação de Bancos, pois todas desfrutavam de uma certa faixa de autonomia, inclusive Estatutos próprios e até suas próprias diretorias, o que era naturalmente imposto pelas distâncias, pelas dificuldades e lentidão de comunicações que, na prática ainda mais deviam acentuar esta emancipação, pois à capacidade de decisão de cada Caixa acrescentar-se-ia, num sentido de acentuação do seu poder autônomo, toda a capacidade para as decisões de urgência e de emergência, que não pudessem esperar um provimento da Diretoria Central do Banco.<sup>45</sup>

Partindo desta informação surgiu o interesse pela investigação do aparente isolamento da província paulista desta onda da instalação de bancos. No entanto, é esclarecedor que o atraso nessa implantação se deu por questões conjunturais e não pela falta de interesse por parte da elite paulista. O fato de que puderam ser localizados dois projetos de criação de bancos provinciais na década de 1840 que remetiam a anseios de épocas anteriores. Segundo Carlos Alberto Dias, o embate principal ocorreu entre os liberais e Manoel Machado Nunes, presidente da província, e foi travado em torno da criação de um banco provincial em São Paulo. O projeto foi aprovado na Assembléia Provincial por 18 votos contra 17 e baseava-se nas sobras do caixa provincial obtidas especialmente pelo novo imposto sobre a aguardente. O objetivo do banco era exatamente o inverso daquele que teve o então falido Banco do

---

<sup>45</sup> Extraído de Flávio Azevedo Marques de Saes. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. São Paulo. IPE/USP. 1986. pp. 72 e 73.

Brasil. Segundo Dias, enquanto o banco carioca buscava recursos juntos à iniciativa privada para financiar o Estado, o projeto do banco provincial pretendia colocar os recursos públicos à disposição do setor privado. Não por acaso o projeto recebeu inúmeras manifestações de apoio como, por exemplo, o da 'Associação dos Comerciantes' e dos '15 maiores capitalistas' da província. Pelos argumentos dos defensores deste projeto o banco permitia um melhor aproveitamento das rendas excedentes que estavam depositadas no Caixa provincial.

A oposição contrapôs afirmando que seria melhor diminuir os impostos do que se favorecer dos impostos para criar um banco. Segundo o mesmo autor, o presidente Manoel Nunes buscava manter as sobras do caixa provincial investidas em letras do Tesouro Geral. Esta oposição é importante para entender-se mais concretamente a relação entre o Poder Executivo provincial e o legislativo provincial. Apesar de aprovados pela Assembléia, o projeto do banco foi rejeitado valendo-se do Ato Adicional para sustentar o veto. O projeto voltou para nova votação na Assembléia e o número de votos foi o mesmo que na votação anterior, o que não garantia a derrubada do veto presidencial porque não conseguiu o apoio de 2/3 dos deputados provinciais.<sup>46</sup>

Sobre os grupos existentes na Assembléia foi possível identificar dois deles que se confrontaram com a intenção de materializar seus projetos bancários. Erik Hörner identificou esses grupos através de estudos relacionados em parte à legislatura de 1840 da Assembléia Provincial Paulista. Segundo este autor os grupos contavam com os seguintes nomes, o liderado por Rafael Tobias de Aguiar: Joaquim Octávio Nébias, Senador Francisco de Paula e Souza Mello, João da Silva Machado, José Antônio Pimenta Bueno, Manoel Rodrigues Villares, Dr. João Crispiniano Soares, Antônio

---

<sup>46</sup> Carlos Alberto Ungaretti Dias. *A gênese de São Paulo. A construção dos poderes públicos na província paulista 1835/1845*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da FFLCH. São Paulo. 1993. pp. 163 e 164.



Manoel de Campos Mello, Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Joaquim Floriano de Toledo, Dr. Manoel Dias de Toledo, Padre Dr. Manuel Joaquim do Amaral Gurgel, Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, Francisco Antônio de Souza Queiroz, José Manoel de França, Dr. Gabriel José Rodrigues dos Santos.

Em oposição a este estava o grupo liderado pelo Dr. Joaquim José Pacheco que contava com os seguintes nomes: Bispo Diocesano D. Manoel Gonçalves Andrade, Vigário Manoel Faria Doria, José Alves dos Santos. Dr. Carlos Carneiro de Campos. Cel. José Manoel da Silva, Rodrigo Antônio Monteiro de Barros, João Theodoro Xavier, Cel. Antônio Leite Pereira da Gama Lobo, Padre Manoel Eufrázio de Oliveira, José Manoel da Fonseca, Fernando Pacheco Jordão, Dr. Antônio Maria de Moura, Joaquim Firmino Pereira Jorge, José Manoel da Luz (falecido antes da posse), Joaquim Manoel Gonçalves de Andrade, José de Almeida Leme, Francisco Antônio de Almeida Mello, Manoel José de Mello.<sup>47</sup>

Um dos grupos teria sido liderado por Rafael Tobias de Aguiar e se contrapunha ao grupo liderado por Joaquim José Pacheco e Carlos Carneiro de Campos.<sup>48</sup> Portanto, o ano de 1840 foi marcante

---

<sup>47</sup> Erik Hörner. *Guerra entre pares. A "revolução liberal" em São Paulo, 1838 – 1844*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da FFLCH. São Paulo. 2005. p. 73.

<sup>48</sup> Joaquim José Pacheco. Nasceu na Bahia em data desconhecida e faleceu no Rio de Janeiro a 01/06/1884, sendo doutor em direito pela faculdade de São Paulo, juiz aposentado com honras de desembargador, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Representou a província de São Paulo na 4, 5, 8, 9, 10<sup>a</sup> legislaturas, além de presidir a província de Sergipe em 1839. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. IV, página 172. Carlos Carneiro de Campos. 3<sup>o</sup> Visconde de Caravelas. Nasceu na Bahia a 01/11/1805 e faleceu no Rio de Janeiro a 28/04/1878. Serviu como praça de cadete no batalhão de d. Pedro I, estudou dois anos na escola militar e dando baixa foi estudar na França. Em Paris fez o curso de direito e recebeu o grau de

na história dos bancos provinciais paulistas, afinal nesse ano foram apresentados por cada um dos grupos projetos de criação de bancos. O projeto apresentado pelo senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, pertencente ao grupo liderado por Rafael Tobias de Aguiar, propôs a criação do Banco Provincial e foi apresentado na Assembléia no ano de 1838, depois reapresentado por ele mesmo em 1840.

Nessa mesma sessão, Joaquim José Pacheco apresentou o projeto da criação de uma Caixa Econômica. Aparentemente, a província paulista teria os chamados “capitais dormentes”. Conforme Carlos Dias, São Paulo vivia uma situação financeira privilegiada desde o primeiro ano em que foi instituído o Tesouro Provincial e repetiu-se em todos os anos subsequentes. Neste sentido o presidente Miguel de Souza Mello e Alvim se pronunciou da seguinte forma em 1842:

É-me sumamente agradável poder anunciar-vos que as rendas Provinciais continuam a ser administradas com toda a perfeição... de sorte que a não subsistirem alguns embaraços denunciados por meus antecessores, poderia ela vir a ser completa. As despesas são feitas também com muito escrupulo... A estas felizes disposições e a docilidade do povo Paulista deve-se em grande parte, o estado de prosperidade em que se acham os Cofres Provinciais... Esta província pode desvanecer-se por ser porventura a única que vê acumular-se anualmente um grande saldo depois de satisfeitas suas necessidades, que nunca deixam de ser atendidas pelo Poder Legislativo Provincial, e por isso é ela também uma das que mais rapidamente tem marchado na estrada dos melhoramentos... as despesas são consideráveis; mas todas elas são produtivas; e por isso concorrem para aumentar a

---

doutor em 1827. Na instituição das Academias de Direito, foi nomeado professor da Faculdade de São Paulo, onde também exerceu o cargo de diretor. Foi deputado pela província de São Paulo na 4, 5, 8 e 9ª legislaturas e depois, em 1857, senador pela mesma província. Foi diretor do Banco do Brasil e inspetor geral do tesouro nacional. Presidiu por três vezes a província de Minas Gerais. Serviu em três Gabinetes, ocupando as pastas dos negócios estrangeiros, no 17º e 25º e o da fazenda no 20º, além de ser Conselheiro de Estado.

renda...; as despesas propriamente de luxo não figuram em vossos orçamentos, e são essas as que trazem a ruína financeira.<sup>49</sup>

Como justificativa para tão bom desempenho da gestão pública se destacam dois fatores. O primeiro é que o governo provincial conseguia manter seu saldo superavitário nesta época. O segundo fato era a prática de superestimar os recursos necessários para a realização das obras públicas para melhoramento da província. Ao final dos trabalhos as rendas que não tinham sido utilizadas retornavam aos cofres públicos. Além destes itens Carlos Dias destacou uma lei de 1839, segundo a qual os presidentes só poderiam gastar os recursos orçamentários dentro do próprio ano financeiro. Ao terminar esse prazo os empreiteiros e arrematadores deveriam devolver os recursos mesmo que a obra não tivesse sido terminada. O resultado foi um enorme ganho na agilidade da execução das obras o que favoreceu sobremaneira a economia do dinheiro público. A falta de mão-de-obra tornou-se um entrave ao pleno desenvolvimento das potencialidades econômicas da província, isso porque, em parte, as rendas acabavam retornando aos cofres públicos pela escassez de trabalhadores para executar os serviços.

As autoridades públicas da província tinham, portanto, uma preocupação constante sobre o que fazer com as sobras do Caixa. Em 1838, os presidentes já alertavam para a necessidade de conseguir um emprego rentável aos recursos que estavam dormentes nos cofres públicos. Foi neste cenário que surgiu a proposta da criação de um banco provincial. Longe de ser um consenso a proposta sofreu a oposição do presidente Venâncio José Lisboa, e posteriormente de Manoel Nunes o que representou um adiamento na criação do banco.

Como desdobramento, em 1841 foi criada a Caixa Econômica. Segundo o projeto que a criou o seu fundo capital era de

---

<sup>49</sup> Carlos Alberto Ungaretti Dias. *A gênese de São Paulo. A construção dos poderes públicos na província paulista 1835/1845*. Op. Cit. pp. 175 e seguintes.

8:000\$000 réis (oito contos de réis), metade dos quais viriam do Governo Provincial e a outra metade de acionistas particulares. Ficou estabelecido que os fundos deveriam ser aplicados exclusivamente em apólices da dívida pública da nação ou da província, e que metade dos dividendos iriam para os órfãos pobres do seminário da província paulista.

Segundo Dias, no entanto, a criação da Caixa Econômica estaria longe de resolver os problemas de sobras no caixa provincial. O investimento de quatro contos de réis ainda estariam muito longe das reservas ociosas. O caso só toma uma definição com a presença de uma maioria liberal no ano de 1841, na qual os deputados aprovaram a criação do primeiro banco provincial paulista.

Segundo esta lei, os recursos do banco seriam formado pelo saldo das rendas provinciais que não tinham aplicação especial. O público poderia fazer depósitos só no município da capital em letra, dinheiro, ouro, prata e pedras, haveria também dois tipos de depósitos: os convencionais e dinheiro a juro que não poderia exceder 6% ao ano e o banco cobraria uma taxa determinada em lei por seus serviços.

O dinheiro do banco deveria ser empregado preferencialmente em empréstimos ao Governo Provincial, com 6% de juros anuais. Os tomadores particulares pegariam a taxa de juros correntes cobrada pelo banco que variaria de 0,5 a 1% ao mês. Uma cláusula importante era que ninguém poderia dever mais de 12:000\$000 réis (doze contos de réis). Os empréstimos teriam prazo máximo de seis meses e só poderiam ser renovados mediante o pagamento de 1/3 da dívida. Para realizar o empréstimo era preciso comprovação de propriedade territorial com duas firmas conhecidas e de “notória abonação”, algum penhor, alguma hipoteca de bens de raiz, prédios rústicos com móveis, letras de câmbio, etc, cujo valor fosse equivalente a duas vezes o valor pedido. A lei proibia taxativamente os dirigentes do banco de fazer transações com o Governo Geral. E a assembléia do banco seria composta por 15 deputados provinciais escolhidos entre os maiores capitalistas e proprietários residentes na capital.

Todas as indicações apontaram para dois fatores que tornaram-se obstáculos para a implantação imediata desses bancos. O primeiro deles foi a falta de uma articulação política capaz de impor o projeto de um grupo sobre o outro. Em parte foi possível entender essa dificuldade justamente pela atuação de dois grupos que apesar de serem favoráveis à criação de estabelecimentos de crédito tinham interesses divergentes quanto a sua gestão, quadro administrativo, etc. O segundo motivo foi a revolução de 1842 que esgotou parte dos recursos que poderiam participar da instituição para o fundo de reserva do banco. Dessa forma, como constatou Flávio Saes, foi apenas na década de 1850 que esses anseios puderam ser concretizados.<sup>50</sup>

O fato de que se cogitou a implantação de sistemas bancários na Assembléia Provincial Paulista fez supor que havia interesses de algumas pessoas da região de criar instâncias de crédito que se diferenciasssem da opção de redes de crédito, talvez pelos montantes planejados para futuros financiamentos, ou como foi sugerido por Erik Hörner.

Mesmo considerando que tomar o excedente dos impostos em socorro dos produtores e comerciantes seja privilegiar seus interesses, não se pode deixar de analisar a questão como um entendimento específico da política provincial. Ao que tudo indica, o grupo de Rafael Tobias de Aguiar ou o ‘Partido Paulista’ considerava necessário investir na província uma quantidade de dinheiro maior do que seus próprios esforços permitiam. Como afirmado anteriormente, Rafael Tobias de Aguiar concedia empréstimos ao menos desde o início da década de 1830. No entanto, ao propor que o investimento ou socorro aos cidadãos viesse por via oficial poder-se-ia ter como objetivo responder a eleitores e votantes”.<sup>51</sup>

---

<sup>50</sup> Anais da Assembléia Legislativa de São Paulo (a partir de agora denominada AALSP), sessão de 20/01/1840.

<sup>51</sup> Erik Hörner. *Guerra entre pares. A “revolução liberal” em São Paulo, 1838 – 1844*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da FFLCH. São Paulo. 2005. p. 81.

O autor destaca que apesar desta ser apenas uma hipótese de trabalho ela deveria ser considerada, pois ao estabelecer uma instância de auxílio que atendesse às necessidades de produtores e comerciantes poderia funcionar como uma ferramenta que favorecesse à base de sustentação do Partido Paulista e promovesse sua união. Hörner ainda esclarece que o Banco proposto atenderia a uma parcela da população que teria um perfil próximo ao dos articuladores do Banco e de seus partidários, o que teria evidente impacto nos futuros políticos dos envolvidos na aprovação do estabelecimento bancário.

Este trecho pode ser associado aos limites que as redes de apoio tinham com relação a sua extensão e vulto, mas também que a prática do empréstimo “oficial” atenderia a determinadas atividades e segmentos. No caso da formação de uma instituição bancária sua diretoria e seu quadro administrativo acabariam por favorecer os empréstimos a quem estivesse relacionado com esses funcionários e compusesse sua rede de contatos, etc. Neste caso, beneficiar determinado segmento significava criar uma instância de favorecimento que poderia ser utilizada para fins políticos uma vez que a sua criação implicaria no reforço às redes de apoio que poderiam estar associadas aos grupos políticos no poder, daí a importância de se estabelecer o domínio do crédito bancário.

A questão dos prazos de empréstimos também foi discutida no Assembléia e era de suma importância uma vez que o prazo estipulado induziria ao financiamento de algumas atividades em detrimento de outras. Ficava explícita a intenção localista do projeto na medida em que só permitia aos indivíduos da província contrair empréstimos. Como lembrou Erik, não há elementos suficientes para afirmar se o banco favoreceria o comércio ou a agricultura uma vez que não se sabe o prazo máximo para quitação dos empréstimos. Geralmente prazos inferiores a um ano tendiam a indicar uma prioridade para o comércio, uma vez que a atividade agrícola precisava de mais tempo para obter retorno. Deve ter sido neste sentido que Carlos Carneiro de Campos propôs prazos dife-

rentes para que as diversas áreas da economia pudessem ser beneficiadas, em especial a agricultura. Quando o projeto do banco voltou a ser discutido com pequenas alterações o prazo máximo estipulado para descontos de letras de crédito era de seis meses o que representou uma ênfase no comércio.<sup>52</sup>

É interessante notar que a discussão dos prazos, mesmo que essa intenção não tenha sido contemplada ao final do projeto, indicam uma tentativa de maior atenção ao financiamento agrícola, em uma antecipação da discussão que ocorreu ao final do século XIX, especialmente depois de 1870 e se estendeu até o século XX.<sup>53</sup> Essa intenção esbarrava no tempo de retorno para os empréstimos às atividades comerciais. Financiamentos agrícolas precisam de um tempo muito maior de retorno do que os comerciais, eis um dos motivos pelo qual os primeiros bancos a surgir eram voltados para o comércio. Foi interessante notar que a necessidade de uma grande instância financiadora para a agricultura também fez parte dos debates na Câmara dos Deputados e levantou os mesmos argumentos sobre o tempo de retorno dos investimentos. Os principais argumentos constavam dos clássicos estrangeiros que serviram de referência para os políticos. Sobre o tempo de retorno para financiamentos a produções de caráter agrícola, a explicação dada por Jean Baptiste Say foi a seguinte.

Suponhamos que um banco de circulação empreste a um proprietário de terras, em bilhetes fiduciários valendo dinheiro, a soma de 30 mil francos hipotecados sobre as suas terras. A garantia é de total solidez. Com esses fundos, o proprietário faz construir um prédio de exploração de que tem necessidade. Para esse fim, contrata um empreiteiro de construções, pagando-lhe os 30 mil francos em bilhetes de banco. Suponhamos, agora,

---

<sup>52</sup> Erik Hörner. *Guerra entre pares. A “revolução liberal” em São Paulo, 1838 – 1844*. Op. Cit. p. 75.

<sup>53</sup> Flávio Azevedo Marques de Saes. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. Op. Cit. p. 163 e seguintes.

que esse empreiteiro queira receber, ao cabo de algum tempo, o montante dos bilhetes: é evidente que o banco, nesse caso, não pode servir-se da garantia que possui para pagá-los. Como garantia dessa soma de bilhetes, o banco tem apenas uma obrigação, que, embora seja, na realidade, bastante sólida, não é, contudo, exigível.

E na nota desta mesma página constou a explicação de que em 1803, o banco territorial de Paris teve que suspender a realização de seus bilhetes e a declarar que só reiniciaria o reembolso à medida que conseguisse vender os imóveis que estavam hipotecados.<sup>54</sup>

Foi neste sentido que o deputado Joaquim Otávio Nébias se pronunciou no discurso na Câmara dos Deputados no momento em que se debatia a criação do Banco Nacional. Ele reclamou da orientação que esse banco teria ao beneficiar um ramo de atividade. O mais interessante é que esta discussão na Câmara dos Deputados ocorreu apenas no ano de 1853, ou seja, muito tempo depois da discussão ter ocorrido na Assembléia da província de São Paulo.

Sr. Presidente, considerarei ainda o projeto por outro lado, e é o lado principal, é o mais grave inconveniente que nele descubro. Tratamos de um banco todo ele de influência comercial, espalhando os seus benefícios somente pelo mercado comercial, no entanto que para a agricultura e para as outras industrias nada se deixa resolvido, nenhum remédio se tem aplicado até o presente. Eu vi, Sr. Presidente, que desde a sessão do ano passado apareceram nesta casa dois projetos muito importantes, que tratavam de liquidar ou desembaraçar a nossa propriedade territorial, ou antes, que tratavam de modificar o nosso regime hipotecário no império, no entanto estes projetos têm andado aqui em uma discussão vaga desde a sessão do ano passado, e não tenho visto que o governo tenha tomado parte alguma em semelhante debate, que tenha aposentado alguma idéia sua própria, que o tenha adotado ou rejeitado.<sup>55</sup>

---

<sup>54</sup> Jean-Baptiste Say. *Tratado de Economia Política*. São Paulo. Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas. p. 262.

<sup>55</sup> ACD, sessão de 21 de junho de 1853. pp. 265 e 266.



Como já foi referido o crédito agrícola vai ser um elemento de fortes debates tanto pela pressão de seu estabelecimento, quanto pelos tipos de financiamento fornecidos pelas instituições que surgem para sanar essa lacuna. Note-se também que as preocupações dos projetos da Assembléia Legislativa foram muito próximas das que figuraram posteriormente na Câmara dos Deputados indicando um conhecimento nada desprezível dos políticos que participaram dos debates na Assembléia Provincial Paulista.

Para realizar este estudo foi necessário aproximar-se o máximo possível dos nexos entre estas personalidades e as modalidades de crédito que eles praticavam. Tal preocupação levou-me a identificar dois indivíduos cujas trajetórias servem para explicar a associação das duas práticas de empréstimos usuais nesse momento e que acabaram, de um modo ou de outro, envolvendo-se na questão da implantação de um sistema bancário na província.

Uma destas personalidades que despertou a atenção durante esta fase da pesquisa foi a de Rafael Tobias de Aguiar. Sua biografia materializou de forma muito singular a existência de indivíduos que pertenciam à rede de apoio e que se envolveram com a idéia da fundação de um banco na província demonstrando que os dois sistemas não eram antagônicos, mas sim complementares. Os números relacionados à riqueza desta personalidade não deixam dúvidas quanto ao poder econômico que ele representava.

Quando o Augusto Fundador do Império, desafiando mil perigos, tomou a resolução de ficar no Brasil, e de arrostar as iras de nossos antigos dominadores, Rafael Tobias de Aguiar, com aquela fé no futuro do país que sempre tiveram os paulistas dos tempos gloriosos, empenhou todas as suas forças em auxiliar o nosso libertador na sublime tarefa que encetara. Não só concorreu com avultados donativos para esse fim, como promoveu uma subscrição entre os seus patrícios da cidade de Sorocaba, e a pedido do governo aditou a quantia de doze contos de réis para esse fim. Sempre que tratava de auxiliar com sua fortuna e com os

seus esforços a prosperidade do Império, Rafael Tobias de Aguiar era o primeiro a entrar no páreo e alcançar a meta desejada.<sup>56</sup>

Retome-se aqui o fato de que este foi o líder do grupo que propôs em 1840, na Assembléia Provincial, o projeto do Banco Provincial. Neste grupo circularam políticos que se destacariam na vida paulista e na vida nacional como Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e Gabriel José Rodrigues dos Santos. Não raro estes mesmos companheiros figuraram entre os devedores de empréstimos conseguidos junto a Rafael Tobias de Aguiar.

Em uma comparação entre dois almanaques, o de 1858 e o de 1873, curiosamente Rafael Aguiar não apareceu no primeiro deles. Foi arrolado no segundo e não apenas como proprietário nem como capitalista, mas em um novo campo de classificação “Capitalista e proprietários” que só consta do último desses dois almanaques.<sup>57</sup> Estas e outras variações levaram-me a buscar entender a que os contemporâneos se referiam quando utilizavam essas classificações. Segundo o Dicionário da Língua Portuguesa de Antônio de Moraes:

---

<sup>56</sup> Rafael Tobias de Aguiar. Nasceu na cidade de Sorocaba a 04/10/1795 e faleceu a bordo do vapor Piratininga em direção a Santos em 07/10/1857. Foi oficial do exército, começou servindo no regimento de milícias na cidade de Sorocaba até o cargo de coronel comandante. Consta que emprestou avultadas quantias para a fábrica de ferro de São João de Ipanema e só depois de longo tempo recebeu a quantia de volta. Foi defensor da causa liberal. Entre 1831 e 1834 e depois em 1839 a 1841 foi presidente da Província de São Paulo. Foi deputado por São Paulo na 2<sup>a</sup>, 3<sup>a</sup>, 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup> legislaturas. Ele se recusou a receber o ordenado e fez com que o investissem em obras públicas, além de ter emprestado aos cofres públicos altas quantias sem cobrar juros por elas. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Op. Cit. Vol. II. p. 233.

<sup>57</sup> Os almanaques referidos são: Almanack administrativo, e industrial da província de São Paulo, 1858. Organizado e redigido por Marques e Irmão. 2<sup>o</sup> ano, São Paulo. Typografia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques. Rua do Ouvidor, n<sup>o</sup> 46. 1857. Especialmente as páginas 108 até 111. Almanak da Província de São Paulo. 1873. Organizado e publicado por Antônio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. 1<sup>o</sup> ano. São Paulo. Typografia Americana. Largo do palácio, 2. 1873.

Capitalista: A pessoa que tem grandes cabedais, e dinheiros para suas negociações, e meios. T. mod. Usual. Fez-se outra contraliga de capitalistas, para com seus meios abaterem o valor das apólices do banco.<sup>58</sup>

Ou ainda.

Capitalista: Aquele que vive do rendimento de um capital. Pessoa muito rica. Aquele que fornece capital a empresas.<sup>59</sup>

No caso de restringir-se a atividade de empréstimos apenas aos capitalistas, Rafael Tobias de Aguiar deveria constar dessa classificação. Claro está que as definições de “proprietários” e os “capitalistas” favoreciam as confusões entre os termos, ainda mais se considerando que o empréstimo era uma prática amplamente difundida na sociedade do século XIX. As reservas com que se tomam estas listas são justificadas, especialmente por terem sido produzidas sem um cuidado metodológico mais apurado. No entanto, ao se atentar a estas definições tornou-se possível entender que na formulação prática de uma lista baseada nas atividades econômicas exercidas era muito difícil diferenciar um capitalista de um proprietário. Talvez por isto se deu a criação de um novo campo de classificação o de “Capitalistas e proprietários”. Outra possibilidade é supor que esta foi uma evolução natural da economia paulista com o surgimento de um grupo que efetivamente se voltava para ambas atividades. O que importa neste momento é que mais uma vez se comprova a percepção de que os empréstimos não estavam monopolizados nas mãos de um grupo.

Algumas curiosidades chamaram a atenção nas listas fornecidas pelos dois almanaques como, por exemplo, o fato do

---

<sup>58</sup> Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Original de 1813. Vol 1, página 342.

<sup>59</sup> Jayme de Séguier. *Dicionário prático Ilustrado*. Rio de Janeiro. Administração do Jornal do Comércio. S/d.

Barão de Iguape aparecer nos dois almanaques como capitalista e não como proprietário. Além do mais, segundo os critérios levantados na consulta aos dicionários muitos dos capitalistas também poderiam ser classificados como proprietários, foi o caso da reclassificação de Domingos de Paiva Azevedo, Francisco de Antônio de Souza Queiroz e Thomaz Luiz Álvares, enquadrado na segunda publicação no campo “Capitalista e proprietário”.

Outra figura de imensa relevância na província paulista foi Antônio da Silva Prado, o Barão de Iguape.<sup>60</sup> Sua trajetória pessoal diferiu do percurso de Rafael Tobias na questão bancária porque apesar dele não ter se envolvido diretamente nos debates sobre a criação de um banco provincial tornou-se posteriormente o presidente da Caixa Filial do Banco do Brasil. Ele apareceu nos almanaques comerciais de 1858 e de 1873, nos quais constavam as atividades. Em ambos os casos ele figurou como presidente da Caixa filial do Banco do Brasil. E como um dos diretores da Caixa filial figurou José Manoel da Silva, o Barão do Tiête, que participou dos debates sobre a instalação de bancos na província e que votou contra o projeto de criação do Banco Provincial em 1840.

Segundo Flávio Sáes, “No plano legal, a Caixa Filial de São Paulo podia realizar as operações características do Banco do Brasil (fazer descontos e empréstimos, receber dinheiro a prêmio), em particular emitir notas que tinham o privilégio de serem recebidas em repartições públicas. Mais difícil é identificar as operações efetivamente realizadas pelo Banco do Brasil em São Paulo”.<sup>61</sup> Conta

---

<sup>60</sup> Antônio da Silva Prado. Barão de Iguape. Nasceu em São Paulo a 25/02/1840 e faleceu no Rio de Janeiro em 23/04/1929. Como profissão consta Bacharel em Direito. Foi Deputado pela província de São Paulo nas seguintes legislaturas 14, 15, 19 e 20<sup>a</sup>. É eleito Senador pela mesma província em 1888. Também fez parte dos seguintes gabinetes, 34<sup>o</sup>, com a pasta da Agricultura, 35<sup>o</sup>, com a pasta dos Estrangeiros, e 35<sup>o</sup> com a pasta da Agricultura novamente. Informações extraídas de Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit.

<sup>61</sup> Flávio Azevedo Marques de Saes. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. Op. Cit. p. 73.

ainda que mais de metade das ações da Caixa Filial estavam concentradas nas mãos da família Prado e de seus parentes próximos o que confirmaria uma história jocosa e elucidativa sobre a maneira como o acesso a instâncias de financiamento reforçava as possibilidades de interdependências das redes de apoio através da transferência dos recursos.

Quando a Diretoria reunia-se, um perguntava para o outro:

“Você Barão de tal, precisa de dinheiro?” E o Barão de tal, sempre respondia: “Não”. A diretoria encerrava a reunião e não decidia mais nada, porque eles não emprestavam dinheiro para estranhos.<sup>62</sup>

#### 6.4. Representação paulista

Ao tratar da representação paulista na Câmara dos Deputados algumas questões me despertaram a curiosidade. Em que medida os deputados da bancada paulista na Câmara trouxeram uma experiência prévia de atuação política? Qual proporção de deputados, em cada legislatura, tinha passado pela Assembléia Legislativa? Quais nomes tiveram maior repetição? Os números apresentados adiante só ganham a devida importância quando se esclarece o peso que a passagem pela Assembléia Legislativa tinha na trajetória dos políticos que ao deixar a representação regional da província podiam assumir um cargo na Câmara dos Deputados. O que pretendo demonstrar é que, pelo menos no caso paulista, os números indicaram que a elite nacional que participava das discussões na câmara temporária era em grande parte formada por essa elite regional, e seu aprendizado prático no exercício legislativo não começava na Câmara dos Deputados, mas sim na Assembléia Legislativa.

---

<sup>62</sup> Flávio Azevedo Marques de Saes. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista. 1850-1930*. Op. Cit. p. 73.

Portanto, a Assembléia Legislativa provincial deve passar ser considerada a efetiva porta de entrada para a carreira política.

A trajetória da formação política foi abordada por José Murilo de Carvalho no livro *A construção da ordem*. De maneira geral, para o autor, a educação era o bilhete que permitia a entrada ao mundo da política. A função da educação, bem como a de alguns cargos de nomeação por escolha do governo central eram fundamentais para criar um laço de proximidade entre os funcionários e de obediência com relação ao governo. Para José Murilo, a carreira típica para o político cuja família não possuía a influência suficiente para levá-lo diretamente à Câmara dos Deputados era começar a sua atividade na magistratura. Uma vez que o sistema judicial era centralizado, os juízes eram nomeados pelo ministro da Justiça. Assim, a primeira preocupação após a formatura daqueles que buscavam seguir a carreira política era tentar conseguir uma nomeação como promotor ou juiz municipal em uma região “eleitoralmente promissora ou pelo menos num município rico. Na impossibilidade de conseguir boa localização, a solução era aguardar a oportunidade de ser transferido”.<sup>63</sup> Note-se que para este autor a formação da elite dirigente esteve fortemente associada ao exercício de cargos de nomeação como forma de cooptar os pretendentes para o aparato institucional.

No modelo apresentado por Carvalho, o autor destaca como pontos importantes da formação política a mobilidade geográfica e o próprio exercício do cargo que serviam como treinamento, devido à alta circulação dos políticos entre os cargos e de um certo hermetismo presente no sistema que conferia uma concentração das oportunidades nas mãos de uma elite.

A trajetória política tinha suas peculiaridades e se em um primeiro momento ela se configurava de maneira unilinear, especialmente antes da chegada à política nacional, especialmente com

---

<sup>63</sup> José Murilo de Carvalho. *A construção da Ordem*. Op. Cit. pp. 121 e 122.

a entrada do político na Câmara dos Deputados. Depois disso a trajetória tornava-se multidirecional e concêntrica com inúmeras possibilidades de um político assumir um cargo de deputado, depois de ministro e, uma vez findo o ministério, ele poderia voltar a ser deputado.

Como se pode notar o primeiro passo para quem buscava seguir a carreira política e chegar aos cargos mais altos e cobiçados era a obtenção de um diploma de ensino superior, em especial o de direito. A despeito de inúmeras possibilidades no desenrolar de tal trajetória o caminho mais seguro era entrar para a magistratura, mas havia um rol de atividades que permitiam o ingresso posterior na área política como, por exemplo, a imprensa, a advocacia, a medicina ou o sacerdócio. Em alguns casos, a influência familiar já era suficientemente forte para levar o jovem bacharel diretamente à Câmara dos Deputados. A rede de apoio familiar e dos amigos faziam diferença nestes momentos, além disso não se pode esquecer que o apadrinhamento dos líderes já estabelecidos facilitavam não só a entrada, como eram uma constante referência na trajetória política. José Murilo lembra ainda dos militares que em geral não passavam pela Câmara. Eles entravam diretamente para o Ministério ou para a presidência de províncias.

Uma vez dentro da Câmara, estava-se a um passo do círculo interno da elite, ao qual se tinha acesso por uma combinação de capacidade do patronato, exercendo o imperador papel ativo na seleção. A entrada no clube se dava pela nomeação para um posto ministerial ou uma presidência de província. A partir daí havia intensa mobilidade e acumulação de cargos. Um ministro podia exercer ao mesmo tempo seu mandato de Senador, sem renunciar ao posto de Conselheiro (apenas suspendia o exercício). O Senado era o único posto do qual não se podia voltar à Câmara e só em casos especiais era um senador nomeado presidente de província.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> José Murilo de Carvalho. *A construção da Ordem*. Op. Cit. p. 125.

De certa forma a análise construída por José Murilo de Carvalho preocupou-se com cargos do Poder Executivo, com o Senado e o Conselho de Estado. Sua posição sobre a Câmara dos Deputados esclarece o motivo de não dar a devida importância à passagem pelo legislativo provincial, cargo que era eletivo.

Seguem os deputados gerais, o grupo mais numeroso e menos poderoso, embora talvez nunca tivesse tanto poder como no Império. A deputação era um importante passo na carreira política, e a Câmara possuía de direito e de fato mais poder do que nos regimes subsequentes. Apesar de o sistema imperial nunca ter se igualado ao modelo parlamentar inglês que pretendia imitar, houve vários exemplos de queda de gabinetes por votação da Câmara, cujo poder atingiu o auge durante a Regência, quando ficou suspenso o exercício do poder moderador que entre outras atribuições incluía a de dissolvê-la e convocar novas eleições. Após a Regência, os deputados raramente completavam os quatro anos de mandato devido às freqüentes dissoluções. Em número de 100 na primeira legislatura regular (1826), eles eram 125 na última legislatura (1886). Os requisitos para a eleição eram: idade mínima de 25 anos e renda mínima de 400\$000.<sup>65</sup>

A utilização deste trecho é válida para revelar que a historiografia não percebeu a Assembléia Provincial como uma instância de preparação para a Câmara dos Deputados com relação à trajetória política. Assim, apesar da deputação provincial aparecer no esquema apresentado pelo autor, a descrição feita em uma parte do seu livro nem sequer menciona essa passagem. Fique claro que não se trata meramente de uma passagem mecânica pela instituição, mas sim um lugar de aprendizado, de embates e contatos com discussões e argumentações que muitas vezes precederam votações dos mesmos assuntos na Câmara. Foi isso o que aconteceu, por exemplo, com o projeto da criação de um banco na província paulista. Este projeto começou a ser debatido nos finais da década

---

<sup>65</sup> José Murilo de Carvalho. *A construção da Ordem*. Op. Cit. pp. 57 e 58.



de 1830 e já em 1842 estava aprovado, apesar de não haver sido materializado, como se pôde notar. Durante os debates sobre a melhoria do meio circulante o tema da criação de um banco nacional foi discutido na Câmara e se estendeu até o ano de 1853, quando foi resolvida pela aprovação do novo Banco do Brasil. É de se supor que os deputados paulistas que participaram das discussões sobre a criação de um banco na sua província estivessem mais familiarizado com o tema.

Torna-se importante valorizar o arranjo institucional que reformulou a política provincial na medida em que redefiniu o poder desse ator político e ao fazê-lo reforçou a importância da prática política na região. Os números que apresentarei à frente demonstram que via de regra a representação paulista regional desdobrava-se na representação geral. Essa possibilidade interpretativa realçou o exercício político nas instâncias regionais e permitiu incorporar essa instância como parte importante da trajetória política de uma elite regional que ganha força para representar a região na Câmara dos Deputados. “Legislar” era encontrar um consenso através do debate para a implantação de determinados projetos. No caso do banco provincial, o que houve foi a falta de articulação política que permitisse a concretização do projeto bancário de um dos grupos regionais participantes da Assembléia. De maneira alguma isso anulou o debate, a prática política ou o aprendizado tirado dessa experiência apenas foi um resultado possível da estrutura política.

Partindo deste ponto, de uma nova abordagem da Assembléia Legislativa Provincial paulista como a porta de entrada da trajetória política nesta província, averigüei que porcentagem de deputados fizeram parte da bancada paulista na Câmara tinha passado pela Assembléia Legislativa. Trabalhei com um universo de 64 deputados a partir da quarta legislatura, de 1838, até a nona legislatura, em 1856. Destes deputados 75% haviam passado pela Assembléia Legislativa antes de serem eleitos para a Câmara, ou seja, a imensa maioria dos deputados paulistas teve esse tipo de

aprendizado antes de legislar na Câmara temporária. Por si só este número já confere um enorme prestígio à Assembléia Legislativa como um espaço de socialização política, no entanto, por estar tratando com um grande número de legislaturas teoricamente poderia haver bancadas formadas só com deputados experientes, sucedidas por legislaturas só com deputados sem a passagem pela Assembléia Provincial. Por isso foi preciso averiguar esta diferença em cada uma das legislaturas estudadas. Aplicando a mesma metodologia identifiquei aqueles chamados aqui de deputados experientes, com relação à passagem pela Assembléia Legislativa Provincial, e sem experiência, com relação à não eleição para essa casa no período entre a quarta e a nona legislaturas.

Assim, os resultados demonstraram uma participação majoritária de deputados experientes em todas as legislaturas. Os números variaram aproximadamente entre 63% e a extraordinária porcentagem de 90% de deputados que tiveram essa passagem. Desta forma, pelo menos no caso da bancada paulista na Câmara dos Deputados, notou-se um expressivo aproveitamento da experiência provincial para a carreira política. Este rápido exercício indicou que é preciso repensar a importância da Assembléia Legislativa Provincial com relação à trajetória política da maioria dos políticos paulistas, além de reconsiderar-se a importância das discussões de projetos que em alguns casos anteciparam projetos que depois seriam contemplados pela Câmara dos Deputados.

Destaque-se também que há dois elementos que precisam ser considerados. Primeiro trata-se do número de eleições que os deputados gerais haviam obtido. Nesse quesito se destacaram nomes como Carlos Carneiro de Campos, Joaquim Floriano de Toledo, Manoel Dias de Toledo, Bernardo José Pinto Gavião Peixoto, Gabriel Rodrigues dos Santos, João da Silva Carrão, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, Rafael Tobias de Aguiar, etc, a maioria deles com três passagens pela Assembléia e alguns com quatro

passagens, entre estes nomes como, Rafael Tobias de Aguiar e Martim Francisco Ribeiro de Andrada.<sup>66</sup>

---

<sup>66</sup> Carlos Carneiro de Campos. 3º Visconde de Caravelas. Nasceu na Bahia a 01/11/1805 e faleceu no Rio de Janeiro a 28/04/1878. Serviu como praça de cadete no batalhão de d. Pedro I, estudou dois anos na escola militar e dando baixa foi estudar na França. Em Paris fez o curso de direito e recebeu o grau de doutor em 1827. Na instituição das Academias de Direito, foi nomeado professor da Faculdade de São Paulo, onde também exerceu o cargo de diretor. Foi deputado pela província de São Paulo na 4, 5, 8 e 9ª legislaturas e depois, em 1857, senador pela mesma província. Foi diretor do Banco do Brasil e inspetor geral do tesouro nacional. Presidiu por três vezes a província de Minas Gerais. Serviu em três Gabinetes, ocupando as pastas dos negócios estrangeiros, no 17º e 25º e o da fazenda no 20º, além de ser Conselheiro de Estado. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. II, p. 58.

Joaquim Floriano de Toledo. Nasceu em 09/06/1794 e faleceu em 18/04/1875. Foi militar, alferes em 1819, atingiu o posto de Coronel. Foi Amanuense da Secretaria do Governo de São Paulo, auxiliar do então Príncipe Regente D. Pedro, tendo lavrado o primeiro ato depois da proclamação da independência. Participou da revolução liberal de 1842. Foi Coronel-chefe da Legião, em 1845, Vice-presidente da Província de São Paulo, depois presidente interino da província de São Paulo, em 1848, 1864/67 e 1868, além de ter sido Deputado Provincial por três legislaturas (1840/41, 1842/43 e 1848/49). Presidiu a Assembléia Legislativa Provincial de 22/06/1848 até 14/02/1849. Foi ainda tesoureiro geral e provincial, Deputado Geral por quatro mandatos (1830/1842), Conselheiro do Império. Informações extraídas de [http://www.al.sp.gov.br/web/acervo/presidentes\\_alesp/joaquim\\_toledo.jpg](http://www.al.sp.gov.br/web/acervo/presidentes_alesp/joaquim_toledo.jpg)

Bernardo José Pinto Gavião Peixoto. Filho do Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto e dona Anna de Andrade Vasconcellos Gavião. Nasceu em São Paulo a 10/11/1829, a data de falecimento é desconhecida. Formou-se em direito em São Paulo, em 1849, entrou para a magistratura em Santos e exerceu o cargo em outros lugares até se aposentar com honras de desembargador. Representou a província em três legislaturas na 10, 13 e 17ª legislaturas, além de ser presidente da província do Rio de Janeiro entre 1882 e 1883. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol I. p. 409.

Gabriel José Rodrigues dos Santos. Nasceu em 1/04/1816 em São Paulo onde também faleceu em 23/05/1858. Doutor em ciências sociais e jurídicas foi professor substituto na faculdade de direito de São Paulo Foi deputado provincial em várias legislaturas desde 1837 e geral nas de 1845 a 1848 e na de 1857 que não concluiu. Liberal exaltado, envolveu-se na revolução de 1842 e depois

O segundo elemento foi a repetição das eleições na própria Câmara dos Deputados, neste quesito destacaram-se nomes como Carlos Carneiro de Campos, Joaquim José Pacheco, Joaquim Firmino Pereira Jorge, Joaquim Otávio Nébias e Gabriel José Rodrigues dos Santos, os dois primeiros reeleitos quatro vezes e os demais três vezes, dentro do período destacado.

---

disso renunciou à administração de duas importantes províncias: Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. III. p. 167.

João da Silva Carrão. Nasceu em Curitiba, então província de São Paulo, a 14/05/1814 e faleceu no Rio de Janeiro a 04/06/1888. Doutor em direito pela faculdade de São Paulo. Foi professor na mesma faculdade, senador do Império e do conselho do imperador. Foi deputado provincial em diversas legislaturas desde 1841 e deputado geral na 5ª legislatura, entre outras até ser escolhido Senador em 09/12/1879. Presidiu a província do Pará e foi ministro da fazenda no gabinete de 12/05/1865. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol IV. p. 48.

Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Nasceu em Santos em 1776 e faleceu em Santos em 23/02/1844. Filho de Bonifácio José de Andrada e D. Maria Bárbara da silva. Graduaou-se em matemáticas na universidade de Coimbra. Participou com seu irmão José Bonifácio em algumas excursões científicas a serviço de Portugal. Foi secretário do governo provisório de São Paulo na época dos decretos de 29 de setembro de 1821. Foi expulso do governo provisório de sua província e preso pelos regressistas do domínio lusitano. Em 04/07/1822 é chamado ao ministério da Fazenda, que depois vai ser derrubado pelos exaltados em 17/07/1823. Depois é exilado em 1823 e processado por sedição, voltou para defender-se em 1828 e fica preso na Ilha das Cobras. É absolvido do processo ainda em 1828 e posto em liberdade. É eleito para a Câmara dos Deputados por Minas Gerais de 1830 a 1833, volta por São Paulo entre 1836 a 1837 e depois de 1838 a 1841. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Coleção Brasil 500 anos. Brasília.1999. Vol II, página 22 e seguintes.

Rafael Tobias de Aguiar. Nasceu na cidade de Sorocaba a 04/10/1795 e faleceu a bordo do vapor Piratininga em direção a Santos em 07/10/1857. Filho de Antônio Francisco Aguiar e Gertrudes Eufrosina de Aguiar, seu pai era dono de uma grande fortuna naquela região. Foi oficial do exército, começou servindo no regimento de milícias na cidade de Sorocaba e subindo de posto até o cargo de coronel comandante. Consta que emprestou avultada quantia para a

Desta forma, pesquisei não só a porcentagem de deputados experientes, como quantos deles tiveram entre uma e quatro passagens pela Assembléia Legislativa Provincial. O número máximo não foi uma imposição pessoal, mas sim o número máximo de vezes que os deputados provinciais foram eleitos. Assim, encontrei as seguintes porcentagens aproximadas: 10% dos deputados eleitos para a Câmara dos Deputados tinham sido eleitos apenas uma vez para a Assembléia Provincial, um pouco menos de 30% foram eleitos duas vezes, em torno de 25% foram eleitos 3 vezes e quase 10 % foram eleitos quatro vezes.<sup>67</sup>

É preciso referir à grande quantidade de vezes em que se constatou um número proporcionalmente maior de deputados com duas ou três passagens pela Assembléia no grupo dos deputados experientes com relação aos que tinham uma ou quatro passagens. De maneira geral destacou-se o número de deputados experientes, com três passagens pela Assembléia, e em apenas uma das vezes houve um número desproporcional de deputados experientes com duas votações na Assembléia Legislativa Provincial, foi na nona legislatura, fim do período que estudei. Por curiosidade empreguei o mesmo método para a décima legislatura, momento posterior à fundação do Banco do Brasil para verificar se esse fato mostrava-se

---

fábrica de ferro de São João de Ipanema e só depois de longo tempo recebeu a quantia de volta. Envolveu-se na luta por melhoramentos nas estradas de Sorocaba e defensor da causa liberal. Entre 1831 e 1834 e depois em 1839 a 1841 foi presidente da Província de São Paulo e deputado por São Paulo na 2, 3, 6, 7, 10<sup>a</sup> legislaturas. Segundo Sisson a Estrada da maioria foi uma realização de sua presidência, que recusou a receber o ordenado e fez com que o investissem em obras públicas, na sua primeira presidência emprestou aos cofres públicos a quantia de 30:000\$000; e na segunda presidência 20:000\$000 sem exigir juros nenhum. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Coleção Brasil 500 anos. Brasília. 1999. Vol II. p. 233.

<sup>67</sup> Estes dados estão apresentados com maior detalhamento na tabela sobre a bancada paulista na Câmara dos Deputados com relação à Assembléia Legislativa Provincial na parte Anexos desta dissertação.

uma tendência ou era apenas um fenômeno isolado, o resultado apresentado esta fora da periodização utilizada no restante da dissertação e por isso não faria sentido utilizá-lo na conclusão. Os números apresentaram algumas diferenças marcantes e podem ser vistos, apenas por curiosidade, na tabela anexa a este trabalho. Outras considerações só podem ser realizadas em estudos que se preocupem em mapear essas variáveis e busquem entendê-las confrontando-as com o pano de fundo da política paulista.

## 7. Conclusão

As evidências obtidas durante a realização deste trabalho permitiram chegar a algumas conclusões sobre os temas da moeda e dos bancos entre os anos de 1840 e 1853. Os dados principais estão referidos e sintetizados em forma de tabelas anexas e facilitam uma visão do conjunto. Pretendo responder às questões que levantei na introdução e apresentar elementos que possam ser explorados em futuras pesquisas sobre os temas.

A primeira questão que levantada foi se havia alguma relação entre os projetos defendidos por metalistas e pluralistas e projetos apresentados pela divisão tradicional da historiografia entre os chamados liberais e conservadores. Como resultado da pesquisa realizada nos anais da Câmara dos Deputados foi possível perceber que os argumentos sobre a “mecânica” de funcionamento da economia, exposta pelas correntes econômicas inglesas, tiveram vigência nos discursos brasileiros. As denominações, no entanto, não foram adotadas explicitamente de maneira consciente e corriqueira. Notou-se que os deputados gerais tinham um grande conhecimento dos fatos e teorias em voga na Europa, mas não se limitaram a fazer uma simples transposição de crenças, antes buscaram se orientar pelos esquemas teóricos adaptando-os à realidade brasileira de tal forma que só o cerne dos discursos manteve alguma relação com esses esquemas. Certamente os deputados gerais não esqueceram o fato de que viviam em um país cuja produção era eminentemente agrícola, a mão-de-obra era escrava e que tais as-

pectos influenciavam toda a economia. Por outro lado, comungavam das crenças do liberalismo econômico e buscavam implantá-las na medida do possível. Outra conclusão importante é que não houve uma estrita correlação entre os preceitos metalistas e papelistas com a divisão partidária entre conservadores e liberais, nem com os projetos apresentados.

Para ir além das filiações teóricas foi preciso levantar a atividade em que os deputados estavam envolvidos e assim entender melhor as possíveis diferenças com relação a determinados interesses econômicos. Esta busca gerou um conjunto de informações que estão condensadas na tabela, com enorme destaque para os magistrados. As fontes não apresentaram muitas informações a respeito e dificilmente se referem a outras atividades que, porventura praticassem, salvo a de jornalistas. A tabulação dos dados apresentou uma participação baixíssima de indivíduos ligados diretamente ao comércio como expôs em sua fala na Câmara dos Deputados, Francisco de Paula Santos, no dia 15 de julho de 1853. Em seu pronunciamento assinalou que discursaria por ser o representante dos comerciantes na Câmara e que, portanto, deveria fazê-lo. No conjunto ele se posicionou tanto a favor do projeto de provincialização das notas, quanto do empréstimo aos bancos.

É preciso destacar a enorme dificuldade em enquadrar os políticos em outra classificação que não a de proprietário, o que não corresponde completamente à realidade. Isso ficou patente, especialmente, na leitura dos Almanques e nas classificações que estas publicações usavam.

Sobre as posições adotadas nas votações elas só puderam ser averiguadas de acordo com a exposição no discurso dos deputados uma vez que nos anais da Câmara dos Deputados não apareceu nenhuma vez a contagem discriminada dos votos, nos anais da Assembléia Legislativa provincial ela só apareceu no projeto do Banco Provincial. Os dados gerais estão apresentados na tabela indicando o dia, o fato que estava sendo votado, que poderia ser um adiamento ou um projeto, o nome do deputado, a província que



representava, o partido em que estava segundo verificado em diversas fontes, o pronome que usou ao fazer seu discurso e a página da qual constou, a variação do pronome, a quem respondeu nesse pronunciamento, as personalidades que citou e o número da página na qual iniciou seu discurso. A intenção foi facilitar a consulta rápida desses dados de maneira esquemática e simples. Portanto, como se poderá notar esta tabela indicou que não havia consenso nem mesmo dentro das bancadas, reafirmando a percepção de que a elite efetivamente não era monolítica. O conjunto dos discursos indicou que os políticos realmente se esforçavam para expor um raciocínio que fosse convincente para persuadir os deputados contrários à proposta discutida, o que demonstra que a Câmara dos Deputados estava longe de ser apenas uma instância meramente decorativa ou coadjuvante no palco das decisões políticas.

O plano discursivo, como era esperado, mostrou-se extremamente rico e cheio de infinitas oportunidades de abordagens. A metodologia adotada foi identificar o pronome pelo qual os deputados se inseriam nos debates permitindo situá-los com relação a possíveis grupos. O pronome EU apareceu quase na totalidade dos discursos pronunciados entre os anos de 1845 e 1853. Este fato indicou a predominância da expressão individual sobre as manifestações que indicassem o pertencimento a um determinado grupo político. De maneira alguma se quis afirmar a não existência dos partidos ou a diluição de seus laços na prática política do império. A intenção foi tratar de entender como o alinhamento, mesmo que não explícito, pode ser percebido nos debates. Caso se considere apenas a autodeclaração como evidência de pertencimento a um grupo a pesquisa só conseguiu encontrar uma única referência dentro do período abordado. Apenas na fala do deputado João Duarte Lisboa Serra. Mesmo esta referência, como foi visto, só foi declarada pela insistência do deputado Viriato Bandeira Duarte em classificá-lo em uma das correntes políticas.

Aparentemente, até o ano de 1850, pelo menos com relação ao debate da moeda, era um valor negativo expressar a sua posição

partidária claramente. Foi a partir de 1850 que alguns deputados passaram a orientar seus discursos pela declaração e reafirmação das posições políticas. O próprio deputado João Duarte Lisboa Serra, membro da comissão da fazenda que analisou a proposta para substituição e provincialização das notas, considerou que a moderação era a essência de sua posição, no entanto, ela não tinha transformado cabalmente suas idéias conservadoras. O discurso buscou apresentar uma conciliação de idéias e princípios quando estes estivessem ligados a questões de interesse público. Mas o que se pôde encontrar não significava a extinção dos partidos ou de uma prática apartidária, afinal o próprio deputado nesse mesmo dia classificou-se como conservador.

Abandonando a autodeclaração como a única maneira de apreender a relação de apoio notou-se que a utilização de alguns termos correlatos aos vocábulos partidários assumia por diversas vezes a função de designar grupos que se formavam em torno de posições a serem defendidas. No plano discursivo constatou-se a utilização desses termos como forma de aludir a esses apoios, ou de denunciá-los. Isso fez parte da prática política no Brasil do século XIX e constou dos debates em torno da questão do meio circulante. Além disso, é preciso ter em mente que o reforço contínuo da mensagem de apartidarismo só faz sentido em um cenário em que essas práticas partidárias existiram e que extravasaram para os discursos políticos. É importante ressaltar que o reforço às posições individuais nos discursos permite considerar uma ampla gama de articulações permitindo entender melhor as variações nas votações dos projetos e na inversão, por vezes assombrosa, das políticas públicas. Assim, as colorações partidárias sempre receberam matizes pessoais, o que podia alterar o resultado das votações com muito maior facilidade. O surgimento dos programas partidários definidos e materialmente elaborados devem ter influenciado mudanças nesta prática política sem, no entanto, apagar por completo a importância do elemento pessoal no entendimento das questões.

Do que se depreendeu dos debates na câmara os defensores da provincialização se voltaram para a defesa do argumento de que a localização do meio circulante era uma necessidade econômica na busca pelo equilíbrio monetário. Argumentaram que não se tratava de criar círculos completamente independentes e sim de restringir os giros de algumas classes de notas mantendo a circulação geral de outras garantindo assim o essencial, o valor da moeda. Em contrapartida os críticos tinham dois campos de argumentos, o primeiro era que este tipo de emissão acabaria por conduzir o país a uma fragmentação da unidade territorial, o segundo era que o projeto de simples localização da moeda não atenderia efetivamente a necessidade das diversas localidades.

Portanto, estas posições não corresponderam às divisões partidárias tais como elas têm sido usualmente retratadas pela historiografia. Como mostraram o liberal Bernardo de Souza Franco ou o conservador Joaquim José Rodrigues Torres. Enquanto este último defendeu a provincialização liberais como Souza Franco tenderam a combatê-la. Este fato permite questionar a visão clássica de conservadores como defensores da centralização e liberais defensores da descentralização. Ambos os grupos estavam comprometidos com a unidade territorial e admitiam algum grau de descentralização, de modo que suas posições não podem ser reduzidas à defesa de posições antagônicas uma vez que entendiam ser necessária a existência de um governo central forte o bastante para impor a unidade territorial e ambos compreendiam que este governo devia conviver com certo grau de autonomia provincial. Suas posições variavam, mantendo-se estas duas balizas, conforme o tema em questão. No caso do meio circulante os atores se dividiam conforme suas posições perante um debate que não era apenas brasileiro e conforme suas crenças nos instrumentos que consideravam mais adequados para preservar a unidade nacional e ao mesmo tempo promover o crescimento econômico.

A última parte do trabalho voltou-se para a província paulista, sua situação econômica, os projetos bancários e a representação

paulista. Todas as indicações apontaram para dois fatores que se tornaram obstáculos na implantação imediata de bancos na província. O primeiro deles foi a falta de uma articulação política capaz de impor o projeto de um grupo sobre o outro. Apesar de existirem dois grupos favoráveis à criação de estabelecimento bancário, tinham interesses divergentes quanto a sua gestão, quadro administrativo, etc. Deve-se considerar que a formação de uma instituição bancária, sua diretoria e seu quadro administrativo poderiam favorecer os empréstimos a quem estivesse relacionado com ele, ou seja, que pertencessem a sua rede de contatos. A luta pela aprovação do projeto também se apresentava como uma luta pela possibilidade de estabelecer uma ferramenta de financiamento que poderia ser utilizada para fins políticos já que sua criação implicaria no reforço às redes de apoio dos grupos políticos no poder, daí a importância que o crédito bancário tinha na urbe paulista. O segundo motivo foi a revolução de 1842 que esgotou parte dos recursos que poderiam participar da instituição para o fundo de reserva do banco. Dessa forma, como constatou Flávio Saes, foi só na década seguinte que esses anseios foram concretizados.

Portanto, se para os deputados gerais a preocupação com o meio circulante passava por uma depreciação no seu valor a ponto de ameaçar sua função comercial e impedir a expansão da economia, a preocupação das localidades era outra. Isso pode explicar o fato de aparecerem argumentos na Câmara sobre a falta de meio circulante em diversas praças do império, inclusive na carioca. Pode-se aventar que tais argumentos expunham uma necessidade das localidades expressa por seus respectivos representantes na Câmara dos Deputados. No caso de se considerar que em relação ao Rio de Janeiro esta reclamação não fazia sentido porque ela estava abastecida de moeda, o mesmo não se pode dizer com relação às outras regiões. Em algumas delas a solução foi formar um sistema bancário local que atendesse às suas necessidades comerciais, viabilizando a expansão econômica e facilitando o financiamento de suas produções. Esta intenção teve que se acomodar aos interesses dos diversos grupos nas pro-

víncias e foi pautada por suas lutas e disputas com relação ao domínio que teriam sobre estas instituições. No entanto, como o que estava em jogo era a reformulação do sistema monetário, os interesses provinciais tiveram que se enquadrar às políticas econômicas adotadas pelo governo. Isso se tornou cada vez mais difícil depois da década de 1850, pela adoção de medidas restritivas à implantação de novos bancos e novas emissões.

No caso paulista houve ainda a experiência da abertura de uma filial do Banco do Brasil, na primeira metade do século XIX, que foi fechada com a falência dessa instituição. Como a pesquisa indicou, os grupos provinciais se articularam para criar uma nova instituição bancária, mas desta vez organizada por eles, o que permitiria que contemplassem muito melhor seus próprios interesses e também os interesses locais. Como exposto, as lutas entre grupos e a revolta na província paulista atrasaram a implantação de um sistema bancário oficial de grande porte. Em seu lugar funcionaram as casas bancárias, instituições aparentemente de menor vulto como o Banco Gavião ou o estabelecimento do Doutor Theodoro Reichert, além das redes de crédito.

Para o estudo das redes de apoio e crédito foi fundamental o trabalho de Maria Luiza Ferreira de Oliveira. Pelo seu trabalho foi possível notar que parte da dificuldade na implantação de um sistema bancário em São Paulo esteve associada às redes de crédito pessoal bem estruturadas e baseadas nas especificidades da cidade em meados do século XIX. Uma região que ensaiava uma expansão econômica, com fortes traços urbanos, mas que ainda guardava peculiaridades como proximidade e contato entre os habitantes, o que favorecia o acompanhamento do cotidiano do devedor, a identificação de sua residência e sua pronta localização pelo credor. Não fosse somente isso, a própria estrutura monetária restritiva, em descompasso com o crescimento econômico, favoreceu a formação e manutenção das redes de apoio. O empréstimo também era uma prática social que conferia credibilidade e relevância ao prestador aos olhos da sociedade. A fragmentação dessa estru-

tura social com o crescimento de São Paulo, especialmente na expansão da economia cafeeira, desestruturou as redes de apoio e intensificou as transformações na estrutura de fornecimento de crédito. A chegada dos imigrantes, a consolidação do trabalho assalariado, entre outras mudanças eventuais na política de emissão monetária favoreceu o florescimento de um sistema bancário simultaneamente à decadência das redes de apoio.

A importância do aprendizado da prática legislativa e a inovação dos projetos debatidos na Assembléia Legislativa Paulista destacam a importância das regiões na definição das políticas nacionais. Esta importância ganha a verdadeira dimensão quando percebemos a quantidade de deputados da bancada paulista que havia passado por ele e, a menos que o caso paulista seja uma exceção à regra, torna-se necessário aprofundar regionalmente essa verificação e aplicar uma metodologia para identificar as correspondências entre as duas instâncias legislativas, como me esforcei para fazê-lo.

# Bibliografia e Fontes

## Fontes

Anais da Câmara de Deputados.

Anais da Assembléia Legislativa Provincial.

Almanack administrativo, e industrial da província de São Paulo, 1858. Organizado e redigido por Marques e Irmão. 2º ano, São Paulo. Typografia Imparcial de J. R. de Azevedo Marques. Rua do Ouvidor, nº 46. 1857.

Almanak da Província de São Paulo. 1873. Organizado e publicado por Antônio José Batista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. 1º ano. São Paulo. Typografia Americana. Largo do palácio, 2. 1873.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã.

CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional (1808-1835)*. ed. Brasília, UNB, 1983. (1ª edição é de 1893), 1ºv. 2ª.

CAVALCANTI, Amaro. *O meio circulante nacional*. Resenha e compilação chronologica de legislação e factos (1838-1866). 2º v. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1893.

MORAES, Antônio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Original de 1813. Vol 1.

- SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da província de São Paulo*. 2ª tiragem da edição comemorativa do IV centenário da Fundação de São Paulo. Livraria Martins Editora S.A.
- SÉGUIER, Jayme de. *Dicionário prático Ilustrado*. Rio de Janeiro. Administração do Jornal do Comércio. S/d.
- SILVA, João Manuel Pereira da., *Memórias do meu tempo*, Brasília, Senado Federal, 2003
- SISSON, S.A. *Galeria dos brasileiros ilustres*. Brasília. Senado Federal. 1999. Coleção Brasil 500 anos. Vol. I e II.
- SOUZA FRANCO, Bernardo de. *Os bancos do Brasil; sua História, defeitos da organização e reforma do sistema bancário*. 2ª ed. Brasília, UNB, 1984. (1ª ed. 1848).
- WEECH, Friedrich Von. *A agricultura e o comércio do Brasil no sistema colonial*. São Paulo. Martins Fontes, 1992. (original de 1828).

## **Bibliografia**

- ABREU, Eide Sandra Azevedo, *O evangelho do comércio universal: o desempenho de Tavares Bastos na liga progressista e no Partido Liberal (1861-1872)*, Tese de doutorado apresentada ao Departamento de História do IFCH-Unicamp, 2004;
- ANDRADE, Ana M<sup>a</sup> Ribeiro de. *1864: conflito entre metalistas e pluralistas*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 197 p, 1987.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2ª ed. Campinas. São Paulo. Editora Unicamp, 2004.
- CALIMAN, Auro Augusto. (Coord.) *Legislativo Paulista. Parlamentares 1835-2005*. 3ª ed., São Paulo. Assembléia Legislativa de São Paulo, 2005.



- CALÓGERAS, João Pandiá. *A política Monetária do Brasil*. São Paulo, Cia Ed. Nacional, 1960.
- CAMERON, Rondo E. “Metrópole e hinterlândia na história das finanças”. In.: *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 26, No 3 (1972).
- CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro. Difusão Européia do Livro. 1977,
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, José Murilo de. *O Teatro das sombras: a política imperial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo. Fundação editora da UNESP, 1999.
- DIAS, Carlos Alberto Ungaretti. *A gênese de São Paulo. A construção dos poderes públicos na província paulista 1835/1845*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da FFLCH. São Paulo. 1993.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo, Alameda, 2005.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. São Paulo. Abril Cultural. 1983. Coleção Os Economistas.
- DOHLNIKOFF, Mirian. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*, São Paulo, Globo, 2005.
- EICHENGREEN, Barry. *A globalização do capital. Uma história do sistema monetário internacional*. São Paulo. Ed. 34. 2000.
- ELLIS, Myram. Estudo sobre alguns tipos de transporte no Brasil Colonial. In. ELLIS JÚNIOR, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII. O ciclo do luar. O ciclo do açúcar*. Academia Paulista de Letras. 1979. Vol. 11.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*. 8ª ed. Editora Globo. Vol. 1.

- FRAGOSO, João L. R. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro(1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *História do Banco do Brasil*. vol.1 (1ª fase-1808-1835). 2ª ed., Rio de Janeiro, banco do Brasil, 1973.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na Ordem Escravocrata*. 4. ed., São Paulo, UNESP, 1997.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 17 ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1980.
- GALVÃO, Miguel Arcanjo. *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Ministério da Justiça. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 1969.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: o caso da sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866)*. São Paulo: FFLCH – USP, tese de doutoramento, 1997.
- HOBBSAWM, Eric J.. *A era das revoluções. 1789-1848*. 13ª ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “A herança colonial – sua desagregação” in HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira, Tomo II – O Brasil Monárquico, 1º vol. O Processo de Emancipação*. 2ª ed., São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Do império à República*. História geral da civilização brasileira. 4ª. Ed., São Paulo, Difel, 1985, T.II, V. 50.
- HÖRNER, Erik. *Guerra entre pares. A “revolução liberal” em São Paulo, 1838 – 1844*. Dissertação de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação da FFLCH. São Paulo. 2005.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Da Independência à Lula: Dois Séculos de Política Brasileira*. São Paulo. Augurium Editora, 2005.

- LUNA, Francisco V. e KLEIN, Herbert S. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, Edusp, 2005.
- LUNA, Francisco Vidal. “*Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX*”. *Estudos Econômicos*, 13(1):211-221, jan. – abr. 1983.
- MANIN, Bernard. *Principios del gobierno representativo*. Espanha. Alianza Editorial. 1998.
- MARTINS, Roberto B. Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1): 181-209. Jan./Abril. 1983.
- MARTINS, Roberto Borges. *Minas e o Tráfico de Escravos no Século XIX, outra Vez*. Belo Horizonte, Cedeplar/UFMG, 1994 (Texto para Discussão.)
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*, 4. ed, Rio de Janeiro, Access Editora, 1999.
- MAUA, Irineu Evangelista de Souza, Visconde de. *Autobiografia*. 3ª edição, Rio de Janeiro : Topbooks, 1998.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 5ª edição. São Paulo. Ed. Brasiliense. 1982.
- MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da Riqueza*. São Paulo, 1845-1895. São Paulo. Editora Hucitec. 2ª ed. 1990.
- MORSE, Richard M. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo, Difel, 1970.
- NOGUEIRA, Octaciano e FIRMO, João Sereno. *Parlamentares do Império*. Obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar no Brasil. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília. 1973.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. *Relações sociais e experiência da urbanização. São Paulo, 1870-1900*. Tese apresentada ao pro-

- grama de pós-graduação de História Social da Faculdade de Filosofia, letras e ciências humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor. São Paulo, junho de 2003.
- PELAEZ, Carlos Manuel e SUZIGAN, Wilson. *História Monetária do Brasil*. 2ª ed, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.
- Petrone, Maria Tereza S.. *A lavoura canavieira em São Paulo. Expansão e declínio, 1765-1851*. Difusão Européia do Livro. 1968.
- PIÑEIRO, Théó Lobarinhas. *Os Simples Comissários, Negociantes e Política no Brasil Império*. Niterói. UFF, tese de doutoramento, 2002.
- PITKIN, Hanna. *The concept of representation*. Los Angeles, University of California Press, 1967.
- RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo. Abril Cultural. 1988. Coleção Os Economistas.
- RIO, José Pires do. *A moeda Brasileira e seu perene caráter fiduciário*. Ed José Olympio. S/d.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira. Um estudo sobre o desenvolvimento do grande capital em São Paulo, 1850-1930*. São Paulo. Mimeo.1979.
- SAES, Flávio Azevedo Marques de. *Crédito e Bancos no Desenvolvimento da Economia Paulista 1850-1930*. São Paulo IPE, 1986.
- Salles Oliveira, Cecília Helena de. (Org.) *Zacarias de Góis e Vasconcelos*. São Paulo. Ed. 34. 2002. Coleção formadores do Brasil.
- SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia do século XXI*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2005.
- SANTOS, Guilherme Wanderley dos. “*A anomalia democrática: adolescência e romantismo na história política*”. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 1998, vol. 13, no. 36.
- SARTORI, Giovanni. *A teoria da representação no estado representativo moderno*. Belo Horizonte. Edições da Revista Brasileira

de Estudos Políticos, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. 1962

SAY, Jean-Baptiste. *Tratado de Economia Política*. São Paulo. Abril Cultural, 1983. Coleção Os Economistas.

SCAMMEL, W.M. *The working of the gold standard*. In Berry Eichengreen. *The Gold Standard in the theory and history*. New York; London. Methuen, 1985.

SILVA, Sérgio. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo. Alfa-Ômega. 1976.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo. Companhia das Letras, 2000.

SLENES, Robert W. “*Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: a Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX*”. *Estudos Econômicos*, 18(3):449-495, set.-dez. 1988.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo. Abril Cultural. 1983. Coleção Os Economistas, vol. 1.

SOUZA, Francisco Belisário de. *O sistema eleitoral no império*. Brasília. Senado Federal. Co-edição com a Editora da UNB. 1979. Volume 18.

SOUZA, J. Galante de. E GILL, Regina Lúcia de Lemos. *Índice de Biobibliografia Brasileira*. Enciclopédia Brasileira. Biblioteca de obras subsidiárias. Instituto Nacional do Livro. Ministério da educação e cultura. Rio de Janeiro. 1960.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: origens e desenvolvimento*. São Paulo. Hucitec/Unicamp. 2000.

VAL, Fernando Tadeu Ribeiro do. *Observações sobre a economia de David Hume*. Dissertação apresentada para a defesa de tese de doutoramento junto ao departamento da FFLCH da USP. 1993.

VIEIRA, Dorival Teixeira. *Evolução do sistema monetário brasileiro*. São Paulo : Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981.

VILAR, Pierre. *Ouro e moeda na história. 1450-1920*. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra. 1980.

# Anexos

Sessão de 12 de Julho de 1845

## 1ª Proposta

Art. 1º – O giro das notas de 5\$000 a 500\$000 será circunscrito a círculos de uma ou mais províncias, podendo o governo reunir em uma só aquelas que tiverem um porto comum para todo, ou para a maior parte de seu comércio.

Art. 2º – As notas que circularem na corte e províncias que lhe forem anexadas pelo governo, serão somente conferidas, marcadas, e outra vez emitidas na circulação; as de cada uma das outras províncias ou círculos serão substituídas por novas, que se distinguirão por carimbos particulares, que designem o círculo em que têm que girar, e por duas assinaturas de pessoas conhecidas nele residentes.

Art. 3º – As notas devem ficar distribuídas pelas províncias, ou círculos, na razão da renda geral e provincial, nelas ou neles arrecadada, guardando-se os talões das novas nas tesourarias daquelas províncias onde forem emitidas.

Art. 4º – São aplicáveis a esta operação as disposições da lei de 6 de Outubro de 1835, encarregando-se o governo de fazer o movi-

mento dos fundos particulares por meio de saques das tesourarias entre si, ou sobre o tesouro, e vice-versa, inutilizado-se logo as notas recebidas na província sacadora, e emitindo-se novas na outra, mediante o pagamento de um por cento que devem fazer as partes para o resgate e substituição do papel.

Art. 5º – Depois de feita esta operação não se fará nenhuma outra substituição de papel, que não seja gradual, na forma estabelecida nesta lei, por bilhetes realizáveis à vista, à vontade do portador, em moeda de ouro e prata, ficando o governo autorizado:

1. A estabelecer um novo sistema monetário de ouro e prata, cujo tipo e toque seja do mesmo que o atual, mas cujo peso será o seguinte, a saber: as moedas do primeiro metal serão de 5, e 2,5 oitavas as do segundo serão de 4, e 2 oitavas, sem designação de valor.
2. Estabelecer na capital do império um banco de circulação e depósito, com um fundo capital, que poderá ser elevado até 15,000 contos, por meio da venda de ações de 500\$ cada uma.

Art. 6º – Logo que seja sancionada esta lei o governo fará anunciar a venda das ações, que terá lugar pela primeira vez, por intermédio do tribunal do tesouro, ou de uma comissão de três negociantes, pelo menos, que o governo nomeará, procedendo-se à nomeação da diretoria, logo que se tenha realizado 1,500 contos em papel-moeda por venda de ações.

Art. 7º – A diretoria do banco será composta de três diretores, nomeados pelo governo, e seis eleitos pela maioria da assembléia dos acionistas, que serão avisados e convocados para esse fim pelas folhas públicas e cartas particulares.



Art. 8º – Esta nomeação, e eleição poderá ser feita em qualquer dia, mas deve ser repetida na primeira segunda-feira de janeiro do ano seguinte; e daí em diante todos os anos no mesmo dia, mas somente para a mudança de três diretores designados pela sorte, enquanto se não puder estabelecer o princípio da antiguidade, um dos nomeados pelo governo, e dois dos eleitos pelos acionistas.

Art.9º – Os diretores devem ser cidadãos brasileiros ou estrangeiros, com residência efetiva no império, acionistas do banco, que não sejam empregados de outro banco ou companhia, nem membros dos corpos legislativos do império, ou seja geral ou mesmo provincial.

Art. 10º – No caso de acontecer que alguma vez os diretores não possam ser eleitos no dia designado nesta lei, far-se-á sua eleição logo que cesse o impedimento, servindo até então os nomeados anteriormente; as vagas que se derem no intervalo das eleições serão supridas por nomeação interina dos outros diretores.

Art. 11º – Os diretores nomearão um entre si mesmo para ser o presidente da diretoria, e de entre quaisquer cidadãos hábeis os oficiais, caixeiros e serventes e quaisquer agentes que sejam necessários para o expediente do banco, marcando-lhes os ordenados que lhes parecerem razoáveis.

Art. 12º – Feita a nomeação do presidente e principais empregados, considerar-se-á constituída a companhia banco do Brasil, e como tal habilitada a possuir e administrar capitais, rendimentos e quaisquer aquisições que pelo tempo adiante venha a ter o mesmo banco com todos os poderes que em direito são concedidos a tais companhias, e até mesmo a fazer regulamentos para o seu regime interno, contanto que não sejam opostos à lei do estado.

Art. 13º – Constituído o banco pela maneira acima declarada, o governo tratará com ele o resgate e substituição de 45,000 contos

do papel circulante, em prazo que não passe vinte anos, sob as condições seguintes a saber:

1. O governo não emitirá mais papel de crédito de curso forçado.
2. O governo tomará para a nação 5,000 contos de ações do banco em prazo indefinido, dentro dos primeiros dez anos, cujos dividendos serão exclusivamente aplicados ao resgate do papel circulante, ou a seu pagamento por todo o tempo da existência do banco.
3. O governo entregará anualmente ao banco, nos mesmos dez primeiro anos de sua existência, 1,500 contos em papel, incluída a importância de seus dividendos, e o banco juntando a esta uma quantia igual que haverá por venda de ações, deduzirá do todo 500 contos, e queimará publicamente o resto, emitindo logo em seus empréstimos e descontos 2,500 contos em bilhetes realizáveis à vista em metade ouro ou prata.
4. Dos dez anos seguintes as prestações anuais do governo se elevarão a 2,000 contos, incluídos também os dividendos que o governo tiver de receber, e o banco igualmente reservará de cada dessas prestações 500 contos, queimará o resto, emitindo na circulação em seus empréstimos e descontos bilhetes iguais aos que ficam acima apontados.
5. O banco empregará todos os 500 contos anuais reservados em compra de ouro e prata, que mandará reduzir a cunhos novos na casa da moeda, e guardará em seus cofres para fundo de realização de seus bilhetes pagáveis ao portador à vista.
6. Do vigésimo ano em diante cessarão todas as prestações anuais do governo, e o banco empregará os dividendos pertencentes às ações do mesmo governo em pagamentos do que este lhe dever, ajustando no fim dos dez últimos anos a sua conta para definitiva e mútua indenização de um ao outro.

Art. 14º – O governo poderá também abonar ao banco a comissão de 1% sobre a quantia a reduzir à moeda metálica, e o mais que seja preciso empregar além dos 500 contos em papel para realizar 500 contos em moeda de ouro ou prata, nos primeiros dez anos da operação.

Art. 15º – Ficam aplicados exclusivamente ao resgate do papel-moeda, além do rendimento das ações que o governo tomar ao banco, os seguintes artigos de renda, a saber:

1. Produto das loterias que se puderem vender no império, além das já concedidas, compreendendo-se nele não só as imposições atuais, como também a parte que toca aos concessionários.
2. O produto da venda dos próprios nacionais desnecessários ao serviço, assim como do imposto do ouro, e quaisquer objetos minerais, inclusive o rendimento que houverem de dar os terrenos diamantinos.
3. O produto de 3% deduzidos dos dividendos do banco, do exclusivo das cartas de jogar, e de quaisquer imposições que houver de estabelecer-se para o futuro sobre o consumo e fabrico do tabaco dentro do país.

Art. 16º - Se a renda acima indicada não chegar a 1500 contos nos dez primeiros anos, e a 2000 contos nos dez anos seguintes, serão estas prestações preenchidas por uma consignação anual da lei do orçamento.

Art. 17º - Nenhuma autoridade, por nenhum motivo, e debaixo de qualquer pretexto poderá lançar mão dos fundos destinados ao resgate de papel no banco; e o banco não consentirá em alguma transação que embarace ou demore o resgate, sob pena de restrita responsabilidade.

Art. 18º - Logo que o banco principiar a fazer a emissão de seus bilhetes, nenhum pagamento se poderá mais fazer nas repartições públicas de receita ou despesa do império, sem que nele entre em bilhetes do banco, ou moeda de ouro e prata, no primeiro ano 1/20; no segundo 2/20; no terceiro 3/20; e assim por diante até 20/20, mandando o governo receber, e emitir nas mesmas repartições, a oitava de ouro de 22 quilates por 4\$, e a oitava de prata de 11 dinheiros por 250\$. O governo nos primeiros anos, e principalmente nas províncias remotas da corte, poderá autorizar a entrada e saída dessa quota também em papel com o ágio que correr, ou que ele marcar no princípio de cada ano financeiro.

Art. 19º - Serão regras fundamentais para o banco, as seguintes, a saber:

1. Nenhum acionista terá o direito de votar sem que tenha de 5 ações para cima; e nenhum terá mais de 10 votos, seja qual for o número de suas ações.
2. Nenhuma procuração passada a mais de 6 meses, ou por acionista que não resida no império, ou qualquer empregado do banco será válida; nenhum procurador poderá representar mais de 300 ações, nem recusar-se a exhibir a sua procuração, e jurar que está persuadido de que seu constituinte é *bona fide* senhor de suas ações, sendo-lhe isso exigido por algum acionista no ato de votar.
3. Serão nulos todos os contratos relativos a ações do banco, que não estejam inteiramente pagas, ou feitos por pessoas que não estejam inscritas no livro do banco, e nenhuma ação dará direito de votar ou de receber dividendo, não sendo possuída 150 dias antes do dia do pagamento do dividendo, salvo tendo sido comprada antes da primeira eleição.

4. Para que a diretoria possa deliberar sobre quaisquer transações, é indispensável a assistência de 5 membros, compreendido o presidente, que será sempre um deles, ou outro qualquer diretor que suas vezes fizer, por nomeação assinada pelo mesmo presidente, nos casos de moléstia, ou outro qualquer impedimento.
5. Sessenta acionistas que juntamente possuam 1000 ou mais de 1000 ações, poderão em qualquer tempo convocar uma reunião geral de acionistas para fins relativos ao bem da instituição, declarando por suas folhas públicas o objeto da convocação pelo menos 3 meses antes dela.
6. Cada caixeiro, ou tesoureiro do banco antes de entrar em exercício de seu lugar, dará fiança de 50:000\$, pelo menos, abonada com duas ou mais assinaturas, que sejam da aprovação dos diretores, a qual sirva de garante a seu bom comportamento, e fiel desempenho de seus deveres na corporação.
7. A corporação não poderá possuir prédios, além dos necessários para sua acomodação, e bom expediente de seus negócios, ou os que lhe houverem sido hipotecados, ou forem por ela adquiridos, em satisfação de dívidas anteriormente contraídas no curso de suas transações, ou adjudicadas em hasta pública, em consequência de sentenças alcançadas pelas sobreditas dívidas.
8. A corporação não poderá direta, ou indiretamente negociar em coisa algumas, que não seja letras de câmbio, ouro, ou prata em barra, pinha, ou moeda, diamantes, ou gêneros e terras havidas em execução, ou tomadas *bona fide* em pagamentos de dívidas ou mercadorias que sejam produtos de suas terras e bens; ela não poderá comprar dívidas públicas, nem receberá de prêmio de seus empréstimos e descontos mais de 9% ao ano.
9. A corporação não poderá fazer empréstimos ao governo geral, e aos governos provinciais com um prazo maior de 180 dias, e

nem em quantias tais que alterem as relações estabelecidas nesta lei entre seus fundos e realização, e sua emissões.

10. As letras ou notas emitidas por ordem da dita corporação, assinadas pelo presidente, contra assinadas pelo primeiro caixa, ou tesoureiro dela, prometendo pagamento a qualquer pessoa ou pessoas, ou à sua ordem, ou ao portador, ainda que não tragam o sinal da corporação, serão obrigatórias para a mesma, como se fossem emitidas por cada um de seus membros em sua capacidade particular; as que forem pagáveis ao portador serão transferíveis por entrega. As letras e notas assim emitidas pela dita corporação serão pagáveis à vista.
11. Uma vez que em cada ano, os diretores apresentarão aos acionistas em reunião geral ou pública para a sua informação, uma exata demonstração das dívidas que permanecerem não pagas, depois de vencido o prazo original, assim como um quadro de todas as suas transações e seus lucros depois de abatidas as perdas, se as houverem.
12. Os diretores estabelecerão uma caixa de desconto e depósito nas províncias em que lhes for ordenado pela assembléia geral legislativa, sobre representação da assembléia provincial, mostrando-se que a província possui, ou está pronta a tomar em ações pelo menos a terça parte do papel em circulação nela. Fora deste caso os diretores as estabelecerão onde quiserem, dando a umas e a outras regulamento, e nomeando-lhes de um a três diretores amovíveis, quando lhe parecer convenientes.
13. O inspetor geral do tesouro pode exigir todas as semanas informações a respeito do estado do banco; pode inspecionar ou mandar inspecionar todos os livros, papéis, contas, inclusive a dos dividendos. O estado do banco será publicado mensalmente do modo por que o ordenar o ministro da fazenda. O banco será aberto a plena e irrestrita inspeção de uma comissão de qualquer das câmaras legislativas, a uma comissão de

acionistas, e a todos e a cada um dos diretores do banco. Também o ministro da fazenda, ou uma comissão de qualquer das câmaras, ou qualquer pessoa por uma ou outra autorizada, poderá mandar notificar e inquirir, debaixo de juramento, a todos os diretores, oficiais, caixeiros, agentes, etc., do banco sobre qualquer objeto a ele relativo, e suas transações, e aquele que desobedecer pagará 100\$000 de multa.

14. Nenhum papel será descontado, e nenhum empréstimo feito por mais de 180 dias, e nenhum escrito, letra, dívida, ou prova de dívida de qualquer natureza será renovada por algum contrato do dito banco depois de ter expirado o tempo por que fora negociada.
15. O banco não pagará com notas de outro banco, nem com cousas que não sejam de cunhos legais, barras, bilhetes do tesouro, papel-moeda ou notas próprias.
16. As notas que tiverem de circular como moeda serão preparadas no banco central, assinadas como fica dito, e pagáveis na casa do banco da corte, ou em alguma de suas agencias de desconto e depósito, quando entregues em liquidação, ou pagamento de dívida por balanço.
17. As notas e letras da dita corporação, ainda que pagáveis em lugar certo, serão contudo recebidas em qualquer de suas agências de desconto e depósito, quando entregues em liquidação, ou pagamento de dívida por balanço.
18. O banco não poderá emprestar dinheiro a oficial ou agente seu, e nem descontará escrito ou letra em que algum ou alguns deles sejam sacadores, endossadores, aceitantes, ou parte, de qualquer modo; esta disposição não compreende os diretores, salvo quando servirem de oficial ou agente assalariado da casa.

Art. 20º – A corporação do banco não poderá dever mais de outro tanto do que tiver em papel-moeda, bilhetes do tesouro, penhores

de ouro e prata, metais preciosos amoedados, assim como apólices da dívida pública, ou bens de raiz hipotecados, tomados por metade de seus valores, nem descontará letra, ou de outro modo estenderá seus empréstimos, quando suas notas excederem cinco vezes à importância das espécies metálicas depositadas em seus cofres, sob pena de ficarem responsáveis em sua capacidade particular, juntamente com o banco, os diretores que, estando presentes quando se verificou o excesso da dívida, não derem logo parte ao governo e aos acionistas convocados a uma reunião geral.

Art. 21º – Os dividendos anuais do banco serão pagos a semestres vencidos, deduzindo-se dos mesmos, além de 3 por cento aplicados no art. 15 § 3º ao resgate e substituição do papel circulante, mais 2 por cento para formar um fundo de reserva que será também empregado em empréstimos e descontos em favor dos acionistas.

Art. 22º – O banco depositará em suas caixas ou moverá de um lugar para outro os fundos do governo, distribuindo-os aos credores do estado, à vista de cheques dos tesoureiros gerais do tesouro ou das províncias, quando o governo assim o mandar; não recebendo por essas operações comissão alguma, ou diferenças de câmbio.

Art. 23º – Por qualquer demora que tiver o banco em fazer seus pagamentos, poderá a parte haver dele 12 por cento de prêmio pela mora, salvo caso extraordinário que ameace a existência do banco, precedendo representação e resolução de S. M. Imperial em conselho por tempo limitado.

Art. 24º – O banco durará por trinta anos, e por mais dois anos para a sua liquidação e ajustamento de contas, e por todo este tempo gozará dos direitos acima estabelecidos, e dos privilégios seguintes, a saber:

1º. As ações do banco terão os mesmos privilégios, que tiverem ou vierem a ter as apólices da dívida pública.



- 2º. O banco será isento de pagar direitos de entrada de todo e qualquer papel de crédito que mandar vir para seu uso, ou maquinas para estampa-los.
- 3º. Os empregados do banco, em qualquer parte do império, serão isentos de todo o serviço militar, ou seja da guarda nacional ou seja do exército ou marinha.
- 4º. O governo fará ensaiar, contratar ou cunhar gratuitamente moeda na casa da moeda todo ouro e prata que a ela for remetido por parte do banco para qualquer desses fins.
- 5º. O governo dará em qualquer tempo e lugar, dentro do império, todo o auxílio de força armada que seja preciso para segurança dos fundos da companhia, fazendo também gratuitamente o transporte nos vasos de guerra da nação ou nos barcos de vapor das companhias com quem tiver contrato.
- 6º. O governo preferirá o banco, tanto por tanto, a qualquer pessoa no desconto de letras, bilhetes e remessas de fundos para fora do país, e quaisquer outras operações que lhe seja lícito tomar para si.
- 7º. O governo fará guardar e escriturar na casa do estabelecimento da companhia ou de suas filiais e agências nas províncias, o livro das hipotecas, mandado criar pela lei de 21 de outubro de 1843.

Art. 25º – Todas as condições do contrato figurado nesta lei, poderão sofrer aquelas modificações que a companhia contratante proposer, e o governo achar dignas de serem adotadas, contanto que se consiga dentro do espaço de 20 anos o resgate e substituição do papel circulante por outro inteiramente realizável em moeda de ouro e prata, à vontade do portador, ficando porém dependente da aprovação do corpo legislativo aqueles que tiverem por fim aumentar a despesa.

Art. 26º – Não sendo possível organizar-se uma só companhia nacional que se encarregue do resgate em todo o império, o governo poderá tentar estabelecimentos semelhantes em algumas províncias ou círculos de províncias, distribuindo por eles em proporção, da parte do resgate que tomar sobre si, não só os fundos destinados para compra de ações como também os fundos destinados às consignações anuais.

Art. 27º – Os fabricantes de moeda falsa ou notas, cautelas, cédulas e papéis fiduciários da nação ou do banco, de qualquer denominação que seja, serão punidos com galés perpétuas na ilha de Fernando ou nos arsenais de guerra e marinha das províncias em que tiverem sido processados, além das multas estabelecidas no código criminal.

Art. 28º – Os introdutores da moeda ou papel fiduciário falso, serão punidos com galés por 10 a 20 anos, além da multa.

Art. 29º – Os que emprestarem ou alugarem casas aos falsificadores para nelas se estabelecer o fabrico, e os que de qualquer modo derem aos falsificadores, introdutores de tal moeda ou papéis, ajuda ou favor para se lhes facilitar a perpetração do delito, ou a ocultação dele, ou para a fuga dos delinquentes, quando houverem sido descobertos e denunciados, serão punidos como cúmplices.

Art. 30º – Serão juízes privativos, mas com jurisdição cumulativa, para conhecer deste delito, e formarem culpa aos delinquentes, o chefe de polícia e os juízes de direito de todas as comarcas da província em que tiverem aparecido as moedas ou papel falso.

Art. 31º – Poderão ao mesmo tempo formar-se dois ou mais processos em diferentes comarcas de uma província pelo mesmo crime; os juízes de direito porém que tiverem formado os processos, depois de concluídos, com pronúncia ou sem ela, se não tiverem sido descobertos os delinquentes, os remeterão ao chefe de polícia

da província, o qual, reunindo todos em um só, com todas as mais diligencias e averiguações a que tiver procedido, decidirá como for de direito sobre a formação da culpa.

Art. 32º – Nos processos que formarem os referidos juízes poderão inquirir, sem limitação de número, todas as testemunhas de que tiverem notícia, e lhes forem indicadas pelo promotor público e quaisquer pessoas, e poderão demorar a conclusão do processo até 30 dias.

Art. 33º – Se a o (sic) governo parecer conveniente poderá nomear um desembargador ou qualquer magistrado para o processo deste delito, em qualquer província, nomeando-lhe também um escrivão especial, com faculdade de proceder a esta diligência assim na capital da província, como em qualquer comarca e distritos dela, onde lhe parecer conveniente.

Art. 34º – Terminado o processo da formação da culpa será imediatamente submetido ao júri da capital, se estiver em exercício; e este se ocupará do mesmo processo com preferência a qualquer outro, e quando o júri não estiver em exercício se convocará um extraordinário e especial para o caso.

Art. 35º – Ficam revogadas todas as leis e resoluções em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de Julho de 1845 – Manoel Alves Branco. (Sessão de 12 de Julho de 1845)

Parecer da Comissão do orçamento apresentado à Câmara em 29/07/1845.

A 1ª comissão do orçamento, à quem foi incumbido dar parecer sobre a proposta do governo para melhoramento do meio circulante, compenetrando-se desde logo da importância e grande dificuldade da matéria, e as viu principalmente da divergência de opiniões e arbítrios lembrados, já sobre a base do sistema, já sobre seu desenvolvimento e parte secundárias, divergências que, sendo geral nos entendedores não pode dela estar isenta a própria comissão.

E resultado desta vacilação da opinião sobre a melhor operação para melhoramento do meio circulante, que provém principalmente da suma transcendência do objeto, e seus graves efeitos sobre a prosperidade do país, que cada entendedor se afeire às suas próprias idéias sobre a mais favorável operação, e não ceda senão talvez à demonstração evidente das vantagens de qualquer outra medida, superando neste caso o maior interesse individual e público, os hábitos ordinários de inteira confiança no saber, e esforços dos cidadãos reconhecidos como primeiras notabilidades financeiras do império.

Neste estado da opinião pública a este respeito, e suma vantagem, se não urgente necessidade de lhe fazer primeiro aceitar, e populares as vantagens da proposta do governo, ou de qualquer outra operação, que lhe possa ser substituída, entende a comissão, que só a discussão mais aprofundada da matéria, tendo por base as idéias da proposta do governo, pode dominar a opinião, tornar reconhecido o delicado e melindroso da situação do país, e convencer plenamente, que só operação em que se aliem os interesses do tesouro com os dos atuais possuidores de notas circulantes pode obviar as insuperáveis dificuldades que virão às finanças públicas. Qualquer outra operação de resgate gravoso ao estado, seria por esse mesmo fato prejudicialíssima a todos, e especialmente aos capitalistas, mais que os outros, interessados na solvabilidade do tesouro público, e na fixação do valor do meio circulante, e estabilidade das fortunas.

É fora de dúvida para a comissão que não tendo os atuais possuidores em as notas circulantes do tesouro se não o uso de um

capital limitado ao crédito do dia, e segundo o valor depreciado de cerca de 62 por cento do padrão monetário, e com este uso a mais remota e irrealizável de todas as esperanças de que possam vir as notas a serem resgatadas pelo valor nelas designado, não existe da parte do tesouro obrigação restrita de trocar por um valor fixo, superior em muito ao da atualidade, bilhetes de crédito, emitidos em diferentes épocas, com valores muito desiguais, e os quais não tem trazido aos possuidores atuais direito a uma soma em metal igual à que é neles designada; porém à última com que tem percorrido milhares de mãos e vieram recair nas suas.

Toda e qualquer pretensão a resgate das notas com outro valor em metal, que não seja o da atualidade, obstará a possibilidade de medidas que tendam a fixar o valor das notas, a impedir que o façam decrescer as necessidades do tesouro, e mais ainda a sortida especulação dos falsificadores, e assegurar a fortuna pública e individual contra a queda progressiva em que se desempenham. E estas vantagens, que interessam geralmente a todos, tocaram especialmente aos possuidores de notas circulantes, a quem pode trazer a operação vantagens mais reais, que a esperança illusória de um resgate ao par.

São tais os gravames que se antolham a comissão poderem resultar para o tesouro público de qualquer operação, no sentido de dar às notas circulantes valor superior ao do mercado, e com que giram há já anos que lhe parece se não poder prescindir da aprovação desta base do resgate, para dela partir-se a entrar em seu desenvolvimento. E julga poder até esperar, que bem dirigida a operação, antes diminua do que aumente esta parte da dívida pública.

Consiste a operação proposta pelo governo na autorização de medidas para a criação de um ou mais bancos, ou contrato com o atualmente estabelecido nesta corte do império, a que se cometerá a substituição imediata das notas circulantes por outras, cujo círculo seja limitado a algumas províncias do império, e no resgate gradual destas mesmas notas, que dentro de 20 anos serão recolhidas, queimadas e substituídas por igual soma de notas do banco, realizáveis à

vista em ouro ou prata no valor de 4\$ a oitava do ouro, e de 250 réis a da prata. E é este o valor fixo, que tenta dar ao papel atual, e que como dissemos está na razão de 62 por cento do nominal.

A três se podem reduzir as condições da fixação deste valor: 1<sup>a</sup>, a provincialização das notas, que as torna menos sujeitas à falsificação; 2<sup>a</sup>, a promessa em contrato de não emitir o governo mais papel de curso forçado; 3<sup>a</sup> a realização em metal das notas substitutivas do banco, assegurada pelo fundo de reserva que se estabelece, e garantida com as medidas tomadas para sujeitar as operações de banco, ou bancos à falsificação do governo, dos interessados, e de todo o país. E facultando a criação de bancos provinciais, filiais ou não, dos da corte, facilita o resgate das notas com a cooperação de fundos existentes nas províncias, e chamando a socorro do tesouro os interesses dos habitantes de todo o império.

Os fundos a empregar no resgate do papel são, nos primeiros dez anos da operação, a quantia anual de 1,500:000\$ fornecida pelo tesouro ao banco, e outro igual prestada por este. São 3,000:000\$, dos quais o banco queima 2,500:000\$, e os substitui por igual quantia em notas de sua emissão, e com os 500:000\$ restantes, e o mais que for preciso, compra anualmente 500:000\$ de prata, ou ouro, que cunhados gratuitamente pela casa da moeda, formará o fundo de reserva para a realização do papel do banco.

Deste modo estarão em dez anos queimados 25,000:000\$ do papel circulante, e substituídos por igual quantia em notas do banco, realizáveis em metal á vista. Nos seguintes dez anos, elevada a prestação do governo a 2,500:000\$ anuais, e feita operação igual à descrita, serão substituídas as notas circulantes todas do governo, ficando em seu lugar as do banco.

Consagrado o princípio do resgate pelo preço atual do mercado, ou como dizem os financeiros modernos, consagrado em lei o fato, adota a comissão a provincialização prévia das notas circulantes como meio de auxiliar de lhes dificultar falsificação, até que novas garantias lhe dêem a respeito os interesses de todo o público, acionistas do banco, ou bancos; admite a criação destes, ou contrato

com o atual, e sua elevação de fundos, como meio necessário para a realização da operação, e para dar as notas a garantia que lhes provém do troco em metal; e conta muito em que na cessão do direito de emitir notas de giro forçado, recebíveis nas estações públicas, encontre o tesouro meios de fazer também contribuir o banco, ou bancos para que se faça a operação com menos ônus para o tesouro público. É mais um meio de diminuir os encargos da operação, os quais se fossem sobremodo pesados viriam anular as vantagens, que traz ao estado tesouro solvável, e pouco exigente.

A comissão reconheceu que há emendas a propor a diversos artigos da proposta, e já ouviu sobre algumas ao Sr. Ministro da fazenda com quem ficou de acordo; porém está convencida de que as pode com mais resultado prático apresentar durante a discussão e depois de aproveitadas as luzes do debate. Podendo com tudo convir que se designe os tópicos principais sobre que versão as emendas, cumpre-lhe declarar:

Que julga necessária a declaração em leis dos círculos em que se dividirá o império para a circulação restrita de suas notas, e das provinciais, que os devem compor.

Que para a alteração da relação entre o ouro e a prata, se procurem novos esclarecimentos, à vista dos quais ela pareça indispensável.

Que as notas de 1 e 5\$ sejam das primeiras substituídas por notas do banco, e se designe o mínimo valor das notas que este emitirá.

Que na criação do novo banco, ou bancos, ou contrato com o atual, se atendam às dificuldades da criação, e sustentação destes estabelecimentos no império para se modificarem as condições, que lhes impõem a proposta.

Que para garantia o banco, ou os bancos, contra a possibilidade de fazerem ponto nos 1º e 2º ano de sua criação, esgotado o fundo de reserva por corridas calculadas, ou mesmo forçadas pelas circunstâncias, se limite durante esse tempo à obrigação da realização de suas notas em metal.

À vista do exposto é a comissão de parecer que se converta em projeto de lei a proposta do governo.

Paço da Câmara dos Deputados 29 de julho de 1845. Souza Franco.-  
J. Antão.



Proposta do deputado Saturnino de Souza e Oliveira apresentada no dia 29 de Julho de 1845. Páginas de 335 até 339.

“A assembléia geral legislativa decreta:

Art. 1º. O giro das notas de 5\$ até 100\$ inclusive, será circunscrito a cinco diferentes círculos, em que fica dividido o império, na forma seguinte:

§1º. O primeiro círculo se formará do município neutro, e das províncias do Rio de Janeiro, S. Paulo, Minas, Espírito Santo, Goiás e Mato Grosso.

§2º. O 2º círculo se formará das províncias do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

§3º. O 3º círculo se formará das províncias da Bahia e Sergipe.

§4º. O 4º círculo se formará das províncias de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

§5º. O 5º círculo se formará das províncias do Maranhão, Piauí e Pará.

§6º. Serão capitais de cada círculo, as capitais das províncias que vão mencionadas em primeiro lugar para a formação deles.

§7º. As novas notas, que o governo mandar vir para esta substituição, terão três talões, que serão guardados um na caixa de amortização, outro na tesouraria da província, capital do seu respectivo círculo, e outro na tesouraria da província, onde forem dadas em substituição.

§8º. O governo poderá empregar nesta substituição, somente no 1º círculo, as notas do padrão atual que existem por emitir, pondo-lhes no verso um carimbo que designe:

1º. O número do círculo.

2º. O número da província capital do círculo, e seguidamente as das províncias, de que ele se compõe.

§9º. A carimbagem se fará na corte, e somente nela, e na província do Rio de Janeiro, estas notas serão dadas na substituição das atuais.

§10º. As disposições da lei n.53 de 6 de Outubro de 1835, relativas à substituição do papel então circulante, contidas nos arts. 2º, 3º, 5º, 6º e 12º, dela serão aplicadas a esta substituição, com as seguintes alterações:

1º. O prazo que se marcar para a substituição nas províncias e na corte, é fixado em um ano: o governo empregará as diligencias necessárias para que ele corra simultaneamente em todo o império, ou o mais aproximadamente que for possível; findo este prazo, em todas as províncias, o governo marcará um novo prazo de seis meses para continuar a substituição somente na corte sem desconto algum.

2º. Findo o novo prazo de seis meses, continuará a substituição na corte com o abatimento de 10 por cento no mês imediato que se seguir, ficando sem valor no fim de dez meses.

§11º. Para a prontificação e distribuição das novas notas, o governo tomará por base a proporção da renda geral e provincial arrecadada em cada círculo e província, tomando contudo as providências afim de que não falem notas provinciais, para que dentro do ano se substituam todas as que forem apresentadas à substituição nas tesourarias dos círculos em que se acharem.

§12º. As novas notas de circulação limitada receberão duas assinaturas de pessoas residentes nos respectivos círculos, e geralmente conhecida, e demais a rubrica do inspetor da tesouraria da província em que forem dadas em substituição das atuais e as que forem dadas na corte receberão a rubrica do inspetor geral do tesouro.

Art.2º. O governo é autorizado a contratar com o banco comercial o resgate e substituição do papel-moeda em circulação, debaixo das seguintes bases:

1º. O capital da banco será elevado a 16,000:000\$ em 32,000 ações de 500\$ cada uma.

2º. O governo subscreverá por 4,000:000\$ que garantirá com apólices da dívida pública interna, ou externa, contadas por dois terços do valor nominal que representarem.

3º. As ações restantes serão subscritas por quem as quiser tomar, dando-se preferência aos acionistas atuais, até o triplo das que já possuírem, e as entradas se farão em moeda corrente, ou metade em moeda corrente e metade em apólices da dívida interna ou externa, contadas por dois terços do valor que representarem.

4º. Estas apólices também serão transferidas ao banco, que de todas poderá dispor por sorteio de números, quando lhe for indispensável fazê-lo, vendendo-as ao preço do mercado, e restituindo aos acionistas que as tiverem transferido, o que sobrar do preço porque as tiver recebido. Antes porém de pôr à venda as apólices sorteadas, avisará aos acionistas transferentes que no prazo que o banco determinar, e nunca menor de cinco dias, terão a faculdade de as retirar, dando, dando o importe que estavam representando, e a mesma faculdade terão quando queiram retirá-los independente de aviso do banco.

5º. Os dividendos das apólices transferidas ao banco, pertencerão a quem as tiver transferido, mas serão cobrados pelo banco, que perceberá a comissão de meio por cento.

6º. As entradas se farão em quatro pagamentos, o 1º logo que a direção do banco o exigir, e as outras a 6, 12 e 18 meses da data da subscrição. Os acionistas que quiserem poderão antecipar as suas entradas.

7º. O banco dará dividendos somente às ações de cujo importe tiver estado de posse 150 dias; qualquer prazo de tempo menor nada vencerá; os dividendos serão feitos de seis em seis meses.

8º. A comissão de exame, até agora anual, se tornará semestral, e dará publicidade pela imprensa do resultado de seus trabalhos. O governo lhe anexará por parte do tesouro dois comissários, que lhe serão membros ativos da comissão, em todos os seus exames e averiguações, terão voto nas deliberações dela, assinarão os respectivos relatórios, e votarão com 10 votos cada um nas assembleias gerais que houver.

9º. A direção do banco será elevada a 10 membros, que por escolha que entre si façam, se dividirão duas juntas de 5; destas uma

terá a seu cargo tudo quanto for do expediente relativo à substituição das notas circulantes, e à emissão de bilhetes, e a outra tudo quanto for do expediente dos mais negócios do banco; mas somente estando reunidos os 10 membros, ou a maioria desse número, formarão direção do banco, e poderão tomar deliberações sobre o aumento de suas emissões, e sobretudo o mais que não for de mero expediente.

10°. Cada ano haverá eleição de dois diretores, e a sorte (enquanto se não estabelecer a antiguidade) designará um membro de cada junta para ser renovado ou reeleito.

11°. O banco não comprará por sua conta fundos públicos internos, mas poderá comprar fundos públicos nacionais externos.

12°. Logo que o câmbio com a Inglaterra chegar a 40 dinheiros por 1\$, os fundos públicos nacionais externos, que o banco possuir, serão convertidos em fundos públicos internos ao mesmo juro dos externos, e no entanto estes juros serão pagos ao banco no Rio de Janeiro ao câmbio do dia do vencimento.

13°. Dentro do 1º trimestre do 1º ano, contando da data do contrato, o governo entregará ao banco 1,500:000\$ em papel circulante, os quais o banco deverá logo reduzir a moeda metálica de ouro e prata do padrão do império, que depositará em seus cofres; outra igual quantia lhe entregará no 1º trimestre do 2º ano, e outra no 1º trimestre do 3º ano, as quais terão o mesmo destino que a primeira.

14°. Durante o 1º ano, depois da data do contrato, o banco deverá emitir na circulação 6,000:000\$ em letras, ou bilhetes seus não menores de 50\$, que serão realizáveis à vista, à vontade do portador, no tempo, e pelo modo que abaixo se declara, e deverão substituir na circulação outros 6,000 de papel circulante do governo, que serão entregues pelo banco à caixa de amortização, e nela queimados publicamente; os bilhetes do banco serão recebidos nas estações públicas como moeda corrente.

15°. Desde o 1º dia do 7º mês do 3º ano, contando da data do contrato, o banco será obrigado a pagar os seus bilhetes à vista, à vontade do portador, em moeda de ouro e prata por espaço de um ano na razão de 4\$500 por oitava de ouro, e de 288 réis por oitava de prata, e nos anos sucessivos com abatimento de 100 réis em cada ano, em oitava de ouro, e o correspondente na oitava de prata, até chegar ao padrão monetário do império, na forma seguinte:

	Oitava de ouro	Oitava de prata
1º ano	4\$500	288 rs
2º ano	4\$400	282 rs
3º ano	4\$300	276 rs
4º ano	4\$200	269 rs
5º ano	4\$100	262 rs
6º ano	4\$000	256 rs
7º ano	3\$900	250 rs
8º ano	3\$800	244 rs
9º ano	3\$700	237 rs
10º ano	3\$600	230 rs
11º ano	3\$500	224 rs
12º ano	3\$400	218 rs
13º ano	3\$300	212 rs
14º ano	3\$200	205 rs
15º ano	3\$100	198 rs
16º ano	3\$000	192 rs
17º ano	2\$900	186 rs
18º ano	2\$800	180 rs
19º ano	2\$700	173 rs
20º ano	2\$600	166 rs
21º ano	2\$500	160 rs

Se no tempo em que deve começar a realização, o preço do ouro no mercado for menor, o governo, de acordo com o banco, poderá determinar que a realização principie pelo preço do 2º, 3º, ou seguinte grau desta escala, conforme o preço do mercado.

16º. Do 4º ano em diante, contado da data do contrato, o governo continuará a entregar no banco em prestações os mesmos 1,500 contos anuais em papel circulante para serem reduzidos a moeda de ouro e prata, e depositados em seus cofres, podendo esta entrega ser feita na mesma moeda na razão em que o banco realizar os bilhetes conforme a base antecedente, e o banco entregará no terceiro trimestre de cada ano do contrato outros 1,500 contos em papel circulante à caixa de amortização para serem queimados publicamente. Esta disposição continuará até a completa extinção do papel do governo, que houver na circulação. Se porém o Poder Legislativo entender aplicar maiores quantias para mais pronta extinção do mesmo papel, poderá mandar queimar o excesso, que aplicar, independente da entrega dele ao banco, sem que isso obste o contrato com o mesmo banco para o resgate e substituição do papel circulante.

17º. Por conta das consignações de 1,500 contos anuais, o banco receberá todos os meses diretamente do tesoureiro da alfândega da corte o produto dos impostos com aplicação especial, que nela se arrecadem, e escriturem nos termos do decreto de 12 de Agosto de 1844, e mais receberá de si mesmo a importância do dividendo das 8,000 ações do governo, e no fim do ano o que faltar o governo pagará em suas letras a 2 e 4 meses.

18º. Logo que principie a ter lugar a realização dos bilhetes do banco na forma da base 15, e nos primeiros três anos, poderá o banco aumentar suas emissões até o duplo dos fundos de realização, que tiver depositados em cofres contados segundo a escala dada na mesma base, e depois até o triplo, sendo responsáveis por seus haveres particulares os diretores que excederem esta proporção. De três em três meses o banco publicará pelos jornais a importância de seus bilhetes e circulação, e a importância dos fundos de realização existentes em seus cofres.

19º. Enquanto o banco realizar seus bilhetes na razão de 4\$500 até 4\$100 por oitava de ouro amoadado, em todos os pagamentos públicos ou particulares deverá entrar 1/10 em bilhetes do banco, ou em moeda de ouro ou em prata, na mesma razão da realização destes quando os realizar na razão de 4\$ até 3\$600, deverão entrar 2/10; quando os realizar na razão de 3\$500 até 3\$100, deverão entrar 3/10; quando os realizar na razão de 3\$000 até 2\$600, deverão entrar 4/10, quando os realizar na razão de 2\$500 deverão entrar 5/10 pelo menos, até que pela completa extinção do atual papel moeda em circulação todos os pagamentos se façam em moeda de ouro ou prata do padrão do império, ou em bilhetes de banco realizáveis à vista, à vontade do portador. O governo tomará as providências para que nas queimas do papel circulante que se fizer na caixa de amortização, depois que o banco principiar a realizar os seus bilhetes, entre uma parte tal de moedas de 1\$ e de 2\$, que logo nos primeiros anos possam estas ser retiradas de circulação.

20º. Quem não tiver moeda de ouro ou prata, ou bilhetes do banco para satisfazer as décimas devidas, conforme a base antecedente, pagará além do importe que dever mais o prêmio porque correr a moeda de ouro, na parte que tiver de dar em moeda de ouro, ou prata esta disposição só terá lugar nas províncias, e os presidentes delas, de acordo com os inspetores das tesourarias, de seis em seis meses, marcarão o ágio com que tais pagamentos poderão ser admitidos nas estações públicas, e que regulará também para os particulares O governo, porém poderá fazer cessar esta faculdade no fim de três anos anunciando a cessação, com um ano de antecedência.

Art.3º. O banco, de acordo com o governo, poderá estabelecer tantas caixas filiais nas províncias, quanto são os círculos em que o império é dividido por esta lei, e para o estabelecimento década uma celebrará novo contrato com o governo, no qual, além das bases que ficarão declaradas no artigo antecedente, se acrescentará o seguinte:

§1º. O fundo de realização, que deverá ter em seus cofres na caixa filial, quando esta for instalada, e o máximo de emissões, que poderá fazer, de bilhetes pagáveis na mesma caixa.

§2º. Os bilhetes do banco pagáveis nas caixas filiais serão realizáveis por moeda de ouro ou prata na mesma razão que os pagáveis na casa do banco da corte; serão sempre preparados, e assinados na mesma casa do banco, e além disto assinados nas províncias pelo principal empregado da caixa filial.

§3º. Os mesmos bilhetes, ainda que realizáveis em uma caixa filial, neles declarada, serão contudo recebidos na casa do banco na corte, ou em qualquer de suas caixas filiais, quando forem entregues em liquidação ou pagamento de dívidas.

§4º. O banco se encarregará de passar gratuitamente os fundos do governo da capital de um círculo para a capital de outro círculo, aonde exista ou a sua caixa central ou alguma de suas caixas filiais.

§5º. As caixas filiais serão sujeitas a uma comissão de exame semestral da mesma maneira que o banco central.

Art. 4º. O banco nacional constituído por este contrato durará por 30 anos, e por mais dois para sua liquidação e ajustamento de contas; e por todo esse tempo além dos direitos acima estabelecidos gozará mais dos privilégios seguintes:

1º. As ações do banco terão os mesmos privilégios que têm ou vierem a ter as apólices da dívida pública.

2º. O banco será isento de pagar direitos de entrada, de todo e qualquer papel de crédito que mandar vir para seu uso, ou do papel e máquinas para estampá-lo.

3º. Os empregados do banco serão isentos de todo o serviço militar e do da guarda nacional.

4º. O governo fará ensaiar, contrastar e cunhar gratuitamente na casa da moeda todo o ouro e prata, que a ele for remetido por parte do banco para qualquer destes fins, sem que nela se lhe exija guia quanto ao ouro em pó.

5º. O governo dará em qualquer tempo e lugar, dentro do império, todo o auxílio de força armada, que seja preciso para segurança dos fundos do banco, fazendo também o seu transporte nos vasos de guerra da nação, ou nos barcos de vapor das companhias com quem tiver contrato.



6º. O governo preferirá o banco tanto portanto, a qualquer pessoa no desconto de suas letras, bilhetes e remessas de fundos para fora do império, e em quaisquer outras opções que lhe seja lícito tomar sobre si.

Art. 5º. Durante o tempo deste contrato não será alterado o padrão monetário estabelecido pela lei de 18 de Outubro de 1838, e o governo não poderá mais emitir papel de crédito de curso forçado.

Art.6º. Os bilhetes do banco pagáveis à vista, à vontade do portador, não serão sujeitos a selo, nem a algum outro imposto.

Art. 7º. Os depósitos judiciais poderão ter lugar no banco, mediante a mesma comissão que pagam nas estações públicas.

Art. 8º. O governo no prazo de 1 ano, contado da data deste contato deverá estabelecer no município e província do Rio de Janeiro, o registro de hipotecas, mandando criar pela lei de 12 de outubro de 1843.

Art. 9º. Se o banco não concordar com o governo sobre o estabelecimento de caixas filiais, em alguma ou sobre as capitais dos círculos, poderá o governo contratar com as companhias locais o estabelecimento de bancos que se encarreguem do resgate e substituição do papel nos respectivos círculos, debaixo das mesmas bases dadas por esta lei, e neste caso poderá o governo transferir para tais bancos provinciais uma parte de suas ações, por meio de vendas delas, e uma parte da prestação anual de 1,500 contos, em proporção da quantia em que importar o papel circulante no círculo em que o banco se houver de estabelecer.

Art. 10º. O governo e o banco marcarão de acordo os prazos: 1º, em que o mesmo banco principiará a trocar também as notas de circulação geral pelos seus bilhetes, ou a realizá-las à vista à vontade do portador, na mesma moeda de ouro e prata, segundo a escala estabelecida na base 15; 2º, em que praticará o mesmo com as notas de circulação limitada, tanto na corte como nas províncias. Nos círculos em que se estabelecerem bancos provinciais, conforme o artigo antecedente, o governo marcará esse prazo de acordo

com eles, quanto à realização das notas circuláveis nos respectivos círculos. Todas as notas que forem realizadas ou substituídas por bilhetes do banco, ou bancos, serão logo inutilizadas e remetidas à caixa da amortização e nela queimadas publicamente.

Art. 11º. Ao acordo de que trata o artigo antecedente deverá preceder liquidação da conta do governo com o banco, e então ou o governo abonará ao banco uma comissão de 1 até 5 por cento da importância das notas que por este meio o banco retirar da circulação, ou se convencionará um juro recíproco, creditando-se o banco por ele das quantias que mensalmente entregar à caixa de amortização, e debitando-se pelo mesmo das somas que for recebendo mensalmente por conta da consignação de 1,500:000\$, conforme a base 17, podendo-se ajustar a conta quando ao governo aprover, com definitiva e mútua indenização de um ao outro.

Art. 12º. Os estatutos atuais do banco se reformarão nas partes em que for preciso harmonizá-los com os artigos deste contrato.

Art. 13º. Se o governo não puder realizar com o banco Comercial o contrato figurado por esta lei, poderá realizá-lo com alguma companhia que se organize, e institua um banco debaixo destas bases, e que se regerá pelos mesmos estatutos do banco Comercial, no que não se opõe a estas disposições; mas neste caso o contrato não começará a ser executado senão depois que o novo banco estiver de posse de metade do seu capital.

Art. 14º. Ficam revogadas as leis em contrário. – Saturnino de Souza e Oliveira.

(A proposta de que trata este parecer acha-se na sessão de 12 do presente mês).

## Compilação de biografias que fazem parte das notas de rodapé

- Antônio da Silva Prado. Barão der Iguape. Nasceu em São Paulo a 25/02/1840 e faleceu no Rio de Janeiro em 23/04/1929. Como profissão consta Bacharel em Direito. Foi Deputado pela província de São Paulo nas seguintes legislaturas 14, 15, 19 e 20<sup>a</sup>. É eleito Senador pela mesma província em 1888. Também fez parte dos seguintes gabinetes, 34<sup>o</sup>, com a pasta da Agricultura, 35<sup>o</sup>, com a pasta dos Estrangeiros, e 35<sup>o</sup> com a pasta da Agricultura novamente. Informações extraídas de Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit.
- Bernardo de Souza Franco nasceu na província do Pará em 28/06/1805 foi bacharel em direito por Olinda. Foi nomeado presidente da província do Pará em 1839. Em 1844 foi presidente da província das Alagoas. Desde 1842 entrou no partido progressista no qual se tornou um dos seus principais chefes. Participou das sessões de 1844, 1848 e 1850, desse partido e depois do partido conciliador. Foi ministro em 1848 da pasta dos Negócios Estrangeiros e depois da Fazenda. Em 1855 é eleito Senador pela província do Pará e continuou a militar pela conciliação no Senado. Faleceu em 08/05/1875 na Guanabara. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Coleção Brasil 500 anos. Brasília.1999.Vol. I, p. 115.
- Bernardo José Pinto Gavião Peixoto. Filho do Brigadeiro Bernardo José Pinto Gavião Peixoto e dona Anna de Andrade Vasconcellos Gavião. Nasceu em São Paulo a 10/11/1829, a data de falecimento é desconhecida. Formou-se em direito em São Paulo, em 1849, entrou para a magistratura em Santos e exerceu o cargo em outros lugares até se aposentar com honras de desembargador. Representou a província em três legislaturas na 10, 13 e 17<sup>a</sup> legislaturas, além de ser presidente da província do Rio de Janeiro entre 1882 e 1883. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol I. p. 409.

- Cândido José de Araújo Viana. Marquês de Sapucaí. Nasceu em Sabará, província de Minas Gerais, em 15/09/1793 e faleceu no Rio de Janeiro em 23/01/1875. Foi bacharel em direito pela universidade de Coimbra exerceu o cargo de magistrado. Foi presidente da província das Alagoas em 1828 e do Maranhão entre 1829 e 1832. Representou sua província na Constituinte de 1823 e nas quatro legislaturas subseqüentes até entrar para o Senado representando a mesma província por escolha da regência em 1839. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. II, pp. 30 a 32; e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Obra comemorativa do sesquicentenário da instituição parlamentar no Brasil. Centro Gráfico do Senado Federal. Brasília. 1973. p. 439.
- Carlos Carneiro de Campos. 3º Visconde de Caravelas. Nasceu na Bahia a 01/11/1805 e faleceu no Rio de Janeiro a 28/04/1878. Serviu como praça de cadete no batalhão de d. Pedro I, estudou dois anos na escola militar e dando baixa foi estudar na França. Em Paris fez o curso de direito e recebeu o grau de doutor em 1827. Na instituição das Academias de Direito, foi nomeado professor da Faculdade de São Paulo, onde também exerceu o cargo de diretor. Foi deputado pela província de São Paulo na 4, 5, 8 e 9ª legislaturas e depois, em 1857, senador pela mesma província. Foi diretor do Banco do Brasil e inspetor geral do tesouro nacional. Presidiu por três vezes a província de Minas Gerais. Serviu em três Gabinetes, ocupando as pastas dos negócios estrangeiros, no 17º e 25º e o da fazenda no 20º, além de ser Conselheiro de Estado. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. II, p. 58.
- Francisco Antônio Ribeiro. Bacharel em Direito. Foi deputado pela Bahia na 5, 6, 8 e 9ª legislaturas e presidente da província de Pernambuco. Informações extraídas do livro *Deputados Brasileiros*

1826 a 1976. Câmara dos Deputados. Brasília. Abril de 1976, e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 357.

- Francisco de Paula Batista. Nasceu em Pernambuco a 4/2/1811 local onde também faleceu em 25/05/1881. Bacharel em direito pela faculdade de Olinda em 1833, onde se tornou professor. Foi deputado na assembléia provincial em nove legislaturas e deputado na assembléia geral em duas legislaturas: de 1850 e de 1856. Lutou pela nacionalização do comércio a retalho (o que considerava um direito nacional). Informações extraídas de Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. III, p. 66. Nesta legislatura ele representava a província de Pernambuco.

- Francisco de Paula Santos. Nascido em Minas Gerais em data desconhecida faleceu na Guanabara em 21/04/1881. Comerciante. Foi deputado em todas as legislaturas da 8<sup>a</sup> à 13<sup>a</sup> por Minas Gerais. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 373.

- Francisco de Sales Torres Homem. Visconde de Inhomirim. Nasceu no Rio de Janeiro em 29/01/1812 e faleceu em Paris a 03/06/1876. Doutor em Direito e Medicina e jornalista. Foi deputado na 6<sup>a</sup> legislatura por Minas Gerais, na 7<sup>a</sup>, 10<sup>a</sup>, 11<sup>a</sup> pelo Rio de Janeiro e Senador pela província do Rio Grande do Norte a partir de 1870. Foi ministro da fazenda no 14<sup>o</sup> e 24<sup>o</sup> gabinetes e também Conselheiro de Estado. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. pp. 214 e 215.

- Gabriel José Rodrigues dos Santos. Nasceu em 1/04/1816 em São Paulo onde também faleceu em 23/05/1858. Doutor em ciências sociais e jurídicas foi professor substituto na faculdade de direito de São Paulo Foi deputado provincial em várias legislaturas desde 1837 e geral nas de 1845 a 1848 e na de 1857 que não concluiu. Liberal exaltado, envolveu-se na revolução de 1842 e

depois disso renunciou à administração de duas importantes províncias: Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. III. p. 167.

- Irineu Evangelista de Souza. Visconde e depois Barão de Mauá. Nasceu na província do Rio Grande do Sul em 28/12/1813 e faleceu no Rio de Janeiro em 21/10/1889. Como profissão constava a de capitalista. Eleito deputado na 9ª (suplente), 10ª, 11ª, 12ª e 15ª legislaturas, todas pela província do Rio Grande do Sul. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 406.

- João Capistrano Bandeira Mello. Nasceu no Ceará a 23/10/1811 e faleceu no Rio de Janeiro a 30/05/1881. Bacharel em direito pela faculdade de Olinda onde também foi professor. Foi deputado pela sua província natal na 4ª, 8ª, 9ª, 11ª, 14ª e 15ª legislaturas. Presidiu as províncias de Alagoas, da Paraíba e de Minas Gerais. Jubilou do magistério em 1861. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. III, p. 382; além de Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 278.

- João da Silva Carrão. Nasceu em Curitiba, então província de São Paulo, a 14/05/1814 e faleceu no Rio de Janeiro a 04/06/1888. Doutor em direito pela faculdade de São Paulo. Foi professor na mesma faculdade, senador do Império e do conselho do imperador. Foi deputado provincial em diversas legislaturas desde 1841 e deputado geral na 5ª legislatura, entre outras até ser escolhido Senador em 09/12/1879. Presidiu a província do Pará e foi ministro da fazenda no gabinete de 12/05/1865. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol IV. p. 48.

- João Duarte Lisboa Serra. Nasceu no Maranhão em 31/5/1818 e faleceu na Guanabara em 16/04/1855. Bacharel em matemática,

ciências físicas e naturais em Coimbra. Foi inspetor de tesouraria provincial do Rio de Janeiro. Presidiu a província da Bahia e representou a província do Maranhão na Câmara dos Deputados na sessão de 1848 (em substituição ao Doutor Joaquim Franco de Sá) e na legislatura de 1853 a 1856 (mas faleceu em 1855). Nesta legislatura era deputado pela província do Maranhão. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Op. Cit. Vol III, p. 414.

- Joaquim Antão Fernandes Leão. Nasceu em Minas Gerais a 17/01/1809 e faleceu na Guanabara a 11/04/1887. Foi bacharel em Direito pela academia de São Paulo. Deputado na 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 14<sup>a</sup> legislaturas por Minas Gerais e suplente na 8<sup>a</sup> também por Minas Gerais. Em 1870 assume o cargo de Senador pela sua província natal. Presidiu as províncias do Rio Grande do Sul e a da Bahia. Ocupou a pasta da Marinha no gabinete Paula e Souza, de 31/05/1848, e a da Agricultura no gabinete de 16/07/1868. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Op. Cit. Vol. IV, p. 83 e Octaciano Nogueira e João Sereino Firmo. Parlamentares do Império. Op. Cit. p. 228.

- Joaquim Floriano de Toledo. Nasceu em 09/06/1794 e faleceu em 18/04/1875. Foi militar, alferes em 1819, atingiu o posto de Coronel. Foi Amanuense da Secretaria do Governo de São Paulo, auxiliar do então Príncipe Regente D. Pedro, tendo lavrado o primeiro ato depois da proclamação da independência. Participou da revolução liberal de 1842. Foi Coronel-chefe da Legião, em 1845, Vice-presidente da Província de São Paulo, depois presidente interino da província de São Paulo, em 1848, 1864/67 e 1868, além de ter sido Deputado Provincial por três legislaturas (1840/41, 1842/43 e 1848/49). Presidiu a Assembléia Legislativa Provincial de 22/06/1848 até 14/02/1849. Foi ainda tesoureiro geral e provincial, Deputado Geral por quatro mandatos (1830/1842), Conselheiro do Império. Informações extraídas de [http://www.al.sp.gov.br/web/acervo/presidentes\\_alesp/joaquim\\_toledo.jpg](http://www.al.sp.gov.br/web/acervo/presidentes_alesp/joaquim_toledo.jpg)

- Joaquim José Pacheco. Nasceu na Bahia em data desconhecida e faleceu no Rio de Janeiro a 01/06/1884, sendo doutor em direito pela faculdade de São Paulo, juiz aposentado com honras de desembargador, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Representou a província de São Paulo na 4, 5, 8, 9, 10ª legislaturas, além de presidir a província de Sergipe em 1839. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. RJ. 1883. Kraus Reprint. Nendeln/Liechtenstein. 1969. Edição alemã. Vol. IV, página 172. Carlos Carneiro de Campos. 3º Visconde de Caravelas. Nasceu na Bahia a 01/11/1805 e faleceu no Rio de Janeiro a 28/04/1878. Serviu como praça de cadete no batalhão de d. Pedro I, estudou dois anos na escola militar e dando baixa foi estudar na França. Em Paris fez o curso de direito e recebeu o grau de doutor em 1827. Na instituição das Academias de Direito, foi nomeado professor da Faculdade de São Paulo, onde também exerceu o cargo de diretor. Foi deputado pela província de São Paulo na 4, 5, 8 e 9ª legislaturas e depois, em 1857, senador pela mesma província. Foi diretor do Banco do Brasil e inspetor geral do tesouro nacional. Presidiu por três vezes a província de Minas Gerais. Serviu em três Gabinetes, ocupando as pastas dos negócios estrangeiros, no 17º e 25º e o da fazenda no 20º, além de ser Conselheiro de Estado.

- Joaquim José Rodrigues Torres. Visconde de Itaboraí. Nasceu em 13/12/1802 no Porto de Caxias, na província do Rio de Janeiro. Estudou matemática em Coimbra e quando voltou lecionou na Academia Militar. Em 1831 assume a pasta da Marinha. Representou o Rio de Janeiro na Câmara dos Deputados em 1833. Era um dos líderes do partido conservador. Em 1837 Feijó o nomeia novamente para a pasta da Marinha. Em 1840 foi chamado a ocupar a pasta do Império e interinamente a da Marinha. Em 1844 foi eleito Senador pelo Rio de Janeiro. Em 1849 assume como Ministro dos Negócios da Fazenda até 1853, quando cai esse ministério. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Op. Cit. Vol. I, p. 73.



- Joaquim Vilella de Castro Tavares. Nasceu no Recife a 2/02/1816 e faleceu também no Recife em 11/03/1858. Professor da faculdade de direito de Olinda. Foi deputado por Pernambuco de 1850 a 1852, além de presidir a província do Ceará. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Op. Cit. Vol. IV, p. 253; Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. Parlamentares do Império. Op. Cit. p. 418.
- José Antônio Magalhães Castro. Nasceu na Bahia em 8/6/1814 e faleceu em Minas Gerais a 18/12/1896. Foi magistrado. Representou a Bahia na 5ª, 8ª e 9ª legislaturas. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. Dicionário Bibliográfico Brasileiro. Op. Cit. Vol. IV, p. 298.
- José Inácio Silveira da Motta. Nasceu em Goiás a 15/02/1807 e faleceu na Guanabara em 16/10/1893. Foi professor de direito. Colocou-se contra a revolução de 1842. Foi deputado pela província de São Paulo em 1849 e depois em 1853. Nesse ano foi eleito Senador pela sua província natal. Opôs-se a medidas do Ministério Souza Franco e apresentou projetos sobre os escravos, segundo os quais Sisson afirmam ser “de um liberalismo prático”. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Coleção Brasil 500 anos. Brasília.1999. Vol. II, 295 e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. Parlamentares do Império. Op. Cit. 299.
- José Joaquim Fernandes Torres. Nasceu em Minas Gerais a 17/04/1797 e faleceu em 24/12/1869. Kursou direito na Universidade de Coimbra e como profissão destacam-se magistrado e professor. Foi deputado na 3ª, 4ª e 6ª legislaturas por Minas Gerais. Presidente de província de São Paulo de 1857 a 1860. Eleito Senador por Minas Gerais em 1848. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. Parlamentares do Império. Op. Cit. p. 424. Informações biografias do Senado site: [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).
- Manoel de Assis Mascarenhas. Nasceu em Goiás em 28/08/1806 e faleceu na Guanabara em 30/01/1867. Estudou direito na Universidade de Coimbra. Depois se tornou magistrado ocupando vários cargos como o de Desembargador da Relação da corte.

Representou a província do Rio Grande do Norte na 5ª legislatura, Goiás na 6ª legislatura e o Rio de Janeiro na 8ª legislatura. Foi escolhido Senador em 12/06/1859 pela província do Rio Grande do Norte. Fez oposição ao 14º gabinete de José Maria da Silva Paranhos, e ao 15º gabinete de João Lins Vieira Cansação de Sinimbu. Nesta legislatura representava a província de Goiás. S. A. Sisson. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Op. Cit. Vol II, p. 411.

- Manoel do Alves Branco. Visconde de Caravelas. Nasceu a 7/06/1797 na Bahia e faleceu em 13/07/1855. Formou-se em Direito e Ciências Naturais na Universidade de Coimbra. Na magistratura chegou ao cargo de juiz de fora da vila de Santo Amaro. Alistou-se nas fileiras do Partido Liberal. Foi ministro da Justiça e Estrangeiros. Foi escolhido Senador em 1837 pela Bahia, e depois foi chamado para a pasta da Fazenda do Império. Em 1840 assumiu o cargo de Ministro da Fazenda, volta a esse ministério em 1844 onde ficou até maio de 1846. É chamado pela última vez aos Conselhos da Coroa como ministro da Fazenda e do Império em 22 de maio de 1847. S. A. Sisson. *Galeria dos Brasileiros Ilustres*. Op. Cit. Vol I, p. 177.

- Manoel José de Souza França. Nasceu em Santa Catarina e faleceu no Rio de Janeiro a 8/02/1856. Formado em direito e advogado no Rio de Janeiro foi deputado pelo Rio de Janeiro à constituinte brasileira, à primeira legislatura e em outras. Foi ministro da justiça de 19/03/1831 a 04/04/1831 e depois no primeiro gabinete depois da abdicação de 7/4/1831. Presidiu a província do Rio de Janeiro de 22/08/1840 a 1/12/1841. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. VI, p. 144.

- Martim Francisco Ribeiro de Andrada. Nasceu em Santos em 1776 e faleceu em Santos em 23/02/1844. Filho de Bonifácio José de Andrada e D. Maria Bárbara da silva. Graduaou-se em matemáticas na universidade de Coimbra. Participou com seu irmão José Bonifácio em algumas excursões científicas a serviço de Portugal. Foi secretário do governo provisório de São Paulo na época dos decretos de 29 de setembro de 1821. Foi expulso do governo

provisório de sua província e preso pelos regressistas do domínio lusitano. Em 04/07/1822 é chamado ao ministério da Fazenda, que depois vai ser derrubado pelos exaltados em 17/07/1823. Depois é exilado em 1823 e processado por sedição, voltou para defender-se em 1828 e fica preso na Ilha das Cobras. É absolvido do processo ainda em 1828 e posto em liberdade. É eleito para a Câmara dos Deputados por Minas Gerais de 1830 a 1833, volta por São Paulo entre 1836 a 1837 e depois de 1838 a 1841. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Coleção Brasil 500 anos. Brasília.1999. Vol II, página 22 e seguintes.

- Miguel Calmon du Pin e Almeida. Marquês de Abrantes. Nasceu em 1796 em Santo Amaro, Bahia. Doutor em direito pela Universidade de Coimbra. Eleito deputado toma assento em 1827, quando é chamado para o ministério da Fazenda onde fica até 1829. Nesse ano é transferido para o ministério dos Negócios Estrangeiros até 1830. É eleito novamente como deputado em 1831, ausenta-se em viagem pela Europa retornando depois da abdicação de d. Pedro I tomando assento como deputado nas sessões de 1832 e 1833. Em 1837 tomou assento na Câmara dos Deputados como suplente, logo depois assumindo a pasta da Fazenda onde ficou até 1839. Eleito Senador pela província do Ceará, voltando à pasta da Fazenda entre 1841 e 1843, depois nomeado Conselheiro de Estado ordinário. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Op. Cit. pp. 99 a 106.

- Miguel do Sacramento Lopes Gama. Nasceu em Pernambuco a 29/09/1791 e faleceu também em Pernambuco a 09/12/1852. Foi Padre. Deputado na 4ª legislatura (suplente) por Pernambuco e na 6ª legislatura por Alagoas. Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 202.

- Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Nasceu em 20/12/1778, na Freguesia de São Vicente Ferrer, no lugar de Valporto, em Portugal, e faleceu na província de São Paulo em 17/09/1859. Formou-se bacharel em direito na Universidade de Coimbra. Exerceu a função de advogado em São Paulo logo após a sua formatura. Foi

deputado das Cortes em Lisboa por São Paulo, entre 1822 e 1823, e depois de 1826 a 1828. Senador por Minas Gerais de 1828 a 1859. Foi também ministro do Império, da Fazenda e da Justiça. Pertencia ao partido liberal. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Coleção Brasil 500 anos. Brasília.1999. p. 377.

- Rafael Tobias de Aguiar. Nasceu na cidade de Sorocaba a 04/10/1795 e faleceu a bordo do vapor Piratininga em direção a Santos em 07/10/1857. Foi oficial do exército, começou servindo no regimento de milícias na cidade de Sorocaba até o cargo de coronel comandante. Consta que emprestou avultadas quantias para a fábrica de ferro de São João de Ipanema e só depois de longo tempo recebeu a quantia de volta. Foi defensor da causa liberal. Entre 1831 e 1834 e depois em 1839 a 1841 foi presidente da Província de São Paulo. Foi deputado por São Paulo na 2ª, 3ª, 6ª, 7ª, 10ª legislaturas. Ele se recusou a receber o ordenado e fez com que o investissem em obras públicas, além de ter emprestado aos cofres públicos altas quantias sem cobrar juros por elas. S. A Sisson. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Op. Cit. Vol. II. p. 233.

- Saturnino de Souza e Oliveira. 1º filho do coronel de engenhos Aureliano de Souza e Oliveira. Nasceu em Petrópolis, a 29/11/1803 e faleceu a 18/04/1848. Formou-se em direito pela Universidade de Coimbra. Quando voltou ao Brasil exerceu a advocacia. Foi inspetor de alfândega da corte, primeiro juiz de paz e comandante do batalhão da freguesia do Sacramento, além de presidente da província do Rio Grande do Sul. Deputado pelo Rio de Janeiro na 3ª, 5ª e 6ª legislaturas. Fez parte do gabinete organizado em 22/05/1847 pelo senador Manoel Alves Branco, depois visconde de Caravelas, ocupando a pasta dos estrangeiros e interinamente a da fazenda em 1847 e a da justiça em 1848. Não chegou a tomar posse como Senador porque faleceu antes. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. VII, p. 197.

- Urbano Sabino Pessoa de Mello. Nasceu em Pernambuco em 1811 e faleceu na Guanabara em 07/12/1870. Formou-se bacha-

rel em direito em Olinda, foi magistrado e depois ingressou na política. Envolveu-se na revolta de 1848. Considerado por um membro proeminente do partido liberal. Foi professor, jornalista, advogado e magistrado e deputado na 4ª (suplente), 5ª, 6ª, 7ª e 12ª legislaturas toas por Pernambuco. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. VII, p. 332 e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 282.

- Venâncio Henriques de Rezende. Nasceu em Pernambuco em 1784 e faleceu na mesma cidade em 9/02/1866. Foi padre. Participou das revoltas de 1817 e de 1824 sendo preso e depois anistiado. Foi deputado constituinte e na 2ª, 3ª e 4ª legislaturas por Pernambuco, na 5ª legislatura foi suplente primeiro por Pernambuco e depois por Minas gerais uma vez que foi dissolvida, e finalmente na 8ª legislatura também pela sua província natal. Foi liberal, mas depois modificou a sua posição passando a ser monarquista e um exaltado membro do partido conservador. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. VII, p. 343; e Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. *Parlamentares do Império*. Op. Cit. p. 356.

- Zacarias de Góis e Vasconcelos. Nasceu na Bahia, a 05/11/1815 e faleceu no Rio de Janeiro a 28/12/1877. Doutor em direito pela academia de Olinda. Presidiu as províncias de Sergipe, Piauí e Paraná. Representou a província do Paraná na 11ª legislatura, Sergipe na 8ª e a da Bahia na 9ª e na 12ª. Foi Senador pela Bahia e ocupou as pastas da Marinha, do Império, da Justiça e da Fazenda sendo o organizador dos de 24/51862 (o ministério dos 3 dias), 15/01/1864 e 03/08/1866. Foi conservador e em 1862 passou a militar pelo partido liberal. Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Op. Cit. Vol. VII, p. 407. Esta informação encontra-se nos ACD, sessão de 7 de Março de 1850. p. 91.

Discursos de 1840 a 1853			Total de discursos		62							
1845 - 6 leg.	Adia./P rop.	Voto	Deputado	Prov.	Partido	Pronome	Varição de pronome	Responde	Citações	Citado	Iníc. discurso	
6/fev	1	A	x	Herculano <i>Ferreira Penna</i>	MG		3 (473)	-	-	Não	-	-
	2	A	x	Joaquim <i>Nunes Machado</i>	PE	Conser.	3 (473)	-	-	Não	-	-
	3	A	x	Francisco <i>Alvares Machado</i> de Vasconcellos	SP		3 (473)vrb	-	-	Não	-	-
	4	A	-	Gabriel José <i>Rodrigues dos Santos</i>	SP	Liberal	3 (474)vrb	-	-	Não	-	-
	5	A	x	João José de Oliveira <i>Junqueira</i>	BA	Conser.	3 (474)vrb	-	-	Não	-	-
	6	A		Gabriel José <i>Rodrigues dos Santos</i>	SP	Liberal	3 (474)vrb	-	-	Não	-	-
12/fev	7	P	V	Bernardo de <i>Souza Franco</i>	PA	Liberal	1 (584)	-	-	Não	-	-
	8	P	ND(x)	Ângelo Moniz da Silva <i>Ferraz</i>	BA	Conser.	1 (586)	-	Ministro da Fazenda	Não	-	-
	9	P	V	Manoel do <i>Alves Branco</i> (MF)		Liberal	1 (587)	-	Ferraz	Não	-	-
	10	P	Adia.	Francisco <i>Alvares Machado</i> de Vasconcellos	SP		Mim, pronome caso oblíquo	(mim)	-	Não	-	-
	11	P	ND(X)	Ângelo Moniz da Silva <i>Ferraz</i>	BA	Conser.	1 (588)	-	-	Não	-	-
1846 - 6 leg.												
31/ago	12	A	v	Miguel do Sacramento <i>Lopes Gama</i>	AL		1 (709)	-	-	Não	-	-
	13	A	X	Francisco de <i>Souza Martins</i>	PI	Conser.	3 (710)vrb	-	-	Não	-	-
	14	A	v	Joaquim <i>Nunes Machado</i>	PE	Conser.	3 (710)vrb	-	-	Não	-	-
	15	A	v	Saturnino de <i>Souza e Oliveira</i>	RJ	Conser.	1(710)	-	-	Não	-	-
	16	A	x	<i>Manoel</i> de Assis Mascarenhas	GO		1(711)	-	-	Não	-	-
	17	P	v	<i>Holanda Cavalcanti</i> (MF)		Liberal	1(712)	-	-	Não	-	-
	18	A	v	<i>Urbano</i> Sabino Pessoa de Mello	PE	Liberal	1 (713)	-	-	Não	-	-
	O adiamento é rejeitado											
	19	P	x	Manoel José de <i>Souza França</i>	RJ		1 (714)	-	Ministro da Fazenda	Não	-	714
	20	P	v	<i>Holanda Cavalcanti</i> (MF)		Liberal	1 (716)	-	Souza França	Não	-	716
	21	P	x	Saturnino de <i>E46</i>	RJ	Conser.	1 (717)	-	Souza Martins	sim	Paula Souza(718)	717
Não aparece a página 719 que traria o fim da discussão												

1850 - 8 leg.		Artigo sobre um decreto enviado pelo senado - página 80 (No sumário do dia está colocado que é sobre a provincialização das notas)										
7/mar	22	P	x	João Capistrano <i>Bandeira de Mello</i>	CE	Conser.	1 (80)	-	-	Não	João Bstista Say(81)	80
	23	P	x	Bernardo de <i>Souza Franco</i>	PA	Liberal	1 (83)	Nós(84)	Ministro da Fazenda	Não	-	83
	24	P	v	<i>Zacarias</i> de Góis e Vasconcelos	SE	Conser.	1 (88)	Nós(cidadãos) (91)	Bandeira Mello(88) / Souza Franco (90)	Sim	João Bstista Say(88)	88
2 discussão sobre provincialização de notas												
8/mar	25	P	v	<i>Rodrigues Torres</i> (MF)		Conser.	1 (94)	Nós (dep) (94)	Bandeira Mello/Souza Franco	Sim	Ricardo (97)	93
	26	P	x	Bernardo de <i>Souza Franco</i>	PA	Liberal	1 (101)	Nós (?) (105)	Ministro da Fazenda / Zacarias			101
9/mar	27	P	v	Venâncio Henrique de <i>Resende</i>	PE	Conser.	1 (111)	Nós (dep)(112)	Ministro da Fazenda	Sim	Sr. Nascimento(exMF)(112)/Cândido Batista (ex-Ministro da Fazenda)(112)	111
	28	P	v	Joaquim <i>Vilella</i>	PE		1 (114)	-	Rezende	Sim	Ciência econômica (116)	114
3 discussão do projeto de provincialização das notas (a aprovação do projeto está na 1 página do diaseguinte, ou seja, 27/4/1850, p.512)												
25/mar	29	P	x	José Antônio de <i>Magalhães Castro</i>	BA		1 (473)	-	-	Sim	Moeda falsa na Bahia(474)	473
	30	P	x	Bernardo de <i>Souza Franco</i>	PA	Liberal	1(475)	-	-	Sim	Tegoborski(476) Hamilton, Wolcott, Gallatin, Dallas, Woolbury (Ministro da Fazenda dos EUA)(476) Humboldt(478) Mc Cullock(478) Websters(478)	475
	31	P	v	<i>Rodrigues Torres</i> (MF)		Conser.	1 (483)	Nós (bras)(484)/Nós(legisl)(486)	Souza Franco/Magalhães Castro	Sim	Alves Branco(484) Tegoboski(485) Robert Peel(486) Áustria, Inglaterra, EUA(485)	483

26/abr	32	P	x	Bernardo de <i>Souza Franco</i>	PA	Liberal	1 (492)	Nós (???) (492)/ Nós (políticos) (495)	Rodrigues Torres	Sim	Tegoborski(493) Hamilton, Wolcott, Gallatin, Dallas, Woolbury (Ministro da Fazenda dos EUA) (495) Áustria, Rússia, EUA (493) Inglaterra, EUA (496)	492
	33	P	v	<i>Rodrigues Torres</i> (MF)		Conser.	1 (496)	Nós (dep) (496)	Souza Franco	Sim	Robert Peel(498)	496
	34	P	v	<i>Oliveira</i>	?		1 (499)	-	Souza Franco	Sim	Gandillot(501)	499
	35	P	ND (v)	Francisco de <i>Paula Santos</i>	MG	Conser. (Pereira da Silva - Liberal 279/280 )	1 (501)	Nós (dep) (504)	Bandeira Mello (502) / Rezende (502) / Souza Franco (502)	Sim	Tegobosky(503) Inglaterra, Áustria, EUA (503)	
1853 - 9 leg. Criação do BN - no primeiro dia (17/06/1853) vota-se um adiamento												
17/jun	36	A	v	Raymundo Ferreira de <i>Araújo Lima</i>	CE	Conser.	1 (232)	-	Cruz Machado/ Vasconcellos (239)	Não	-	232
	37	A	x	Francisco Diogo Pereira de <i>Vasconcellos</i>	MG	Conser.	1 (233)	-	Araújo Lima	Não	-	232
	38	A	v	João Capistrano <i>Bandeira de Mello</i>	CE	Conser.	1 (233)	Nós (dep) (233)	Vasconcellos	Não	-	233
	39	A	x	Antônio Cândido da Cruz Machado	MG	Conser.	1 (234)	Nós (dep) (234)	ataca Bandeira Mello e defende o de MG	Não	-	234
	40	A	v	Francisco de <i>Paula Batista</i>	PE	Conser.	1 (235)	Nós (????) (235)	-	Não	-	235
	41	A	v	Joaquim Octávio <i>Nébias</i>	SP	Conser.	1 (237)	-	-	Não	-	237
	42	A	ND (x)	Manoel <i>Theóphilo Gaspar</i> de Oliveira	CE	Conser.	1 (238)	-	Paula Batista	Não	-	238
	43	A	x	José Inácio <i>Silveira da Motta</i>	SP	Conser. (José Murilo de Carvalho - Liberal - p.207)	1 (240)	-	Araújo Lima/Paula Batista	Sim	Senador Vasconcelos	240



18/jun	44	P	ND (x)	João Capistrano <i>Bandeira de Mello</i>	CE	Conser.	1 (246)	Nós (dep) (247)	João Duarte Lisboa Serra	Sim	Pecquer(247) Ciência Econômica(247) Chevalier(249) João Batista Say(249,250) Sr. Ferraz(252)	246
	45	P	ND (v)	<i>Viriato</i> Bandeira Duarte	MT	Conser.	1 (252)	-	Bandeira Mello	Não	A prática supera a teoria (252)	252
20/jun	46	P	v	<i>Rodrigues Torres</i> (MF)		Conser.	1 (259)	Nós (260)	Bandeira Mello	Sim	Robert Peel(260)	259
21/jun	47	P	x	Joaquim Octávio <i>Nébias</i>	SP	Conser.	1 (265)	Nós (dep) (266)	-	Não	Ciência do crédito público (266), modelo EUA(266)	265
	48	P	v	João Duarte <i>Lisboa Serra</i>	MA	Conser.	1 (268)	-	<i>Nébias</i> /Bandeira Mello/Ferraz (275)	Sim	Adam Smith(275), Pitt (estadista)(270), ciência econômica e financeira (269)	268
22/jun	49	O	x	João Capistrano <i>Bandeira de Mello</i>	CE	Conser.	1 (277)	-	Ministro da Fazenda (279)	Sim	Storch(281), Chevalier (286)	279
	O Banco Nacional é aprovado em 25/06/1853 na p.294											
1853 - 9 leg. Empréstimo aos Bancos												
11/jun	50	P	x	<i>Viriato</i> Bandeira Duarte	MT	Conser.	1 (156)	-	à comissão	Não	-	156
	51	P	v	<i>Ribeiro</i>	??	??	1 (159)	-	<i>Viriato</i> /Paula Batista (160)/Figueira Mello (160)	Não	Doutrina da desconfiança	159
	52	P	v	José Inácio <i>Silveira da Motta</i>	SP	Conser. (José Murilo de Carvalho Liberal - p.207)	1 (162)	-	<i>Rodrigues Torres</i> (Ministro da Fazenda)	Não	-	162

13/jun	53	P	v	João Duarte <i>Lisboa Serra</i>	MA	Conser.	1 (169)	-	Viriato (171), Bandeira Mello (174), Silveira Motta (177)	Não	-	169
	54	P	x	João Capistrano <i>Bandeira de Mello</i>	CE	Conser.	1 (180)	-	João Duarte Lisboa Serra (180), deputado de pernambuco (não declara o nome)	Sim	Storch (180), João Batista Say (180), Lamartine (181), Coquelin (181), Stoll (181), Pitt (Ministro da Fazenda na Inglaterra) (183)	180
14/jun	55	P	v	<i>Rodrigues Torres</i> (MF)		Conser.	1 (187)	Nós (dep) (187)	João Capistrano Bandeira de Mello	Sim	Rossi (189), Coquelin (189)	187
	56	P	x	Jeronimo Macário <i>Figueira de Mello</i>	PE	Conser.	1 (191)	-	João Duarte Lisboa Serra (191), Rodrigues Torres (Ministro da Fazenda) (192)	Sim	João Batista Say (194), Storch (195), Pitt (196)	191
	57	P	v	Angelo Moniz da <i>Silva Ferraz</i>	BA	Conser.	1 (196)	-	João Duarte Lisboa Serra (191), João Capistrano Bandeira de Mello (200)	Sim	Adam Smith (198), Wilson (secretário do tesouro dos EUA) (198), Leon Faucher (199), Chevalier (200)	196

15/jun	58	P	x	Francisco de <i>Paula Batista</i>	PE	Conser.	1 (203)	Nós (bras ou dep) (204)	-	Sim	Garnier Pagés (203), Rossi (citado por Lisboa Serra), Inglaterra. França, EUA (204), Coquelin (205), M. Lanjuinais (206)	203
	59	P	v	Francisco de <i>Paula Santos</i>	MG	Conser.	1 (206)	-	Bandeira Mello, Viriato, Dep. De Pernambuco	Sim	Ciência financeira e comercial (206), cita um economista que trata de crises cíclicas (206), Robert Peel (207) - escola metálica	206
				Aprovam-se as mudanças propostas à comissão e passa para 3ª discussão								
16/jun	60	P	x	João Capistrano <i>Bandeira de Mello</i>	CE	Conser.	1 (215)	Nós (dep ou Bras) (222 e 223)	Rodrigues Torres (Ministro da Fazenda)	Sim	Boileau (214), Droz (215), Storch (215), Chevalier (215) João Batista Say (221) - esta citação é em resposta à de Rodrigues Torres	214
	61	P	v	<i>Rodrigues Torres</i> (MF)		Conser.	1 (220)	-	Bandeira Mello	Sim	João Batista Say (221)	217
	62	P	v	João Duarte <i>Lisboa Serra</i>	MA	Conser.	1 (223)	-	Bandeira Mello	Não	-	223
17/jun	Na primeira folha do dia 17/06/1853 consta a aprovação ao empréstimo é a primeira página da discussão sobre o Banco nacional											
As referências políticas foram tomadas das seguintes fontes:												
Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. <i>Dicionário Bibliográfico Brasileiro</i> . Op. Cit.												
Eide Sandra Azevedo Aubreu. <i>O evangelho do comércio universal: o desempenho de Tavares Bastos na liga progressista e no Partido Liberal (1861-1872)</i> . Op. Cit.												
João Manuel Pereira da Silva. Memórias do meu tempo. Op. Cit.												
Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. <i>Parlamentares do Império</i> . Op. Cit.												
S.A.Sisson. <i>Galeria dos brasileiros ilustres</i> . Op. Cit.												
José Murilo de Carvalho. <i>A construção da ordem. O teatro das sombras</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.												

Profissões dos representantes na Câmara dos Deputados Geral do Império		
Deputado	Provin.	Carreira
Angelo Moniz da Silva Ferraz	BA	Magistrado
Antônio Cândido da Cruz Machado	MG	Advog./Bacharel
Bernardo de Souza Franco	PA	Magistrado
Francisco Alvares Machado de Vasconcellos	SP	Médico
Francisco de Paula Batista	PE	Prof. Direito/Jornalista
Francisco de Paula Santos	MG	Comerciante
Francisco de Souza Martins	PI	Bacharel
Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos	MG	Magistrado
Gabriel José Rodrigues dos Santos	SP	Prof. Direito
Gabriel Rodrigues dos Santos	SP	Prof. Direito
Herculano Ferreira Penna	MG	Func. Público
Holanda Cavalcanti (MF)		Oficial do Exército
Jeronimo Macário Figueira de Mello	PE	Magist/Bacharel
João Capistrano Bandeira de Mello	CE	Prof. Dir.
João Duarte Lisboa Serra	MA	Bach. Mat.
João José de Oliveira Junqueira	BA	Magistrado
Joaquim Nunes Machado	PE	Bacharel/Magistrado
Joaquim Nunnnes Machado	PE	Magistrado
Joaquim Octávio Nêbias	SP	Magistrado
Joaquim Vilella	PE	Doutor direito
José Antônio de Magalhães Castro	BA	Magistrado
José Inácio Silveira da Motta	SP	Prof. Direito
Manoel de Assis Mascarenhas	GO	Magistrado
Manoel José de Souza França	RJ	Bacharel
Manoel Theóphilo Gaspar de Oliveira	CE	Bacharel
Manuel do Alves Branco (MF)		Bacharel
Miguel do Sacramento Lopes Gama	AL	Padre
Raymundo Ferreira de Araújo Lima	CE	Magistrado
Rodrigues Torres (MF)		Bacharel Matemática
Saturnino de Souza e Oliveira	RJ	Bacharel
Urbano Sabino Pessoa de Mello	PE	Magistrado
Venâncio Henrique de Resende	PE	Padre
Viriato Bandeira Duarte	MT	Magistrado
Zacarias de Góis e Vasconcelos	SE	Prof. Dir.
As referências foram tomadas das seguintes fontes:		
Augusto Victorino Alves Sacramento Blake. <i>Dicionário Bibliográfico Brasileiro</i> . Op. Cit.		
Eide Sandra Azevedo Aubeu. <i>O evangelho do comércio universal: o desempenho de Tavares</i>		
Bastos na liga progressista e no Partido Liberal (1861-1872). Op. Cit.		
João Manuel Pereira da Silva. <i>Memórias do meu tempo</i> . Op. Cit.		
Octaciano Nogueira e João Sereno Firmo. <i>Parlamentares do Império</i> . Op. Cit.		
S.A.Sisson. <i>Galeria dos brasileiros ilustres</i> . Op. Cit.		
José Murilo de Carvalho. <i>A construção da ordem. O teatro das sombras</i> . Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.		
O abreviação MF designa Ministro da Fazenda		

Magistrados	13
Bacharel em direito	6
Professor de direito	6
Médico	1
Doutor em direito	1
Padre	2
Funcionário Público	1
Oficial do exército	1
Bacharel em matemáticas	2
Comerciante	1
Desconhecido	2

Gráficos sobre os discursos

Universo	62
1845	11
1846	10
1850	14
1853 (BN)	14
1853 (EB)	13
total	62

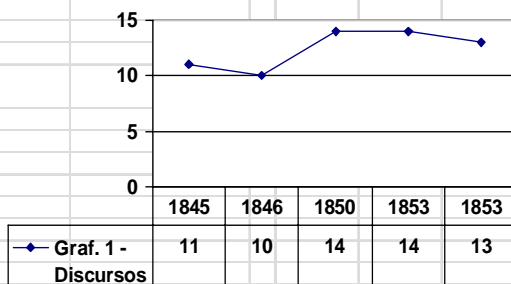


Gráfico 1 - considerando os anos de concentração dos discursos.

Gráfico 1 - Discursos

Participação nos discursos

Nome	Qtd
1845	
Ferreira Penna	1
Nunnes Machado	1
Alvares Machado	2
Rodrigues dos Santos	2
Junqueira	1
Souza Franco	1
Ferraz	2
Alves Branco (MF)	1

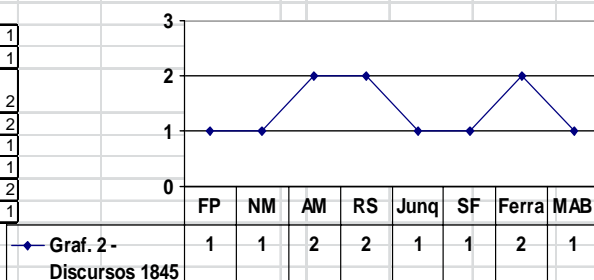


Gráfico 2 - discursos discriminados por emissores.

Gráfico 2 - Discursos 1845

1846	
Lopes Gama	1
Souza Matins	1
Nunes Machado	1
Souza e Oliveira	2
Manoel	1
Holanda Cavalcanti (MF)	2
Urbano	1
Souza França	1

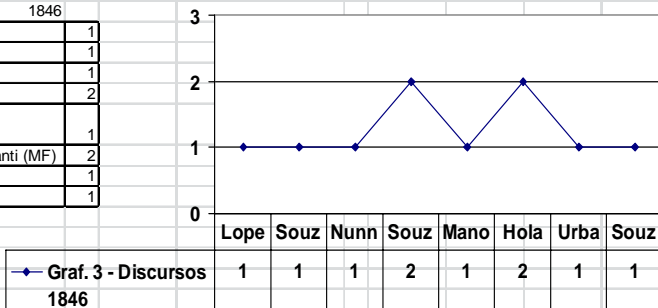


Gráfico 3 - discursos discriminados por emissores.

Gráfico 3 - Discursos 1846

1850	
Bandeira Mello	1
Souza Franco	4
Zacarias	1
Rodrigues Torres (MF)	3
Rezende (Provavelmente Venâncio Henrique de Resende de MG)	1
Joaquim Vilella	1
Magalhães Castro	1
Oliveira	1
Paula Santos	1

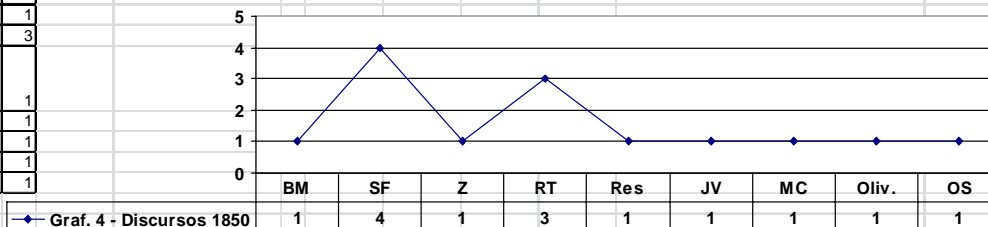


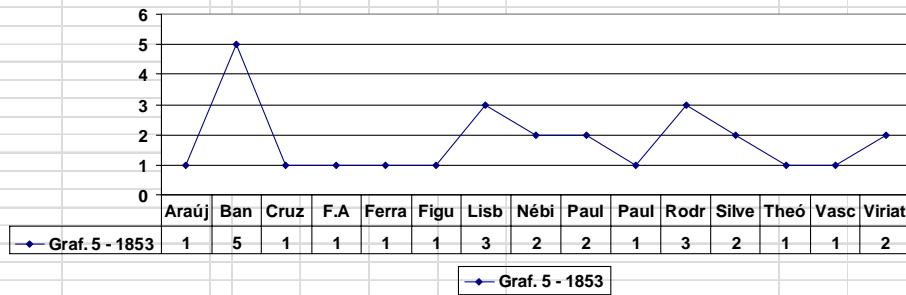
Gráfico 4 - discursos discriminados por emissores.

Gráfico 4 - Discursos 1850

1853 (Banco Nacional)	
Araújo Lima	1
Vasconcellos	1
Bandeira Mello	3
Cruz Machado	1
Paula Batista	1
Nébias	2
Theóphilo Gaspar	1
Silveira Motta	1
Viriato	1
Rodrigues Torres (MF)	1
Lisboa Serra	1
1853 (Empréstimo aos Bancos)	
Viriato	1
F.A Ribeiro	1
Silveira Motta	1
Lisboa Serra	2
Bandeira Mello	2
Rodrigues Torres (MF)	2
Figueira Mello	1
Ferraz	1
Paula Batista	1
Paula Santos	1

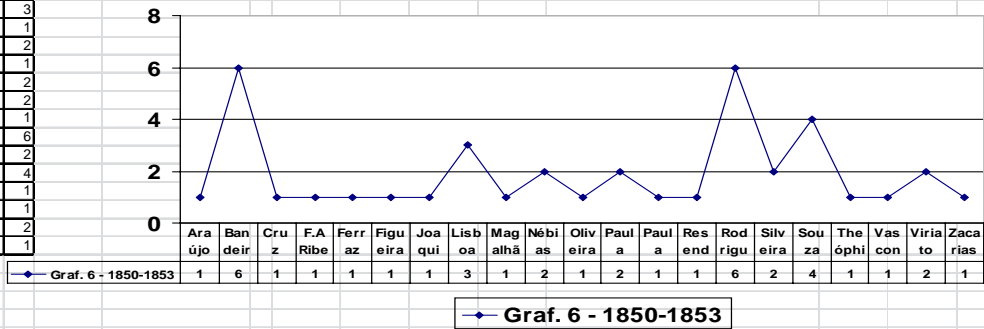
1853 - Total	
Araújo Lima	1
Bandeira Mello	5
Cruz Machado	1
F.A Ribeiro	1
Ferraz	1
Figueira Mello	1
Lisboa Serra	3
Nébias	2
Paula Batista	2
Paula Santos	1
Rodrigues Torres (MF)	3
Silveira Motta	2
Theóphilo Gaspar	1
Vasconcellos	1
Viriato	2

Gráfico 5 - Neste ano ocorreram duas discussões importantes que estão intimamente imbricadas.



Discussão geral	
Araújo Lima	1
Bandeira Mello	6
Cruz Machado	1
F.A Ribeiro	1
Ferraz	1
Figueira Mello	1
Joaquim Vilella	1
Lisboa Serra	3
Magalhães Castro	1
Nébias	2
Oliveira	1
Paula Batista	2
Paula Santos	2
Rezende	1
Rodrigues Torres (MF)	6
Silveira Motta	2
Souza Franco	4
Theóphilo Gaspar	1
Vasconcellos	1
Viriato	2
Zacarias	1

Gráfico 6 - Total de discursos discriminando os emissores.



BANCADA PAULISTA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS COM RELAÇÃO À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA PROVINCIAL				
Legendas				
D - Deputado				
S - Suplente				
Esquema de informações contidas nos quadros				
Nº da legislatura geral (anos da legislatura xxxx a xxxx)	Dep. Legislativo. Prov	Dep. Prov	Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	x
Nome do Deputado	Discriminação dos cargos exercidos na legislatura provincial - D ou S + Nº da legislatura provincial em que atuou	Número de vezes em que foi deputado provincial variando de 0 a 4 vezes	Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	x
Nome do Deputado			Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	x
Nome do Deputado			Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	x
Nome do Deputado			Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	x
Nome do Deputado			<b>TOTAL</b>	XXXXXX
Nome do Deputado			Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	x
Nome do Deputado			Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	x
Nome do Deputado			Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	x
Nome do Deputado			Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	x
Nome do Deputado			Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	x
<b>Quadros informativos</b>				
<b>4 legislatura (1838 a 1841)</b>				
1 Antônio Carlos Ribeiro de Andrada			Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	1
2 Carlos Carneiro de Campos	D3, S4,D5, S6, S7, D9	3	Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	3
3 Francisco Alvares Machado de Vasconcelos			Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	2
4 Joaquim Floriano de Toledo	D3,D4,S5,S6,D7	3	Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	1
5 Joaquim José Pacheco	S4,D5,S7,D9	2	Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	4
6 José Antônio Reis			<b>TOTAL</b>	11
7 José da Costa Canhalho	S4,D5	1	Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	36,3636
8 José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada			Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	9,09091
9 Manoel Dias de Toledo	D3,D4,D6	3	Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	18,1818
10 Martim Francisco Ribeiro de Andrada	D3,D4,S5,D7,S8,D9	4	Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	27,2727
11 Rodrigo Antônio Monteiro de Barros	D3,S4,D5	2	Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	9,09091
<b>5 legislatura (1843 a 1844)</b>				
1 Carlos Carneiro de Campos	D3, S4,D5, S6, S7, D9	3	Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	1
2 Fernando Pacheco Jordão	D3,S4,D5	2	Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	1
3 João Evangelista de Negreiros Sayão Lobato	S4		Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	5
4 Joaquim Firmino Pereira Jorge	D3,S4,D5	2	Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	0
5 Joaquim José Pacheco	S4,D5,S7,D9	2	Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	3
6 Joaquim Octávio Nêbias	D3,D5,S7	2	<b>TOTAL</b>	10
7 José Alves dos Santos	D3,D5,S7,D8,D9	4	Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	30
8 José Carlos Pereira de Almeida Torres (Visconde de Macaé)			Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	0
9 José Manuel da Fonseca			Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	50
10 Rodrigo Antônio Monteiro de Barros	D3,S4,D5	2	Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	10
			Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	10
<b>6 legislatura (1845 a 1847)</b>				
1 Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva	D3,D4,S5,D6	3	Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	2
2 Antônio Manoel de Campos Melo			Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	4
3 Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	S3,D4,S5,D6,D7	3	Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	1
4 Felício Pinto Coelho de Mendonça e Castro	D7	1	Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	2
5 Francisco Alvares Machado e Vasconcelos			Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	3
6 Francisco Antônio de Souza Queiroz	D3,D4,S5,D6,D7	4	<b>TOTAL</b>	12
7 Gabriel José Rodrigues dos Santos	D3,D6,D7,S8,S9	3	Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	25
8 João da Silva Carrão	S3,D4,S5,D6,D7,S8,S9	3	Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	16,6667
9 José Antônio Pimenta Bueno (Marquês de São Vicente)	D3,S5	1	Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	8,33333
10 José Cristiano Garção Stockler			Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	33,3333
11 José Joaquim Machado de Oliveira	D6,D7,S8,S9	2	Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	16,6667
12 Rafael Tobias de Aguiar	D3,D4,D6,D7,S8,S9	4		
<b>7 Legislatura (1848)</b>				
1 Antônio Clemente dos Santos	S4,D6,D7,S8,S9	2	Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	1
2 Antônio Manoel de Campos Melo			Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	4
3 Antônio Manoel de Melo			Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	1
4 Bernardo José Pinto Gavião Peixoto	S3,D4,S5,D6,D7	3	Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	1
5 Felício Pinto Coelho de Mendonça e Castro	D7	1	Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	2
6 Gabriel José Rodrigues dos Santos	D3,D6,D7,S8,S9	3	<b>TOTAL</b>	9
7 João da Silva Carrão	S3,D4,S5,D6,D7,S8,S9	3	Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	22,2222
8 Rafael Tobias de Aguiar	D3,D4,D6,D7,S8,S9	4	Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	11,1111
9 Tristão de Abreu Rangel	S3,D4,D6,D7,S8,S9	3	Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	11,1111
			Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	44,4444
			Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	11,1111

<b>8 Legislatura (1850 a 1852)</b>				Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	0
1	Carlos Carneiro de Campos	D3, S4,D5, S6, S7, D9	3	Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	3
2	Francisco de Assis Peixoto Gomide	D5,S7	1	Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	4
3	Gabriel José Rodrigues dos Santos	D3,D6,D7,S8,S9	3	Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	2
4	João José Vieira Ramalho	S3,D5,S7,D9	2	Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	1
5	Joaquim Firmino Pereira Jorge	D3,S4,D5	2	<b>TOTAL</b>	10
6	Joaquim José Pacheco	S4,D5,S7,D9	2	Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	10
7	Joaquim Octávio Nêbias	D3,D5,S7	2	Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	20
8	José Inácio Silveira da Mota	S3,S4,S5,S7,D9	1	Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	40
9	José Manoel da Silva (Barão do Tiete)	D3,S4,D5,D9	3	Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	30
10	José Matias Ferreira de Abreu Júnior			Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	0
<b>9 Legislatura (1853 a 1856)</b>				Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	1
1	Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha	D8,D9	2	Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	1
2	Carlos Carneiro de Campos	D3, S4,D5, S6, S7, D9	3	Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	6
3	Fernando Pacheco Jordão	D3,S4,D5	2	Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	1
4	Hipólito José Soares de Souza			Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	3
5	João Dabney de Avela Brotero			<b>TOTAL</b>	12
6	João José Vieira Ramalho	S3,D5,S7,D9	2	Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	25
7	Joaquim Firmino Pereira Jorge	D3,S4,D5	2	Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	8,33333
8	Joaquim José Pacheco	S4,D5,S7,D9	2	Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	50
9	Joaquim Octávio Nêbias	D3,D5,S7	2	Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	8,33333
10	José Inácio Silveira da Mota	S3,S4,S5,S7,D9	1	Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	8,33333
11	José Matias Ferreira de Abreu				
12	Martim Francisco Ribeiro de Andrada	D3,D4,S5,D7,S8,D9	4		
<b>10 Legislatura (1857 a 1860)</b>				Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	1
1	Antônio Aguiar de Barros			Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	2
2	Antônio da Costa Pinto Silva			Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	4
3	Antônio Gonçalves Barbosa da Cunha	D8,D9	2	Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	0
4	Antônio Luiz Pereira da Cunha			Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	7
5	Bernardo Avelino Gavião Peixoto	S8,S9		<b>TOTAL</b>	14
6	Felipe Xavier da Rocha			Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	50
7	Gabriel José Rodrigues dos Santos	D3,D6,D7,S8,S9	3	Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	0
8	Inácio Marcondes de Oliveira Cabral	S3,S5,D6,D7,S8,S9	2	Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	28,5714
9	João da Silva Carrião	S3,D4,S5,D6,D7,S8,S9	3	Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	14,2857
10	Joaquim José Pacheco	S4,D5,S7,D9	2	Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	7,14286
11	Joaquim Octávio Nêbias	D3,D5,S7	2		
12	Manoel Marcondes de Moura e Costa				
13	Rafael Tobias de Aguiar	D3,D4,D6,D7,S8,S9	4		
14	Rodrigo Augusto da Silva				
Total de deputados (incluindo a 10 legislatura)			78		
	Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	7	7	Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	29,4872
	Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	18	18	Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	8,97436
	Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	23	23	Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	29,4872
	Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	7	7	Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	23,0769
	Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	23		Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	8,97436
	<b>TOTAL</b>	78	55	Total	
				Conjunto de deputados com experiência	70,5128
<b>Total de deputados sem a 10 legislatura</b>			64		
	Deputados eleitos em 4 leg. Provinciais	6	6	Porcentagem de dep. SEM experiência na Ass. Leg. Prov.	25
	Deputados eleitos em 3 leg. Provinciais	16	16	Porcentagem de dep. com 1 experiência na Ass. Leg. Prov.	10,9375
	Deputados eleitos em 2 leg. Provinciais	19	19	Porcentagem de dep. com 2 experiências na Ass. Leg. Prov.	29,6875
	Deputados eleitos em 1 leg. Provinciais	7	7	Porcentagem de dep. com 3 experiências na Ass. Leg. Prov.	25
	Deputados que nunca foram eleitos deputados provinciais	16		Porcentagem de dep. com 4 experiências na Ass. Leg. Prov.	9,375
	<b>TOTAL</b>	64	48	Total	
				Conjunto de deputados com experiência	75